

REVISTA DO GEL



Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 20	n. 1	288 p.	Abril 2023
----------------	-----------	-------	------	--------	------------

DIRETORIA DO GEL / 2023 - 2025 (UNICAMP - Campinas)

Presidente: Livia Oushiro

Vice-Presidente: Dayane Celestino de Almeida

Secretária: Erica Luciene Alves de Lima

Tesoureiro: Thiago Oliveira da Motta Sampaio

REVISTA DO GEL

revistadogel@gel.org.br | <https://revistas.gel.org.br/rg>

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Prof. Dr. Aquiles Tescari Neto, Prof. Dr. Eduardo Penhavel, Prof. Dr. Oto Araújo Vale,
Profª. Dra. Lúcia Regiane Lopes-Damasio e Profª. Dra. Márcia Santos Duarte de Oliveira

EDITOR RESPONSÁVEL

Prof. Dr. Marcelo Módolo

PROJETO GRÁFICO

Prof. Dr. Matheus Nogueira Schwartzmann

REVISÃO, NORMATIZAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO, EDIÇÃO E ARTE



CONSELHO EDITORIAL

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (UNICAMP), Carlos Subirats Rüggeberg (Universitat de Barcelona), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC/RJ), Evani Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), José Borges Neto (UFPR), Kanavilil Rajagopalan (UNICAMP), Marco Antonio de Oliveira (PUC/MG), Maria Célia de Moraes Leonel (UNESP/FCLAr), Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP), Marta Luján (The University of Texas), Mirta Maria Groppi Asplanato de Varalla (USP), Otto Zwartjes (University of Amsterdam), Pierre Swiggers Katholieke (Universiteit Leuven), Raquel Santana dos Santos (USP), Renata Coelho Marchezan (UNESP/FCLAr) e Wilmar da Rocha D'Angelis (UNICAMP).

Catálogo na Publicação elaborada por

Gildenir Carolino Santos (CRB-8ª/5447)

Revista do GEL. – v.1, n.1 (2004-). – São Paulo, SP: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2002-
1 recurso digital : il.

Periodicidade quadrimestral desde volume 13, 2016 (atual).

Periodicidade semestral até volume 12, 2015.

Periodicidade anual até 2006.

e-ISSN 1984-591X (online).

Publicada no formato impresso ed. especial n. 0, 2002.

Disponível online a partir do volume 1, 2004.

Título abreviado: Rev. GEL

Preservada digitalmente no LOCKSS.

Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

1. Linguística (Teoria e análise) – Periódicos. 2. Linguística aplicada – Periódicos. 3. Literatura – Periódicos. I. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

20-018

CDD: 410.05

CDU: 81 (05)

SUMÁRIO / CONTENTS

APRESENTAÇÃO	6
Marcelo Módolo	
OS TABUS DE DECÊNCIA NA VARIAÇÃO CORNO E CHIFRUDO, EUFEMIZADOS E DISFEMIZADOS, NA FALA CEARENSE, A PARTIR DE DADOS DO ALIB	9
<i>THE TABOOS OF DECENCY IN THE CORNO AND CHIFRUDO VARIATION, EUPHEMIZED AND DYSPEMIZED, IN CEARÁ'S SPEECH, BASED ON ALIB DATA</i>	
Cassio Murílio Alves de Lavor, Rakel Beserra de Macêdo Viana e Aluiza Alves de Araújo	
APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS EM CONTEXTO ACADÊMICO MEDIADO POR TECNOLOGIAS DIGITAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DA FERRAMENTA QUIZLET PARA A SALA DE AULA INVERTIDA	33
<i>LANGUAGE LEARNING IN ACADEMIC CONTEXTS MEDIATED BY DIGITAL TECHNOLOGIES: LIMITS AND POSSIBILITIES OF THE QUIZLET TOOL FOR THE FLIPPED CLASSROOM</i>	
Marceli Cherchiglia Aquino e Paulo Sampaio Xavier de Oliveira	
AS CATEGORIAS DO VERBO LATINO SEGUNDO O JURISTA SEXTO POMPÔNIO (SÉCULO II D.C.)	54
<i>THE CATEGORIES OF THE LATIN VERB ACCORDING TO THE JURIST SEXTUS POMPONIUS (2ND CENTURY AD)</i>	
Eduardo Henrik Aubert	
"A VOZ DA AMÉRICA LATINA": A EMERGÊNCIA DO EPÍTETO SOBRE MERCEDES SOSA E SUA RETOMADA PÓSTUMA	81
<i>"THE VOICE OF LATIN AMERICA": THE EMERGENCE OF THE EPITHET ON MERCEDES SOSA AND ITS POSTHUMOUS RESUMPTION</i>	
Nathan Bastos de Souza	
IDENTIDADES DE PROFESSORES DE INGLÊS: O QUE AS DISSERTAÇÕES ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2020 NOS REVELAM?	99
<i>IDENTITIES OF ENGLISH TEACHERS: WHAT DO THE DISSERTATIONS BETWEEN THE YEARS 2016 AND 2020 REVEAL TO US?</i>	
Gysele da Silva Colombo Gomes e João Paulo da Mata Nogueira	
FERNÃO MENDES PINTO NA GRAMÁTICA HISTÓRICA DE SAID ALI	135
<i>FERNÃO MENDES PINTO IN SAID ALI'S HISTORICAL GRAMMAR</i>	
César Nardelli Cambraia	

A EMERGÊNCIA DA PONTUAÇÃO NA ESCRITA DE CRIANÇAS BRASILEIRAS	160
<i>THE EMERGENCE OF PUNCTUATION IN BRAZILIAN CHILDREN'S WRITING</i> Andressa Porto Gomes e Geovana Soncin	
USOS DA CONSTRUÇÃO CAUSAL 'POR CONTA DE X' NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	185
<i>USES OF THE CAUSAL CONSTRUCTION 'POR CONTA DE X' IN BRAZILIAN PORTUGUESE</i> Ivo da Costa do Rosário e Bruno Araujo de Oliveira	
HÉRCULES MUSARUM: POÉTICA E PATRONAGEM NO ENCERRAMENTO DOS <i>FASTOS</i> DE OVÍDIO	211
<i>HERCULES MUSARUM: POETICS AND PATRONAGE AT THE END OF OVID'S FASTI</i> Lya Serignolli	
TOPONÍMIA PARALELA NA CIDADE DE DOURADOS/MS: NOMEAÇÃO E MEMÓRIA	241
<i>PARALLEL TOPONYMY IN THE CITY OF DOURADOS/MS: NAMING AND MEMORY</i> Marilze Tavares e Marina de Souza Santos	
CROFT, William. Morphosyntax: constructions of the world's languages . Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2022. 726 p. + glossário on-line. Resenha.	267
Luana Lopes Amaral e André Vinícius Lopes Coneglian	
BOTELHO, José Mario. História externa da língua portuguesa e a formação de seu léxico . Rio de Janeiro: Autografia, 2022. 302 p. Resenha.	278
Mario Cesar Newman de Queiroz	
ÍNDICE DE ASSUNTOS	284
SUBJECT INDEX	286
ÍNDICE DE AUTORES	288

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresento os dez artigos e as duas resenhas que compõem o v. 20, n. 1, da *Revista do GEL*, do ano de 2023. Esta edição representa uma contribuição significativa para o campo da Linguística e dos Estudos Clássicos, cobrindo uma gama de tópicos de grande relevância.

Em “Os tabus de decência na variação *cornu* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB”, Cassio Murílio Alves de Lavor, Raket Beserra de Macêdo Viana e Aluiza Alves de Araújo lançam luz sobre o uso, na fala cearense, de termos relacionados à infidelidade, analisando a variação linguística nesse contexto específico com base em dados do ALiB. Os autores concluem, com dados estatísticos, que a variante *cornu* é mais frequente do que *chifrudo* e que as comunidades pesquisadas não fazem uso de recurso linguístico para eufemizar a fala, preferindo disfemizá-la.

No texto “Aprendizagem de línguas em contexto acadêmico mediado por tecnologias digitais: limites e possibilidades da ferramenta Quizlet para a sala de aula invertida”, Marcella Cherchiglia Aquino e Paulo Sampaio Xavier de Oliveira exploram a implementação da sala de aula invertida no ensino de línguas adicionais, utilizando a ferramenta Quizlet como exemplo. Enfatizam como a tecnologia pode aprimorar o aprendizado de idiomas.

O artigo “As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)”, de Eduardo Henrik Aubert, aprofunda nossa compreensão das categorias do verbo latino, examinando as contribuições do jurista Sexto Pompônio, do século II d.C., e proporcionando uma visão valiosa da língua latina clássica. Com uma análise fina, Aubert preocupa-se em compreender como Pompônio concebe as categorias de aspecto, modo e tempo, o que constitui o único conjunto estruturado de observações de um autor latino antigo sobre a língua técnica do Direito.

Mudada a perspectiva para os estudos bakhtinianos, Nathan Bastos de Souza, em “‘A voz da América Latina’: a emergência do epíteto sobre Mercedes Sosa e sua retomada póstuma”, analisa o uso de epítetos na representação de figuras públicas, com realce para a cantora Mercedes Sosa. Ele nos ajuda a compreender como a linguagem molda identidades e memórias culturais.

Gysele da Silva Colombo Gomes e João Paulo da Mata Nogueira, no artigo “Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?”, investigam diferentes teorias sobre o conceito de identidades, e, em um

segundo momento, a concentração de trabalhos voltados mais especificamente para as identidades do professor de inglês com base em nove dissertações produzidas entre 2016 e 2020, apresentando intuições cruciais sobre a formação identitária desses educadores. Pormenorizadamente, o estudo trata da predominância de dois blocos de condutas teóricas; no primeiro deles, encontramos as perspectivas adotadas para os estudos acerca das identidades, ao passo que, no segundo, verificamos uma concentração de trabalhos voltados especificamente para as identidades do professor de inglês.

Os Estudos Historiográficos e de Linguística Histórica são tema da reflexão do artigo “Fernão Mendes Pinto na gramática histórica de Said Ali”, de César Nardelli Cambraia. Esse texto discute em pormenor os critérios de inclusão de abonações da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, na *Gramática histórica da língua portuguesa*, de Manoel Said Ali Ida.

Na sequência, em “A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras”, Andressa Porto Gomes e Geovana Soncin caracterizam a emergência dos sinais de pontuação na escrita de crianças durante os cinco anos escolares que compõem o primeiro ciclo do atual Ensino Fundamental brasileiro. Esse estudo salienta a importância da pontuação na escrita de crianças, revelando como ela se desenvolve no processo de aquisição da linguagem escrita, com implicações educacionais significativas.

No que diz respeito aos estudos sobre Linguística Funcional Centrada no Uso, temos o trabalho de Ivo da Costa do Rosário e de Bruno Araujo de Oliveira, intitulado “Usos da construção causal ‘por conta de X’ no português brasileiro”. O artigo investiga as propriedades da construção causal *por conta de X* no português brasileiro, à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso.

A literatura latina também faz parte deste número da *Revista do Gel*, com o artigo “Hércules Musarum: poética e patronagem no encerramento dos *Fastos* de Ovídio”, de Lya Serignolli. Esse nono artigo mergulha na poética e na patronagem presentes no encerramento dos *Fastos*, de Ovídio, explorando a riqueza literária e linguística dessa obra clássica.

No término da sequência de artigos, há “Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória”, de Marilze Tavares e Marina de Souza Santos. A finalidade do artigo é investigar a toponímia paralela na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, e sua influência na construção da memória coletiva e da identidade local.

Além desses artigos, a revista inclui duas resenhas:

Resenha de “Morphosyntax: constructions of the world’s languages”, de William Croft, elaborada por Luana Lopes Amaral e André Vinícius Lopes Coneglian.

Igualmente, a resenha de “História externa da língua portuguesa e a formação de seu léxico”, de José Mario Botelho, elaborada por Mario Cesar Newman de Queiroz.

Esses dez trabalhos – reunidos e dispostos em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor (ou do primeiro autor) no corpo da revista, salvo as resenhas, que seguem no final do volume – apontam para diferentes vertentes do pensamento acerca da linguagem e articulam-se com linhas de pesquisa constantemente presentes nos dezenove volumes da *Revista do GEL* já publicados. Reiteram, assim, o compromisso com a diversidade e com a qualidade do pensamento acadêmico em nossos campos de estudo, sendo, portanto, índices de caminhos já trilhados e, ao mesmo tempo, potencialmente produtivos para o desenvolvimento de investigações que contribuam para a construção de um pensamento, em todos os sentidos, inovador e revigorante.

Mais uma vez, agradeço à Letraria e a todos os seus colaboradores, a Milton Bortoleto – nosso auxiliar editorial –, aos autores e aos pareceristas, cujos ânimo e contínua resistência têm dado prosseguimento a este importante projeto científico.

Excelente leitura a todos!

Marcelo Módolo¹,
Editor da *Revista do GEL*.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; modolo@usp.br;
<https://orcid.org/0000-0001-5808-9368>

OS TABUS DE DECÊNCIA NA VARIACÃO *CORNO* E *CHIFRUDO*, EUFEMIZADOS E DISFEMIZADOS, NA FALA CEARENSE, A PARTIR DE DADOS DO ALIB

Cassio Murílio ALVES DE LAVOR¹

Rakel Beserra de Macêdo VIANA²

Aluiza Alves de ARAÚJO³

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i1.3510>

Resumo: Amparados nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006; Labov, 2008), investigamos o uso do tabu linguístico *cornu* no estado do Ceará, a partir de dados do ALiB. Objetivamos identificar a variante mais produtiva e analisar o papel dos fatores extralinguísticos e linguísticos sobre a realização da variante *cornu* na amostra analisada, bem como investigar se esses fatores condicionam uma fala eufemizada na comunidade estudada. Testamos os fatores linguísticos *recurso linguístico* e *nº de variantes faladas*, e os fatores extralinguísticos *sexo*, *faixa etária* e *localidade*. O GoldVarb X selecionou a variável *nº de variantes faladas* como relevantes para a variante *cornu* e para o uso de eufemísticos, e a variável *sexo* como relevante apenas para o uso de eufemísticos. Concluímos que a variante *cornu*, 61,30%, é mais frequente que *chifrudo*, 38,70%, e que as comunidades pesquisadas não fazem uso de recurso linguístico para eufemizar a fala (33,30%), preferindo disfemizar (66,70%).

Palavras-chave: Cornu. Chifrudo. Tabu. Variação Linguística. Eufemizar. Disfemizar.

1 Universidade Estadual do Ceará (UEC), Fortaleza, Ceará, Brasil; murilolavor_rh@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-5228-6042>

2 Universidade Estadual do Ceará (UEC), Fortaleza, Ceará, Brasil; rakelbeserra@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-6565-7730>

3 Universidade Estadual do Ceará (UEC), Fortaleza, Ceará, Brasil; aluizazinha@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-2166-0852>

- | Os tabus de decência na variação *corno* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB

THE TABOOS OF DECENCY IN THE CORNO AND CHIFRUDO VARIATION, EUPHEMIZED AND DYPHEMIZED, IN CEARÁ'S SPEECH, BASED ON ALIB DATA

Abstract: Supported by the theoretical and methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics (Weinreich; Labov; Herzog, 2006; Labov, 2008), we investigated the use of the linguistic taboo horn in the State of Ceará, based on ALiB data. We aimed to identify the most productive variant and analyze the role of extralinguistic and linguistic factors on the realization of the horn variant in the analyzed sample, as well as to investigate whether these factors condition euphemized speech in the studied community. We tested the linguistic factors linguistic resource and number of spoken variants, and the extralinguistic factors gender, age group and location. GoldVarb X selected the variable number of spoken variants as relevant for the horn variant and for the use of euphemistic, and the variable gender as relevant only for the use of euphemistic. We concluded that the horn variant, 61.30%, is more frequent than horned, 38.70%, and that the communities surveyed do not use linguistic resources to euphemize speech (33.30%), preferring to dysphemize (66.70 %).

Keywords: *Corno*. *Chifrudo*. Taboo. Linguistic Variation. Euphemize. Desphemize.

Introdução

Entre os incontáveis fenômenos linguísticos que permeiam a oralidade cearense e em outras localidades do Brasil, voltamos nossa atenção para o fenômeno de concorrência entre variantes⁴ consideradas tabus linguísticos, ou seja, palavras que compõem o léxico de uma comunidade e são marcadas por reações de mal-estar ou por um sentimento coletivo exercido a partir de comportamentos sociais, morais ou assuntos proibidos. Por conseguinte, partindo da concepção de que cada sociedade possui os seus padrões morais, entendemos que uma palavra considerada tabu para um grupo social não significa, necessariamente, que seja em outro. Além disso, uma palavra tabu pode ser investida, entendida e sentida, condicionada por variáveis sociais.

Logo, sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov (2008 [1972])), esta pesquisa busca entendimentos sobre as variantes linguísticas selecionadas como respostas à pergunta 141 (... o marido que a mulher passa

4 O termo variante é usado para referir as diferentes maneiras de dizer a mesma coisa do ponto de vista da língua (LABOV, 2008).

para trás com outro homem?) do Questionário Semântico Lexical – QSL⁵ – um dos tipos de questionários do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB⁶. Esta pesquisa propõe: identificar a variante mais produtiva; analisar o papel dos fatores linguísticos (*recurso linguístico e N^o de variantes informadas*) e extralinguísticos (*sexo, faixa etária, localidade*) sobre a realização da variante *cornu* na amostra analisada; investigar se esses fatores condicionam uma fala eufemizada⁷ na comunidade estudada, em detrimento de uma fala disfemizada⁸.

Dito isto, cabe pontuar que, para a realização deste estudo, levantamos algumas questões iniciais: i) qual variante (*cornu, chifrudo e outras formas*⁹) é mais frequente na amostra analisada?; ii) a resposta à questão 141 se apresenta de maneira eufemizada ou disfemizada na fala?; iii) quais fatores extralinguísticos (*sexo, faixa etária, localidade*) e linguísticos (*recurso linguístico e n^o de variantes faladas*) são relevantes para o uso do termo *cornu* e influenciam o uso do recurso para eufemizar?

Concernente às hipóteses iniciais, defendemos que: 1) a variante *cornu* é a mais frequente na amostra analisada; 2) os homens favorecem o uso de *cornu*, ao contrário das mulheres que beneficiam *chifrudo*; 3) a *faixa etária II* favorece o termo *cornu*, enquanto a *faixa etária I* o inibe; 4) a localidade beneficia o termo *cornu*; 5) a variável *N^o de variantes mencionadas* favorece o termo *cornu* e o uso de termos eufemizados; 6) o *recurso linguístico* privilegia o uso da variante *cornu*; 7) a amostra pesquisada usa de recurso linguístico para eufemizar as palavras tabus; 9) as mulheres eufemizam o tabu linguístico, enquanto os homens disfemizam; 10) A faixa etária II eufemiza a palavra tabu, enquanto a faixa etária I disfemiza.

Referente à revisão da literatura, optamos por não apresentarmos uma seção com os trabalhos encontrados (Monteiro, 2002; Almeida, 2007; Araújo, 2008; Vilaça, 2009; Guedalha, 2011; Benke, 2012; Santos; Paim, 2015), pois concluímos que, apesar de esse

5 Esse questionário (QSL) é dividido em 14 áreas semânticas: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, atividades agropastoris, fauna, corpo humano, ciclos da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, jogos e diversões infantis, habitação, alimentação e cozinha, vestuário e acessórios e vida urbana (BENKE, 2012).

6 “[...] constitui-se na primeira tentativa, em nível nacional, de descrição do português brasileiro com base em dados coletados, *in loco*, nas diversas regiões geográficas, a partir da investigação em uma rede de pontos que se estende do Oiapoque (ponto 001) ao Chui (ponto 250)” (Cardoso; Mota, 2012, p. 855).

7 “As concepções de eufemismo nos diferentes dicionários centram-se no objetivo da substituição de palavras, as quais poderiam tocar em algum assunto ou aspecto tabu e causar um efeito ou reação desagradáveis nos interlocutores” (Xiao, 2015, p. 7).

8 Disfemismo: “Palavra ou expressão directa e crua, geralmente grosseira e ofensiva, usada em vez de outra simpática, neutra, directa...”, o contrário, pois, de eufemismo (Xiao, 2015, p. 8).

9 Outras formas é um amalgamento para as demais variantes localizadas na amostra (touro, galheiro, boi, traído e tolo) consideradas eufemizadas neste trabalho.

- | Os tabus de decência na variação *cornu* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB

ser um fenômeno bastante estudado, apenas um dos trabalhos localizados, o de Benke (2012), usa os pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista, mas não trabalha com os mesmos objetivos aqui empregados. Então, consideramos que todos esses trabalhos se tornam inviáveis na contraposição ou confirmação dos resultados aqui encontrados, assim como justificam a importância desta pesquisa para os estudos variacionistas.

Logo, optamos por dividir esta pesquisa em uma parte introdutória, onde apresentamos os objetivos, os questionamentos e as hipóteses; em seguida, apresentamos uma seção, dividida em subseções, em que definimos os pressupostos teóricos; outra destinada à metodologia aplicada e do caráter da pesquisa. Encerramos com a discussão e apresentação dos resultados estatísticos, em gráficos e tabelas, oferecidos pelo programa computacional utilizado, e finalizamos com nossas considerações finais.

Fundamentação teórica

Para melhor compreensão, dividimos esta seção em subseções nas quais apresentamos alguns conceitos encontrados para os temas abordados.

Tabu

O termo *tabu* está quase sempre associado aos trabalhos de Freud dentro da área da psicanálise, mas, no entanto, a presença do objeto tido como tabu antecede aos trabalhos do pai da psicanálise, retomando o séc. XVIII, quando é apresentado à sociedade ocidental a partir das experiências do navegador James Cook, que percebeu a preocupação dos nativos das Ilhas Tonga acerca de situações que desafiavam o que eles consideravam sagrado-proibido, segundo Monique Augras (1989, p. 13). Ainda quanto à origem do tabu, Wundt (1906, *apud* Freud, 1969) o considera como “o código de leis não escrito mais antigo do homem. [...] o tabu é mais antigo que os deuses e remonta a um período anterior à existência de qualquer espécie de religião” (Wundt, 1906, *apud* Freud, 1969, p. 37).

Em suma, Freud (1969) considerava o tabu como a base da idolatria e, portanto, inviolável, pois a sua violação provocaria um castigo divino, uma maldição. Ademais, o tabu expressaria um sentimento coletivo sobre um determinado comportamento ou assunto. Ainda, para Freud (1969, p. 26),

[...] o significado de “tabu” se divide, para nós, em duas direções opostas. Por um lado, quer dizer “santo, consagrado”; por outro, “inquietante, perigoso, proibido, impuro”. O contrário de “tabu”, em polinésio, é *noa*, ou seja, “habitual, acessível a todos”.

No que concerne ao sagrado-proibido, por sua vez, podemos interpretá-lo como uma evocação de superstições e crenças, como também, o medo de pronunciar, tocar e pensar o nome daquela coisa tida como sagrada e, por isso, proibida.

Dessa forma, existem objetos tabus, que não devem ser tocados; lugares tabus, que não devem ser pisados ou apenas que não se deve avizinhar; ações tabus, que não devem ser praticadas; e palavras tabus, que não devem ser proferidas. De acordo com Freud (2013, p. 20), “a violação de um tabu transforma o próprio transgressor em tabu [...], certos perigos provocados pela violação podem ser evitados por atos de expiação e purificação”.

Entendemos que “o tabu vem a ser a abstenção ou proibição de pegar, matar, comer, ver, dizer qualquer coisa sagrada ou temida e cometendo-se tais atos, ficam sujeitos a desgraças a coletividade, a família ou o indivíduo” (Guérios, 1979, p. 1).

Entre as muitas acepções para o termo tabu, há os tabus linguísticos, objeto de estudo desta pesquisa e que definimos na subseção seguinte.

Tabu linguístico

Ao tratarmos de termos que são considerados tabus na língua de uma comunidade, estamos tratando do léxico, entendido como “a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (Biderman, 1978, p. 80; 139). Entendemos, ainda, a partir dos relatos e definições históricas, que alguns termos tabus podem ser considerados um problema social, constituído e difundido, ao longo dos tempos e de geração a geração, pelas relações sociais, nas quais as crenças, os costumes, os hábitos e as experiências funcionam como uma matriz de perpetuação.

Logo, entendemos que “a sociedade não é simplesmente uma coisa, mas uma construção do pensamento”, e que “as relações sociais envolvem crenças, valores e expectativas, tanto quanto a interação no espaço e no tempo” (Rodrigues, 1983, p. 29). Assim, ao tratarmos de uma relação entre os tabus sociais e o comportamento linguístico, estamos adentrando o âmbito da sociolinguística, como bem entendeu Lyons (1981).

Diferente da antropologia e da psicanálise, o termo tabu é trabalhado na Sociolinguística como tabu linguístico, termo cunhado por Antoine Meillet por volta de

- | Os tabus de decência na variação *cornu* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB

1906, quando propôs uma classificação para os termos lexicais que causavam repúdio ou desconforto na sociedade em Paris (Guérios, 1979, p. 5). Assim, a linguística defende que as palavras carregadas com um estigma negativo, palavras tabus, representam a imposição de uma proibição de dizer certas palavras que representam coisas ou pessoas marcadas negativamente.

Para Coseriu (1987, p. 71), o tabu linguístico representa “apenas um aspecto de um fenômeno mais amplo, que é a interdição de vocabulário” e que isso se deve “também a várias outras razões de índole emotiva ou social; razões de educação, cortesia, boas maneiras, decência, amabilidade, etc.”.

Ainda, de acordo com Ullmann (1964), os tabus linguísticos podem ser classificados em: de superstição (voltado para a religiosidade, como a palavra inferno); de delicadeza (voltado para enfermidades e situações delicadas, como a palavra câncer); de decência (voltados para imoralidade e termos pejorativos, como caralho e rapariga).

Entendemos, então, que algumas palavras carregam uma força semântica capaz de marcar um indivíduo ou grupo e que essas palavras, consideradas tabus, são difundidas, a partir da fala, de geração a geração. No entanto, essa força semântica pode ser atenuada, ou agravada a partir do uso de recurso linguístico que permite eufemizar ou disfemizar, como apresentamos na próxima subseção.

Eufemismo

Para Xiao (2015, p. 6), assim como as línguas são dinâmicas, os eufemismos e disfemismos também o são; eles acompanham, assim como as línguas, todo o dinamismo advindo com a história, logo, “as formas de suavizar ou, pelo contrário, denegrir e ridicularizar a realidade informam todo um contexto social, econômico, cultural e político” (Xiao, 2015, p. 6). Entendemos, assim como Azeredo (2010, p. 500), que a escolha de um termo eufemístico ou disfemístico na fala está associada a um “engajamento lexical” e a escolha de um dos termos desse fenômeno linguístico “enquadra o enunciador em um determinado contexto situacional pelas vias da linguagem” (Azeredo, 2010, p. 500).

De acordo com Veschi (2020), o termo eufemismo tem referência no latim como *euphemismus*, com base no grego em *euphēmismós*, constituído por eu, que se refere à ideia de um comportamento bom ou correto, na base do indo-europeu *es-*, por ser acompanhado pelo componente *-phēm*, por *phēme*, entendido como palavra ou expressão, associado ao verbo *phanai*, para falar, com raiz no indo-europeu *bha-*, para dizer, e completada pelo sufixo *-ismo*, representando o agente do latim *-ismo* assim como

do grego -ismós, atribuindo atitude à palavra. Para Luft (2005, p. 358), eufemismo é uma expressão atenuadora ou indireta de ideia desagradável, grosseira ou indecente.

Em uma pesquisa gramatical – Rocha Lima (1962), Cegalla (2008) e Azeredo (2010) – percebemos que o termo eufemismo aparece na seção da estilística como uma figura de pensamento.

Disfemismo

Já o termo Disfemismo, de acordo com Daniela Otsuka (2010), vem da palavra grega *Dysphemia* que significa “mau agouro”, palavras más, de desgraça. Considerado o oposto do eufemismo, o disfemismo é uma figura de linguagem que consiste no emprego de expressões ou termos rudes, sarcásticos, provocativos e humilhantes que são usados para definir pessoas ou situações. No entanto, esse perde seu sentido depreciativo quando o contexto da mensagem é humorístico, como nas piadas de humor.

No *Dicionário Houaiss do Português Atual*, de Antônio Houaiss (2009), a definição do termo disfemismo subdivide-se em duas acepções mais desenvolvidas: 1. Emprego de palavra ou expressão depreciativa, ridícula, sarcástica ou chula, em lugar de outra palavra ou expressão neutra (p. ex.: ficar puto por ficar com raiva). 2. Palavra ou expressão agressiva, blasfema ou pejorativa (p. ex.: *poetastro*, *politicoide*). Já a *Gramática Houaiss* (Houaiss, 2008, p. 500) faz considerações ao termo disfemismo, definindo-o como “uso de palavra ou expressão considerada grosseira, grotesca, nauseante ou simplesmente desagradável em lugar de outra mais branda ou neutra”.

Então, ancorado nos conceitos apresentados, entendemos que os termos usados para eufemizar ou disfemizar são processos que se contrapõem, mas que representam uma mesma realidade advinda do proibido ou tabu, ou seja, o eufemismo e o disfemismo divergem a partir de uma mesma base e origem, os tabus linguísticos. Logo, um mesmo assunto delicado pode vir a provocar tanto substitutos eufemísticos como disfemísticos, a depender da intenção do locutor.

Sociolinguística Variacionista

Defendemos que há uma relação entre os tabus observados na sociedade e o comportamento linguístico dessa, sendo necessário, portanto, enquadrá-los ou situá-los sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista. Essa, por seu turno, é uma das áreas da Linguística que despontou como ciência na década de sessenta a partir dos estudos empíricos do linguista americano William Labov, que, ao considerar o caráter social da

- | Os tabus de decência na variação *cornu* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB

língua, passou a investigá-la em seu real contexto de uso, levando em conta as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística.

Ao considerar o caráter social da língua, Labov destoa do pensamento vigente da época, encabeçado por Sausurre, com o estruturalismo, e Chomsky, com o gerativismo. Tanto esse quanto aquele defendeu a homogeneidade necessária do objeto linguístico, ignorando a heterogeneidade e considerando a fala como caótica e desmotivada (Figueroa, 1994, p. 77-78). No entanto, William Labov investe no caráter heterogêneo da linguagem, que, para ele, é um instrumento de comunicação heterogêneo e variável e, portanto, precisa ser analisada considerando-se, além dos aspectos fonológicos, lexicais, semânticos e estruturais, a influência que os fatores sociais podem exercer sobre ela. Assim, Labov (2008, p. 259) defende um estudo empírico da língua onde se considera as comunidades de fala¹⁰.

O caráter heterogêneo defendido por Labov (2008), ao referir-se à variação linguística, diz respeito a uma variação que pode ser sistematicamente explicada, ou seja, a covariação ou modos alternativos de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto de uso, ou possuidores de um mesmo significado referencial (Labov, 2008, p. 78).

Logo, o modelo teórico-metodológico proposto por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e Labov (2008 [1972]), de caráter variacionista, procura ordenar a heterogeneidade considerando que toda variação na fala é inerente ao sistema linguístico, e essa é ordenada e regular, portanto, passível de ser explicada e descrita, relacionando-as aos contextos sociais e linguísticos, conforme Labov (2008).

A partir das concepções de Labov, várias outras pesquisas de cunho variacionista foram difundidas no cenário mundial e continuam a ser cada vez mais presentes, atestando que variação e mudança são fatores inerentes às línguas e contribuem para uma descrição mais real e fidedigna dos usos que delas são feitos pelos falantes.

Na próxima seção, tratamos da metodologia aplicada na construção desta pesquisa.

Percurso metodológico

Esta pesquisa busca respostas para a concorrência dos termos *cornu* e *chifrudo*, defendidos como tabus linguísticos, controlados a partir das variáveis linguísticas, *recurso*

¹⁰ A comunidade de fala é tida, para a Sociolinguística Quantitativa, como o *locus* da análise do fenômeno linguístico. Suas fronteiras são definidas por (i) atitudes e valores sociais compartilhados pelos falantes em relação à língua e (ii) regras gramaticais compartilhadas pelo grupo (Labov, 2008, p. 19).

linguístico e nº de variantes faladas, e das variáveis extralinguísticas, *sexo, faixa etária, localidade*, o que nos permite descrevermos quais desses fatores favorecem ou inibem o uso do termo *cornos* e qual variável é mais frequente na amostra analisada. Além disso, buscamos descrever a fala da comunidade, a partir do uso do recurso linguístico para eufemizar ou disfemizar, apresentando qual grupo de fatores favorece o uso do termo eufemístico.

Logo, defendemos que este estudo, quanto a sua abordagem, é de caráter qualitativo e quantitativo e quanto a seu objetivo é de caráter descritivo.

Quanto ao caráter quantitativo, esse é defendido em virtude de entendermos que esse tipo de pesquisa considera o que “pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 69). E o caráter qualitativo porque “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2007). No que concerne ao objetivo descritivo, entendemos que esta pesquisa “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52).

Definidos o caráter e o objetivo, passamos à seleção do *corpus* com o qual trabalhamos e, para isso, decidimos selecionar as respostas dadas à questão 141 (...o marido que a mulher passa para trás com outro homem?) do QSL, um dos questionários das entrevistas do projeto ALiB.

Assim, formamos um *corpus* constituído por 48 entrevistas, 24 com pessoas do *sexo masculino* e 24 do *sexo feminino*, pertencentes à faixa etária I (18 a 30 anos) e faixa etária II (45 a 60 anos), com nível de escolaridade até a 4ª série primária e moradores de 12 localidades do estado do Ceará (Camocim, Canindé, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Ipu, Limoeiro do Norte, Quixeramobim, Russas, Sobral e Tauá).

Selecionamos as entrevistas, ouvimo-las e registramos as ocorrências, um total de 74, para o fenômeno estudado e transcrevemo-las, adotando o modelo proposto por Marcuschi (1986, p. 10-13).

Isso posto, selecionamos uma amostra homogênea e estratificada, bem como formulamos nosso envelope de variação, esses constituído pelas seguintes variáveis extralinguísticas, a saber: *sexo, faixa etária e localidade*, que também foram controladas no ALiB, e pelas variáveis *nº de variantes usadas e recurso linguístico*.

- | Os tabus de decência na variação *cornu* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB

Quanto à variável *recurso linguístico*, decidimos que ela será definida pela primeira resposta dada à pergunta feita pelo pesquisador. Então, mesmo que o informante use diversas variantes como resposta, usamos a primeira resposta dada como marcadora de uma fala *eufemizada* ou *disfemizada*, como exemplo, dispomos no excerto 1, extraído de nossa amostra.

(01) Pesquisador: ...olha e o maridu que a mulher passa (retoma) e o marido que a mulher passa pra trás com outro home é o quê?

Informante: (+) o maridu...? (interrompido por P)

Pesquisador: ...que' é enganado pela mulher

Informante: chifrudo ((baixa o tom de voz))?

Pesquisador: isso ((baixa o tom de voz)) tem outro nome?

Informante: "Cornu" ((altera o tom de voz)) ((ri))

Pesquisador: ((ri))

Informante: ((ri)) (ALiB, QSL 141, INF. O3903)¹¹

Como podemos perceber, o entrevistado dá uma resposta para a pergunta feita, o que poderia satisfazer o pesquisador, mas esse insiste em mais respostas, pois um dos objetivos do pesquisador do ALiB é obter o maior número possível de palavras que compõem o léxico da comunidade. Isso nos leva a entender que a fala, quanto ao recurso para eufemizar ou disfemizar, foi determinada na primeira resposta, pois o informante pode não conhecer ou não fazer uso de outras formas, constatado em alguns casos, como no excerto 2.

(02) Pesquisador: ...como é que se chama o marido da mulher que é passado pra trás por outro homem

Informante: (+)(+)cornu ((baixa o tom de voz))

Pesquisador: [fale mais alto ((baixa o tom de voz)) (+)(+) o que mais? ((baixa o tom de voz)) (+) tem outro nome? (rápido)

Informante: (+)(+)(+) (não responde)

Pesquisador: conhece' outo nome'?

Informante: (+)(+)(+) (não responde) (ALiB, QSL 141, INF. 04303)

¹¹ ALiB é o banco de dados; QSL, o tipo de registro da fala; INF é o informante cuja fala foi transcrita; N^o é a numeração da entrevista, em que o primeiro número, 03, é a localidade e o 903 o número do entrevistado, nesse caso homem da faixa etária II.

O excerto 2, retirado de nossa amostra, apresenta um entrevistado que definiu sua resposta com apenas uma variante, mesmo sendo estimulado a dar mais resposta para a questão 141.

Para atendermos aos objetivos desta pesquisa, ela foi dividida em duas partes, uma em que apresentamos os resultados para a variação entre os termos *cornu*, *chifrudo* e *outras variantes*; e outra na qual apresentamos os resultados para o uso de uma fala eufemizada ou disfemizada, usando a variável *recurso linguístico* como variável dependente, com os fatores *eufemizar* e *disfemizar*.

Primeiro fizemos rodadas ternárias (*chifrudo*, *cornu* e *outras variantes*), procurando entendimento sobre a frequência total dos termos em concorrência. Em seguida, realizamos rodadas binárias com as variantes *cornu* e *chifrudo*, desta vez usando a variante *cornu* como aplicação da regra variável¹². Após as rodadas que nos possibilitaram apresentar as frequências de uso dos termos em concorrência, assim como os pesos relativos¹³ e os grupos favorecedores das variantes *cornu* e *chifrudo*, executamos rodadas que definiram a fala como eufemizada ou disfemizada, usando para isso o fator *eufemizar* como aplicação da regra.

Assim, após formarmos um envelope de variação e codificarmos todas as ocorrências, submetemo-las ao programa computacional GoldVarb X¹⁴ (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005) que nos oferece resultados estatísticos sobre a frequência de uso de cada variante e o Peso Relativo dos fatores selecionados como relevantes na aplicação da regra. Esse peso relativo de um fator nos “indica o efeito deste fator sobre o uso da variante investigada”, conforme Guy e Zilles (2007, p. 239).

Os resultados estatísticos, como a frequência de uso e Peso Relativo, foram apresentados em gráficos e tabelas e analisados à luz dos conhecimentos oferecidos pela Sociolinguística Variacionista, que possibilitou uma discussão sobre o tema tabu linguístico. A seguir, apresentamos e discutimos os resultados oferecidos pelo programa computacional.

12 Em uma análise feita pelo programa Varbrul, “o pesquisador deve escolher qual variante será tratada como *aplicação da regra* e, ao realizar a rodada dos dados, deve informar ao programa o respectivo código dessa variante” (Guy; Zilles, 2007, p. 229).

13 Peso Relativo das variáveis, em que $PR < 0,5$; $PR = 0,5$ e $PR > 0,5$ indica, respectivamente, desfavorecimento, neutralidade e favorecimento de um fator postulado em uma determinada variável sobre a variante escolhida como aplicação da regra, ou seja, acima de 0,50 é considerado favorecedor e abaixo de 0,50 é desfavorecedor, já quando for exatamente 0,50 é considerado neutro (Guy; Zilles, 2007).

14 GoldVarb é uma versão para ambiente Windows do pacote de programas VarbRul – do inglês Variable Rules Analysis, “é um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística” (Guy; Zilles, 2007, p. 105). Mais informações em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

- | Os tabus de decência na variação *cornos* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB

Apresentação e discussão dos resultados estatísticos

Esta seção está dividida em subseções de acordo com as rodadas.

Resultados para a questão 141: “o marido que a mulher passa para trás com outro homem?”

De acordo com Xiao (2015, p. 58-59), na tradição chinesa, os adjetivos que remetem ao homem traído ou enganado são eufemísticos, pois o termo disfemístico, sempre ligado a prostituir-se, recai sobre a mulher, responsável pelo homem receber o adjetivo ou substantivo *cornudo*, literalmente ligado ao covarde. Parece-nos que, historicamente, as sociedades preferem relacionar a ação de trair com prostituir, como percebemos em Silva (1813, p. 138) que já registrava para *cornos* a acepção de “o homem cuja mulher se prostitúe; e se diz por-lhe os cornos, por deshonrá-lo”.

Ainda sobre a origem do termo na cultura chinesa, Xiao (2015) explica que marido traído ou enganado faz referência a uma personagem do antigo teatro chinês, um homem muito pobre e ambicioso que deixa a mulher cuidando da casa e dos filhos para tentar ganhar fortuna trabalhando para o rei, mas, após atingir seus objetivos, ele esquece a promessa de retornar e buscar sua esposa, casando-se com outra de origem nobre, deixando, assim, a antiga família sob sigilo, ou seja, trata-se de homem ingrato, ambicioso e mentiroso, adjetivos que são, hoje, atribuídos à mulher, não ao homem que pratica a ação de trair a esposa.

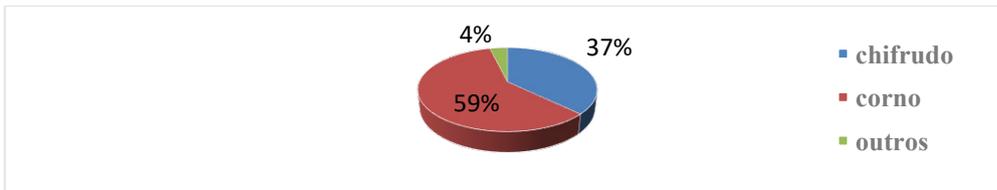
Na atualidade, na cultura ocidental, o termo *cornos* é usado para ofender, ou criar humor, mas, para esta pesquisa, entendemo-lo como pejorativo, portanto, disfemístico. De acordo com Benke (2012), em uma pesquisa em todas as capitais do Brasil, usando os dados do ALiB, foram encontradas “34¹⁵ formas designadas ao homem traído” (Benke, 2012, p. 15), já nas comunidades aqui pesquisadas, encontramos apenas 7¹⁶. Ainda, segundo Benke (2012), no Nordeste do Brasil, região onde se localizam as cidades controladas nesta pesquisa, as cinco designações mais produtivas para a questão 141 são: *cornos* (43,24%), *chifrudo* (27,03%), *traído/marido traído* (9,83), *galhudo* (4,05%), *boi* (1,35%).

15 Babaca, boi, bundão, cangalha, chapéu, cheio de ponta, chifrudo, coitado, cornélio, cornos, corno cebola, corno cururu, corno de biqueira, corno de goteira/corno goteira, corno lagartixa, corno manso, corno na marra, corno pontual, corno velho, cornudo, enganado/marido enganado, frouxo, galheiro, galhudo, guampudo, levar galha, levar ponta, mole, otário, estar com galho na cabeça, ter galho, touro, traído/marido traído e trouxa.

16 Corno, chifrudo, touro, galheiro, boi, traído e tolo.

Situado o termo tabu *corno*, passamos aos resultados: em uma primeira rodada, ternária (*chifrudo*, *corno*, *outros*), o programa GoldVarb X apresentou 78 ocorrências totais, 29 para *chifrudo*, 46 para *corno* e 3 para *outras formas* concorrentes, vejamos as frequências no gráfico 1.

Gráfico 1. Frequências obtidas para a questão 141 em rodada ternária



Fonte: Elaboração própria

Na rodada ternária, observamos que a variante mais frequente é a disfemizada *corno*, com 59,00% das ocorrências totais, em detrimento das demais. Em seguida, aparece a forma eufemizada *chifrudo*, com 37,20% e *outras formas*, com apenas 3,80%. Esses resultados estatísticos demonstram que, na amostra examinada, a variante disfemizada *corno* é usada com mais frequência, em detrimento das formas eufemizadas, que apresentam 3,80 (*outras formas*) + 37,20 (*chifrudo*) = 41,00%.

Os resultados estatísticos apresentados nos permitem dizer que a hipótese de que “a variante *corno* será usada com mais frequência na amostra analisada” foi confirmada.

Após esse entendimento inicial de que a variante *corno* é a mais produtiva na amostra analisada, levando-se em consideração todas as variantes registradas na amostra da pesquisa, decidimos fazer rodadas binárias, apenas com as duas variantes com maior frequência, *corno* e *chifrudo*, usando a variante *corno* como valor de aplicação, objetivando números estatísticos que apontem os grupos de fatores favorecedores do uso da variante *corno* na amostra analisada.

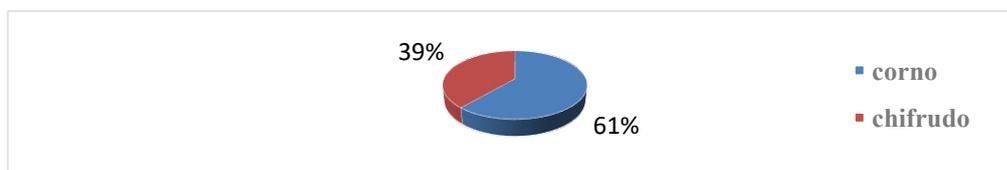
Então, feita a rodada binária, o programa detectou a presença de 2 *nocautes*¹⁷, 1 no grupo de fatores localidade, na cidade de *Limoeiro do Norte*, com 100% das ocorrências (4) para a variante disfemizada *corno*; 1 *nocaute* no grupo de fatores *Nº de variantes usadas*, com apenas uma ocorrência no fator *+ de três* para a forma eufemizada *chifrudo*.

Isolamos os nocautes, preservando as ocorrências totais, então, o programa estatístico apresentou um total de 75 ocorrências, 46 para a variante *corno* e 29 para a variante *chifrudo*, como apresentado no gráfico 2.

¹⁷ Nocaute ou *knockOut* é uma terminologia de análise do GoldVarb X usada em todos os programas da série Varbrul, “que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente” (Guy; Zilles, 2007, p. 158).

- | Os tabus de decência na variação *cornu* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB

Gráfico 2. Frequências obtidas para a questão 141 em rodada binária



Fonte: Elaboração própria

Os dados estatísticos presentes no gráfico 2 demonstram que, na comunidade pesquisada, a frequência obtida para a variante *cornu* é de 61,30%, enquanto a frequência de uso da variante *chifrudo* corresponde a 38,70%. Logo, esses resultados estatísticos corroboram a hipótese de que “a variante *cornu* é mais frequente que *chifrudo* na amostra analisada”.

A frequência de uso da variante disfemizada *cornu* nos permite inferir sobre a forma sexista como os entrevistados, que possuem apenas até a 4ª série primária, se relacionam com o tabu linguístico que define o marido que foi traído, pois, em consonância Xiao (2015, p. 59), quando ele diz que “[...] os atos de uma mulher que levavam o marido a merecer o adjetivo ou substantivo *cornudo* teriam sempre algo a ver com prostituir-se [...]”, os dados analisados sugerem que pode haver, nesses resultados, uma situação marcada pelo machismo, algo que se perpetua ao longo da história brasileira, uma vez que a carga semântica da palavra tabu *cornu* passa a atingir a mulher, não o homem, pois é ela a causadora da situação. Porém, o mesmo não ocorre quando o homem trai sua esposa, ou namorada, uma vez que não existe um correspondente disfemizado para essa situação, havendo apenas termos eufemizados, como mulher abandonada, mulher enganada, mulher traída, entre outros.

No melhor nível de análise, *input*¹⁸ 0,668 e *significance*¹⁹ 0,004, o programa selecionou apenas o grupo de fatores *Nº de variantes usadas* como relevante, apresentando o fator *uma vez* como favorecedor da variante *cornu*. Os demais grupos controlados não foram selecionados.

Vejamos a tabela 1.

18 Representa o nível geral de uso de determinado valor da variável dependente (Guy; Zilles, 2007, p. 238).

19 É a margem de erro de uma pesquisa que é de 5%. Este valor nos indica o grau de confiabilidade dos resultados. Se o valor for acima de 5% significa que os resultados não são confiáveis (Guy; Zilles, 2007, p. 238).

Tabela 1. Atuação da variável *Nº de variantes mencionadas sobre corno* na amostra analisada

Fator	Aplica/Total	%	Peso relativo
Uma vez	16/17	94,10%	0,886
Duas vezes	27/51	52,90%	0,354
Três vezes	2/5	40,00%	0,328

*Input 0,668**significance 0,004***Fonte:** Elaboração própria

Os resultados estatísticos demonstram que, entre os fatores controlados, apenas quando o entrevistado usa só *uma variante* (PR 0,886 e frequência de 94,10%), para responder à questão 141, favorece o uso do termo disfemizado *corno*, logo, se o informante usar mais de uma variante, como *corno*, *chifrudo*, *boi*, *traído*, *galheiro* e *tolo*, possivelmente ele terá usado primeiro um termo eufemizado para, em seguida, usar o disfemizado.

Deduz-se, então, que quando o entrevistado dá apenas uma resposta para a pergunta feita, o termo *chifrudo* possui um PR de 0,114, mas, quando o entrevistado apresenta três variantes para responder a essa mesma pergunta possui PR 0,672, assim, o termo *chifrudo* é favorecido em detrimento do termo *corno*; o mesmo podemos falar a respeito de quando o informante apresenta duas respostas. Logo, há uma proporcionalidade entre o número de variantes mencionadas e o uso das variantes *corno* e *chifrudo*. Esses resultados estatísticos confirmam a hipótese de que “a variável *Nº de variantes mencionadas* favorece o uso do termo *corno*”.

Mesmo que as variáveis *sexo* e *faixa etária* não tenham sido selecionadas como relevantes para o uso da variante *corno*, nós optamos por apresentar apenas as frequências de uso e, com isso, justificar as hipóteses.

Vejamos as tabelas 2 e 3, em que apresentamos as frequências de uso para os grupos de fatores.

Tabela 2. Atuação da variável *sexo* sobre a variante *corno*

Fator	Aplica/Total	%
Homem	22/34	64,70%
Mulher	23/40	57,50%

Fonte: Elaboração própria

As frequências apresentadas na tabela 2 demonstram que os homens, com 64,70%, usam com mais frequência a variante *corno* em comparação com as mulheres, 57,50%. Esses

- | Os tabus de decência na variação *cornu* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB

números corroboram em parte a hipótese de que “os homens usam mais frequentemente o termo *cornu* e as mulheres o termo *chifrudo*”, pois ambos usam mais a forma *cornu*.

Tabela 3. Atuação da variável *faixa etária* sobre a variante *cornu*

Fator	Aplica/Total	%
Faixa etária I	24/38	63,20%
Faixa etária II	21/36	58,30%

Fonte: Elaboração própria

As frequências apresentadas na tabela 3 demonstram que a *faixa etária I* usa com mais frequência, 63,20%, a variante *cornu*, em comparação com a *faixa etária II*, com 58,30%. Esses resultados estatísticos refutam a hipótese de que “a *faixa etária II* usa mais o termo *cornu* enquanto a *faixa etária I* usa mais o termo *chifrudo*”, pois as duas faixas etárias usam mais o termo *cornu*.

A seguir, apresentamos os resultados de uma rodada na qual usamos a variável *recurso linguístico* como variável dependente. Isso é justificado no interesse em apontarmos os grupos de fatores que favorecem uma fala mais eufemizada em detrimento de uma disfemizada na comunidade pesquisada.

Resultados para a rodada, usando o grupo *recurso linguístico* como variável dependente

Para uma rodada binária, *eufemismo* e *disfemismo*, usando o fator *eufemismo* como aplicação da regra, o programa computacional apresentou 5 nocautes, 4 no grupo de fatores *localidade* (1 no *Crato*, com 100% das ocorrências, 7, para o recurso disfemizado; 1 em *Limoeiro do Norte* com 100% das ocorrências, 4, para o recurso disfemizado; 1 em *Russas*, com 100% das ocorrências, 8, para o recurso eufemizado; e 1 em *Sobral*, com 100% das ocorrências, 7, para o recurso disfemizado), e 1 nocaute no grupo de fatores *Nº de variantes usadas* no fator mais de 3 vezes, com apenas 1 ocorrência para o recurso eufemizado.

Desprezamos os nocautes e mantivemos o número total de ocorrências, então, o programa estatístico selecionou um total de 78 ocorrências, 26 para o recurso eufemístico e 52 para o recurso disfemístico, como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3. Frequências obtidas para o fator eufemístico na amostra



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 3, a partir dos dados estatísticos, indica que, na amostra analisada, os informantes, em sua grande maioria, usam com mais frequência termos *disfemizados*, com 66,70% das ocorrências totais, em detrimento de termos *eufemizados*, 33,30% das ocorrências. Essas frequências de uso refutam a tese inicial de que “a comunidade pesquisada vai usar de recurso linguístico para eufemizar as palavras tabus na amostra analisada”.

Esses resultados nos levam a refletir sobre o termo tabu *como* na comunidade pesquisada, essa conhecida pelo humor do povo, esse divulgado a partir de programas humorísticos e seus representantes, pois, de acordo com Preti (1984, p. 2), “muitas dessas unidades consideradas proibidas passaram a integrar músicas, roteiros de televisão e legendas de filmes, por exemplo”.

Ademais, percebemos que o tema traição amorosa permeia o cancionário brasileiro, principalmente em músicas populares e consideradas cafonas, ou bregas, nas quais a principal personagem retratada está ambientada na temática do homem traído, principalmente nas músicas de artistas como Reginaldo Rossi, Amado Batista e o artista cearense Falcão, que lançou, em 1999, um disco intitulado “500 anos de chifre: o brega do brega”, um álbum conceitual em torno da temática do adultério.

Então, podemos inferir que a variante tabu *como* vem se tornando um termo a serviço do riso, perdendo, assim, sua força enquanto termo proibido em razão da sua aceitação, passando a um registro marcado pela liberdade de expressão. De acordo com Paes (1996), o uso indiscriminado do palavrão, tabu, leva-o à perda de sua força enfática. E ainda, como afirma Borba (2003, p. 32), “O grau de ofensa expresso pelo insulto depende da intimidade das pessoas implicadas, do nível de educação e traquejo social, das circunstâncias”.

Entendemos, ainda, que o uso do termo *como* no humor e na musicografia acaba por publicitar mais a figura feminina, representada como uma mulher sedutora, devassa, envolvente, que tem por prazer arrasar os homens que por ela se apaixonam, situação que favorece a figura masculina, que acaba sendo acolhida e compreendida, enquanto a figura

- | Os tabus de decência na variação *cornu* e *chifrado*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB

feminina torna-se a vilã. Isso acaba incentivando, então, os estereótipos e promovendo uma educação sexista e machista.

Para essa rodada, em seu melhor nível de análise, *input* 0,271 e *significance* 0,019, o programa computacional selecionou os grupos de fatores *Nº de variantes usadas* e *sexo*, nessa ordem de importância, como relevantes para o uso de uma fala eufemizada, como demonstram as tabelas 4 e 5.

Tabela 4. Atuação da variável *Nº de variantes mencionadas* sobre o fator eufemizar na amostra analisada

Fator	Aplica/Total	%	Peso relativo
Uma vez	1/17	5,90%	0,135
Dois vezes	19/52	36,50%	0,584
Três vezes	5/8	62,50%	0,853

Input 0,271

significance 0,019

Fonte: Elaboração própria

Os números estatísticos apresentados demonstram que o fator *três vezes*, PR 0,853 e frequência 62,50%, favorece termos eufemizados, seguido do fator *duas vezes*, PR 0,584 e frequência de 36,50%. Quanto ao fator *uma vez*, esse se comportou como inibidor de termos eufemísticos. Esses números corroboram a hipótese de que “a variável *Nº de variantes mencionadas* favorece o uso de termos eufemizados”.

Podemos inferir, também, que se o entrevistado usar apenas uma variante (PR 0,135) para responder à questão 141, possivelmente ele usará um termo disfemizado, numa frequência de 1 para 17, ou seja, de cada 17 ocorrências só 1 foi de um dos termos eufemizados dado como resposta.

A tabela 5 apresenta o segundo grupo selecionado como relevante para a regra variável. Vejamos os resultados estatísticos.

Tabela 5. Atuação da variável *sexo* sobre o fator eufemizar

Fator	Aplica/Total	%	Peso relativo
Homem	8/37	21,60%	0,342
Mulher	18/41	43,90%	0,644

Input 0,271

significance 0,019

Fonte: Elaboração própria

A variável *sexo*, selecionada como segunda relevante para o uso de uma fala eufemizada, demonstra que as mulheres, com PR 0,644 e frequência de 43,90%, favorecem o uso do recurso linguístico para eufemizar, contrapondo-se aos homens que inibem o uso desse recurso linguístico, com PR 0,342, ou seja, deduzimos que, com PR 0,658, os *homens* favorecem o uso da forma disfemizada *cornô*.

Esses resultados estatísticos corroboram totalmente a hipótese de que “os homens vão usar com mais frequência o termo disfemizado *cornô*, enquanto as mulheres preferem usar termos eufemizados, como *chifrudo*”. A seguir, apresentamos as considerações finais para esta pesquisa.

Considerações finais

Usando os pressupostos da Sociolinguística Variacionista, esta pesquisa objetivou descrever e analisar fatores extralinguísticos e linguísticos que condicionam a realização da variante *cornô* e o uso de uma fala eufemizada, em 12 cidades do Ceará, a partir de dados do ALiB. Assim, entendemos que os números estatísticos demonstraram que a variante *cornô* é a mais frequente na comunidade pesquisada, em detrimento de outras variantes, como *chifrudo*, *boi*, *marido traído*, *babaca* e etc.

Ademais, os resultados sugerem que a comunidade pesquisada não usa de recurso linguístico para eufemizar sua fala, portanto usa com mais frequência uma fala disfemizada e, entre as variáveis controladas, apenas o grupo de fatores *nº de variantes faladas*, no fator *uma vez*, favorece a aplicação do termo *cornô*, ou seja, quanto menos variantes são empregadas para definir “o marido traído”, maior a possibilidade de uso do termo *cornô*. Quanto ao uso de uma fala eufemizada, os resultados apresentados demonstram que as variáveis *nº de variantes faladas* (no fator três vezes e duas vezes) e *sexo* (no fator mulher) favorecem o uso do recurso linguístico que eufemiza a fala, logo, quanto mais variantes empregadas na fala do informante, maior é a probabilidade de a fala ser eufemizada.

Quanto às hipóteses iniciais desta pesquisa, testadas uma a uma, concluímos que a variável *nº de variantes faladas* favorece tanto o uso da variante *cornô* como o emprego de uma fala eufemizada, apresentando proporcionalidade, ou seja, o uso de uma variante favorece o termo *cornô*, disfemizada, e o uso de mais de uma variante favorece o uso de termos eufemizados, como *chifrudo*, *marido traído*, *boi*, entre outros. Já a variável *sexo* favorece uma fala eufemizada, apresentando as mulheres como as favorecedoras de uma fala eufemizada, ao passo que os homens inibem essa fala. Quanto ao grupo de fatores localidade, concluímos que as cidades pesquisadas não influenciam no uso do termo *cornô* e nem no recurso para eufemizar a fala.

- | Os tabus de decência na variação *cornu* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB

A pesquisa possibilitou a confirmação de algumas das hipóteses iniciais, assim como a refutação de outras. Já no tocante à possibilidade de o fenômeno variável tratar-se de um caso de variação estável ou de mudança em progresso, os resultados estatísticos não nos levaram ao entendimento de Labov (1990), segundo o qual, em um processo de variação estável, os homens usam as formas não-padrão e, nos casos de mudança em progresso, são as mulheres que utilizam com mais frequência essas formas, e de Fischer (1958) que constata que as mulheres usam mais as formas de maior prestígio social em comparação com os homens, pois, concernente a tabus linguísticos, não há uma descrição clara de quais formas possam ser consideradas padrão, não-padrão, de maior ou de menor prestígio, pela literatura vigente. No entanto, defendemos tratar-se da concorrência e convivência pacífica das formas variáveis.

Referências

ALMEIDA, L. de. **À guisa de uma tipologia para os tabus linguísticos** – proposta para um glossário. 2007. 193 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

ARAÚJO, J. C. *Chats na web: a linguagem proibida e a queda dos tabus linguísticos*. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 8, n. 2, p. 311-334, maio./ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/b8b3TyThrrjyS7JNvyFCpJJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2022.

AUGRAS, M. **O que é tabu**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

BENKE, V. C. M. **Tabus linguísticos nas capitais do Brasil: um estudo baseado em dados geossociolinguísticos**. 2012. 313 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro : LTC, 1978.

BORBA, F. da S. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

CARDOSO, S. A. M. da S.; MOTA, J. A. Projeto Atlas Linguístico do Brasil: antecedentes e estágio atual. **Alfa**, São Paulo, v. 56, p. 855-870, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v56n3/a06v56n3.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2017.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

COSERIU, E. **O homem e sua linguagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

FISCHER, J. L. Social Influences on the choice of linguistic variant. **Word**, n. 14, p. 47-56, 1958.

FIGUEROA, E. **Sociolinguistic metatheory**. Oxford: Pergamon, 1994. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/language-in-society/article/abs/esther-figueroa-sociolinguistic-metatheory-language-communication-library-14-oxford-pergamon-new-york-elsevier-science-1994-pp-ix-204-hb-4900-7800/BE4DAC47894B455C7733E6795E6FFF27>. Acesso em: 26 abr. 2022.

FREUD, S. **Totem e tabu e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, S. **Totem e tabu**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013.

GUEDALHA, C. A. M. Tabus linguísticos como motivação na formação de palavras no PB. **Working papers em Linguística**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 49-68, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2011v12n2p49>. Acesso em: 26 abr. 2022.

GUÉRIOS, R. F. M. **Tabus linguísticos**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1979.

GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Editora Parábola, 2007.

HOUAISS, A. **Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Publifolha, 2008.

- | Os tabus de decência na variação *cornu* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. Título original: Sociolinguistic Patterns.

LABOV, W. **The intersection of sex and social class in the course of linguistic change**. Language Variation and Change. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1962.

LUFT, C. P. **Dicionário prático de regência verbal**. 9. ed. 9 reimp. São Paulo: Ática, 2005.

LYONS, J. **Language and linguistics: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONTEIRO J. L. **Morfologia portuguesa**. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 2002.

OLIVEIRA E SILVA, G. M. Visão de conjunto das variáveis sociais. *In*: OLIVEIRA E SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. (org.). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1996. p. 335-390.

OTSUKA, D. Disfemismo. **InfoEscola** – Navegando e Aprendendo, 2010. Disponível em: <https://www.infoescola.com/linguistica/disfemismo/#:~:text=Disfemismo%20vem%20da%20palavra%20grega,para%20definir%20pessoas%20ou%20situa%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 16 abr. 2022.

PAES, J. L. Propaganda e palavras. **Comunicação e Educação**, São Paulo: Ed. Moderna/USP, n. 6, p. 69-70, maio/ago. 1996.

PRETI, D. **A gíria e outros temas**. São Paulo: T. A. Queiroz/USP, 1984.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

RODRIGUES, J. C. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **Goldvarb X** – A multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 10 fev. 2022.

SANTOS, L. A.; PAIM, M. M. T. Menstruação na Bahia: um estudo em dois tempos distintos. **Sociodialeto**, Campo Grande, v. 6, n. 16, p. 219-260, jul. 2015. Disponível em: <https://silo.tips/download/menstruacao-na-bahia-um-estudo-em-dois-tempos-distintos-1>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SILVA, A. de M. **Diccionario da Lingua Portugueza**. Lisboa: Tipographia Lacerdina, Tomos I e II, 1813.

ULLMANN, S. **A Semântica**. Uma introdução ao estudo do significado. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VESCHI, B. **Etimologia de eufemismo**. ETIMOLOGIA-origem do conceito, 2020. Disponível em: <https://etimologia.com.br/eufemismo/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

VILAÇA, M. G. da C. **Tabus linguísticos na publicidade brasileira**. 2009. 132 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

VILELA, M. **Estudos de Lexicologia do Português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

- | Os tabus de decência na variação *cornu* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

XIAO, W. **O eufemismo e o disfemismo em português e chinês, na obra do Pe. Joaquim Gonçalves**. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interculturais Português-Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial) – Universidade do Minho Instituto de Letras e Ciências Humanas, Braga, Portugal, 2015. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34271/1/Wang%20Xiao.pdf>. Acesso em: 02 maio 2021.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: ALVES DE LAVOR, Cassio Murilio; VIANA, Raket Beserra de Macêdo; ARAÚJO, Aluiza Alves de. Os tabus de decência na variação *cornu* e *chifrudo*, eufemizados e disfemizados, na fala cearense, a partir de dados do ALiB. **Revista do GEL**, v. 20, n. 1, p. 9-32, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 16/03/2023 | Aceito em: 07/08/2023.

APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS EM CONTEXTO ACADÊMICO MEDIADO POR TECNOLOGIAS DIGITAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DA FERRAMENTA QUIZLET PARA A SALA DE AULA INVERTIDA

Marceli Cherchiglia AQUINO¹

Paulo Sampaio Xavier de OLIVEIRA²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i1.3402>

Resumo: Discute-se aqui o potencial da abordagem de sala de aula invertida (SAI), mediado por tecnologias digitais, para o ensino-aprendizagem de línguas adicionais. Considerando as possibilidades de ensino que envolvam práticas síncronas e assíncronas, a SAI inverte as ações didáticas que ocorrem dentro e fora da sala de aula (Schneiders, 2013). As ferramentas e os ambientes virtuais permitem realizar parte do trabalho didático de maneira assíncrona, possibilitando que nos encontros síncronos (presencial ou *online*) se priorizem o aprofundamento do conteúdo e uma reflexão crítica acerca do processo individual de aprendizagem (Ofugi, 2016). Tendo em vista as possibilidades de participação na pós-pandemia, sugerimos que a ferramenta Quizlet oferece recursos interessantes para o trabalho assíncrono na abordagem SAI.

Palavras-chave: Sala de aula invertida. Tecnologias digitais. Ensino e aprendizagem de línguas adicionais. Quizlet.

1 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; marceli.c.aquino@usp.br; <http://orcid.org/0000-0003-0518-7639>

2 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil; olivp@unicamp.br; <http://orcid.org/0000-0001-6054-9888>

- | Aprendizagem de línguas em contexto acadêmico mediado por tecnologias digitais: limites e possibilidades da ferramenta Quizlet para a sala de aula invertida

LANGUAGE LEARNING IN ACADEMIC CONTEXTS MEDIATED BY DIGITAL TECHNOLOGIES: LIMITS AND POSSIBILITIES OF THE QUIZLET TOOL FOR THE FLIPPED CLASSROOM

Abstract: This paper discusses the potential of the flipped classroom (FC) approach, mediated by digital technologies, for teaching and learning additional languages. Considering the teaching possibilities that involve synchronous and asynchronous practices, FC consists of the inversion of the didactic actions that take place inside and outside the classroom (Schneiders, 2013). The tools and virtual environments allow part of the didactic work to be carried out asynchronously, allowing synchronous meetings (in person or online) to prioritize the deepening of content and a critical reflection on the individual learning process (Ofugi, 2016). In view of the possibilities of participation in the post-pandemic, we suggest that the Quizlet tool offers interesting resources for asynchronous work in the FC approach.

Keywords: Flipped classroom. Digital technologies. Teaching and learning additional languages. Quizlet.

Introdução

Cabe aqui um breve comentário inicial, para situar o espírito do texto. O presente trabalho tem, assumidamente, traços do gênero ensaio, em que a articulação do pensamento caminha junto com o desdobrar do argumento, ainda que sem pretender inserir-se plenamente nessa tradição, na qual se destaca, dentre outros, o célebre “Ensaio sobre a origem das línguas” de Rousseau (2015 [1749 ou 1754]), e sem desconsiderar os requisitos formais de um artigo científico contemporâneo. Situa-se, portanto, na interface entre a filosofia da linguagem, de longa tradição, e a reflexão sobre uma metodologia de ensino de línguas adicionais (LA³) condizente com as dinâmicas e os desafios do século

3 Optamos pelo termo língua adicional (LA) em detrimento de língua estrangeira (LE), pois, enquanto a designação LE indica que o aprendizado foi desenvolvido fora do convívio social, LA refere-se à língua como recurso relevante para a participação em práticas sociais contemporâneas – potencializadas pelas mídias digitais (Aquino *et al.*, 2022). Assim, o termo LA refere-se à utilização de uma língua como meio de integração no cotidiano e convívio social, de modo que ela deixa de ser uma língua estrangeira, e se torna adicional. Consideramos, assim, que a escolha deste termo favorece a adoção de uma concepção de língua como próxima e acessível, entendida como um instrumento para reconstrução social. De modo semelhante, o conceito de ‘LX’, ainda pouco conhecido no Brasil, é usado para questionar a distinção L1 vs. L2 baseada na cronologia de aprendizagem e propor que os repertórios linguísticos individuais contemplam diferentes níveis de proficiência em distintas ‘línguas nomeadas’: “A ausência da proficiência na definição da usuária da língua significa que as competências em L1 e LX podem situar-se em qualquer ponto do *continuum* entre o mínimo e o máximo, sem que a competência ‘total’ seja uma referência ou um ponto final da aprendizagem da língua, e sem pressupor um domínio ‘perfeito’ no caso de L1 ou impossível no caso de LX” (Dewaele *et al.*, 2022, p. 36, citado em Seidl, 2023, p. 44, tradução própria).

XXI. Nesse sentido, exigirá uma certa “caridade hermenêutica” por parte de leitoras⁴ mais familiarizadas com os formatos alinhados com a compartimentalização (excessiva?) do conhecimento em nossa academia – compartimentalização essa cada vez mais posta sob fogo cruzado por um número não desprezível de autoras.

Sua origem mais imediata é a discussão realizada no Grupo de Trabalho (GT) “Componentes Virtuais” no âmbito do projeto *Zeitgeist*, que visa elaborar materiais didáticos para o ensino de Alemão em Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, sob uma perspectiva descolonizada (Oliveira; Ledel, 2021; Aquino; Ferreira, 2023, dentre outros), com uma equipe autoral ancorada em várias IES brasileiras e diálogo com parcerias internacionais. Sua compreensão será facilitada pelo cotejo com dois outros trabalhos oriundos do mesmo GT (Aquino; Oliveira, 2022; Wucherpfennig; Oliveira, 2022). Isso posto, passemos ao cerne do tópico em foco.⁵

O interesse acerca das possibilidades didáticas das tecnologias digitais para o ensino de línguas adicionais (LA) vem crescendo exponencialmente nas pesquisas no campo da Linguística Aplicada (Paiva, 2015; Leffa, 2009; Marques-Schäfer, Rozenfeld, 2018; Aquino, 2021; Arantes, Uphoff, 2022; Aquino, Ferreira, 2023). Entre 2020 e 2021, a pandemia de COVID-19 provocou um grande impacto nessa discussão, introduzindo novas perspectivas com relação às formas de ensinar e aprender em ambientes síncronos e assíncronos com o emprego de novas tecnologias. Além da questão do tempo, síncrono vs. assíncrono (Aquino; Oliveira, 2022), a compreensão acerca dos espaços e das formas de interação virtuais precisou ser drasticamente repensada e adaptada.

Mesmo com inúmeros desafios neste momento de interações a distância, foi possível observar uma mudança de perspectiva com relação às possibilidades que as ferramentas e ambientes virtuais poderiam oferecer para o ensino de línguas em diferentes contextos de aprendizagem. Assim, durante a pandemia e, provavelmente a partir de 2022/2023 na nova condição “pós-pandêmica”, as novas tecnologias de informação ampliaram e ampliarão cada vez mais as oportunidades de refletir sobre as diferentes formas de ensinar e aprender, o que necessariamente interfere na prática docente.

O contexto pandêmico e as novas experiências adquiridas durante o período de afastamento social permitiram, portanto, uma discussão sobre como redefinir a ocupação dos diferentes espaços de atuação (síncrono e/ou assíncrono) e as ferramentas de aprendizagem para o ensino de línguas, levando em conta as necessidades e os

4 Para referências genéricas, usamos o artigo feminino, que engloba aqui também outros gêneros.

5 Agradecemos às pareceristas anônimas por sua leitura atenta, e sobretudo pelas valiosas críticas e sugestões, aqui contempladas na medida em que não alterassem o cerne de nosso argumento.

- | Aprendizagem de línguas em contexto acadêmico mediado por tecnologias digitais: limites e possibilidades da ferramenta Quizlet para a sala de aula invertida

interesses de aprendizagem individuais. Por meio da inversão do papel tradicional do ensino, a abordagem da Sala de Aula Invertida (SAI) apresenta uma proposta relevante para essa conjuntura, na qual parte das práticas didáticas é realizada fora da sala de aula e com o apoio de ferramentas digitais. Nesse modelo, as estudantes são expostas a conteúdos e tarefas de forma assíncrona, geralmente por meio da leitura de textos, acompanhamento de vídeos gravados pelas docentes ou abertos na internet, realizando tarefas com ferramentas e ambientes virtuais, entre outros. O tempo dos encontros síncronos (presencial ou *online*) é, então, voltado ao trabalho de discutir, testar e treinar tais conceitos, integrando experiências de aprendizagem ativas, que promovem uma interação colaborativa e reflexiva entre professoras e alunas.

Nesse sentido, o conteúdo a ser aprendido é desenvolvido inicialmente fora da sala de aula por meio de ferramentas virtuais, enquanto as atividades de compreensão e aprofundamento são realizadas com discussões e realizações de tarefas em conjunto com as colegas e a docente no espaço síncrono. Como na abordagem SAI parte do conteúdo é apresentado de forma assíncrona, as ferramentas e os ambientes virtuais têm um papel essencial para o ensino e aprendizagem de LA, sendo os principais meios de apresentação dos temas e da aplicação de tarefas. Consequentemente, a adaptação das formas de ensinar e aprender representa um fator muito importante nesta abordagem, o qual precisa ser levado em consideração na elaboração e aplicação das atividades. Não obstante, destacamos que a aprendizagem por meio da abordagem da SAI permite que as estudantes ganhem um maior protagonismo, já que tais processos demandam uma postura ativa e engajada. No que tange ao trabalho das docentes, exige-se uma adaptação e reflexão com relação ao desenvolvimento e à organização das práticas didáticas, tendo em vista, em especial, os recursos e as possibilidades para as interações síncronas e assíncronas.

Mesmo levando em conta os desafios de tais adaptações, defendemos neste artigo que a abordagem SAI permite um olhar diferenciado para as novas maneiras de ensinar e lidar com as ferramentas digitais em sala de aula. Além de possibilitar uma maior participação e um posicionamento ativo das estudantes, a SAI oportuniza diferentes possibilidades para que as professoras possam adaptar a sua prática didática, de maneira a levar em conta o contexto local de ensino. Assim, nessa abordagem, o uso das tecnologias não acontece em um vácuo didático, ou seja, sem uma conjuntura fundamentada de possibilidades de adaptação e de aplicação durante as interações síncronas e assíncronas – um risco inerente à postura conhecida como *digital bias*, na qual o apelo de ferramentas virtuais não raro mascara visões anacrônicas sobre o funcionamento da linguagem (e da aprendizagem) embutidas na própria estrutura da ferramenta, passando ao largo da

discussão metodológica das últimas décadas. Logo, consideramos que as atividades dentro da SAI podem oferecer sugestões práticas e relevantes para diferentes contextos de ensino de línguas.

Na próxima seção, articulamos uma discussão teórica acerca da abordagem da SAI e a sua relação com propostas de participação síncrona e assíncrona para o ensino e aprendizagem de LA. Na sequência, apresentam-se alguns exemplos práticos com o uso da ferramenta Quizlet, abordando o seu potencial para ensino de alemão como língua adicional. Por fim, tecemos considerações quanto às potencialidades da SAI e tecnologias digitais para o ensino de línguas.

A sala de aula invertida

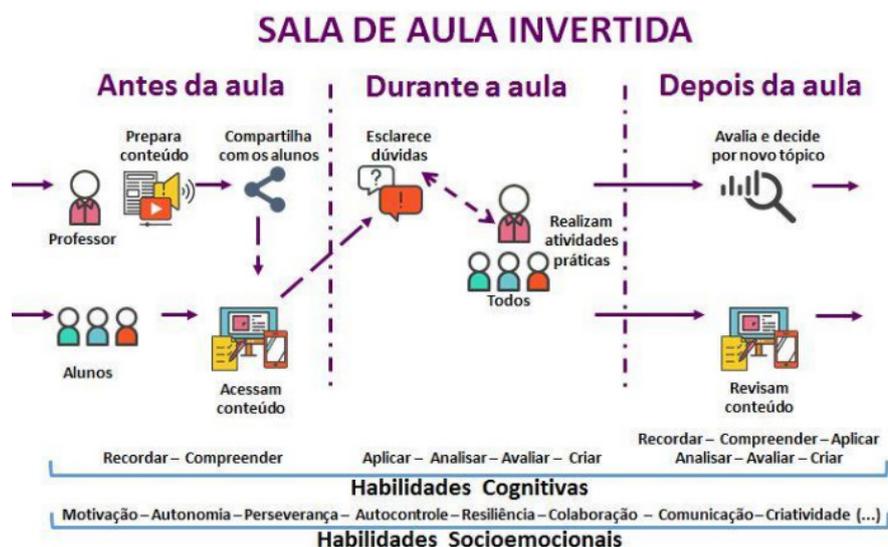
A sala de aula invertida (*Flipped Classroom*) introduz uma proposta de ensino que se difere da aula tradicional de LA por apresentar uma abordagem em que parte das atividades didáticas são realizadas fora da sala de aula, de maneira assíncrona (Aquino, Oliveira, 2022). Para que essa abordagem seja bem-sucedida, é necessário adaptar os papéis atrelados às professoras e às estudantes, o que envolve desde a organização das práticas didáticas até uma maior autonomia e participação por parte das alunas. As ferramentas digitais permitem que parte do trabalho didático seja realizado sistematicamente fora da sala de aula, priorizando-se nos encontros síncronos o aprofundamento do conteúdo, a orientação das estudantes, o esclarecimento de dúvidas e a reflexão crítica sobre o processo individual de aprendizagem (Ofugi, 2016, p. 36).

Nesse sentido, podemos dizer que a SAI questiona o foco habitual voltado aos encontros síncronos no ensino, sejam eles presenciais, sejam *online*, preconizando que parte das atividades didáticas ocorram também fora da sala de aula. Destarte, inverte a ordem das ações que acontecem nos diferentes espaços, consagrando um lugar central para as discussões e as participações nas interações síncronas (Schneiders, 2013, p. 2). Os ambientes virtuais (Moodle, Padlet, Blackboard, entre outros) viabilizam às docentes disponibilizar previamente vídeos, textos e tarefas a serem acessadas pelas alunas antes dos encontros síncronos. Assim, uma primeira abordagem do conteúdo e do conhecimento é feita de maneira assíncrona pelas estudantes. O posterior aprofundamento e discussão dos conteúdos é dado sobretudo nas interações síncronas, por meio da reflexão crítica e da prática conjunta e colaborativa entre professoras e aprendizes.

O esquema a seguir apresenta resumidamente os principais processos de ensino-aprendizagem na abordagem SAI nos ambientes síncronos (durante a aula) e assíncronos (antes da aula e depois da aula):

- | Aprendizagem de línguas em contexto académico mediado por tecnologias digitais: limites e possibilidades da ferramenta Quizlet para a sala de aula invertida

Figura 1. Esquema da sala de aula invertida



Fonte: Schmitz (2016)

As atividades antes da aula são indicadas por dois eixos principais, a preparação do conteúdo pela professora e o acompanhamento dos materiais e realização das atividades por parte das alunas. Nos encontros síncronos, de forma conjunta, são esclarecidas dúvidas e realizadas outras atividades voltadas às práticas. Depois da aula, a docente pode avaliar e revisar as atividades para que seja possível elaborar e organizar os próximos encontros. Por fim, Schmitz (2016, p. 67) aponta ainda as implicações cognitivas e socioemocionais do trabalho com a abordagem SAI, como, por exemplo, as habilidades de recordar, compreender, avaliar e criar, assim como a motivação, autonomia, colaboração, comunicação e criatividade. Destacamos, portanto, que a SAI, além de apresentar uma proposta estruturada para o ensino de línguas com o uso de ferramentas digitais, permite o desenvolvimento de autonomia das estudantes, já que a abordagem invertida exige uma participação ativa na preparação das atividades assíncronas, isto é, antes dos encontros em sala de aula. Logo, para que as atividades pedagógicas na SAI sejam bem-sucedidas, professoras e estudantes devem mudar de postura, se afastando de práticas tradicionais para desenvolver interações colaborativas. Consideramos que estes são objetivos essenciais para um processo de aprendizagem crítico e reflexivo, por oposição à compreensão tradicional, ainda fortemente arraigada nas práticas correntes no país, de que a aprendizagem se dá (só) em sala de aula, sobretudo através da exposição dos conteúdos pela professora.

Como mencionamos anteriormente, a abordagem da SAI torna indispensável que a docente repense a elaboração de materiais didáticos e a organização das estratégias

pedagógicas, personalizando as atividades ao contexto, ao interesse e também à disponibilidade de recursos de cada grupo. Já da estudante, espera-se um maior engajamento com seu processo de aprendizagem, no sentido que elas precisam assumir mais decididamente sua corresponsabilidade pela construção de conhecimento. Mesmo com os desafios de uma aprendizagem mais autônoma, na SAI as estudantes têm a possibilidade de, tendo em vista as necessidades e os interesses individuais, adaptar o tempo de estudo e o estilo de aprendizagem, direcionar os esforços para temas específicos, preparar perguntas e temas de discussão, além de solucionar parte das restrições de acesso à internet e/ou mobilidade urbana.

Consequentemente, na proposta da SAI o ensino não se reduz apenas aos encontros síncronos e a modelos e estilos de aprendizagem tradicionais focados na professora, podendo, com o auxílio das ferramentas e dos ambientes virtuais, alcançar um maior potencial didático-pedagógico. Ainda nesse sentido, o trabalho com as tecnologias digitais permite infinitas possibilidades de ensino, tornando o aprendizado mais dinâmico e centrado nas necessidades individuais. As diferentes plataformas podem auxiliar a docente no momento do planejamento das atividades, além de motivar a participação das aprendizes, já que, se bem utilizadas, as tecnologias possibilitam um aumento na motivação e na participação no ensino de línguas.

Finalmente, evidenciamos a importância de proporcionar oportunidades de trabalho prático com recursos tecnológicos relevantes para o ensino de línguas, sendo, portanto, uma experiência fundamental para a formação de professoras e de pesquisadores, especialmente no contexto acadêmico. Além de ter acesso aos formatos e às ferramentas digitais, na abordagem da SAI as alunas podem aprender a manipulá-las e a adaptá-las a diversos campos de atuação e práticas de ensino (Aquino, 2021).

As ferramentas digitais para o ensino de línguas: Quizlet como exemplo

Ferramentas eletrônicas são, em grande medida, variantes digitais de tecnologias já existentes em formato analógico, como bem ilustra a passagem dos discos em vinil para CD e depois para arquivos em mp3. Os recursos disponíveis na plataforma Quizlet não fogem a esta regra, tendo como precursor analógico as tradicionais fichas de vocabulário, nas quais se tem um dado (palavra ou expressão, por exemplo) na frente e a tradução (ou definição) correspondente no verso, usada para a memorização de conteúdo.⁶ Por esse

6 O termo “ficha” remete ao “fichário”, tal como usado num escritório analógico para organizar dados de contatos, como pacientes, clientes etc. Em inglês, o termo é *card (vocabulary card)*, em alemão é *Karteikarte*, sendo *Wortschatzkarteien* a designação para esses produtos, quando de sua confecção em papel pelas editoras de material didático para ensino de LE. Como na tradução em português do Quizlet optou-se por “cartão”, será esse o termo utilizado na discussão mais abaixo.

- | Aprendizagem de línguas em contexto acadêmico mediado por tecnologias digitais: limites e possibilidades da ferramenta Quizlet para a sala de aula invertida

motivo, tudo aquilo que pode ser feito com as fichas de vocabulário tradicionais – em papel – deixa-se também fazer no formato eletrônico, que traz, por sua vez, uma ampliação do horizonte de possibilidades, a depender do estágio de desenvolvimento da tecnologia digital disponível. Logo, há todo um universo de possibilidades – e riscos – inerentes ao conceito que embasa as ferramentas usadas, mas também é possível ampliar ou mesmo mudar o uso inicialmente previsto, com um amplo leque de aplicações possíveis e legítimas, naquilo que em alemão é expresso pela palavra composta *Zweckentfremdung*.

Aqui, vale a pena dar um passo atrás, como diante de um quadro que queiramos apreender como um todo, antes de nos aproximarmos dos detalhes. No debate contemporâneo sobre a evolução da linguagem humana, um tópico relevante para a analogia em tela diz respeito a nosso aparelho fonador: ele evoluiu com essa finalidade específica, da comunicação, ou foi um desdobramento de órgão que tinha originalmente outras funções? (Evans, 2014, p. 45). Fato é que temos um aparelho fonador que funciona para a comunicação, independentemente de ter sido essa sua função original, ou não. Mas a forma como o aparelho fonador é constituído tem implicações para o que podemos fazer com ele – inclusive no tocante à comunicação, mas também para a expressão artística, etc. Em termos técnicos da filosofia, na esteira de Kant, dir-se-ia que a constituição física do aparelho fonador é uma “condição de possibilidade” para aquilo que com ele se pode fazer. Possibilidades e limitações, note-se bem.

O mesmo se aplica às tecnologias digitais e ao que podemos fazer com elas. Retomando o exemplo aludido no início desta seção, a técnica de compactação que embasa os arquivos em mp3 foi criada dentro de um projeto de difusão digital de áudio, com uso de linhas telefônicas, sendo os dados compactados para envio em pequenos “pacotes”.⁷ Quase 30 anos mais tarde, os desdobramentos dessa técnica levaram à criação dos tocadores de música portáteis, amplamente difundida no mp3 (e de sua variante mp4, que agrega imagem e som). Tudo isso para dizer que, nas nossas aplicações didáticas, não precisamos nos restringir ao uso original da ferramenta Quizlet, como ficha de vocabulário baseada em traduções ou definições, cabendo também agregar outras variantes que os recursos disponíveis tornem possíveis, a depender do que for de interesse em nosso respectivo contexto de trabalho. É preciso também ter em mente a relação entre a função precípua, original, desse tipo de ferramenta, e a metodologia ensino-aprendizagem que queremos enfatizar nos cursos de LA. Qual é seu grau de compatibilidade? Os exemplos apresentados abaixo inserem-se nesse horizonte, partindo de uma aplicação clássica e sugerindo outros usos. Mas antes de uma exploração mais detalhada via exemplos

⁷ Vide <https://www.mp3-history.com/en/development.html>. Acesso em: 04 abr. 2022.

concretos, cabe caracterizar os recursos disponíveis e fazer uma resenha concisa de algumas experiências anteriores relatadas pela comunidade acadêmica.

A plataforma Quizlet para o ensino de línguas

Sabemos que ensinar uma língua é uma atividade complexa, que pressupõe o envolvimento de vários atores e conhecimentos, construídos por meio de ferramentas e ações metodológicas (Zancanaro; Rozenfeld, 2018, p. 2). Na era digital, é indispensável que professoras e estudantes se interessem pelo uso de novas tecnologias (TDs) aliadas ao processo de ensino e aprendizagem de LA. O leque de possibilidades de escolha de TDs para o ensino de línguas é extenso, exigindo, portanto, a capacidade de seleção e adaptação, levando em consideração o contexto e as necessidades de aprendizagem. Tendo em vista as práticas didáticas de LA em SAI, selecionamos a plataforma Quizlet para a mediação de vocabulário em língua alemã.

A plataforma de estudos Quizlet (<https://quizlet.com>) apresenta diversos benefícios para o ensino de línguas como, por exemplo: estar disponível gratuitamente na *web* e como aplicativo para dispositivos móveis; apresentar diferentes recursos voltados para o ensino; oferecer a possibilidade de inserção de imagens e áudio; permitir a interação entre as estudantes e os conteúdos estudados, por meio dos jogos, gravação de voz e produção escrita; a professora pode customizar atividades prontas disponíveis, ou criar seu *quiz* exclusivo; as estudantes podem criar as suas próprias listas de atividades, desenvolvendo a autonomia e explorando temas de seu interesse. Assim, para o ensino de LA na abordagem SAI, a contribuição da plataforma Quizlet é bastante expressiva, já que permite que a docente disponibilize conteúdos de estudos para uso de forma síncrona e/ou assíncrona.

Pesquisas realizadas na área de ensino e aprendizagem de LA indicam que atividades de ensino com Quizlet, dentro e fora da sala de aula, apresentaram resultados positivos. Montes *et al.* (2017) utilizaram os recursos audiovisuais da ferramenta para trabalhar com unidades fraseológicas em língua espanhola, notando, ao final do estudo, uma evolução da capacidade linguística e verbal das aprendizes. Também no âmbito do ensino de espanhol, Marcos e Lino (2019) escolheram a plataforma para revisar conteúdos aprendidos em sala de aula, especialmente voltados à prática da escrita e da compreensão auditiva. As respostas coletadas em um questionário indicaram que as alunas aprovaram a facilidade de acesso e utilização da plataforma, assim como a utilidade do recurso de áudio para o treinamento de pronúncia.

- | Aprendizagem de línguas em contexto acadêmico mediado por tecnologias digitais: limites e possibilidades da ferramenta Quizlet para a sala de aula invertida

Pontes (2017) pesquisou o uso do Quizlet para o ensino de língua inglesa em aulas de revisão de vocabulário. Após o desenvolvimento das atividades, as estudantes aprovaram a facilidade de acesso e a possibilidade de criação de conteúdos próprios. Também para o ensino de inglês como LA, Zancanaro e Rozenfeld (2018) evidenciaram a necessidade da interação professora-conteúdo para a definição dos temas e tarefas a serem disponibilizados pelo aplicativo. As autoras defendem que, para que a interação entre estudante e assunto estudado possa gerar um conhecimento significativo, a forma de utilizar a plataforma deve ser cuidadosamente planejada. Zancanaro e Rozenfeld (2018, p. 12) evidenciam, ainda, a possibilidade de realizar atividades na plataforma de forma assíncrona, isto é, como preparação para as aulas síncronas, indicando a sua relevância para a abordagem SAI.

Nesse sentido, para alcançar os objetivos de ensino, a fase de planejamento das atividades é essencial e deve levar em conta, dentre outros aspectos, o tempo das tarefas, as necessidades e o contexto de aprendizagem, assim como o acesso à internet. Além disso, a interação pelo Quizlet precisa ser motivadora, especialmente com relação às práticas assíncronas, engajando as estudantes como agentes ativos e críticos do seu aprendizado. Tendo em vista o planejamento e a adequação às necessidades das aprendizes, o Quizlet pode ser uma ferramenta relevante para o processo de ensino de LA, bem como incentivar o uso consciente de TDs. Apresentamos a seguir alguns exemplos de atividades com o uso da plataforma Quizlet para o ensino de vocabulário em turmas iniciais de língua alemã.

Uso clássico: cartões de vocabulário baseados em tradução

O primeiro exemplo mobiliza o léxico do tema “relações de família”, tal como apresentado no livro didático *Blaue Blume: Verwandtschaftsbezeichnungen* (Eichheim *et alii.*, 2011, p. 66). Uma primeira versão dessas fichas – ou cartões, escolha terminológica de Quizlet – já havia sido disponibilizada *online* em 2008, no sítio colaborativo e gratuito WordChamp. Trata-se de um conjunto de 32 termos (conceitos) em alemão, com sua respectiva tradução em português. Como essa lista já estava pronta *offline*, sua disponibilização atual no aplicativo Quizlet deu-se via importação de arquivo texto (separado por tabulações), pelo simples método de recortar e colar. No processo de importação, o próprio programa faz uma leitura do texto escrito e atribui a cada item um arquivo de áudio correspondente – recurso esse que já existia na plataforma WordChamp, mas funcionava de modo ainda muito precário. Existe também a possibilidade de gravação do áudio correspondente, o que certamente será indicado em muitos casos, sobretudo quando houver termos de idiomas diferentes daquele definido para o cartão. Após a elaboração *online* ou a importação dos dados, os cartões resultantes servem de fonte para

as várias ferramentas do Quizlet, acessíveis via *links* que podem ser compartilhados via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), como o Moodle, ou enviados diretamente às alunas.

No caso em tela, foram necessários alguns ajustes, levando em conta que o programa trabalha com um pareamento em que um termo ou expressão A (frente nas fichas tradicionais) corresponde a um termo ou expressão B (verso nas fichas tradicionais): excluíram-se variantes de grafia (*Cousine/Kusine*); substituíram-se barras (*ledig* = casado/casada) por vírgulas (casado, casada) e evitaram-se parênteses, pois esses elementos são “verbalizados” pelas ferramentas de áudio do sistema, o que não ocorre com as vírgulas. Um outro problema, operacional, com o uso de variantes, é que agregam a necessidade de reprodução exata, o que pode ser pouco amigável em tarefas com uso de teclado. Nas variantes com uso de *mouse*, tais detalhes não causam maiores transtornos. Do ponto de vista conceitual, é preciso ter um certo cuidado com esse binarismo, para que as aprendizes não pensem que diferentes línguas poderiam ter entre si relações binárias, de um para um, pois isso reforçaria uma visão ingênua de sua natureza (como se cada conceito fosse “colado” a algo no mundo real – a “concepção referencial” de linguagem combatida pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein). Tal visão é muito comum entre as estudantes, cabendo trabalhá-la de modo adequado, sobretudo em cursos de formação de professoras. Retomaremos esse tópico no próximo item. Repassemos antes os recursos disponíveis, ilustrados na Figura 2.

Como se vê na Figura 2 (abaixo), o Quizlet oferece oito recursos, a maioria para uso assíncrono, que permitem o desenvolvimento de atividades distribuídas em dois modos de uso: 1) o modo “estudar”, que se divide em cinco ferramentas; 2) o modo “jogar”, com três formas de *games* (Zancanaro; Rozenfeld, 2018, p. 4), sobre as quais não cabem aqui maiores comentários, por não ser esse o foco do presente trabalho. Importa-nos mais o modo “estudar”, com seus vários recursos. O recurso aprender apresenta a organização dos termos e definições de diferentes maneiras para facilitar a aprendizagem e oferece *feedback* imediato para a usuária, possibilitando a prática do que causou dificuldade. ‘Cartões’ permite o estudo do conteúdo por meio de cartões, que podem introduzir termos ou definições de maneira aleatória. Com o recurso ‘escrever’ é possível praticar a escrita, recebendo um *feedback* imediato. Em ‘soletrar’, a aluna pode praticar a escrita em forma de ditado, no qual o aplicativo realiza a leitura do conteúdo e a aprendiz escreve o que foi lido. O recurso ‘avaliação’, por sua vez, oferece uma avaliação e *feedback* do conteúdo estudado com questões de verdadeiro e falso, escrita, combinação e múltipla escolha.

- | Aprendizagem de línguas em contexto acadêmico mediado por tecnologias digitais: limites e possibilidades da ferramenta Quizlet para a sala de aula invertida

Figura 2. Recursos da ferramenta Quizlet



Fonte: <https://bit.ly/2CApSzx>

Tudo isso é gerado de modo automático pelo aplicativo, não havendo necessidade de maiores intervenções por parte da usuária. Daí poder-se afirmar que o Quizlet é uma ferramenta com uma relação custo/benefício muito favorável: precisa-se de relativamente pouco tempo para elaborar tarefas nas quais as aprendizes poderão trabalhar, de forma variada e lúdica, por períodos relativamente longos. Esse critério, da economia, é um clássico na literatura sobre avaliação, mas cabe também aplicá-lo na produção de materiais de uso formativo,⁸ como na aula invertida ou em atividades de sedimentação dos conteúdos aprendidos - as tradicionais 'tarefas de casa', que de modo algum se tornam desnecessárias com a SAI.

Abordagem de ensino-aprendizagem e estrutura interna da ferramenta

Foi dito acima que a ferramenta Quizlet permite deslocar para fases assíncronas parte do trabalho de sistematização feito via técnicas tradicionais em sala de aula, notadamente no tocante a alguns aspectos relegados a um segundo plano no ensino comunicativo, como memorização e automatização. Ora, listas de vocabulário são um recurso de larguíssima tradição, remontando à aprendizagem de línguas clássicas como grego e latim, e continuaram a ser usados na aprendizagem de línguas modernas até o final do século XX ou, mais precisamente, até o momento em que foram substituídos por aplicativos eletrônicos (baseados na mesma filosofia). Nessa tradição, a prática

⁸ O mesmo se aplica aos outros dois critérios fundamentais na avaliação: 'objetividade' (permite, ou não, tarefas com resposta padrão) e 'confiabilidade' (a tarefa proposta avalia, de fato, o conhecimento que se quer aferir?).

de ‘decorar’ (*Vokabel pauken*) não tem a conotação negativa adquirida em abordagens mais recentes. Como integrar essa ideia sem renunciar a uma concepção de ensino-aprendizagem contemporânea? Uma possível resposta seria: reconhecendo que esse é um componente do processo, sem hiper- nem subvalorização, e mobilizá-lo em dinâmicas condizentes com as condições atuais. Para isso, é preciso lidar adequadamente com os aspectos estruturais incompatíveis com as concepções contemporâneas, dando-lhes um tratamento que permita sua incorporação sem que contaminem indevidamente o processo.

O maior problema estrutural do uso de listas de vocabulário com correspondência biunívoca é o risco de reforçar a ideia de que um tal binarismo corresponda, de algum modo, às relações reais entre diferentes idiomas. Sabemos, pelo menos desde a obra monumental de Wilhelm von Humboldt, que tal premissa é fundamentalmente equivocada. Num de seus textos mais concisos sobre o tema, o autor lembra que “as palavras das diferentes línguas não são sinônimos perfeitos, e quem pronuncia ἵππος, *equus* e cavalo não diz total e perfeitamente a mesma coisa” (Humboldt, 2006, p. 17-18).⁹ Embora esse *insight* esteja aparentemente incorporado à nossa compreensão das relações entre as diferentes línguas, o binarismo das listas de vocabulário pode levar à sua desconsideração. Para além da ausência de correspondência biunívoca entre línguas, suas palavras também variam de significado a depender do recorte semântico feito, como ilustra, a partir de nosso exemplo anterior, o cotejo das variações envolvendo o ser humano nos domínios da natureza ou das relações de família, em português e alemão.

9 Humboldt e outros Românticos alemães, como Schleiermacher, foram precursores da tese do ‘relativismo linguístico’, cuja versão hoje mais conhecida nos estudos da linguagem é provavelmente a hipótese de Sapir-Whorf (Oliveira, 2021). Segundo Wilhelm Köller, é válido concluir “que pode haver dissenso sobre o grau dessa força de determinação [da gramática/linguagem] e sobre a possibilidade de seu controle explícito, mas não sobre sua existência” (Köller, 1998, p. 38; traduzido e citado em Oliveira, 2021, p. 110). Para uma discussão mais aprofundada, que contempla um percurso histórico, passa pela hipótese de Sapir-Whorf e considera também autoras mais recentes, vide Rodrigo Gonçalves (2020). No campo da filosofia da linguagem, caberia ainda retomar a ‘virada linguística’ encabeçada por Wittgenstein, com destaque para o ‘perspectivismo’ de sua obra tardia (Oliveira, 2004, dentre outros). Numa área fortemente marcada pela visão computacional de linguagem como ‘código’ e processos de ‘codificação/decodificação’ mecânica, dois cientistas da cognição surpreendem ao apresentar uma perspectiva transdisciplinar com clara inspiração na filosofia da linguagem: “Como no jogo de mímica, a linguagem é continuamente ‘inventada’ a cada momento e ‘reinventada’ toda vez que jogamos. Ludwig Wittgenstein, talvez o filósofo mais influente do século XX, achava que o significado nascia do modo como usamos a linguagem em jogos comunicativos. [...] Para Wittgenstein, não tem sentido perguntar o que significa ‘martelo’ sem levar em conta seu uso num determinado jogo comunicativo. O significado de uma palavra vem de como a usamos numa conversa” (Christiansen; Chater, 2023, p. 11-12). Discutir em detalhe essa visada extrapolaria, em muito, os limites do presente trabalho, mas o trecho citado assinala que tipo de cuidado devemos ter ao usarmos ferramentas binárias.

- | Aprendizagem de línguas em contexto acadêmico mediado por tecnologias digitais: limites e possibilidades da ferramenta Quizlet para a sala de aula invertida

Figura 3. Exemplo de associações não binárias e com variação de sentido por campo semântico¹⁰

Natur			Natureza		
Mensch			homem* (= ser humano)		
Mann ¹		Frau ¹	homem ¹		mulher ¹
Kind ¹			criança		
Familie			Família		
Mann ²	↔	Frau ²	marido	↔	mulher ²
Junge →	Kind ²	← Mädchen	menino →	filho(a)	← menina

Fonte: Elaboração própria

Por breve e redutor que seja, o esquema acima já deixa antever o potencial de problemas relacionados a uma compreensão muito rígida das associações binárias expressas em fichas/cartões de vocabulário que demandam, constitutivamente, relações biunívocas. Para contornar o problema, poder-se-ia pensar em agrupamentos que, de algum modo, restrinjam o potencial de confusão, definindo bem os campos semânticos e mobilizando outras formas de aplicação. No exemplo a seguir, o campo semântico mobiliza correspondências entre lugares e ações, e traz embutida a distinção entre o uso espacial dos casos dativo ou acusativo com determinadas preposições em alemão – um tópico clássico na didática dessa língua.¹¹ Por razões de espaço, usamos poucas correspondências e não incluímos uma coluna com imagens, mas isso pode ser útil e é fácil de fazer na ferramenta Quizlet. Alguns termos, como *spielen* e *bleiben*, aparecem mais de uma vez, porém a combinação em cada campo é única, o que torna a referência não ambígua. No Quizlet, pode-se optar por fazer as atividades com uma ‘resposta exata’ ou ‘uma das alternativas’. No caso em tela, é importante selecionar a segunda opção.

¹⁰ Índices numerais marcam variação de sentido para elementos de uma classe, ou campo semântico, i.e., ‘natureza’ vs. ‘família’. O ‘*’ indica repetição relativa ao nome da classe ou campo semântico, por oposição a seus elementos. Poder-se-ia agregar também os termos ‘Junge/Mädchen’ e ‘menino/menina’ ao campo ‘Natur/Natureza’, mas há sutilezas de uso, e isso deixaria a visualização menos ‘limpa’. No campo ‘família’, a estrutura relacional dos termos (↔) é mais evidente. Seja lembrada a expressão: Vos declaro marido e marido’ em casamentos homossexuais de gênero masculino.

¹¹ É importante não utilizar o mesmo termo mais de uma vez, pois isso causará duplicidade de referências. O banco de dados não ‘sabe’ o que está escrito, ele apenas retoma os conteúdos de uma tabela, com base em sua forma (os caracteres que formam as palavras e expressões). Para contornar esse tipo de problema, outra alternativa seria quiçá informar algum dado via destaque em cores ou imagens apropriadas, sendo a funcionalidade dessas soluções paliativas testada caso a caso.

Quadro 1. Exemplos de campos semânticos para usos espaciais nos casos dativo e acusativo

in der Küche	essen, frühstücken, kochen
im Park	laufen, spielen
nach Hause	kommen, fahren
am Computer	arbeiten, spielen
zu Hause	Bleiben
ins Bett	Gehen
im Bett	liegen, bleiben
an der Sonne	Liegen
an den Stand	Fahren

Fonte: Elaboração própria

Mobilizando o Quizlet para a aula invertida

Embora listas de vocabulário – como a apresentada no primeiro exemplo (relações de família) – sejam usualmente mobilizadas para a consolidação de conteúdos após seu tratamento em aula sincrônica, nada impede que esse trabalho seja feito também como preparação, no sentido da SAI. Um antecedente metodológico nesse sentido é o conceito de *vocabulary pre-teaching*, tal como discutido e implementado nos assim chamados cursos ‘instrumentais’ de leitura, com larga tradição no Brasil, apesar de seu uso ser relativamente restrito a algumas IES. Nessa tradição, o preceito teórico básico é que a apresentação e sistematização prévia do vocabulário aumenta sua retenção e facilita a leitura dos textos em tela, ao passo que a leitura desses textos sem sistematização prévia e sistemática do vocabulário mais relevante coloca o foco no desenvolvimento de estratégias de inferência. A opção por esse ou aquele caminho dependerá dos objetivos de aprendizagem mais imediatos, cabendo sempre encontrar o equilíbrio adequado entre eles, com base nos objetivos gerais de cada curso.

Generalizando um pouco mais o que foi dito acima em relação às listas de vocabulário, em versão eletrônica ou seus antecedentes em papel, cabe lembrar que a própria abordagem SAI só é uma novidade por oposição a uma certa tradição, hegemônica, que delega a apresentação dos conteúdos à aula expositiva, no modelo de ensino frontal. Mas há contextos em que isso não é necessariamente o caso. No ensino universitário, sobretudo em nível de pós-graduação (no Brasil), a leitura prévia de textos indicados na bibliografia do curso é um preceito metodológico básico. Mesmo no ensino médio, em contextos menos marcados pela atribuição de autoridade exclusiva à figura

- | Aprendizagem de línguas em contexto acadêmico mediado por tecnologias digitais: limites e possibilidades da ferramenta Quizlet para a sala de aula invertida

da professora, a preparação prévia dos conteúdos não é necessariamente uma novidade. Uma das autoras vivenciou isso na condição de estudante de ensino médio fora do país, muito antes da virada do século e milênio. E toda a tradição do ensino a distância, antes de sua mercantilização nos moldes atuais, tem por base o trabalho autônomo das aprendizes. Tudo isso não torna a SAI menos promissora, pelo contrário. Mas é preciso termos consciência de que não estamos reinventando a roda.

Também listas de relações/associações, como a de nosso segundo exemplo (local vs. atividade), prestam-se tanto à preparação para aulas síncronas quanto à consolidação dos conteúdos a ser feita depois das aulas. A decisão sobre como utilizá-las dependerá, em grande parte, da dinâmica do curso e, de algum modo, das decisões de cada aprendiz, em seu ambiente de trabalho autônomo extraclasse.

A utilização dentro do conceito de SAI exige, de todo modo, um planejamento bem direcionado, posto que sua não realização poderá prejudicar a dinâmica de trabalho da turma toda no momento síncrono, ao passo que a não consolidação dos conteúdos em trabalho após as aulas (as tradicionais tarefas de casa) terá um efeito mais individualizado – perceptível, sobretudo, num horizonte temporal mais dilatado. Tal distinção entre o impacto individual ou coletivo na execução do trabalho extraclasse faz-se mais saliente em disciplinas com caráter prático acentuado, como no caso do ensino-aprendizagem de LA. Por outro lado, se esse trabalho for feito com cuidado por uma parcela expressiva da turma, pode-se ganhar na prática síncrona. Tomemos como exemplo a preparação para atividades de comunicação oral usando dados pessoais. A proposta contempla a redação de uma breve autobiografia para uma entrevista, tendo como insumo um texto referente a um personagem fictício, do qual pudessem ser extraídos dados que respondessem a perguntas como:

Quadro 2. Exemplo de atividade de preparação para comunicação oral

Pergunta	Dados pessoais	Exemplo (campo de imagem)
Wie heißen Sie?; Wie ist Ihr Name?		Ich heiße Alessandra Silva; Alessandra Silva
Woher kommen sie?		Ich komme aus Piracicaba; Piracicaba
Wie alt sind sie?		Ich bin 23 Jahre alt; 23
Was studieren Sie in Brasilien?		Ich studiere Translation; Translation
Warum wollen Sie in Deutschland studieren?		Deutsche Universitäten haben gute Ausbildungsprogramme im Fach Translation.
Können Sie das nicht in Brasilien selbst machen?		„Doch, aber eine Auslandserfahrung ist wichtig für den Beruf.“

Fonte: Elaboração própria

Para possibilitar o uso de alternativas, as variantes foram separadas por ponto-e-vírgula. Já o uso de vírgulas dentro de uma frase pode ser problemático, pois esse é um recurso usado para separar alternativas. Na confecção da tarefa acima, colocou-se entre aspas um trecho mais longo, para que a vírgula não fosse interpretada como separador. No mais, o sistema muda a forma de operar quando as respostas são mais longas, oferecendo a opção de simplesmente mentalizar a resposta e depois confirmar o acerto (virando-se o cartão para conferir – como é feito com as fichas em papel). Note-se também que a sequência das atividades tem início com variantes mais simples (alternativas selecionáveis com *mouse*), passando gradativamente às mais complexas, com uso de teclado. Essas observações sobre os cuidados com detalhes evidenciam a necessidade de repassar a forma como o sistema reage à formulação das perguntas, fazendo a seguir os ajustes necessários, em aspectos como pronúncia, separação dos itens, etc.¹²

Para a continuidade da tarefa como preparatória para uma aula síncrona, dentro do conceito de SAI, cabe então a cada aluna editar o conjunto de cartões com seus próprios dados e estudá-los até que tenha alcançado um nível de automatização que lhe permita interagir fluentemente com as colegas de turma, independentemente de isso ser feito a distância ou de modo presencial. Com isso, cada aluna terá adquirido essa fluência e capacidade de resposta trabalhando em seu próprio ritmo e segundo seu próprio estilo de aprendizagem. O tempo compartilhado na aula síncrona passa então a ser dedicado àquilo que tradicionalmente é chamado de momento de ‘aplicação’ do conhecimento, o que resulta numa valorização desse momento no trabalho conjunto.

Conclusão

Com os recursos digitais alteram-se as práticas didáticas e ampliam-se as possibilidades de ensino, tornando necessário que as estudantes conheçam, ao longo de sua formação, diferentes ferramentas e saibam adaptá-las a diferentes contextos. A abordagem SAI emprega tecnologias no sentido de inverter o papel tradicional do ensino focado na docente, expondo as alunas a conceitos de forma assíncrona. Para o sucesso dessa abordagem, as estudantes devem assumir uma postura ativa e colaborativa no seu processo de aprendizagem, ao mesmo tempo que a docente precisa estruturar as suas práticas tendo em vista os recursos e as necessidades das estudantes.

Salientamos acima que ferramentas digitais como o Quizlet combinam o potencial de recursos eletrônicos com aspectos conceituais e estruturais inerentes às atividades

¹² Os cartões dessa proposta apresentam um recorte ilustrativo, cabendo formular um número maior de perguntas/respostas para a atividade concreta.

- | Aprendizagem de línguas em contexto acadêmico mediado por tecnologias digitais: limites e possibilidades da ferramenta Quizlet para a sala de aula invertida

propostas, isto é, à sua dinâmica interna. No caso dos cartões de vocabulário, é importante não deixar transparecer a ideia de que as diferentes línguas comportariam relações biunívocas (por mais que esse tipo de relação tenha uma função estruturante para o potencial das tarefas propostas), sendo fundamental fazer uma adequação à proposta de ensino-aprendizagem adotada. Esse, aliás, é um diferencial importante de ferramentas como o Quizlet face a aplicativos de uso geral, baseados em listas preexistentes e sem intervenção mais direcionada de profissionais da área de ensino-aprendizagem de LA, como o Duolingo (<https://pt.duolingo.com/>) e alternativas similares, muitas das quais servem de exemplo de como a prioridade dada à exploração dos recursos de informática (*digital bias*) acaba por relegar a discussão metodológica a um segundo plano. Nesses casos, além de não se ter uma definição dos objetivos a serem atingidos por determinado público-alvo, com base no exame criterioso de suas necessidades na LA (um preceito básico da didática contemporânea), o risco de se pensar as relações entre diferentes idiomas em termos de correspondências mecânicas – e por demais esquemáticas – é muito maior, passando-se ao largo da enorme complexidade que envolve a diversidade de línguas e culturas, tais como encontradas no mundo real. Daí a importância de enfatizar que quaisquer recursos tecnológicos a serem mobilizados na aula de LA devem passar pelo crivo de sua adequação à proposta geral de ensino-aprendizagem adotada no respectivo curso.

Referências

AQUINO, M. Mudando o ritmo das aulas de alemão como língua adicional por meio de músicas e mídias digitais. **Pandaemonium Germanicum**, São Paulo, v. 24, n. 42, p. 22-47, 2021.

AQUINO, M.; OLIVEIRA, P. A sala de aula invertida no ensino de alemão como língua adicional em contexto acadêmico. In: ARANTES, P.; UPHOFF, D. (org.). **Ensinar alemão em tempos de (pós-) pandemia: impactos e construção de novos saberes**. Campinas: Mercado das Letras, 2022. v. 1, p. 119-138.

AQUINO, M.; SCHMIDT, C.; FEITOSA, L. Estratégias de aprendizagem individual no ensino de Alemão como Língua Adicional: um projeto de consultoria acadêmica: **Revista do GEL**, v. 19, n. 1, 11-34. 2022.

AQUINO, M.; FERREIRA, M. Ensino de alemão com foco decolonial: uma discussão sobre propostas didáticas para o projeto Zeitgeist. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 17, p. e1709, 2023.

ARANTES, P. C. C.; UPHOFF, D. **Ensinar alemão em tempos de (pós) pandemia: impactos e construção de novos saberes.** Campinas: Mercado de Letras, 2022.

CHRISTIANSEN, M. H.; CHATER, N. **O jogo da linguagem. A improvisação que mudou o mundo.** Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DEWAELE, J.-M.; BAK, T. H.; ORTEGA, L. Why the mythical 'native speaker' has mud on its face. *In*: SLAVKOV, N.; MELO-PFEIFER, S.; KERSCHHOFER-PUHALO, N. (ed.). **The Changing Face of the "Native Speaker". Perspectives from Multilingualism and Globalization.** Boston/Berlin: De Gruyter Mouton, 2022. p. 25-45. (Citado em SEIDL 2023)

EICHHEIM, H.; BOVERMANN, M.; TESAŘOVÁ, L.; HOLLERUNG, M. **Blaue Blume.** Campinas: Editora da Unicamp, 2011. (Versão brasileira, 2ª edição. Tradução (enunciados ora em português): Paulo Oliveira e Susana Kampf Lages. Revisão técnica: Klaus Barth. Revisão técnica da 2ª edição: Norma Wucherpfeffnig. Copyright @ 2002: Max Hueber Verlag, München)

EVANS, V. **The Language Myth. Why Language is not an Instinct.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

HUMBOLDT, W. v. Sobre a natureza da linguagem em geral. *In*: HEIDERMAN, W.; WEININGER, M. **Humboldt: Linguagem – Literatura – Bildung.** Florianópolis: UFSC, 2006. p. 2-19. (Edição bilíngue Alemão/Português)

LEFFA, V. J. Call as action. *In*: MARRIOTT, R. C. V.; TORRES, P. L. (org.). **E-learning methodologies for language acquisition.** Hershey PA: IGI Global, 2009. p. 39-52.

GONÇALVES, R. T. **Relativismo linguístico ou como a língua influencia o pensamento.** Petrópolis: Editora Vozes, 2020. (Edição do Kindle)

MARCOS, S. C.; LINO, V. Plataforma Quizlet: uma ferramenta tecnológica como recurso metodológico nas aulas de espanhol. **Revista Proficiências**, v. 2, n. 1, 2019.

MARQUES-SCHÄFER, G.; ROZENFELD, C. C. de F. **Ensino de línguas e tecnologias móveis: políticas públicas, conceitos, pesquisas e práticas em foco.** São Paulo: Edições Hipótese, 2018.

- | Aprendizagem de línguas em contexto acadêmico mediado por tecnologias digitais: limites e possibilidades da ferramenta Quizlet para a sala de aula invertida

MONTES, A. G.; MIRALLES, A. H.; GARCÍA, L.; MARTÍNEZ, M. **Aplicación de las unidades fraseológicas a la enseñanza de E/LE**. 2017. 9 f. Universidade de Valência. Foro de Profesores de E/LE, número 13. 2017.

OFUGI, M. S. **A sala de aula invertida como técnica alternativa de ensino**: um enfoque no desenvolvimento da autonomia do aprendiz de inglês como L2/LE. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

OLIVEIRA, P. Linguagem, Pensamento, Cultura. *In*: ABREU-TARDELLI, L. S.; GARCIA, T. S.; D'ORANGE FERREIRA, A. A. G. (org.). **Pesquisas em Linguagem**: diálogos com a contemporaneidade. Campinas: Pontes, 2021. v. 1, p. 101-122.

OLIVEIRA, P. Implicações do pensamento de Wittgenstein para o ensino de línguas. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, Campinas: CLE/Unicamp, s. 3, v. 14, n. 2, p. 335-363, 2004.

OLIVEIRA, P.; LEDEL, L. *Zeitgeist*: Modelando um projeto editorial com interface digital. **Pandaemonium Germanicum**, v. 24, n. 42, p. 217-254, 2021.

PAIVA, V. L. M. de O. O uso da tecnologia no ensino de línguas estrangeiras: breve retrospectiva histórica. *In*: JESUS, D. M. de; MACIEL, R. F. (org.). **Olhares sobre tecnologias digitais**: linguagens, ensino, formação e prática docente. Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada, v. 44. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 21-34.

PONTES, M. A. C. **O uso de tecnologias digitais como suporte no desenvolvimento da autonomia em um contexto de ensino e aprendizagem de língua inglesa**. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

ROUSSEAU, J.-J. **Ensaio sobre a origem das línguas**. Tradução Fulvia M. L. Moretto. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. Apresentação: “A força da voz e a violência das coisas”, Bento Prado Jr. 1ª edição, póstuma: 1749 ou 1754)

SCHMITZ, E. X. S. **Sala de aula invertida**: uma abordagem para combinar metodologias ativas e engajar alunos no processo de ensino-aprendizagem. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Tecnologias Educacionais em Rede, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SCHNEIDERS, L. A. **O método da sala de aula invertida (flipped classroom)**. Lajeado: Editora da Univates, 2018.

SEIDL, E. Foreign language teaching in translator and interpreter training. New linguistic concepts for changing times. *In*: SEEL, O. I.; ROISS, S.; GONZÁLEZ, P. Z. (ed.). **Instrumentalizing Foreign Language Pedagogy in Translator and Interpreter Training. Methods, goals and perspectives**. Londres e Nova York: John Benjamins, 2023. p. 40-51. DOI: <https://doi.org/10.1075/btl.161.03sei>

WUCHERPFENNIG, N.; OLIVEIRA, P. Moldando o futuro: sugestões para o ensino de línguas pós-pandêmico. *In*: ARANTES, P.; UPHOFF, D. (org.). **Ensinar alemão em tempos de (pós-) pandemia: impactos e construção de novos saberes**. Campinas: Mercado das Letras, 2022. v. 1, p. 371-389.

ZANCANARO, G. S.; ROZENFELD, C. C. de F. Uso assíncrono do aplicativo Quizlet como apoio para a aprendizagem de inglês para estudantes do ensino médio. *In*: **CIET: EnPED**. 2018.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: AQUINO, Marceli Cherchiglia; OLIVEIRA, Paulo Sampaio Xavier de. Aprendizagem de línguas em contexto acadêmico mediado por tecnologias digitais: limites e possibilidades da ferramenta Quizlet para a sala de aula invertida. **Revista do GEL**, v. 20, n. 1, p. 33-53, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 11/04/2022 | Aceito em: 15/08/2023.

AS CATEGORIAS DO VERBO LATINO SEGUNDO O JURISTA SEXTO POMPÔNIO (SÉCULO II D.C.)

Eduardo Henrik AUBERT¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i1.3520>

Nam ego discendi cupiditate, quam solam uiuendi rationem optimam in octauum et septuagesimum annum aetatis duxi, memor sum eius sententiae, qui dixisse fertur: κὰν τὸν ἕτερον πόδα ἐν τῇι σορῶ ἔχω, προσμαθεῖν τι βουλοίμην.

“Eu, em minha vontade de aprender, que até este meu septuagésimo oitavo ano considerei a única razão excelente para viver, lembro-me da máxima daquele que teria dito: ‘ainda que já tenha um pé na cova, gostaria de aprender algo’.” (Sexto Pompônio, *Epístolas*, livro sétimo, D.40.5.20)²

Resumo: Este artigo investiga um conjunto de textos do jurista latino Sexto Pompônio (II d.C.) em que, para responder a questões jurídicas concretas, o autor desenvolve considerações de ordem linguística, examinando de perto as categorias morfosintáticas e semânticas do verbo latino. Mais especificamente, o texto se preocupa em compreender como Pompônio concebe as categorias de aspecto, modo e tempo, no que constitui o único conjunto estruturado de observações de um autor latino antigo sobre a língua técnica do direito. Em duas breves seções, examinam-se ainda a expressão da condição em Pompônio e uma particularidade de seu uso linguístico na formação das passivas perifrásticas latinas.

Palavras-chave: Linguística latina. Funcionalismo. Aspecto. Modo. Tempo. Sexto Pompônio.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; eduardo.aubert@usp.br; <https://orcid.org/0000-0002-7562-7057>

² O *Digesto* vem sempre citado na edição de Bonfante *et alii* (cf. Referências, ao fim do texto) e sua referência é abreviada segundo a praxe romanística: a sigla “D.” seguida dos números que identificam, respectivamente, o livro, o capítulo, o fragmento e, quando o caso, o parágrafo. A máxima grega referida na epígrafe é provavelmente uma reformulação de Luc.*Herm.*78. Todas as traduções neste texto são de nossa lavra.

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

THE CATEGORIES OF THE LATIN VERB ACCORDING TO THE JURIST SEXTUS POMPONIUS (2ND CENTURY AD)

Abstract: This article investigates a set of texts by the second-century Latin jurist Sextus Pomponius. In these extracts from his massive production, the solution of legal cases involves very consistent considerations on the Latin language, especially the morphosyntactic and semantic categories of the Latin verb. More specifically, this text is concerned with understanding how Pomponius conceives the categories of aspect, modality and time. This is the only structured set of observations by an ancient Latin author on the technical language of law. In two brief final sections, the expression of condition and the periphrastic passives are also examined.

Keywords: Latin linguistics. Functionalism. Aspect. Modality. Time. Sextus Pomponius.

Introdução

Sexto Pompônio, jurista atuante desde a época de Adriano (reg.117-138), talvez oriundo da Itália setentrional (Kalb, 1890, p. 63), estava ativo ainda depois da morte de Antonino Pio (reg.138-161) (cf. D.50.12.14). Segundo Giaro, não foi nem funcionário estatal nem jurista dotado do *ius respondendi*, mas “um escritor de obra jurídica de formato enciclopédico que legou mais de 300 rolos de livros” (Giaro, 2001, col. 125; cf., ainda: Kunkel, 1952, p. 170-171; Honsell; Mayer-Maly; Selb, 1987, p. 32-33; Nörr, 2002, p. 201-207).

Contam-se entre suas obras um imenso comentário *Ad edictum* (em cerca de 150 livros, amplamente referido nos comentários de Júlio Paulo e de Ulpiano ao edito pretoriano), comentários às obras dos juristas Quinto Múcio Cévola (*Ad Q. Mucium*, em 39 livros), Masúrio Sabino (*Ex Sabino*, em 35 livros) e Pláucio (*Ex Plautio*, em 7 livros), além de monografias sobre a *stipulatio*, o fideicomisso e os senátus-consultos, bem como um interessante *Liber de uariorum lectionum* (cf. Liebs, 1971). Destaca-se, ainda e particularmente, o *Enchiridion* (em 2 livros),³ manual introdutório que, em prólogo escrito segundo o gênero doxográfico grego das *successiones auctorum* (διαδοχαί), contém relato único sobre as gerações de juristas romanos desde os mais antigos autores republicanos até seu tempo (D.1.2.2) (cf. Wieacker, 1988, p. 531-532).

3 Na verdade, no Digesto, há duas obras com esse título atribuídas a Pompônio, uma em dois livros, e outra em um só livro (*liber singularis*). Na hipótese, que parece crível, de Honsell, Mayer-Maly e Selb, “talvez esta segunda e mais curta obra seja um resumo pós-clássico da primeira” (1987, p. 32, n. 18).

Como quase toda a jurisprudência clássica, contudo, a ingente obra de Pompônio não nos foi legada por transmissão direta, mas pelas remissões indiretas e pelas citações contidas no Digesto justinianeu. Lenel, na tentativa de reordenar os fragmentos contidos na obra imperial, de modo a comunicar alguma ideia do que teriam sido os livros hoje perdidos, reuniu um impressionante número de 845 fragmentos pomponianos atribuídos a livros determinados, além de outros 16 de localização incerta e todos indiretos (Lenel, 2007, p. 15-159). Sempre segundo a interpretação de Lenel, os 173 fragmentos do comentário ao Edito são indiretos, a que se somam outros 100 de mesmo tipo, de diversas obras. Isso resulta em 572 fragmentos diretos, logo conservados em (algo como a) redação do próprio Pompônio, de extensão vária. Contudo, como todo o material incorporado ao Digesto, esses fragmentos podem ter sofrido alterações no processo de transmissão, uma vez que, já em compilações anteriores, de que os juristas justinianeus se serviram, já no próprio Digesto, o propósito da compilação “é a abstração de regras funcionais a partir do material casuístico” (Johnston, 1989, p. 153) oferecido pelas obras dos juristas. Daí resulta a possibilidade de contar com cortes, paráfrases e mesmo suplementos, procedimentos globalmente aludidos pelos romanistas como “interpolações”.⁴

A despeito dessas dificuldades, que simplesmente evidenciam a necessidade de um tratamento filológico atento de cada fragmento, a obra de Pompônio oferece uma oportunidade, muito além do famosíssimo fragmento que traça a história dos juristas romanos, para explorar o *modus operandi* da *iurisprudencia* de época clássica e colher em ação, nas mãos de um hábil praticante, os procedimentos da dogmática jurídica em momento de intensa produtividade da razão dogmática (Aubert, 2022, *passim*).

Nesse contexto, um dos pontos mais destacados na obra do jurista é que Pompônio, ao responder a questões jurídicas concretas diante de casos que envolvem a “vida dos direitos” (expressão de Ráo, 1952), desenvolveu interpretações que dependem explicitamente de observações linguísticas, examinando de perto as categorias morfossintáticas e semânticas do verbo latino. Tipicamente, o caso envolve a exegese de um texto – lei, contrato, testamento, etc. –, e a resposta sobre a regra que deve valer para determinada controvérsia se ampara em um concentrado esforço de análise linguística daquele texto.

Essa singular “predileção por problemas linguísticos” (Nörr, 2002, p. 236) – que fornece como que um moto-contínuo no pano de fundo do texto pomponiano, sempre

4 Para a mais minuciosa crítica interpolacionista da obra de Pompônio, notadamente a seu comentário *Ad Q. Mucium*, cf. di Marzo, 1899.

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

prestes a eclodir –,⁵ decorre de uma atitude mais ampla, nitidamente especulativa, que, em estudo clássico, Nörr aproximou daquela de seu contemporâneo Gaio, caracterizando-a como resultante de um “filão paralelo da jurisprudência altoclássica, dedicado à academia, à recolha e à reordenação do material jurídico e ao ensino” (Nörr, 2002, p. 180; sobre a relação entre esses autores, cf. Stanojević, 1997).

O pensamento dogmático vem como que dirigido a ampliar o olhar, sempre que pode, para além do mero caso concreto, mesmo quando parte dele. Como resultado dessa diretriz especulativa lançada sobre o material jurídico, o pequeno *corpus* que reunimos aqui pela primeira vez é, tanto quanto o sabemos, o único conjunto razoavelmente estruturado de observações formais de um autor latino antigo sobre a língua técnica do direito (sobre a qual, cf., *inter alia*: Poccetti, 1994; Aubert, 2023, p. 211-263).

Diante desse material excepcional, o estudo que aqui se apresenta tem por objetivo oferecer uma leitura de alguns desses textos – os mais epidérmicos, por assim dizer, isto é, aqueles em que a reflexão linguística está mais aflorada – que busque evidenciar como Pompônio concebe cada uma das categorias de aspecto, modo e tempo (o que Givón considera conjuntamente como o “sistema TAM”)⁶, que serão abordadas sucessivamente nas seções centrais do artigo; a elas se seguem duas notas, a primeira sobre a expressão da condição em Pompônio, e a segunda sobre uma particularidade de seu próprio uso linguístico que, todavia, importa para parte dos comentários aqui propostos.

5 E, assim, para além dos casos examinados neste artigo, há diversos outros fragmentos de interesse para a compreensão do pensamento linguístico de Pompônio, como se pode ver especificamente nos seguintes excertos, citados na numeração de Lenel: 203 (D.35.1.112), 236 (D.31.44), 244 (D.34.2.10), 253 (D.28.5.69), 394 (D.40.4.4), 509 (D.50.16.89.2), 637 (D.44.7.8), 704 (D.50.16.175), 802 (D.50.16.181), 814 (D.40.14.3) – todos os quais merecem exame aprofundado em outra sede. Nos demais fragmentos, analisados neste texto, sempre identificamos a numeração de Lenel na primeira linha da coluna à esquerda.

6 Trata-se de um dos subsistemas inflexionais em torno do verbo – juntamente com as negativas e a concordância gramatical –, e “provavelmente o mais complexo e frustrante para o linguista” (Givón, 1984, p. 269). Conforme bem aponta Givón na primeira versão de sua clássica introdução à sintaxe funcional, “a relação entre tempo, aspecto e modo num mesmo ‘espaço nocional’ está longe de ser falaciosa”, pois, “de um modo ou de outro, todos os três representam três distintos *pontos de partida* na nossa experiência do *tempo*” (Givón, 1984, p. 272, grifos do autor). Mais especificamente, o tempo “lida prioritariamente – embora não exclusivamente – com nossa experiência/conceito do tempo como pontos em uma sequência, e assim com as noções de *precedência* e *subsequência*” (Givón, 1984, p. 272, grifos do autor). A seu turno, o aspecto, ou os aspectos de vários tipos “envolvem nossa noção de *circunscrição* (*boundedness*) de extensões temporais, isto é, várias configurações de pontos de *início, fim e meio*” (Givón, 1984, p. 272, grifos do autor). Enfim, a modalidade “abrange, entre outras coisas, nossas noções da *realidade*, no sentido de ‘tendo existência fática em *algum* tempo real’ (‘verdadeiro’), ‘não tendo existência em *nenhum* tempo real’ (‘falso’) ou ‘tendo existência *potencial* em algum ponto *ainda por vir*’ (‘potencial’)” (Givón, 1984, p. 272, grifos do autor).

1. Aspecto

O aspecto pode ser definido, em termos gerais, como o domínio das “diferentes formas de ver a constituição temporal interna de uma situação” (Comrie, 1978, p. 3). Trata-se, assim, de uma categoria *semântica* (Grassi, 1966, p. 95),⁷ apta a promover especificações diversas, já que se pode conceber a “constituição temporal interna de uma situação” de diversos modos. Entretanto, é possível identificar, na contraposição entre o aspecto perfectivo (que “olha para a situação de fora, sem necessariamente distinguir nada da estrutura interna da situação”, Comrie, 1978, p. 4) e o imperfectivo (que “olha para a situação a partir de dentro, e assim está essencialmente interessado na estrutura interna da situação”, Comrie, 1978, p. 4), uma espécie de núcleo categorial do aspecto.

Retomando a produtiva confrontação entre aspecto semântico e “tipo de ação” (*Aktionsart*) avançada por Grassi (1966, p. 118-130), poderíamos afirmar que o aspecto é uma coordenada, do ponto de vista da estruturação interna do tempo, de um “estado de coisas” (*State of Affairs*, ou “SoA”) – conceito que se refere à tipologia das situações que se concebem e se expressam linguisticamente (Pinkster, 2015, p. 22), “de acordo com sua marcação para uma série de parâmetros semânticos” (Dik, 1997, p. 105), tais como a dinamicidade, a telicidade, a momentariedade, o controle e a experiência.

O estado de coisas, como “perspectiva codificada da realidade estruturada na gramática de uma língua” (Siewierska, 1991, p. 43), engloba, assim, o aspecto como variável que, segundo os contextos, pode ser mais ou menos essencial ou acidental a determinado tipo de situação (ou melhor, de situação ou de evento, cf. Dik, 1997, p. 114). Estamos, assim, ao lançar nosso olhar para o aspecto, a investigar como os falantes concebem, em relação a uma codificação linguística, a estrutura temporal interna de eventos e situações categorialmente considerados.

No caso do latim, há intenso debate sobre a relação entre a morfologia do sistema verbal, com a oposição, central para a conjugação, dos paradigmas de *inflectum* e *perfectum*, e a semântica dessa estrutura, vale dizer, as noções sobre o tipo de situação ou evento codificado por essa variável do sistema gramatical (sobre algumas dessas polêmicas, cf. de Melo, p. 184-186 e 1180).

Diante disso, o que podemos resgatar do horizonte de compreensão de um autor latino que abordou essa fronteira entre semântica e morfossintaxe detém imenso interesse.

⁷ Razão pela qual Huddleston (2002, p. 172) prefere falar em “aspectualidade”, reservando “aspecto” à codificação linguística, morfossintática, daquela categoria.

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

Evidentemente, as considerações que tecemos aqui dizem respeito à experiência de *um* falante (nativo) que, por mais arguto e disposto a refletir sobre sua própria língua, oferece, por óbvio, uma experiência parcelar – mas que, se não se identifica com ela, evidentemente também precisa ser absorvida pela descrição sistemática da língua.

Vejamos um primeiro extrato:

271 ⁸	
45.1.112.pr	45.1.112.pr
<i>Pomponius libro 15 ad Quintum Mucium</i>	Pompônio, no livro quinze dos comentários a Quinto Múcio
pr. Si quis stipulatus sit Stichum aut Pamphilum, utrum ipse uellet: quem elegerit, petet et is erit solus in obligatione. An autem mutare uoluntatem possit et ad alterius petitionem transire, quaerentibus respiciendus erit sermo stipulationis, utrumne talis sit, 'quem uolueró' an 'quem uolam': nam si talis fuerit 'quem uolueró', cum semel elegerit, mutare uoluntatem non poterit: si uero tractum habeat sermo illius et sit talis 'quem uolam', donec iudicium dictet, mutandi potestatem habebit.	pr. Se alguém prometeu por <i>stipulatio</i> Estico ou Pânfilo, aquele dos dois que queira, pedirá aquele que tiver escolhido, e só ele será objeto de obrigação. Aqueles que perguntam se ele pode mudar de vontade e passar a reclamar o outro, devem verificar a formulação da <i>stipulatio</i> , a saber, se ela é "aquele que eu tiver querido (<i>uolueró</i>)" ou "aquele que eu queira (<i>uolam</i>)". Pois, se for quem <i>uolueró</i> , tendo decidido uma vez, não poderá mudar de vontade; porém, se a formulação dele tiver uma duração e for quem <i>uolam</i> , terá o poder de efetuar a mudança até formular sua demanda em juízo.

Nesse excerto, trata-se de uma obrigação contraída oralmente (*stipulatio*)⁹, em que está em causa o momento em que uma obrigação que foi formulada como sendo alternativa (*obligatio alternatiua*, *um* de dois escravos) se concentra, passando a ter um único objeto determinado, devido a uma cláusula que atribui ao credor o poder de determinar o objeto da obrigação (*qual* de dois escravos) antes do momento do adimplemento. Mais especificamente, a questão que se agita é a da definitividade ou não da concentração da escolha, isto é, se, uma vez escolhido qual dos dois escravos pretende haver em adimplemento, o credor pode recuar e passar a exigir o outro, vale dizer, está em questão se a escolha se esgota no momento de sua formulação ou se ela permanece aberta por uma extensão de tempo (até o adimplemento ou, no caso, até o ingresso em juízo, cf. Kaser, 1971, p. 495; ou, mais especificamente, a *contestatio litis*, cf. di Marzo, 1899, p. 84).

8 Há indício pertinente da manutenção do fraseado autêntico de Pompônio na forma *utrumne... an...*, como notou di Marzo (1899, p. 84); com efeito, trata-se de estilema muito característico desse jurista (em substituição a *utrum... an...*, de tal modo que Kalb. 1890, p. 65 retém *utrumne* pela "palavra favorita" de Pompônio).

9 Isto é, "um negócio que consiste na contração formal de uma obrigação por meio da sucessão oral de pergunta e resposta" (Kaser, 1971, p. 168), "uma das mais importantes e originais criações do direito romano" (Kaser, 1971, p. 538).

Trata-se, portanto, justamente de saber se a formulação linguística da obrigação concebeu o tempo da escolha como um ponto no tempo (“aspecto perfectivo”) ou como uma extensão temporal (“aspecto imperfectivo”). Pompônio responde com a oposição entre duas formas de futuro, respectivamente nos paradigmas morfológicos da raiz de *perfectum* (*uoluerō*), atribuindo-lhe *sentido* perfectivo, e da raiz de *infectum* (*uolam*), atribuindo-lhe *sentido* imperfectivo. Ao fazê-lo, sua concepção se distingue sutil, mas definitivamente, da exposição, merecidamente famosa, desses paradigmas no *De lingua latina* de Varrão (L.9.96-100), mais especificamente quando o polímata republicano – ecoando doutrinas estoicas (Bonnet, 2022, p. 81) – contrapõe, em ordem, as séries *discebam disco discam*, que indicam uma coisa começada (*rem... inchoatam... significare*), e *didiceram didici didicero*, que indicam uma coisa terminada (*rem perfectam significare*, L.9.96), respectivamente no passado, no presente e no futuro.¹⁰

É notável a expressão com que Pompônio se reporta à categoria aspectual – *si tractum habeat sermo illius* –, em que *tractus*, que designa concretamente a ação de puxar ou arrastar algo (*OLD* 1), vem referir abstratamente a prolongação no tempo (*OLD* 8). O jurista oitocentista Giovanni Vignali traduziu aquela expressão como *se il modo di dire sia estensivo* (“se o modo da expressão for extensivo [ou durativo]”), anotando ainda que *uerbum uolam est extensiuum siue parataticum in futurum: ut uolebam, in praeteritum* (“o verbo *uolam* é extensivo ou παρατατικόν [imperfectivo] no futuro, assim como *uolebam* o é no pretérito”, Vignalli, 1859, p. 188), explicitando, destarte, o paradigma de cruzamento entre coordenadas aspectuais e temporais que está concisamente sugerido na dupla série varroniana e que parece ser também o de Pompônio, já que as expressões contrapostas são o futuro de cada uma das séries.

Claramente, para Pompônio, na língua ciosa de distinções e marcas que é a língua técnica do direito – dada a duplicar formas linguísticas para esclarecer sua incidência (cf. Marouzeau, 1959) –, a contraposição entre *infectum* e *perfectum* é altamente significativa não menos na interpretação que na redação dos textos normativos. Contudo, como se vê, a explicação semântica do aspecto é distinta da varroniana. Às noções de completude e incompletude (que põem em relevo o marco final da situação ou evento), se contrapõe aqui a prolongação temporal (ou não) de uma posição jurídica, o poder, passível de ser imposto a outrem, de mudar de vontade (logo, está em causa, mais amplamente, a circunscrição ou não de um evento ou situação em toda a sua extensão, e não apenas

¹⁰ Como bem percebeu de Melo, “para ele [Varrão], é a morfologia que importa, e o sentido é secundário. As etiquetas *perfectum* e *infectum/inchoatum* são apenas glosas semânticas grosseiras, não destinadas a constituir análises semânticas precisas. Não deveríamos projetar nossas próprias análises dos sentidos desses radicais em Varrão” (2019, p. 186).

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

relativamente a seu marco final).¹¹ A questão a que Pompônio quer responder, para o caso concreto, é: a vontade que obriga o outro contraente é um ponto no tempo, associado a uma declaração (*semel*), ou um poder continuado (*donec...*)?

Essa exploração semântica pode se beneficiar da mais sucinta exposição no seguinte excerto:

812	
38.4.13.2	38.4.13.2
<i>Pomponius libro quarto senatus consultorum</i>	Pompônio, no livro quarto dos senátus-consultos
[...]	[...]
2. Quod inquit senatus 'si ex liberis quis in ciuitate esse desisset', eum significat, qui in perpetuum in ciuitate esse desierit, non etiam si quis ab hostibus captus reuerti possit.	2. O Senado, ao dizer "se algum dos filhos tiver deixado de pertencer à comunidade", designa aquele que tiver deixado definitivamente de pertencer à comunidade, não já se alguém, tendo sido capturado por inimigos, puder ser retornado.

É novamente o problema semântico do aspecto que permite a Pompônio caracterizar com maior nitidez a formulação de um texto jurídico, não mais aqui um contrato, como no exemplo precedente, mas um texto normativo estatal, no caso um dos pareceres, ou decretos do Senado chamados "senátus-consultos" (sobre os quais, cf. Wenger, 1953, p. 381-395). O que se examina aqui é a prótase de um período condicional de que não temos a apódose e em que a Pompônio importa mais especificamente a forma verbal *desisset* (subjuntivo *perfectum* passado do verbo *desino*), forma que aqui não vem designar uma condição irreal no passado, como amiúde, mas antes se interpreta explicitamente como marcador de definitividade, no caso uma partida definitiva (*in perpetuo*) de um membro da comunidade, ecoada no texto de Pompônio por meio de uma paráfrase que se serve do mesmo verbo no subjuntivo *perfectum* presente (*desierit*).

O duplo dessas formas, que vem subentendido na virtualidade paradigmática do sistema verbal, é naturalmente o paradigma do *infectum*, segundo o qual se poderia construir uma prótase como *si ex liberis quis in ciuitate esse desinat*, ou *desineret* ("se algum dos filhos deixar, ou deixasse, de pertencer à comunidade"), caso em que a partida

¹¹ A distinção entre a posição de Varrão e a de Pompônio pode ser reformulada nos termos de Givón. Para Pompônio, importa a circunscrição (*boundedness*) do evento: "o aspecto durativo concebe um evento como não tendo circunscrições (*boundaries*) iniciais nem finais; em contraste, o aspecto pontual concebe um evento como tendo tais circunscrições" (Givón, 1984, p. 274, grifos do autor). Já para Varrão, está em questão a perfectividade, vale dizer, especificamente, "a presença ou ausência da *fronteira final* (*terminal boundary*) do evento" (Givón, 1984, p. 276, grifos do autor). Pompônio olha para as duas (não) circunscrições; Varrão, só para a última.

comportaria um retorno potencial. Novamente, assim, é a definitividade (*in perpetuo*) da ação que Pompônio vê codificada no sistema do *perfectum*; literalmente, a sua *definitio*, ou delimitação, que, se no caso do *infectum* tem extensão (*tractum habere*), já no caso do *perfectum* não a tem.

Se pudéssemos, com a pouca evidência de que dispomos, mesmo assim sugerir a nota distintiva do aspecto na compreensão de Pompônio, parece que a ele importa sobretudo se uma porta se fecha em definitivo com a concretização de um evento ou situação ou se o evento ou situação é uma espécie de janela aberta, em que, por determinado tempo, ainda é possível voltar atrás e modificar o rumo das coisas; com isso, podemos integrar a concepção varroniana da oposição entre o acabado e o inacabado como um efeito da disponibilidade ou não do elemento tempo para que a ação vá sendo conduzida (logo passível de correção de rumos). Varrão vê o efeito; Pompônio busca falar do aspecto em maior grau de abstração: no *infectum*, há tempo (disponível para a ação); no *perfectum*, não.

2. Modo

O campo da categoria semântica do modo, ou da “modalidade” – gramaticalizada, *inter alia*, no modo verbal (Huddleston, 2002, p. 172) –, é o da “atitude do falante relativamente à factualidade ou à atualização da situação expressa pelo resto da oração” (Huddleston, 2002, p. 173). Não menos do que relativamente ao aspecto, o conjunto do panorama semântico assim aludido é muito variegado, “sem constituir um domínio semântico unificado” (Dik, 1997, p. 241) e, por isso mesmo, sua estrutura é tudo menos consensual.

Nesse campo multifacetado, a preocupação com a factualidade (possibilidade ou necessidade) de uma situação ou evento pode se situar em distintos níveis da relação do falante com o estado de coisas, que se podem conceber a partir de um modelo hierárquico da oração (de onde tentativas de distinguir os tipos de modalidade que atinem a níveis distintos dessa estrutura, cf. Hengeveld, 1987; Dik, 1997, p. 241-242). No entanto, a despeito dessa complexidade, uma distinção fundamental e amplamente reconhecida é aquela que contrapõe a modalidade do dever-ser, ou normativa (*modalidade deôntica*, segundo a qual o falante caracteriza uma situação ou evento como lícito ou ilícito, obrigatório ou facultativo, etc.), campo que é fundamental para a própria noção de juridicidade, e a modalidade do poder-ser, ou inferencial (*modalidade epistêmica*, de acordo com a qual o falante compreende uma situação ou evento como possível ou impossível, certo ou incerto, provável ou improvável, etc.). Em ambas, há um denominador comum, o do “futuro ou incerteza” (Givón, 1984, p. 318, grifos do autor).

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

Se o campo da modalidade deôntica vem menos à baila como foco da discussão, certamente por estar difusamente presente em toda a reflexão dogmática pomponiana, o segundo tipo de modalidade desperta meditação bem concentrada de Pompônio. Leia-se:

356	
40.7.21.pr	40.7.21.pr
<i>Pomponius libro septimo ex Plautio</i>	Pompônio, no livro sétimo de extratos de Pláucio
pr. Labeo libro posteriorum ita refert: 'Calenus dispensator meus, si rationes diligenter tractasse uidebitur, liber esto suaque omnia et centum habeto'. Diligentiam desiderare eam debemus, quae domino, non quae seruo fuerit utilis. Erit autem ei diligentiae coniuncta fides bona non solum in rationibus ordinandis, sed etiam in reliquo reddendo. Et quod ita scriptum est 'uidebitur', pro hoc accipi debet 'uideri poterit': sic et uerba legis duodecim tabularum ueteres interpretati sunt 'si aqua pluuiam nocet', id est 'si nocere poterit'. Et si quaereretur, cui eam diligentiam probari oporteat, heredum arbitratum uiri boni more agentium sequi debemus, ueluti si is, qui certam pecuniam dedisset, liber esse iussus est, non adscripto eo, cui si dedisset, eo modo poterit liber esse, quo posset, si ita fuisset scriptum 'si heredi dedisset'.	pr. Labeão, em um livro de seus Escritos Posteriores, assim relata: "Que Galeno, meu contador, seja livre, com todos os seus pertences, e tenha uma soma de cem, caso se considere que ele tratou as contas com diligência". Devemos requerer aquela diligência que for útil ao senhor, não ao escravo. Ademais, àquela diligência somar-se-á a boa-fé não apenas em dispor as contas, mas também em devolver qualquer balanço restante. E, onde se escreveu <i>uidebitur</i> ("[caso] se considere"), deve ser tomado como significando <i>uideri poterit</i> ("poderá se considerar"). Assim também os antigos interpretaram as palavras da Lei das Doze Tábuas: <i>si aqua pluuiam nocet</i> ("se a água da chuva causa dano"), isto é, <i>si nocere poterit</i> ("se puder causar dano"). E, caso se pergunte a quem essa diligência deve ser provada, devemos seguir o juízo dos herdeiros, desde que ajam segundo o costume de um homem bom. Assim, se alguém ordenou que aquele que tiver dado uma quantia determinada de dinheiro seja livre, sem especificar aquele a quem o dinheiro deveria ser dado, então poderá ser livre do mesmo modo que se estivesse escrito "se tiver dado ao herdeiro".

Nesse denso passo, em que se acumula toda uma série de problemas, Pompônio está se ocupando de uma cláusula testamentária em que o testador prevê a manumissão de seu escravo contador, acompanhada de um pequeno legado em pertences e pecúnia, sob condição, a saber, a depender da verificação, no momento da sucessão, de sua conduta profissional pregressa (*rationes... tractauisse*). Diante do problema de verificar se essas condições foram cumpridas, Pompônio aborda sucessivamente diversos pontos, primeiramente dois a respeito da natureza da conduta que liberará a eficácia daquela cláusula (isto é, os critérios para a caracterização de *diligenter*) e, em seguida, questões que atinem aos requisitos para a verificação dessa conduta, um exame especialmente

conotado por um padrão que deve se desvincular do arbítrio dos herdeiros, configurando avaliação objetiva da conduta (a saber, avaliação não como a *farão* os herdeiros, mas como a *deve fazer* qualquer *uir bonus*).

É justamente em torno do verbo central para a avaliação da conduta – *uidebitur* (“considerar-se-á”, “parecerá”), novamente em uma prótase condicional –, que a imaginação linguística de Pompônio é solicitada, mobilizando ainda, de forma valiosa para a caracterização de como esse autor compreendia sistematicamente a língua técnica do direito, a remissão a uma passagem da veneranda Lei das Doze Tábuas (Tab.7.8, na reconstrução de Crawford, 1996).

O caso da Lei das Doze Tábuas é bastante elucidativo. Trata-se de uma previsão, muito provavelmente atinente ao direito de vizinhança, segundo a qual um escoamento de água pluvial muito volumoso e capaz de causar dano deve ser contido por obras adequadas; o verbo no imperativo *arceo*, núcleo predicativo da apódose, muito embora não transmitido, pode ser seguramente restituído com base em seu regular comparecimento nas remissões a esse texto (D.39.1.18; D.39.3.3; D.43.8.5; Cic.*Top.*IX.39) e na ação associada a essa previsão normativa, a *actio aquae pluviae arcendae* (“ação de contenção da água da chuva”, cf. Kaser, 1971, p. 126). Ora, logicamente, a obra de construção só terá sentido se o dano causado pela chuva for, ao menos parcialmente, potencial, e não atual; caso contrário, não adiantaria gastar com obra alguma.

É essa evidência lógica que leva Pompônio a afirmar que, nesse caso, *si nocet* (“se causar dano”) equivale a *si nocere poterit* (“se puder causar dano”, com o verbo auxiliar modal *possum* no indicativo *infecum* futuro). Isto é, uma forma indicativa, em princípio não marcada para a categoria da modalidade, não é necessariamente desprovida de semântica modal diante de determinado estado de coisas; neste caso, antes veicula um conteúdo de modalidade epistêmica, isto é, um ato de fala modalizado pela atitude do falante, que estima, inferencialmente, como possível que um estado de coisas (dano) venha a se concretizar.

A partir desses esclarecimentos, fica mais fácil avaliar o exemplo central do passo pomponiano. Ao afirmar que, no caso em tela, *si uidebitur* (“caso pareça”, “caso se considere”) equivale a *si uideri poterit* (“caso se possa considerar”, “caso possa parecer”), Pompônio está asseverando que não é a discricionariedade ou a idiosincrasia da experiência pessoal, subjetiva, dos herdeiros que importa para verificar a condição posta para a manumissão, mas os requisitos de uma inferência que podem ser averiguados objetivamente por meio da correlação entre as condutas profissionais *realizadas* por Galeno e as condutas avaliativas *esperadas* dos herdeiros de seu senhor.

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

Do ponto de vista da investigação semântica da língua, o passo é especialmente refinado por deixar claro que a modalidade, que pode ser expressa lexicalmente com recurso a um verbo modal, como *poterit* nas paráfrases pomponianas, isto é, que pode se gramaticalizar, pode também permanecer implícita na forma verbal, devendo ser reconstruída a partir da inteireza do estado de coisas que se organiza em torno do predicado verbal, cuja semântica no caso é capaz por si mesma de ocasionar a modalização do estado de coisas. Não poderia haver mais elegante demonstração da independência do modo, ou modalidade, como categoria semântica em face do modo gramatical.

3. Tempo

Os tratamentos mais detidos de Pompônio sobre o tempo verbal têm que ver com a articulação entre o verbo (auxiliar ou de ligação) *sum* e o particípio *perfectum*, articulação particularmente aberta a problemas interpretativos devido à potencial ambiguidade ínsita a esse contexto de uso do verbo latino. Aqui importa novamente apontar que estamos trabalhando na interface entre a forma linguística (que, em inglês, se denomina *tense*) e a semântica temporal (*time*), uma vez que é precisamente o intento de extrair sentido de formas linguísticas cujo conteúdo não é evidente *prima facie* o que move a exegese de Pompônio.

A categoria “tempo” designa aqui “uma diferença de cronologia, uma diferença de situação em uma linha temporal que, orientada da esquerda à direita, remeteria do passado em direção ao futuro” (Dalès, 1976, p. 133). Trata-se, então, de entender como o sistema linguístico dá conta de situar situações e eventos nessa linha (sequencialidade), seja absolutamente, com referência à dêixis temporal do falante (tempo absoluto), seja relativamente, na potencialmente intrincada articulação entre situações e eventos (tempo relativo).

Neste caso, antes de abordar dois fragmentos pomponianos, propomos começar por um testemunho excepcional na rica miscelânea das *Noites Áticas* de Aulo Gélcio (fl. s. II^{med}), contemporâneo de Pompônio, que, a nosso sentir, pode contribuir para um melhor enquadramento dos problemas a que devemos nos dedicar (a pertinência dessa conexão já fora apontada por di Marzo, 1899, p. 102, e por Nörr, 2002, p. 232, n. 396). Vejamos:

	GEL.17.7
<p>1. Legis ueteris Atinae uerba sunt: ‘Quod subruptum erit, eius rei aeterna auctoritas esto.’ 2. Quis aliud putet in hisce uerbis quam de tempore tantum futuro legem loqui? 3. Sed Q. Scaeuola patrem suum et Brutum et Manilium, uiros adprime doctos, quaesisse ait dubitasseque utrumne in post facta modo furta lex ualeret an etiam in ante facta; quoniam ‘subruptum erit’ utrumque tempus uideretur ostendere, tam praeteritum quam futurum.</p>	<p>1. As palavras da antiga Lei Atínia [sobre a usucapião, de 197 a.C.,] são as seguintes: <i>quod subruptum erit, eius rei aeterna auctoritas esto</i> (“se algo é furtado, haverá poder [de ação] imprescritível [contra esse furto]”). 2. Quem julgará que, nessas palavras, a lei trate de algo diferente do que apenas do tempo futuro? 3. Porém, Quinto [Múcio] Cévola afirma que seu pai [Públio Múcio Cévola], Bruto e Manílio, homens sumamente doutos, investigavam e hesitavam se a lei se aplicava apenas aos furtos futuros ou também aos já cometidos. Pois <i>quod subruptum erit</i> pareceria compreender tanto o tempo passado como o futuro.</p>
<p>4. Itaque P. Nigidius, ciuitatis Romanae doctissimus, super dubitatione hac eorum scripsit in tertio uicesimo grammaticorum commentariorum; atque ipse quoque idem putat incertam esse temporis demonstrationem, 5. sed anguste perquam et obscure disserit, ut signa rerum ponere uideatur ad subsidium magis memoriae suae quam ad legentium disciplinam. 6. Videbatur tamen hoc dicere suum uerbum et <est> esse et <i>erit</i>: quando per sese ponuntur, habent atque retinent tempus suum; cum uero praeterito iunguntur, uim temporis sui amittunt et in praeteritum contendunt. 7. Cum enim dico <i>in campo est</i>, <i>in comitio est</i>, tempus instans significo; item cum dico <i>in campo erit</i>, tempus futurum demonstro; at cum dico: <i>factum est</i>, <i>scriptum est</i>, <i>subruptum est</i>, quamquam <i>est</i> uerbum temporis est praesentis, confunditur tamen cum praeterito et praesens esse desinit. 8. ‘Sic igitur’ inquit ‘etiam istud, quod in lege est, si diuidas separeque duo uerba haec <i>subruptum</i> et <i>erit</i>, ut sic audias <i>subruptum <erit></i> tamquam <i>certamen erit</i> aut <i>sacrificium erit</i>, tum uidebitur lex in post futurum loqui; si uero copulate permixteque dictum intellegas, ut <i>subruptum erit</i> non duo, sed unum uerbum sit idque unitum patiendi declinatione sit, tum hoc uerbo non minus praeteritum tempus ostenditur quam futurum.’</p>	<p>4. Assim, Públio Nigídio [Fígulo], o mais douto dos romanos, escreveu sobre essa sua hesitação no vigésimo terceiro livro de seus apontamentos gramaticais (<i>commentariorum grammaticorum</i>). É ele mesmo também julga que a determinação do tempo é incerta; 5. porém, discorre muito sucintamente e de modo obscuro, de tal sorte que se vê que ele registra anotações sobre as matérias como apoio à sua memória mais do que para a instrução de leitores. 6. Parece-me, contudo, que dizia o seguinte: as palavras <i>est</i> e <i>erit</i>, quando utilizadas por si mesmas, mantêm e retêm seu tempo, mas, quando jungidas ao [participio] pretérito, perdem a força própria de seu tempo e se lançam para o passado. 7. Assim, pois, quando digo <i>in campo est</i> (“está no campo”) e <i>in comitio est</i> (“está no comício”), eu designo o tempo atual; e, quando digo <i>in campo erit</i> (“estará no campo”), eu me refiro ao tempo futuro. No entanto, quando digo <i>factum est</i> (“foi feito”), <i>scriptum est</i> (“foi escrito”), <i>subruptum est</i> (“foi furtado”), embora <i>est</i> seja um verbo no tempo presente, ele se mistura ao passado e deixa de ser presente. 8. “Assim, portanto,” diz, “também se passa com aquilo que está na lei: se dividires e separeares as duas palavras, <i>subruptum</i> e <i>erit</i>, de tal sorte que ouças <i>subruptum</i> como se fosse equivalente a <i>certamen erit</i> ou <i>sacrificium erit</i>, então parecerá que a lei fala para o futuro. Contudo, se compreenderes a expressão de forma combinada e entretecida, como <i>subruptum erit</i>, sendo não duas, mas uma só palavra, e assim for tornada uma só na flexão passiva, então essa palavra não designará menos o tempo passado que o tempo futuro.”</p>

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

Verba haec ex Atinia lege, 'quod subruptum erit, eius rei aeterna auctoritas esto', P. Nigidio et Q. Scaeuolae uisa esse non minus de praeterito furto quam de futuro cauisse.	Estas palavras da Lei Atínia – <i>quod subruptum erit, eius rei aeterna auctoritas esto</i> – pareceram a Públio Nigídio e a Quinto Cévola precaver-se não menos contra o furto passado que contra o furto futuro.
--	--

Esse fragmento é precioso, primeiramente porque insere a preocupação linguística típica da interpretação de Pompônio em um vasto e antigo contexto de interpretação jurídica com tal pendor, evocando debate que teria se passado na virada do século II para o I a.C., entre juristas republicanos; ademais, porque, ao explicitar as razões do debate – e aqui a contraposição é nítida entre os meros apontamentos de Públio Nigídio e a exposição ponto a ponto de Gélio –, fornece uma ancoragem externa, mas a ela contemporânea, para os mais sucintos comentários de Pompônio nos fragmentos de que nos ocuparemos neste item, mais adiante.

Conforme se vê, a discussão gira em torno da expressão *subruptum erit* (união do participio *perfectum subruptum* do verbo *subripio* e do indicativo *infectum* futuro *erit* do verbo *sum*), que pode ser entendida de duas formas. Pode, primeiramente, ser lida como conjugação de um adjetivo neutro substantivado e de um verbo (como os substantivos neutros *certamen* e *sacrificium* que Gélio aponta como correspondentes paradigmáticos para essa interpretação). Nessa leitura, o sentido de *subruptum erit* é algo como “aquele que [no futuro] houver uma coisa como roubada”. No entanto, alternativamente, essa expressão pode ser lida como uma locução verbal (e aqui os equivalentes paradigmáticos são *factum est* e *scriptum est*), sendo então o sentido de *subruptum erit* algo como “terá sido roubado”.

É possível caracterizar essa oposição como a da diversa articulação do tempo de referência, que se projeta a partir do presente dêitico e que é sempre futuro, com o tempo significado pelo participio. No caso da primeira interpretação, o tempo de referência é futuro (*erit*), e o tempo do participio é concomitante a ele (aquilo que, no futuro, tem a qualidade de bem roubado); na segunda hipótese, o tempo de referência permanece futuro (*erit*), mas o tempo do participio articula àquela referência futura uma outra que, a partir dela, é passada (aquilo que, antes daquele futuro, foi roubado).¹²

De todo modo, feita essa leitura preliminar do capítulo de Gélio, podemos passar a examinar os excertos de Pompônio a ele relacionados. O primeiro, mais extenso, é o seguinte:

¹² Veremos, na segunda nota, a qual constitui a última seção deste texto, que a língua de Pompônio parece se dissociar estruturalmente dessa formulação.

261	
34.2.34.1-2	34.2.34.1-2
<i>Pomponius libro nono ad Quintum Mucium</i>	Pompônio, no livro nono dos comentários a Quinto Múcio
[...]	[...]
<p>1. Item scribit Quintus Mucius, si maritus uxori, cum haberet quinque pondo auri, legasset ita: 'aurum quodcumque uxoris causa paratum est',¹³ uti heres uxori daret, etiamsi libra auri inde uenisset et mortis tempore amplius quam quattuor librae non deprehendentur, in totis quinque libris heredem esse obligatum, quoniam articulus 'est' praesentis temporis demonstrationem in se continens. <i>Quod ipsum quantum ad ipsam iuris obligationem pertineat, recte dicitur, id est ut ipso iure heres sit obligatus. Verum sciendum, si in hoc alienauerit testator inde libram, quod deminuere uellet ex legato uxoris suae, tunc mutata voluntas defuncti locum faciet doli mali exceptioni, ut, si perseuerauerit mulier in petendis quinque libris, exceptione doli mali submoueat. Sed si ex necessitate aliqua compulsus testator, non quod uellet deminuere ex legato, tunc mulieri ipso iure quinque librae auri debebuntur nec doli mali exceptio nocebit aduersus petentem.</i>¹⁴</p>	<p>1. Iguualmente, Quinto Múcio escreve que, se o marido, tendo cinco de ouro em peso, tivesse legado assim à mulher – que meu herdeiro dê à minha mulher “todo o ouro que foi adquirido em razão de minha mulher” –, ainda que depois uma libra de ouro tenha sido vendida e, no momento da morte, não se encontrem mais do que quatro libras, o herdeiro está obrigado para com as cinco libras, pois a palavra <i>est</i> contém uma determinação relativa ao tempo presente. No que diz respeito à obrigação jurídica, isso se afirmará corretamente, isto é, que o herdeiro está obrigado de pleno direito. Deve-se, porém, notar que, se o testador depois tiver alienado uma dessas libras porque queria diminuir parte do legado de sua esposa, então a mudança de intenção do falecido dará lugar a uma exceção de dolo mau, de modo que, se a mulher perseverar em pedir cinco libras, o pedido será repellido por meio de uma exceção de dolo mau. Porém, se o testador tiver sido movido por alguma necessidade, não porque queria reduzir o valor do legado, então dever-se-ão à mulher cinco libras de ouro de pleno direito, e a exceção de dolo mau não prejudicará a ela ao reclamá-las.</p>

¹³ Texto emendado de *esset* para *est*, conforme já Albertario (1919, p. 83) e conforme reconhecem, mais recentemente, Ferrary, Schiavone e Stolfi (2014, p. 137).

¹⁴ O trecho que destacamos em itálico (de *Quod ipsum* até o fim do fragmento) é tido como parcialmente interpolado por diversos autores. Cf. Rabel, 1931, col. 293. O texto imediatamente anterior, contudo, seria autêntico segundo di Marzo (1899, p. 76), que nota o emprego, característico de Pompônio, de *articulus* na acepção de “palavra”. Para esse jurista, pode-se ter por interpolada efetivamente a última frase do parágrafo (*Sed si...*).

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

<p>2. Quod si ita legasset uxori 'aurum quod eius causa paratum erit', tunc rectissime scribit Quintus Mucius, ut haec scriptura habeat in se et demonstrationem legati et argumentum: ideoque ipso iure alienata libra auri amplius quattuor pondo non remanebunt in obligatione, <i>nec erit utendum distinctione, qua ex causa alienauerit testator</i>.¹⁵</p>	<p>2. Porém, se tivesse legado à sua mulher assim – “o ouro que terá sido adquirido em razão dela” –, então Quinto Múcio escreve corretissimamente que essa redação tem em si tanto a determinação do legado quanto seu fundamento; por isso, de pleno direito, se uma libra de ouro tiver sido alienada, não permanecerão como objeto da obrigação mais do que quatro em peso, nem se deve recorrer à distinção quanto à causa pela qual o testador a alienou.</p>
--	---

Nesse fragmento, Pompônio não concebe uma ambiguidade ínsita à junção de um participio *perfectum* com *erit*; antes, até mesmo se contrapõe à tese da ambiguidade ao confrontar duas formulações que seriam semanticamente distintas, a saber, *paratum est* e *paratum erit*, a última servindo como critério de desambiguação para a primeira. No caso, Pompônio está lidando com um legado deixado pelo marido à esposa, em que importa entender a referência temporal que subjaz a *paratum est* para determinar qual é o marco temporal que deverá especificar a quantidade de ouro que a mulher há de herdar, na eventualidade de a quantidade de ouro no patrimônio do marido ter se alterado entre o momento da declaração de vontade que constitui o negócio jurídico do legado e o momento da sucessão. Há uma questão adicional, atinente ao sintagma *uxoris causa*, que interessa antes ao trecho provavelmente interpolado em D.34.2.34.1, *in fine*, cf. *supra*.

Para nossos propósitos, entretanto, fazendo referência ao mesmo jurista Quinto Múcio Cévola que aparecera no texto de Gélio e que Pompônio está a expor nessa obra, importa notar que a formulação *paratum erit* é, para Pompônio (afinal, sua anuência com o encaminhamento da argumentação de Cévola vem explicitada pelo advérbio *rectissime*), clara em identificar o marco temporal de referência no futuro (aquele ouro que foi adquirido, determinado pelo resultado futuro, expresso no *quantum* acumulado naquele tempo), ao passo que *paratum est* identifica antes, como marco temporal pertinente – com mera exceção motivada por hipóteses em que o sintagma *uxoris causa* possa implicar variação no conteúdo do legado –, o momento da própria declaração de vontade (*praesentis temporis demonstrationem*).

A esse propósito, é de notar a formulação de Pompônio, de que *paratum erit* conterà não só a *demonstratio* (“determinação”, “clara indicação de um objeto”, *deutlichen Angabe eines Gegenstandes*, Heumann; Seckel, 1926, p. 133), mas ainda – e, pensamos, sobretudo – seu *argumentum*, seu “fundamento de prova” (*Beweisgrund*, Heumann; Seckel, 1926,

¹⁵ A seção em itálico seria obra dos compiladores, segundo di Marzo (1899, p. 79).

p. 40), expressão que entendemos deva ser interpretada como a indicação do critério a ser seguido por quem quiser chegar à determinação do objeto da obrigação dos herdeiros em face da viúva legatária de tantas libras de ouro.¹⁶ Mediante essa noção de *argumentum*, parece que Pompônio aluda muito concretamente ao tempo como um marco, uma baliza a servir de medida para situar temporalmente situações e eventos.

Vamos a um último fragmento correlato aos já examinados neste item:

296	
50.16.123	50.16.123
<i>Pomponius libro 26 ad Quintum Mucium</i>	Pompônio, no livro vinte e seis dos comentários a Quinto Múcio
Verbum 'erit' interdum etiam praeteritum nec solum futurum tempus demonstrat. Quod est nobis necessarium scire et cum codicilli ita confirmati testamento fuerint: 'quod in codicillis scriptum erit', utrumne futuri temporis demonstratio fiat an etiam praeteriti, si ante scriptos codicillos quis relinquat. <i>Quod quidem ex uoluntate scribentis interpretandum est.</i> ¹⁷ Quemadmodum autem hoc uerbum 'est' non solum praesens, sed et praeteritum tempus significat, ita et hoc uerbum 'erit' non solum futurum, sed interdum etiam praeteritum tempus demonstrat. Nam cum dicimus 'Lucius Titius solutus est ab obligatione', et praeteritum et praesens significamus: sicut hoc 'Lucius Titius alligatus est'. Et idem fit, cum ita loquimur 'Troia capta est': non enim ad praesentis facti demonstrationem refertur is sermo, sed ad praeteritum.	A palavra <i>erit</i> por vezes designa um tempo passado, e não apenas futuro. É necessário que saibamos disso também quando os codicilos tiverem sido assim confirmados por testamento – “[eu confirmo] o que tiver sido escrito em codicilos” –; então, se alguém tiver deixado codicilos escritos anteriormente, a descrição será do futuro ou do passado? Isso deve ser interpretado de acordo com a vontade de quem escreveu. Porém, assim como a palavra <i>est</i> designa não apenas o presente, mas também o passado, também a palavra <i>erit</i> designa não apenas o futuro, mas até mesmo, por vezes, o passado. Afinal, quando dizemos “Lúcio Tito foi libertado da obrigação”, significamos o presente e o passado, e assim também com “Lúcio Tício foi obrigado”. E o mesmo ocorre quando dizemos “Troia foi tomada”, pois essa enunciação não se refere à descrição de um fato presente, mas ao passado.

Ao menos na forma como esse fragmento se apresenta no Digesto, Pompônio parece estar situando seu discurso em nível mais abstrato, que exemplifica com textos, mais que, como vimos até aqui, posicionando-se como comentador de um específico texto jurídico, reputemo-lo hipotético – escolar ou acadêmico – ou não. A premissa é semelhante à de Gélio no texto examinado acima (e poderia se referir também à Lei Atínia,

¹⁶ Já di Marzo notou a importância da noção de *argumentum* no trecho, a qual retém “propriamente muciana” e que, “corretamente compreendida, remete ao uso que dela faz Cícero nos *Topica*” (1899, p. 79). Recorde-se a definição ciceroniana: “um argumento [é] um arazoamento que empreste credibilidade a uma questão dúbia” (*argumentum autem [est] rationem quae rei dubiae faciat fidem*, Cíc.Top.II.8).

¹⁷ Para di Marzo, essa frase é dos compiladores, que teriam suprimido considerações mais amplas no texto pomponiano, pois, na frase seguinte, o demonstrativo *hoc* fica privado de antecedente (di Marzo, 1899, p. 102).

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

cf. di Marzo, 1889, p. 102), mas note-se que, se Gélío afirmava que *erit* designa sempre o futuro, e apenas por um amálgama que transforma duas palavras em uma desliza para o passado, aqui Pompônio está focalizando o próprio vocábulo *erit*, a que atribui, por si mesmo, essa possibilidade semântica.

A referência ao texto jurídico, no caso uma disposição testamentária relativa à confirmação dos codicilos, não é, infelizmente, desenvolvida, mas parece suscitar a questão de saber se estão abarcados na expressão *scriptum erit* apenas os codicilos já escritos (tempo de referência da própria declaração de vontade testamentária) ou também os codicilos que porventura ainda venham a ser escritos depois do testamento (tempo de referência da abertura da sucessão).¹⁸

O que vem na sequência talvez seja, contudo, ainda mais interessante do que nos demais fragmentos relativos ao problema do tempo. Aqui, afinal, Pompônio contrapõe um caso claro de locução verbal, em que *est* é verbo auxiliar constitutivo do paradigma da flexão verbal (*Troia capta est*) – afinal, como Troia foi destruída pelos aqueus, só se pode interpretar a frase como “Troia foi tomada”, não como “Troia é [hoje] cativa” –, ao caso em que o verbo pode ser auxiliar ou também, distintamente, verbo de ligação – e, logo, os participios do *perfectum* podem ser ou elementos de uma locução verbal ou simples adjetivos: *solutus est* (“foi libertado” ou “está [hoje] no estado de liberto”), *alligatus est* (“foi obrigado” ou “está [hoje] no estado de obrigado”).

Nesses casos, como se vê, as formulações implicam estados de coisas em tudo distintos: eventos quando se está diante da locução verbal com verbo auxiliar e situações quando se está a lidar com um verbo de ligação acoplado a um adjetivo ou substantivo. O exemplo de Troia, captado externamente às formulações jurídicas sobre as quais Pompônio está a se debruçar, se comunica aqui com o exemplo da Lei das Doze Tábuas que examinamos ao tratar da modalidade e que, lá também, vinha trazido como uma comparação externa ao fio argumentativo principal. Nos dois casos, Pompônio busca assentar sua argumentação na evocação de todo um estado de coisas, para além do núcleo predicador verbal, a demonstrar, indiretamente, a pertinência de um exame abrangente das hipóteses linguisticamente encapsuladas no sistema verbal latino.

¹⁸ Trata-se, mais especificamente dos *codicilli testamento confirmati*, “codicilos confirmados por testamento”, que são, como todo codicilo, diplomas com disposições testamentárias unilaterais, porém, neste caso, “anunciadas em um testamento anterior ou confirmadas em um testamento posterior” (Kaser, 1971, p. 694), valendo como parte do testamento, de cuja validade se tornam, *ipso facto*, dependentes.

4. Nota sobre a expressão da condição em Pompônio

Tratamos aqui, conjuntamente e de forma breve, de dois fragmentos:

226	
32.85 (<i>in fine</i>)	32.85 (<i>in fine</i>)
<i>Pomponius libro secundo ad Quintum Mucium</i>	Pompônio, no livro segundo dos comentários a Quinto Múcio
[...] Plane in mortis tempore collatum hunc sermonem 'uestem, quae mea erit' sine dubio pro condicione accipiendum puto: sed et 'Stichum qui meus erit' puto pro condicione accipiendum nec interesse, utrum ita 'qui meus erit' an ita 'si meus erit': utrubique condicionem eam esse. Labeo tamen scribit etiam in futurum tempus collatum hunc sermonem 'qui meus erit' pro demonstratione accipiendum, sed alio iure utimur.	[...] Claramente, eu considero a expressão <i>uestem quae mea erit</i> ("vestimenta que será minha"), posta com relação ao tempo da morte, como uma condição; também, <i>Stichum qui meus erit</i> ("Estico que será meu"), eu julgo que deva ser tomado como uma condição e que não importa se se escreve <i>qui meus erit</i> ("que será meu") ou <i>si meus erit</i> ("se for meu"); dos dois modos, trata-se de uma condição. Labeão, de sua parte, escreve que essa expressão reportada ao futuro, <i>qui meus erit</i> ("que será meu"), deve ser tomada por uma descrição; seguimos, porém, regra diversa.
246pr	
36.2.22.pr	36.2.22.pr
<i>Pomponius libro quinto ad Quintum Mucium</i>	Pompônio, no livro quinto dos comentários a Quinto Múcio
pr. Si Titio, 'cum is annorum quattuordecim esset factus', legatum fuerit et is ante quartum decimum annum decesserit, uerum est ad heredem eius legatum non transire, quoniam non solum diem, sed et condicionem hoc legatum in se continet 'si effectus esset annorum quattuordecim', qui autem in rerum natura non esset, annorum quattuordecim esse non intellexeretur. Nec interest, utrum scribatur 'si annorum quattuordecim factus erit' an ita, 'cum': priore scriptura per condicionem tempus demonstratur, sequenti per tempus condicio, utrubique tamen eadem condicio est.	pr. Se um legado tiver sido feito para Tício, para <i>cum is annorum quattuordecim esset factus</i> ("quando ele completar catorze anos"), e ele morrer antes de seus catorze anos, é verdade que o legado não passa ao herdeiro dele, pois esse legado contém em si não apenas um termo, mas também uma condição – <i>si effectus esset annorum quattuordecim</i> ("se ele tivesse completado catorze anos") – já que se entende que quem não exista não possa ter catorze anos. E não importa se estiver escrito <i>si annorum quattuordecim factus erit</i> ("se tiver completado catorze anos") ou <i>cum</i> ("quando"); com a primeira redação, designa-se o prazo pela condição; com a outra, a condição pelo prazo, mas em ambos os casos a condição é a mesma.

Antes do mais, convém distinguir a noção técnico-jurídica de condição (*condicio*, nos textos em comento) – que designa o evento futuro e incerto que, se implementado, permite que um ato ou negócio jurídico válido adquira determinada eficácia jurídica (Kaser,

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

1971, p. 253) – da noção técnico-gramatical de oração condicional – “a oração adverbial que expressa a relação entre condicionante e condicionado” (Kühner; Stegmann, 1955, p. 387).¹⁹ No caso dos fragmentos, a *condicio* corresponde aos eventos, respectivamente, de aquisição da propriedade de certos bens e de superveniência de um aniversário; se no primeiro caso a eficácia liberada não é explicitada, no segundo trata-se da aquisição de um legado.

Em ambos os fragmentos, a argumentação segue pela mesma trilha: Pompônio está a explicitar que *condiciones* que poderiam ser vestidas na forma da prótase condicional são semanticamente equivalentes à sua expressão por meio diverso: no primeiro excerto, trata-se de orações relativas, ao passo que o segundo texto se vale de orações temporais introduzidas por *cum*. Note-se que não se trata, naquele caso, das chamadas relativas impróprias, nem, neste, de um *cum* de escopo semântico amplo, mas tipicamente de uma oração relativa num caso e de uma oração temporal noutro caso.

No final do segundo excerto, Pompônio tece consideração relevante passível de generalização: a ideia de que, em uma formulação, o tempo determina a condição e, na outra, a condição determina o tempo, havendo, assim, uma relação de mútua suposição entre tempo (que designa o momento cronológico em que a condição pode se implementar) e condição (que conota a incerteza da superveniência daquele evento). É o conteúdo lexical da oração, mais do que sua estrutura sintática, que designa o evento da oração iniciada por *cum* como incerto, logo como *condicio* (a duração da vida humana).

Assim, mais uma vez, Pompônio está preocupado com a dependência dos elementos gramaticalizados, que aqui são conjunções e pronomes relativos, *vis-à-vis* os estados de coisas que integram, isto é, a necessidade de ancorar as categorias gramaticais no conjunto dos elementos linguísticos da frase para que, exegeticamente, se possa conotar uma expressão linguística em sua plenitude. Parece ser esse o módulo argumentativo fundamental dos fragmentos pomponianos de que cuidamos neste estudo.

5. Breve nota sobre uma particularidade linguística de Pompônio

Em D.50.16.123, que examinamos acima no item 3 deste estudo, surgiu, no texto de Pompônio, uma forma verbal que merece brevíssimo comentário. Dissera o jurista (rearranjando ligeiramente a ordem das palavras): *cum codicilli testamento confirmati*

¹⁹ Note-se que, no segundo fragmento, ocorre outra noção técnico-jurídica afim à *condicio*, o “termo”, ou *dies*, em latim, isto é, o “evento futuro e certo” cuja ocorrência é segura, mas cuja data pode variar (*dies incertus quando*) (Kaser, 1971, p. 258).

fuert, oração cuja forma verbal destacada corresponde à seguinte formulação na voz ativa: *cum testamentum codicillos confirmauerit*. Em outros termos, está aquela locução pela forma passiva do indicativo *perfectum* futuro do verbo *confirmo*. Como se sabe, o latim clássico dito “de ouro” construiria a série do *perfectum* passivo distintamente, com auxiliares sempre no *infectum*: *confirmati sunt* (“foram confirmados”), *confirmati erant* (“havia sido confirmados”), *confirmati erunt* (“terão sido confirmados”).²⁰

Dada a sutileza reflexiva que Pompônio aplica ao sistema verbal latino, segundo constatamos ao longo das páginas precedentes, poder-se-ia questionar da possibilidade de estarmos diante de elemento significativo na concepção linguística do autor (como inclusive já se pensou ser o caso: Dalès, 1976, p. 133). Esse problema, da existência de uma dupla série de perífrases passivas de *perfectum*, com auxiliar (regular, clássico) no *infectum* e auxiliar (irregular, não-clássico e, eventualmente, marcado) no *perfectum*, é motivo de estudos importantes desde Madvig (1887, originalmente publicado em 1837).

Riemann, em aprofundada investigação do fenômeno em Lívio, distinguiu estruturalmente a locução passiva (tipo *templum clausum est*, “o tempo foi fechado”), que descreve uma ação, e a cópula verbal (tipo *templum clausum est*, “o templo se encontra fechado”), que identifica um estado – distinção bem vista por Pompônio, cf., *supra*, item 3. Riemann conclui, assim, que são perfeitamente aceitáveis as frases *templum clausum fuit*, *templum clausum fuerat* e *templum clausum fuerit*, na medida em que se refiram a estados (Riemann, 1879, p. 164-166). Entretanto, o próprio Riemann aponta que Lívio se serve dessa forma ocasionalmente também para inserir complexidade no sistema das perífrases passivas do *perfectum*, marcando, por exemplo, um passado anterior a outro, como em 31.19.3: *et tumultus quidem – qui principio eius anni exortus fuerat – breui oppresus erat* (“e o tumulto, que havia surgido [anteriormente] no começo daquele ano, fora rapidamente reprimido”) (cf. Riemann, 1879, p. 170), duplicidade que já se encontra em Plauto (Riemann, 1879, p. 167).

Em um levantamento recente, Wolfgang de Melo chamou atenção para a necessidade de fornecer um tratamento diacrônico a esse problema – uma vez que, “no período augustano, as formas duplas de *perfectum* vão se tornando mais frequentes” (2012, p. 95) e que as transformações não seguem no mesmo passo, de sorte que o tipo *amatus fuit* (passivo) demora muito mais a se normalizar do que os tipos *amatus fueram* e *amatus fuero* (de Melo, 2012, p. 87).

²⁰ Porém, essa regra é uma abstração, e Lebreton identifica até mesmo em Cícero alguns casos pertinentes de auxiliar no *perfectum* (1901, p. 203-207), concluindo, contra alguns estudos anteriores, que “a construção permanece rara em Cícero, mas não é uma particularidade de seus primeiros escritos, e nada prova que, para ele, ela tivesse um caráter popular” (Lebreton, 1901, p. 207).

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

Ao examinar os fragmentos de Pompônio no Digesto, fica evidente que há, nesse autor, um sistema bem estável, sem margem significativa para formar duplas semanticamente distintas. No indicativo *perfectum*, a série de auxiliares é do tipo *amatus sum, amatus fueram, amatus fuero* (cf., para as duas últimas formas, uma passagem em que ocorrem muito proximamente: *si stipulatus fuero... si solitus fuerat, D.45.1.110.1*). No subjuntivo, por sua vez, a série não sofre sobressalto em contraposição com a norma clássica: *amatus sit, amatus esset*. Nesse sistema, o particípio com auxiliar indicativo *infectum* passado ou futuro se interpreta necessariamente como verbo de ligação, e não como perífrase (e.g. *olim in tres partes populus diuisus erat, D.1.2.2.20; testamentum erit ruptum, D. 28.3.16*).

Assim, impõe-se a conclusão de que passos como D.50.16.123, a que aludimos no começo desta breve seção, merecem ser reconhecidos como a *norma pomponiana*, da qual não podemos registrar desvio dotado de sentido opositivo no interior do sistema da passiva do *perfectum*.

Conclusão

Pompônio, como explicita na epígrafe que apusemos a este texto, singularizou-se por uma atitude peculiarmente reflexiva na tarefa exegética que está no centro do pensamento jurídico – a saber, extrair dos textos normativos critérios para a determinação das hipóteses de incidência das normas jurídicas na multifariedade da vida dos direitos. Mais que isso, Pompônio encontrou na reflexão linguística um instrumento privilegiado para essa tarefa, realizada de acordo com uma espécie de modelo expositivo: um texto jurídico que, *prima facie*, não revela a exata extensão de incidência da norma se deixa tratar segundo distinções ínsitas ao sistema linguístico (como as de aspecto, modo e tempo), que se revelam critérios pertinentes de interpretação jurídica, os quais, repostos na totalidade do estado de coisas contemplado por determinada formulação discursiva, permitem que as distinções ganhem relevância para a resolução dos problemas concretos.

Ao mesmo tempo, na tarefa de delimitar esses critérios exegéticos de ordem linguística, Pompônio acaba por transmitir um preciosíssimo conjunto de reflexões sobre a língua latina que refletem apreensões de uma ampla e difusa experiência linguística, colhendo-as aguçadas pelo contexto mais especificamente jurídico, particularmente cioso das implicações da forma linguística. Com isso, podemos nos acercar de sua compreensão de categorias centrais como o aspecto, o modo e o tempo e, mais especificamente, do problema da interrelação entre aquelas categorias semânticas e sua codificação linguística.

Com isso se evidencia, antes do mais, e de forma insistente, que a codificação linguística, vale dizer, a gramaticalização daquelas categorias semânticas, é apenas um indício, parcial e não definitivo, para a interpretação, dependente *inter alia* das informações lexicais que integram e caracterizam um estado de coisas. Nesse panorama, de grande sensibilidade para com a complexidade da expressão linguística, contudo, é possível captar também algo sobre a compreensão de Pompônio a respeito da semântica própria das formas, ou da motivação linguística daqueles procedimentos de gramaticalização que conferem ossatura à língua.

É assim que, à oposição morfológica dos sistemas do *perfectum* e do *infectum*, Pompônio atribui prioritariamente a codificação da oposição semântica entre duratividade e pontualidade e, de forma articulada, entre temporariedade e definitividade. É assim também que, com relação à codificação da modalidade epistêmica por meio de auxiliares modais, revela seu caráter de inferencialidade, vislumbrando, no núcleo da operação, uma avaliação mental, especulativa, que consiste em considerar virtualmente a ocorrência de um estado de coisas. Enfim, também com relação ao tempo, ocupando-se especificamente das formas perifrásticas, Pompônio vê na possibilidade de coincidência ou não de dois marcos temporais possíveis em uma linha cronológica descontínua o elemento semântico central dessas formas.

Pensamos que assim tateando a sensibilidade linguística de um usuário privilegiado da língua latina, podemos colher subsídios para nossas próprias formulações, que, conforme afirmamos, se não ficam na dependência de se limitar àquela percepção dos nativos, têm, contudo, o dever de integrá-las em sua explicação sistemática e de dar conta dela como elemento pertinente do próprio sistema linguístico.

Agradecimentos

Agradeço a Paulo Sergio de Vasconcellos, bem como aos dois pareceristas anônimos, a generosa leitura crítica do texto e as preciosas sugestões de aprimoramento. Naturalmente, todos os defeitos ainda subsistentes são de minha responsabilidade.

Referências

Textos antigos:

BONFANTE, P.; FADDA, C.; FERRINI, C.; RICCOBONO, S.; SCIALOIA, V. (ed.). **Digesta Iustiniani Augusti**. Milano: Formi, 1931.

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

BONNET, G. (ed., trad.). **Varron. La langue latine, livre IX**. Paris: Les Belles Lettres, 2022.

CRAWFORD, M. H. (ed.). **Roman Statutes**. London: Institute of Classical Studies, 1996. 2 v..

FERRARY, J.-L.; A. SCHIAVONE; E. STOLFI (ed.). **Quintus Mucius Scaevola. Opera**. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2018.

HOLFORD-STREVENS, L. (ed., notas). **Auli Gelli Noctes Atticae**. Oxford: Clarendon Press, 2020. 2 v..

LENEL, O. **Palingenesia iuris civilis** [1887-1889]. Pamplona: Analecta, 2007.

de MELO, W. D. C. **Varro, De lingua latina**. Oxford: Oxford University Press, 2019. 2 v..

REINHARDT, T. (ed., trad., com.). **Cicero's Topica**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

VIGNALI, G. (ed. e trad.). **Corpo del Diritto: Digesto, volume sesto**. Napoli: Achille Morelli, 1859.

Textos modernos:

ALBERTARIO, E. Sulla revoca tacita dei legati. Studi nelle scienze giuridiche e sociali. **Pavia**, n. 5, p. 67-96, 1919.

AUBERT, E. H. **Ensaio sobre a dogmática jurídica**. São Paulo: Almedina, 2022.

AUBERT, E. H. **A prosa de Catão: historiografia e oratória**. São Paulo: Dialética, 2023.

COMRIE, B. **Aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978 [1976].

DALÈS, J. Voix, temps et aspects dans les périphrases médio-passives -us sum, -us fui. **Revue des Études Anciennes**, n. 78-79, p. 129-144, 1976.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar: part 1, the structure of the clause**. Ed. Kees HENGVELD. Berlin/New York: De Gruyter, 1997.

GIARO, T. S. Pomponius. *In*: CANCIK, H.; SCHNEIDER, H. (ed.). **Der Neue Pauly**: Enzyklopädie der Antike, Band 10, Pol- bis Sal-. Stuttgart/Weimar: Metzler, 2001, col. 125.

GIVÓN, T. **Syntax**: a functional-typological introduction, volume 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

GRASSI, C. **Problemi di sintassi latina**: consecutio temporum e aspetto nel verbo latino. Firenze: La Nuova Italia, 1966.

HENGEVELD, K. Clause structure and modality in Functional Grammar. *In*: AUWERA, J. van der; GOOSSENS, L. (ed.). **Ins and Outs of the Predication**. Dordrecht/Providence RI, 1987. p. 53-66.

HEUMANN, H. G.; SECKEL, E. **Handlexikon zu den Quellen des römischen Rechts**. 9. ed. [1907]. Jena: Gustav Fischer, 1926 [1846].

HONSELL, H.; MAYER-MALY, T.; SELB, W. **Römisches Recht**. 4. ed. Berlin et alibi: Springer Verlag, 1987 [1949].

HUDDLESTONE, R. 3. The verb. *In*: HUDDLESTONE, R.; PULLUM, G. K. (ed.). **The Cambridge Grammar of the English Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 71-212.

JOHNSTON, D. Justinian's Digest: the interpretation of interpolation. **Oxford Journal of Legal Studies**, n. 9 (2), p. 149-166, 1989.

KALB, W. **Roms Juristen, nach ihrer Sprache dargestellt**. Leipzig: B. G. Teubner, 1890.

KASER, M. **Das römische Privatrecht**: Erster Abschnitt, das altrömische, das vorklassische und klassische Recht. 2.ed. München: Beck, 1971 [1955].

KÜHNER, R.; STEGMANN, C. **Ausführliche Grammatik der lateinischen Sprache. Satzlehre**: zweiter Teil [1912]. 3. ed. Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 1955.

KUNKEL, W. **Herkunft und soziale Stellung der römischen Juristen**. Weimar: Hermann Böhlau, 1952.

- | As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.)

LEBRETON, J. **Études sur la langue et la grammaire de Cicéron**. Paris: Hachette, 1901.

LIEBS, D. *Variae Lectiones: Zwei Juristenschriften*. **Studi in onore di Edoardo Volterra**, Milano: Giuffrè, v. 5, p. 51-88, 1971.

MADVIG, I. N. XVII (V). De locis quibusdam grammaticae Latinae admonitiones et observationes. III. Discrimen formarum *amatus sum* et *amatus fui* a veteribus et bonis scriptoribus constantissime servatum. Praesens pro perfecto durius a poetis positum [1837]. In: MADVIG, I. N. **Opuscula Academica ab ipso iterum collecta, emendata, aucta**. Hauniae: Sumptibus Librariae Gyldendaliansae, 1887. p. 576-583.

MAROUZEAU, J. Sur deux aspects de la langue du droit. **Droits de l'Antiquité et sociologie juridique**: mélanges Henry Lévy-Bruhl, Paris: Sirey, p. 435-444, 1959.

di MARZO, S. **Saggi critici sui libri di Pomponio ad Quintum Mucium**. Palermo: Tipografia del Giornale di Sicilia, 1899.

de MELO, W. Kurylowicz's first 'law of analogy' and the development of passive periphrases in Latin. In: PROBERT, P.; WILLI, A. (ed.). **Laws and rules in Indo-European**. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 83-101.

NÖRR, D. Pomponio, o "della intelligenza storica dei giuristi romani". Con una "nota di lettura" di Aldo Schiavone. Trad. A. Fini; E. Stolfi. **Rivista di Diritto Romano**, n. 2, p. 167-254, 2002 [1976].

PINKSTER, H. **The Oxford Latin Syntax**: volume I, the simple clause. Oxford: Oxford University Press, 2015.

POCETTI, P. Latino e diritto: vicende di una specularità. In: SCHIPANI, S.; SCIVOLETTO, N. (ed.). **Atti del Convegno Internazionale "Il latino del diritto"**. Roma: s/e, 1994. p. 3-37.

RABEL, E. **Index interpolationum quae in Iustiniani Digestis inesse dicuntur**: ad libros Digestorum XXI-XXXV pertinens. Weimar: H. Böhlau Nachfolger, 1931.

RÁO, V. **O direito e a vida dos direitos**. São Paulo: Max Limonad, 1952. 3 v..

RIEMANN, O. **Études sur la langue et la grammaire de Tite-Live**. Paris: Ernest Thorin, 1879.

SIEWIERSKA, A. **Functional Grammar**. London/New York: Routledge, 1991.

STANOJEVIĆ, O. Gaius and Pomponius: notes on David Pugsley. **Revue Internationale des Droits de l'Antiquité**, n. 44, p. 333-356, 1997.

TRAINA, A.; BERTOTTI, T. **Sintassi normativa della lingua latina**. 3. ed. [2003]. Bologna: Pàtron, 2015 [1965].

WENGER, L. **Die Quellen des römischen Rechts**. Wien: Adolf Holzhausens, 1953.

WIEACKER, F. **Römische Rechtsgechichte**: Erster Abschnitt, Einleitung, Quellenkunde, Frühzeit und Republik. München: Beck, 1988.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: AUBERT, Eduardo Henrik. As categorias do verbo latino segundo o jurista Sexto Pompônio (século II d.C.). **Revista do GEL**, v. 20, n. 1, p. 54-80, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 01/06/2023 | Aceito em: 06/08/2023.

“A VOZ DA AMÉRICA LATINA”: A EMERGÊNCIA DO EPÍTETO SOBRE MERCEDES SOSA E SUA RETOMADA PÓSTUMA

Nathan Bastos de SOUZA¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i1.3513>

Resumo: O objetivo deste texto é estudar o epíteto “a voz da América Latina” em dois momentos: durante e depois da vida de Mercedes Sosa. Nessa perspectiva, primeiramente compreendemos a emergência do epíteto nos primeiros *shows* da cantora na Europa, na década de 1980, à luz da ideia de “apoio do coro”, de Bakhtin (2011). Em seguida, analisamos as paráfrases do epíteto presentes em obituários à luz da discussão sobre tema e significação, de Volóchinov (2017). Os resultados apontam para a) a emergência do epíteto de natureza comercial, que causa efeitos de sentido políticos supostamente não esperados, e sua ancoragem no apoio do coro; b) que as formas diferentes de retomada do epíteto sempre redundam em características edificantes que remetem à grandeza da cantora argentina, como voz que canta e voz que fala.

Palavras-chave: Tema e significação. Voz. Estudos Bakhtinianos.

¹ Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil; nathanbastos600@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1560-2867>

- | “A voz da América Latina”: a emergência do epíteto sobre Mercedes Sosa e sua retomada póstuma

“THE VOICE OF LATIN AMERICA”: THE EMERGENCE OF THE EPITHET ON MERCEDES SOSA AND ITS POSTHUMOUS RESUMPTION

Abstract: The objective of this text is to study the epithet “the voice of Latin America” in two moments: during and after the life of Mercedes Sosa. From this perspective, we first understand the emergence of the epithet in the singer’s first concerts in Europe, in the 1980s, in light of the idea of “choral support”, by Bakhtin (2011). Next, we analyze the epithet paraphrases present in obituaries in the light of the discussion on theme and meaning, by Volóchinov (2017). The results suggest a) the emergence of the epithet of a commercial nature, which causes supposedly unexpected effects of political meaning, and its anchorage in the choral support; b) that the different ways of retaking the epithet always result in edifying characteristics that refer to the greatness of the Argentine singer, as a voice that sings and a voice that speaks.

Keywords: Theme and meaning. Voice. Bakhtinian Studies.

Introdução²

A música latino-americana e, em particular, a canção militante foi o campo de trabalho da argentina Mercedes Sosa (1935-2009). Suas atividades de cantora e ativista política caminharam juntas. Na década de 1980, exilada na Europa por haver enfrentado a ditadura em seu país, fortificou um trabalho de divulgação de sua luta pela democracia na Argentina. Nesse contexto, o epíteto “a voz da América Latina” aparece e ganha contornos inesperados pelos promotores de seus *shows*: a luta não mais era por um país contra um governo ditatorial, mas de um continente como um todo.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é estudar o epíteto “a voz da América Latina” em dois momentos: durante e depois da vida de Mercedes Sosa. Um epíteto, conforme Henriques (2004, p. 365), é uma forma recorrente em diversos campos discursivos, como artístico, esportivo, acadêmico ou literário, por exemplo, e sua motivação pode ser metonímica ou metafórica.

2 Este trabalho é derivado da tese do autor, sua formulação final contém aprofundamentos em relação ao outro texto. Justificamos a publicação deste artigo à luz do gênero discursivo artigo, facilitando a divulgação das ideias aqui discutidas e a circulação de saberes em um texto menos longo. A tese foi financiada com investimentos públicos da CAPES, por meio de Bolsa de doutorado, órgão a que agradeço.

Os epítetos podem ser usados como substitutos de um antropônimo, em alguns casos sendo até redigidos como substantivos próprios. Por sua natureza e pela reiteração em diferentes contextos e épocas, os epítetos podem ser equiparados semanticamente ao antropônimo a que aderem. Em algumas ocasiões podem funcionar mesmo como “sinônimos perfeitos para suas matrizes semânticas”, nas palavras do estudioso.

Para realizar o objetivo enunciado acima, dividimos o texto em três partes. Na seção 1, de natureza teórica, é elaborada uma abordagem breve sobre os sentidos da voz na perspectiva bakhtiniana³. Em seguida, apresentamos duas seções de caráter teórico-analítico.

Na seção 2, elaboramos uma discussão sobre o surgimento do epíteto na época dos primeiros *shows* na Europa, enquanto Mercedes Sosa estava exilada no período da ditadura militar argentina (1976-1983). O enunciado em análise nessa seção narra a emergência do epíteto e foi retirado do documentário biográfico “Mercedes Sosa, la voz de Latinoamérica”, de 2013; a discussão teórica se dá à luz da noção de “apoio no coro”, de Bakhtin (2011).

Na seção 3, estudamos a retomada do epíteto em forma de paráfrases nas manchetes de oito obituários em espanhol publicados entre 2009 e 2020 em mídias *online*. Para esse último estudo, valemo-nos de uma reflexão sobre as noções teóricas de tema e significação elaboradas por Volóchinov (2017), em seguida, analisamos as diferentes formas como paráfrases do epíteto aparecem na manchete dos obituários.

Uma reflexão sobre os sentidos da voz na perspectiva bakhtiniana⁴

Nesta seção elaboraremos uma breve reflexão sobre os sentidos da noção de voz na perspectiva bakhtiniana. Essa discussão ilumina os dados que estão em análise nas próximas seções deste artigo, de modo a ser uma preparação para refletirmos sobre como o epíteto “a voz da América Latina”, que adere ao nome de Mercedes Sosa, funciona nos discursos biográficos a respeito da cantora argentina.

No texto “Reformulação do livro sobre Dostoiévski”, Bakhtin (2011) trata de vários temas, especialmente relacionados à literatura, tanto do autor em foco quanto de outros. Em tom de rascunho, como são vários de seus trabalhos, esse texto apresenta o seguinte fragmento, que queremos discutir:

3 A brevidade desta discussão se dá, evidentemente, pela amplitude que o assunto possui na perspectiva bakhtiniana e, portanto, ultrapassa os limites do gênero artigo.

4 Agradeço a importante contribuição da professora Luzmara Curcino (UFSCar) durante sua arguição na banca de doutorado para a discussão contida neste item do artigo e na parte final da tese.

- | “A voz da América Latina”: a emergência do epíteto sobre Mercedes Sosa e sua retomada póstuma

Definição de voz. Aqui entram a altura, o diapasão, o timbre, a categoria estética (lírico, dramático, etc.). Aqui entram ainda a ideologia e o destino do homem. O homem entra no diálogo como voz integral. Participa dele não só com seus pensamentos mas também com seu destino, com toda sua individualidade (Bakhtin, 2011, p. 348-349).

O primeiro a se perceber na citação acima é o fato de que poucas vezes encontramos “definições” categóricas nos textos do autor russo, como é o caso desse parágrafo introduzido assim no texto: “Definição de voz”. E essa questão não por acaso aparece nesse texto sobre Dostoiévski; a ideia capital que colocaria Bakhtin como uma referência obrigatória a partir dos anos 1960 para estudar esse literato russo envolve também a “voz”, vista como uma parte de um conjunto amplo que denominou “polifonia”, como foi a formulação final do conceito em seu *Problemas da poética de Dostoiévski*, publicado em edição revisada em 1963.

No fragmento acima, em que aparece essa “definição”, podemos discutir dois aspectos que dizem respeito à voz como um conceito: primeiro, a voz é um efeito físico, demanda uma emissão vocálica, um aparelho fonador capaz de emitir o som e, eventualmente, alcançar “categorias estéticas”; segundo, aquele relacionado à ideologia e ao destino do homem.

A voz teria, portanto, uma face física – a qual podemos gravar e reproduzir – e uma face ideológica, como os signos segundo a percepção de Volóchinov (2017) a respeito. Uma encarnação material em que se ancora sua existência e aquilo que *reflete e refrata* ao ser percebida na interação.

Em seus respectivos estudos, Zunthor (2005) e Cavarero (2011), por exemplo, já lidaram com a voz como uma inscrição corpórea, que só existe a partir da emissão de órgãos feitos de carne, vivos no corpo humano; ambos os autores também consideram que o corpo se expande a partir dessa existência física do som emitido pela voz. Inclusive, Zunthor (2005) considera a invenção das tecnologias de gravação como decisivas para a sobrevivência da voz à morte do corpo responsável por sua existência.

Para ser “a voz da América Latina”, neste estudo, Mercedes Sosa deveria conjugar em si esses dois sentidos em comum em torno de um mesmo corpo emissor. O fato de que era uma cantora com uma potência vocal surpreendente e não se calava diante das injustiças e da censura parece ser a soma a que nos alerta Bakhtin (2011): os elementos sonoro-físicos e ideológicos. Em uma paráfrase honesta e deslocando esse sentido de “homem como humano” presente na citação, a que já nos referimos antes, “Mercedes

Sosa entra no diálogo como voz integral”. Em outros termos, esse epíteto de “voz da América Latina” ganha força quando se percebe uma “voz que fala” e uma “voz que canta” em um só e mesmo ser humano.

A “voz que canta” – aquele timbre poderoso e afinado – não é capaz de garantir, por si só, o espaço que lhe foi reservado na memória latino-americana e nos discursos sobre a cultura sem que entrasse em ação a “voz que fala” (Souza, 2021). Não bastavam para a “voz que canta” um repertório engajado, a afinação, bons músicos, etc. Foi preciso um amparo na luta política exercida por Mercedes Sosa antes e depois de seu exílio na Europa. Poderíamos, então, aproximar esses dois sentidos que Bakhtin (2011) trabalhou em relação à sua “definição de voz” como a “voz que canta” e a “voz que fala” em relação à cantora argentina.

Ainda no sentido de Bakhtin (2011), a voz na perspectiva de emissão vocal única e irrepetível se foi com Mercedes Sosa, em 2009, ano de seu falecimento; apesar de que, por meio das tecnologias, sua voz de cantora sobreviva até nós (por meio de discos, documentários, etc.). Depois de Mercedes, parece que o peso ideológico de sua voz, que também resistiu ao tempo, permanece ilibado. Em termos bakhtinianos, a voz de Mercedes Sosa ultrapassa sua própria vida quando encontra no “coro social” (Bakhtin, 2011) um ambiente cálido.

A emergência do epíteto no documentário e o “apoio no coro”

Nesta seção trabalharemos com a emergência do epíteto no documentário e a ideia bakhtiniana de “apoio no coro”. Primeiramente, contextualizando o trecho que discutiremos a seguir, *Mercedes Sosa, la voz de Latinoamérica* foi lançado em 2013 como uma homenagem póstuma à cantora argentina. O documentário segue a linha temporal da vida da biografada e conta como foi sua infância, o começo da carreira, a consolidação na Argentina e no mundo.

No momento em que se trata do exílio – que aconteceu a partir de 1979 e durou até 1982 – o entrevistado do documentário, Alfredo Troncoso, então promotor da cantora na década de 1980, afirma⁵:

5 Para fins de análise, transcrevemos o discurso falado no documentário. Os colchetes no início mencionam o nome do enunciador. Os dados serão tratados neste artigo sempre em espanhol, pois entendemos que impor uma tradução faria com que sobrepujásemos uma nova materialidade, as nossas palavras, ao discurso em estudo.

- | “A voz da América Latina”: a emergência do epíteto sobre Mercedes Sosa e sua retomada póstuma

[Alfredo Troncoso] Me acuerdo bien ya la primera gira le pusimos “la voz de América Latina” como título y esa “voz de América Latina” empezó a abrirse espacios así que de una manera que nosotros nunca nos imaginamos... O sea, una persona que canta en español... que... que no maneja mayormente otro idioma... En Alemania. Y se transformó como en una gran madre porque llegaban alemanes llorando a besarle las manos: era todo un fenómeno que ella producía, sin haber un entendimiento... del lenguaje (Vila, 2013, 00:58:23-00:59:02).

Esse recorte temporal que coincide com o tempo do exílio na Europa permite-nos ter uma ideia de quando o epíteto apareceu. Pelas condições recordadas pelo promotor dos *shows*, fica claro que há uma estratégia comercial relacionada ao epíteto de “voz da América Latina”, mas não apenas se pensava em vender discos e entradas em espetáculos. Há uma confluência de elementos condicionantes que avalizam essa mulher a se tornar “a voz da América Latina”, quais sejam, a estética do corpo, a força da voz, o caráter militante de suas canções.

Mercedes Sosa poderia ser essa voz tão reivindicada a) por seus traços étnicos dos povos originários latino-americanos; b) pelas vestimentas regionais que endossavam aquele rosto indígena; c) pela condição de mulher e d) também pelas preocupações políticas continentais (Karush, 2019). “Era, em resumo, uma mulher enfrentando um sistema político amplamente criticado na Europa [as ditaduras latino-americanas], em que sua profissão de cantora e a potência de sua voz se somaram na produção simbólica desse epíteto” (Souza, 2021, p. 222).

Troncoso em seu discurso quiçá não perceba que a questão linguística parece ser menos importante entendendo-se o quadro como um todo: uma artista exilada, censurada e perseguida em seu país, com posicionamentos militantes absolutamente pertinentes. O público podia, sim, se comover sem conhecer ou compreender totalmente a letra de uma música, a potência semiótica de um *show*, por assim dizer, poderia ser capaz de gerar esse efeito.

Ainda na esteira de Souza (2021), é provável que alguns dos assistentes que estiveram naqueles *shows* de Mercedes na Europa desconhecem o projeto político que defendia (nas letras, no cenário, no próprio corpo da cantora, um corpo em exílio); pode ser realmente que não compreendessem nada do que se falou/cantou em espanhol. No entanto, já era de amplo conhecimento sua luta contra as ditaduras, a perseguição e o silenciamento de tantas vozes.

Giménez (2017) em seu estudo a respeito da renovação poético-musical, o engajamento e a performance artística em Mercedes Sosa e Elis Regina, explica a respeito da cantora argentina que:

Na década de 1960, seu [de Mercedes Sosa] repertório buscou colocar em evidência diferentes grupos invisibilizados nas representações hegemônicas, em especial profissionais ligados ao campo, mobilizadores identitários dos “cabecitas negras”⁶ nas grandes cidades como Buenos Aires, assim como incentivar conscientização e ação política. Neste sentido, o nacional-popular de seu repertório envolveu a Argentina, buscando propor um país transformado a partir da utopia de transformação social, no qual a diversidade da população, dispersa em regiões diferentes, fosse valorizada. Tais ideias mantiveram-se no repertório de Mercedes na década de 1970, ganhando força durante o período de efervescência de movimentos sociais no começo da década. Entretanto, passaram a envolver novas representações e identidades sociais, na medida em que passaram a defender a possibilidade da transformação social da América Latina como um todo. Assim, o canto militante exercido nacionalmente por Mercedes transformou-se, também, em militância pela unidade latino-americana como forma de transformação social para todos os povos. Ao mesmo tempo em que a artista redimensionou sua identidade, agregando a “la negra” termos como “voz da América Latina”, suas performances vocais interligaram diferentes grupos em uma *comunidade de sentido*. (Giménez, 2017, p. 310, grifo próprio).

Dos momentos prévios nas décadas de 1960 e 1970 à virada que acontece na década seguinte na identidade de cantora quando chega à Europa, Mercedes Sosa consegue construir ao seu redor essa ideia de uma “comunidade de sentido”, que poderia angariar as lutas do continente por meio de sua voz. Daí, digamos, a permanência desse epíteto.

O contexto que se vivia no continente também é uma grande força para endossar esse epíteto: só se pode elevar com tal coragem e potência *uma* voz (porque não várias?) quando há uma sistemática política do calar. E o fato de haver “uma” ao invés de “inúmeras” vozes também tem a ver com as técnicas militares então em voga, “el silencio es salud”, estava escrito em um cartaz giratório no obelisco, em Buenos Aires, ainda durante o

⁶ A expressão “cabecitas negras” é uma ofensa racista atravessada pelo discurso colonizador capaz de supor que a nação argentina é formada de pessoas brancas, de traços europeus. Chamar alguém de “cabecita negra” é marcar uma pessoa cujas origens étnico-raciais são relacionadas às características indígenas de populações especialmente ao norte argentino, mas também da América Latina como um todo.

- | “A voz da América Latina”: a emergência do epíteto sobre Mercedes Sosa e sua retomada póstuma

governo de Isabel Perón, isto é, antes do golpe, em plena atividade repressiva clandestina dos grupos paramilitares⁷. A proposta era clara: uma forma de silenciar qualquer ruído que molestasse, incluindo as opiniões políticas dissidentes.

Nesse sentido, à revelia das políticas do não-dizer, uma voz de uma exilada na Europa se torna “A” voz de um continente todo. O epíteto que nasce como um apelo comercial ganha, no “apoio do coro” (Bakhtin, 2011), um contorno político excedente ao que já se esperava quando de sua primeira aparição. Essa noção é explicada por Bakhtin (2011, p. 156) nos seguintes termos: é “um sonho possuído pela música da alteridade e por isso tornado criativamente eficaz”. Estar assim possuído é justamente o que explica essa inscrição dos discursos em um contexto social mais amplo, interferente no dizer e no como dizer dos discursos. Nesse diapasão, o apoio do coro permite uma produtividade estética, que avalia e valida (ou não) o que se diz.

Com base no apoio do coro compreendemos que os silenciados do continente – não apenas da Argentina e é isso que lhe dá essa amplitude – encontrariam naquela voz *um poder dizer que lhes fora interdito*. Havia um “querer dizer”, uma força por dizer, mas não havia condições para “poder dizer”. O que faltava era uma “voz” capaz de dizer e de ser escutada, que é o mais importante. O epíteto, portanto, emerge nesse encontro entre um “querer dizer” latino-americano e um “poder dizer” da cantora exilada, que foi capaz de angariar para si e fazer fluir em sua voz poderosa as vozes de todos, como simbolicamente se diz em “Canción con todos”. Nesses termos, não fosse esse apoio no coro, um contexto capaz de “auscultar o tempo”⁸ que se vivia, o epíteto não teria permanecido por tanto tempo na memória coletiva, não haveria entrado para o “grande tempo” (Bakhtin, 2011).

As retomadas do epíteto nas manchetes de obituários de Mercedes Sosa

Como abordagem teórico-metodológica para enfrentar as paráfrases do epíteto, que nas próximas páginas serão mostradas, vamos refletir brevemente sobre *tema e significação*, com base em *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Volóchinov (2017). Esse

7 Makerman (2015) explica que seria uma campanha do governo contra a poluição sonora, que foi lida pela população como uma ameaça muito clara. Em Souza (2021), analisamos longamente o contexto deste enunciado e sua repercussão.

8 Bakhtin (2010, p. 100-101) se refere a Dostoiévski como um escritor que conseguiu auscultar o diálogo de sua época, captando dele não apenas vozes isoladas, mas a interação entre as vozes dominantes/reconhecidas e as vozes ainda fracas e latentes, embrionárias ou em maturação. Por isso, estamos advogando que a emergência desse epíteto, no contexto histórico-social-cultural em que acontece, guarda fortes relações com a disputa de vozes em voga em seu tempo: se muitas vozes se calaram em seu embate fatal com o poder militar, uma delas se levantou e nela cantam todas as demais.

par de noções teóricas é definido a partir de uma diferenciação de qualidade no que diz respeito à produção de sentido, enquanto de um lado há algo que se repete, porque da ordem da língua, por outro lado há elementos singulares a cada atualização em discurso manifestos na enunciação.

Argumenta o autor que o “sentido da totalidade do enunciado será chamado de seu tema” (Volóchinov, 2017, p. 227-228), essa face é irrepitível. A significação, no entanto, embora se repita por ser uma característica sistemática da língua, é o material de que se constitui o tema, sem o qual seria impossível pensar na totalidade semântica de um enunciado como “unidade da comunicação discursiva” (Bakhtin, 2011).

O tema é tão importante, segundo Volóchinov (2017), quanto o momento histórico de sua emergência. O autor continua explicando que a significação refere-se às formas da língua que se repetem formalmente em cada atualização em discurso: palavras, morfemas, formas sintáticas, sons, etc. Os elementos da significação, quando observados como aspectos meramente repetíveis e idênticos a si mesmos no plano do sistema linguístico, carecem de contexto para uma “análise enunciativa” no sentido que esse termo adquire na perspectiva bakhtiniana de estudos da linguagem.

Tema e significação, apesar dessas diferenças, formam o todo do enunciado, assim, não se pode estudar uma parte sem a contraparte. Deve-se deixar claro, no entanto, que há uma diferença qualitativa entre ambos os polos, já que o tema não pode ser dividido em partes, enquanto a significação pode ser escandida em seus elementos linguísticos internos (Volóchinov, 2017, p. 228-229). Dessa maneira, a significação seria um *artefato técnico* para a realização do tema, por isso vamos primeiro elaborar uma formalização desses elementos nas próximas páginas para, em seguida, discutir o sentido cada vez único nos enunciados.

Volóchinov (2017, p. 231) argumenta que o tema pode ser considerado o limite superior do significar linguístico e a significação, destarte, o limite inferior. Nesse contexto, as formas que se repetem só carregariam consigo uma potência de sentido, realizada apenas quando atualizadas em discurso em um tema concreto, ao acontecer em um enunciado particular, marcado pelas condições histórico-sociais-culturais de uma dada época.

O autor russo argumenta, por fim, que é possível estudar *a significação em direção ao limite inferior*, redundando na linguística da língua que se praticava no começo do

- | “A voz da América Latina”: a emergência do epíteto sobre Mercedes Sosa e sua retomada póstuma

século XX na Europa, cujos signos são mortificados em gramáticas ou dicionários⁹. Outra perspectiva seria estudar *a significação em direção ao limite superior*, cujos resultados seriam contextualizados à luz de sua proposta de estudo enunciativo da linguagem, encarando, assim, a significação como parte decisiva na produção do sentido, como característica materialmente linguística dos enunciados. Pelas características de nosso trabalho, atuaremos segundo esse entendimento, começando por um estudo das unidades de significação para refletir, *a posteriori*, sobre o tema.

Com base nessa reflexão sobre tema e significação, elaboramos o recorte em estudo nesta seção do artigo para discutir as paráfrases do epíteto “a voz da América Latina”. Para isso, levantamos manchetes de obituários sobre Mercedes Sosa em mídias *online* em espanhol. O recorte privilegiou textos publicados no dia da morte da cantora (04/10/2009), no dia seguinte e no aniversário anual até 2020. Refinamos, ainda uma vez, ao material que contivesse no título do obituário o nome “Mercedes Sosa” e a palavra nuclear do epíteto “voz”. O resultado foi a seleção de oito manchetes.

A análise desse material apresentado a seguir não pretende a exaustão, nem trazer uma “verdade” a respeito dos obituários. A ideia é que, com essa amostra bem circunscrita, conseguimos dar o tom, a partir dos diferentes meios midiáticos, de diversos países, sobre a permanência e as releituras desse epíteto “voz da América Latina”. Para didatizar a análise, apresentar-se-á em um quadro (a seguir) os dados encontrados, com especificação da mídia *online* consultada, do país e da data de publicação:

Quadro 1. Manchetes de obituários

	Manchete	Mídia - País	Data
1	“Muere Mercedes Sosa, la voz de América Latina” ¹⁰	El país - Espanha	04/10/2009
2	“Murió Mercedes Sosa, la voz de Sudamérica” ¹¹	DW Español -Alemanha	04/10/2009
3	“Mercedes Sosa, la voz que fue un continente” ¹²	Página 12 - Argentina	05/10/2009

9 O Círculo de Bakhtin acessou o *Curso de Linguística Geral* em francês, muito provavelmente, dado que a tradução ao russo foi posterior à publicação de *Marxismo e filosofia da linguagem*. Em outros termos, partindo de Saussure para reprová-lo sua perspectiva de linguística, Volóchinov deve haver manuseado termos que não estavam ainda inseridos no léxico da linguística russa do começo do século passado (Bubnova; Souza, 2022).

10 Disponível em: <https://bit.ly/3lRZF3W>. Acesso em: 09 fev. 2023.

11 Disponível em: <https://bit.ly/3iB0oo7>. Acesso em: 09 fev. 2023.

12 Disponível em: <https://bit.ly/3fGWubi>. Acesso em: 09 fev. 2023.

4	“Murió Mercedes Sosa, voz de los silenciados que desafió a la dictadura” ¹³	La jornada – México	05/10/2009
5	“Calla Mercedes Sosa, la voz rebelde de Argentina que se enfrentó a la dictadura” ¹⁴	ABC – Espanha	05/10/2009
6	“Mercedes Sosa, la voz de la mayoría silenciosa en Latinoamérica” ¹⁵	Telesur – Venezuela	04/10/2017
7	“A diez años de la muerte de Mercedes Sosa, la voz de América Latina” ¹⁶	Diario Los Andes – Argentina	04/10/2019
8	“Se cumplen 11 años de la muerte de Mercedes Sosa, la llamada voz de América” ¹⁷	Agencia EFE – Espanha	04/10/2020

Fonte: Elaboração própria a partir das manchetes de obituários encontradas.

À luz da discussão acima a respeito de tema e significação, trabalharemos na análise, agora, com a perspectiva que, segundo Volóchinov (2017), trabalha com a significação *em direção ao limite superior*. Nesse sentido, com base nos dados expostos no quadro 1, vamos perscrutar a materialidade das paráfrases do epíteto. A análise se constitui de dois momentos: 1) do estudo das formas da língua em sua expressão nas manchetes e 2) da reflexão sobre os sentidos produzidos por essas paráfrases.

Observamos como uma primeira regularidade nas manchetes reunidas no quadro 1 o uso de aposições explicativas do tipo “A, B”, que funcionam como modificadores não argumentais do nome em espanhol (RAE, 2010, p. 232). Nas aposições explicativas desse tipo, o segmento “B” pode ser ocupado sintaticamente por um nome ou sintagma nominal (doravante SN), resultando em precisão ou comentário a respeito do conteúdo de “A”. Na escrita, a aposição desse tipo é representada por vírgula em vista da pequena pausa entre os dois elementos. Nesse sentido, o elemento “B”, em “A, B”, é um inciso ao nome próprio da cantora e explica o conceito do termo “A”.

Desse ponto de vista, podemos concluir que os elementos “A” e “B” não estão em um mesmo nível sintático, isto é, que todas as paráfrases do epíteto são incisos ao nome que aparece em posição adjacente. Com base na fórmula “A, B” – tomada de empréstimo da Rae (2010) – poderíamos dizer em relação aos dados em análise que temos “Mercedes Sosa, B”; adicionalmente, percebe-se que “B” sempre é um SN, que contém em seu

13 Disponível em: <https://bit.ly/3iDGM2V>. Acesso em: 09 fev. 2023.

14 Disponível em: <https://bit.ly/3AufgL3>. Acesso em: 09 fev. 2023.

15 Disponível em: <https://bit.ly/3ISGalr>. Acesso em: 09 fev. 2023.

16 Disponível em: <https://bit.ly/2UiXIYx>. Acesso em: 09 fev. 2023.

17 Disponível em: <https://bit.ly/2VKVImR>. Acesso em: 09 fev. 2023.

- | “A voz da América Latina”: a emergência do epíteto sobre Mercedes Sosa e sua retomada póstuma

núcleo a palavra “voz”. “B” executa, em todos os casos do quadro 1, um papel explicativo em relação ao nome da cantora.

Isolamos o elemento “B” da fórmula da aposição explicativa para analisar as oito ocorrências do quadro 1. Para tanto, elaboramos um segundo quadro (abaixo) em que formalizamos o caráter sintático de cada paráfrase do epíteto isolada como elemento “B” na fórmula “A, B”¹⁸.

Quadro 2. Paráfrases do epíteto “a voz da América Latina”

	Elemento parafrástico	Caráter sintático
1	La voz de América Latina	SN = Det. + N + SP [de + SN] Determinante + núcleo + sintagma preposicional
2	La voz de Sudamérica	SN = Det. + N + SP [de + SN] Determinante + núcleo + sintagma preposicional
3	La voz que fue un continente	SN = Det. + N + S' [que + SV] Determinante + núcleo + oração relativa especificativa
4	Voz de los silenciados que desafió a la dictadura	SN = Ø + N + SP + S' [que + SV] Núcleo + sintagma preposicional + oração relativa especificativa
5	La voz rebelde de Argentina que se enfrentó a la dictadura	SN = Det. + N + Sadj. + SP + S' [que + SV] Determinante + núcleo + sintagma adjetival + sintagma preposicional + oração relativa especificativa
6	La voz de la mayoría silenciosa en Latinoamérica	SN = Det. + N. + SP [de + SN + SP] Determinante + núcleo + sintagma preposicional
7	La voz de América Latina	SN = Det. + N + SP [de + SN] Determinante + núcleo + sintagma preposicional
8	La llamada voz de América	SN = Det. + Sadj. + N. + SP [de + SN] Determinante + sintagma adjetival + núcleo + sintagma preposicional

Fonte: Elaboração própria a partir dos elementos parafrásticos encontrados

Nota: A classificação dos SNs se pauta na descrição da *Nueva gramática de la lengua española* (Rae, 2010, p. 222). A abreviatura S' é utilizada por Othero (2014) para designar sentenças encaixadas, como as “orações relativas especificativas”. O uso do símbolo Ø remete a um espaço vazio no lugar de determinante.

Em relação às regularidades observadas acima, passamos a discutir agora o componente “B” em “Mercedes Sosa, B”, que constitui as paráfrases do epíteto retiradas

¹⁸ As ocorrências 1 e 7 foram mantidas, a despeito de serem idênticas do ponto de vista da significação, porque referem-se a momentos diferentes englobadas pelo critério temporal que mencionamos acima. Dizem, portanto, a respeito da permanência dessa ideia de que Mercedes Sosa foi “a voz da América Latina”.

dos obituários. Na quase totalidade dos elementos parafrásticos elencados de 1 a 8 no quadro 2 acima, observamos que o substantivo “voz” é precedido pelo artigo definido feminino, “La”, cuja função sintática é de determinante sintático. Os itens 1, 2 e 7 estruturam-se morfossintaticamente de maneira idêntica; há variação sinonímica no sintagma preposicional (doravante, SP) complemento do núcleo do SN em 2 – em que “América Latina” é substituído por “Sudamérica”. O oitavo item do quadro acima se dá por constituintes semelhantes do ponto de vista sintático, o núcleo do SN “voz” é anteposto pelo sintagma adjetival (doravante SAdj) contendo “llamada” e o SP “de América”.

O uso da preposição “de” com significado de “origem ou procedência” (Rae, 2010) é também regular nos itens analisados no parágrafo acima. Com esse mesmo significado se forma o SP “de Argentina”, no item 5; com formulação semelhante e outra preposição em “en Latinoamerica”, item 6 (voltaremos a essa análise a seguir). Ainda sobre essa ocorrência, essa regularidade é acrescida pela expressão de um SP atuando como complemento para o núcleo “voz”. Em “de la mayoría silenciosa en Latinoamerica” temos um segundo SP especificador da origem dessa voz.

Nos elementos parafrásticos denominados 3, 4 e 5 no quadro 2, se inserem orações relativas especificativas – introduzidas pelo pronome relativo “que” – “que fue un continente”, “que desafió a la dictadura” e “que se enfrentó a la dictadura”. O item 3 apresenta o núcleo do SN “voz” e o determinante justapostos, se adjunge em sequência a oração relativa. Não há determinante precedendo o núcleo do SN no item 4, esse elemento é complementado nominalmente pelo SP “de los silenciados”, parte em que se encaixa a oração relativa. A constituição do item 5 se dá, nesta ordem, por determinante, núcleo, Sadj, SP “de Argentina” e oração relativa especificativa. No quarto e quinto elementos em análise há referência à ditadura, usa-se os verbos “desafiar” (em 4) e “enfrentar” (em 5) conjugados no pretérito perfeito do indicativo. Já no plano do tema, esses elementos contêm avaliação social (Medviédev, 2012), na medida em que nos mostram a inserção de valores edificantes para essa “voz” em particular, de uma cantora que faleceu, mas sua atividade política/artística foi capaz de enfrentar ou desafiar a ditadura, sobreviver ao “império da morte”¹⁹ e se indispor com suas práticas.

Dos oito elementos parafrásticos em tela somente os itens 3 e 4 não contêm SPs capazes de localizar o pertencimento dessa “voz” ao continente latino-americano. No aspecto da sinonímia, no caso do item 3, a expressão genérica “un continente” pode ser

19 Essa expressão é usada por Novaro e Palermo (2007) para se referir aos primeiros anos da ditadura argentina, quando os guerrilheiros foram dizimados quase completamente em seu encontro com a força repressiva do estado argentino.

- | “A voz da América Latina”: a emergência do epíteto sobre Mercedes Sosa e sua retomada póstuma

lida de outra maneira como “La voz que fue Latinoamérica”. Dito isso, no âmbito do tema, um jornal grande como *Página 12*, no dia seguinte ao falecimento de tão importante figura da cultura argentina, se reserva a utilizar no obituário a expressão “un continente” para ampliar a própria ideia, em si já grandiosa, de ser “a voz da América Latina”. Ainda que entendidos aqui como expressão sinônima, ser a voz de um continente – sem especificar qual deles – é elogiar a grandeza de quem se retrata no obituário. É possível que os interlocutores de *Página 12* interpretassem “un continente” como relativo ao continente latino-americano.

Em relação ao item 4, por seu turno, aventamos a possibilidade que haja uma ausência significativa, ou seja, uma elipse da seguinte maneira: “Voz de los silenciados [de América Latina] que desafió a la ditadura [de Argentina]”. Se tomarmos em conta o fato de que o item 4 circulou em um jornal do México, pode-se presumir que a cantora era conhecida pelos leitores e esses espaços supostamente vazios que sugerimos com SPs entre colchetes seriam compreendidos. Essa análise também extrapola o plano linguístico da significação e avança para o tema.

Feita essa discussão, avançamos em relação à sintaxe de SNs em língua espanhola. Segundo a Rae (2010): I) o elemento obrigatório na composição de um SN é um núcleo nominal, N; alguns itens não são obrigatórios, como determinantes (sempre antepostos ao N, quando há; caso contrário, marcamos o vazio com o símbolo \emptyset como em 4) e adjetivos não restritivos antepostos ao N, como “llamada”, em 8. II) Após o nome podem aparecer grupos adjetivais, nominais, preposicionais ou orações de relativo.

Dos dados em análise no quadro 2 não temos SP somente no item 3; em 5 e 8 insere-se adjetivo em posição posterior e anterior em relação ao N, respectivamente. Há orações relativas, como já discutimos acima, em 3, 4 e 5. Tanto os SPs quanto as orações relativas servem-nos como comprovação de paráfrases para o epíteto “a voz da América Latina”.

O substantivo “voz” que está no núcleo de todos os elementos parafrásticos é conectado à força do continente que a expressão “a voz da América Latina” contém. Segundo Souza (2021), em resumo, “as orações relativas especificativas (*que* + SV) são modificadoras que explicitam a denotação do grupo nominal de que formam parte (Rae, 2010); os SPs (*de* + SN) que se subordinam ao SN principal com núcleo ‘voz’ também”. Na sintaxe do discurso, afirma o autor, “o papel desses elementos materiais [...] permite rastrear as formas diferentes de se referir a Mercedes Sosa como ‘voz da América Latina’” (Souza, 2021, p. 256). Ao analisar os elementos da significação, observamos como o discurso das manchetes modifica o núcleo “voz” à luz dos diferentes elementos em questão em cada enunciado dos obituários. Com essa análise da significação, dito de outro modo, temos uma leitura de como o “mesmo” acontece diversamente na linguagem.

Fechada essa compreensão mais fina dos elementos reiteráveis da língua, nossa tarefa, na esteira de Volóchinov (2017, p. 232), é adicionar “uma camada de nossas palavras responsivas” às palavras compreendidas nesses enunciados. Nessa perspectiva, nossa leitura avança *em direção ao tema* quando analisamos as paráfrases do epíteto como formas diferentes de dizer o mesmo, já que todas essas formas aproximam-se do sentido que contém “a voz da América Latina”. Agora, passando à questão do tema, recordamos a proposta de Volóchinov (2017) de avançar da análise das formas da língua que materializam o discurso para a discussão das formas da comunicação discursiva.

Para concluirmos essa discussão, valemo-nos, novamente, de noções revisadas anteriormente “apoio no coro” (Bakhtin, 2011) e “comunidade de sentido” (Giménez, 2017) em relação à emergência desse epíteto. Na perspectiva bakhtiniana, todo pensamento humano contém uma interferência da sociedade, já que não acontece em vácuo social. Volóchinov (2017, p. 236) afirma que “Todo enunciado é antes de tudo uma orientação avaliativa. Por isso, em um enunciado vivo, cada elemento não só significa, mas também avalia”. Nesse sentido, já abordada a formalização dos elementos da significação, nossa tarefa no plano do tema é discutir os efeitos discursivos que essas escolhas lexicais e fraseológicas carregam para a manchete dos obituários e o que dizem sobre Mercedes Sosa.

A avaliação social – e Medviédev (2012, p. 183) é quem estuda mais profundamente o tema em seu livro – está em toda colocação em discurso de palavras nos enunciados concretos. A ocorrência dos modificadores que analisamos acima delimita o sentido amplo de “voz”, de maneira que confirma a “atmosfera axiológica” dos enunciados: obituários que retomam não apenas a força da *voz que canta*, mas também da *voz que fala*. Em outras palavras, a atmosfera axiológica que esses enunciados remetem é da ordem da voz no sentido estético e político, ao mesmo tempo. “O homem entra no diálogo como voz integral”, afirmou Bakhtin (2011, p. 348-349), e isso quer dizer com tudo de si, com a voz que canta e a voz que fala. A “voz” como conceito bakhtiniano contém além da perspectiva estética uma força ideológica; no caso de Mercedes Sosa, essa relação é muito pertinente.

Considerações finais

Será que a América Latina precisava mesmo de “uma” voz? Essa pergunta nos fez pensar que, à luz das políticas do silêncio impostas abruptamente em nosso continente nas décadas de 1960-1980, poderia haver “mais vozes” capazes de fazer coro às reivindicações daqueles que foram calados em seu encontro fatal com o poder militar. Quando o

- | “A voz da América Latina”: a emergência do epíteto sobre Mercedes Sosa e sua retomada póstuma

epíteto foi lançado em uma turnê internacional, diferentes elementos fizeram com que ultrapassasse a perspectiva comercial ao redor da qual nasceu: era uma mulher exilada, cantando um repertório político, dona de uma voz muito singular, com vestimentas e características étnicas que a identificavam como uma representante considerada autêntica dos povos originários. O efeito inesperado que ultrapassou as possibilidades de vender discos e entradas em *shows* aderiu justamente a elementos como aqueles descritos acima, que validaram essa enunciadora como “A” voz do continente.

A qualidade vocal de Mercedes Sosa – uma condição, diga-se de passagem, para quem quer ter sua profissão – se refere à questão física, mas como vimos o poder de sua voz não se relacionou somente a seu trabalho artístico absolutamente importante. A voz que canta se foi em 2009 e somente nos é acessível pelas tecnologias de gravação, ainda sendo amplamente escutada, como atestam os números de suas canções nos aplicativos de *streaming* de música²⁰. No que se refere à voz no sentido ideológico, resiste até nós uma massa de sentidos gerada pela potência de sua luta política, o que encontramos nos obituários remete-nos diretamente a esses sentidos de alhures revividos quando se fala de Mercedes Sosa. O epíteto, por fim, foi muito eloquente, inclusive depois de sua morte.

Finalmente, percebemos esse amparo que a sociedade latino-americana dá a esse nome para ser considerada durante a vida e lembrada depois da morte como alguém capaz de ser “A voz da América Latina”. A análise que fizemos demonstra, a) em um primeiro momento, a emergência do epíteto ancorado nas lutas pela democracia em nosso continente em conjunto com a ascensão da cantora na Europa; trata-se de um epíteto de natureza comercial que amplia seu próprio campo de circulação discursiva; b) em um segundo momento, as formas diferentes que esse epíteto é retomado e revisado à luz da uma vida completa, em homenagens póstumas, sempre redundando em características edificantes, que dizem sobre a grandeza de quem foi considerada antes “A voz da América Latina”.

Agradecimentos

Agradecemos à bolsa de pesquisa concedida pela CAPES para a realização da pesquisa que gerou a tese, de que este artigo é derivado; assim como somos gratos pelas contribuições decisivas das professoras Luzmara Curcino (UFSCAR) e Camila Scherma

²⁰ Apenas para exemplificar, no *Spotify* recolhemos os seguintes dados sobre as faixas mais tocadas da cantora: “Zona de promessas” e “Alfonsina y el mar” ultrapassam 33 milhões de acessos, “Todo cambia” supera os 28 milhões de cliques, como outras canções que foram ouvidas milhões de vezes. Os dados foram recolhidos em 09 de fevereiro de 2023.

(UFFS) para o desenvolvimento desta pesquisa. Finalmente, mencionamos mais uma vez a CAPES, em forma de agradecimento, que financia a pesquisa de pós-doutoramento que realizamos atualmente, junto ao IEL/UFCAT.

Referências

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BUBNOVA, T.; SOUZA, N. B. Cuestiones de traducción, recepción y exegesis de las obras de Bajtín y su Círculo. Una entrevista con Tatiana Bubnova. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 56, n. 3, p. 751-768, set./dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2021.3.40141>

BUBNOVA, T.; SOUZA, N. B. **Tradução, recepção e exegese nas obras de Bakhtin e do Círculo**: dialogando com Tatiana Bubnova. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

CAVARERO, A. **Vozes plurais**: filosofia da expressão vocal. Tradução Flavio Barbeitas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GIMÉNEZ, A. B. W. **Renovação poético-musical, engajamento e performance artísticas em Mercedes Sosa e Elis Regina (1960-1970)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

HENRIQUES, C. C. Apontamentos para um Dicionário de Epítetos de Autores da Literatura Brasileira: relato 3. *In*: XI EURALEX International Congress, 2004. **Actes EURALEX 2004**. Lorient: Université Bretagne Sud, 2004. v. 1, p. 365-373.

KARUSH, M. B. **Músicos en tránsito**. La globalización de la música popular argentina: del Gato Barbieri a Piazzolla, Mercedes Sosa y Santaolalla. Tradução Elena Marengo. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2019.

MAKERMAN, N. El silencio es salud. **Trivium**: Estudos Interdisciplinares, v. 2, ano VII, p. 217-230, 2015.

- | “A voz da América Latina”: a emergência do epíteto sobre Mercedes Sosa e sua retomada póstuma

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

NOVARO, M.; PALERMO, V. **A ditadura militar argentina 1976-1983**. Do golpe de estado à restauração democrática. Tradução Alexandra Melo e Silva. São Paulo: EdUSP, 2007.

OTHERO, G. A. Sintaxe. *In*: SCHWINDT, L. C. **Manual de linguística**: fonologia, morfologia e sintaxe. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 115-219.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (RAE). **Nueva gramática de la lengua española**. Manual. Madri: Espasa, 2010.

SOUZA, N. B. **Uma voz para a América Latina?** A elaboração discursiva da vida de Mercedes Sosa em documentários biográficos. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

VILA, R. **Mercedes Sosa, la voz de Latinoamérica**. 123 minutos. Distribuição: 3C Films. Cópia disponível em: <https://bit.ly/2VJm6ul>. Acesso em: 05 fev. 2023. Argentina: Canal Encuentro, 2013.

VOLÓCHINOV, N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

ZUNTHOR, P. **Escritura e nomadismo**: entrevistas e ensaios. Tradução Jerusa Ferreira e Sônia Queiroz. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: SOUZA, Nathan Bastos de. “A voz da América Latina”: a emergência do epíteto sobre Mercedes Sosa e sua retomada póstuma. **Revista do GEL**, v. 20, n. 1, p. 81-98, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 14/03/2023 | Aceito em: 28/04/2023.

IDENTIDADES DE PROFESSORES DE INGLÊS: O QUE AS DISSERTAÇÕES ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2020 NOS REVELAM?

Gysele da Silva COLOMBO GOMES¹

João Paulo da Mata NOGUEIRA²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i1.3428>

Resumo: Nesta investigação, apresentamos um levantamento bibliográfico acerca da incidência de diferentes teorias sobre o conceito de identidades na plataforma digital Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD). Sob esse viés metodológico, foram analisadas nove dissertações pertencentes à BDBTD encontradas no intervalo dos anos 2016 e 2020. O trabalho aponta os principais aportes teóricos utilizados pelos autores de nove dissertações de mestrado. A partir desse levantamento, foi observado se as escolhas realizadas estão em consonância ou dissonância para promover a difusão e incentivo à pesquisa sobre o conceito. O estudo lança luz na predominância de dois blocos de condutas teóricas; no primeiro deles, encontramos as perspectivas adotadas para os estudos acerca das identidades; ao passo que, no segundo, foi verificada uma concentração de trabalhos voltados mais especificamente para as identidades do professor de inglês. Observou-se a utilização do conceito de identidades com diferentes perspectivas teóricas e para diversos contextos educacionais. Os resultados apontam uma forte tendência adotada pela maior parte dos autores nas seções de definição de identidades, verificando-se a preferência pelo alinhamento com os autores Hall (2005), Rajagopalan (2002), Bauman (2005) e Moita Lopes (2001).

Palavras-chave: Identidades. Professor de inglês. Pesquisa bibliográfica.

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil; gysacolombo@uol.com.br; <https://orcid.org/0000-0002-1309-4312>

² Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil; joapaulodamata1997@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-9086-101X>

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

IDENTITIES OF ENGLISH TEACHERS: WHAT DO THE DISSERTATIONS BETWEEN THE YEARS 2016 AND 2020 REVEAL TO US?

Abstract: In this research, we present a bibliographic survey about the incidence of different theories on the concept of identities on the digital platform Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDLTD). Under this methodological lens, nine dissertations belonging to the BDLTD found between the years 2016 and 2020 were analyzed. The work points out the main theoretical contributions used by the authors of nine master's dissertations. From this survey, it was observed whether the choices made are in harmony or dissonance to promote the dissemination and encouragement of research on the concept. The study sheds light on the predominance of two blocks of theoretical conduct; in the first one, it was found the perspectives adopted for studies about identities; whereas in the second, it was noticed that a concentration of works focused more specifically on the identities of the English teacher. The use of the concept of identities was observed with different theoretical perspectives and for different educational contexts. The results point to a strong tendency adopted by most authors in the identity definition sections, highlighting the preference for an alignment with the authors Hall (2005), Rajagopalan (2002), Bauman (2005) and Moita Lopes (2001).

Keywords: Identities. English teacher. Bibliographic survey.

Introdução

Compreender melhor questões relacionadas às identidades é, nos dias de hoje, crucial para entender as relações das pessoas entre si e entre o mundo, pois, como bem aponta Cook (2002), as pessoas não são somente mulheres ou pais ou heterossexuais, mas mulheres e advogadas e pais e heterossexuais... e todos os outros papéis que elas desempenham todos os dias. A partir desse entendimento, é possível nos tornarmos mais conscientes de quem somos e de quais papéis desempenhamos na sociedade. Além disso, entender melhor esse conceito e como ele se insere em nós e nas nossas relações é de suma importância para assimilarmos as nossas próprias realidades e quem somos. Como professores de inglês ou docentes de língua inglesa³, a necessidade desse

³ Destacamos que, neste texto, usamos os termos professor e docente intercambiavelmente.

entendimento torna-se mais premente, haja vista o fato de sermos profissionais que lidam com uma língua que até bem pouco tempo era considerada estrangeira⁴.

A questão acerca das identidades tem chamado a atenção de alguns autores, os quais vêm se dedicando a criticar, discorrer e investigar os fenômenos identitários. Destacam-se nessa comunidade acadêmica autores brasileiros e estrangeiros como Shotter e Gergen (1989), Moita Lopes (2001), Rajagopalan (2002), Bauman (2005), Hall (2005) e Lemke (2008). Neste trabalho, visitamos os estudos sobre as identidades⁵ do docente de língua inglesa no Brasil em nove dissertações de mestrado do curso de Letras, publicadas por instituições públicas e que constam na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (doravante BDBTD). Em todos esses trabalhos, o conceito “identidades” (do professor de inglês) foi retratado e abordado de uma forma variada e bastante peculiar. Nessas dissertações selecionadas, as identidades foram analisadas sob diferentes perspectivas que ora eram uníssonas ao definir o conceito e ora se diversificavam ao relacionar identidades com o docente de língua inglesa.

Ao nos debruçarmos especificamente em direção às identidades do professor de inglês, tivemos como objetivo investigar como o conceito vinha sendo retratado em dissertações para a obtenção do título de Mestre, no Brasil no período de 2016 a 2020. Julgamos relevante a urgência de uma melhor compreensão do referido conceito a fim de que mais docentes e discentes possam ser leitores de seus contextos identitários. Salientamos que, para realização desta investigação, fomos guiados pela seguinte questão: quais aportes teóricos acerca dos estudos das identidades do professor de inglês embasam as dissertações de mestrado inseridas na BDBTD anos 2016 e 2020?

No que tange à organização do presente artigo, alocamos as seções da seguinte forma: na primeira seção, discorreremos sobre o conceito “identidades” à luz dos autores com os quais nos coadunamos; na segunda seção, descrevemos os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa de levantamento bibliográfico; na terceira seção, dedicamo-nos à discussão dos dados coletados no material analisado; ao passo que, na última seção, tecemos as considerações finais, seguidas das referências.

4 O uso do termo estrangeira ou adicional em referência ao inglês está atrelado a uma série específica de investimentos epistemológicos e ontológicos que precisam ser explorados a fim de que se compreendam as funções sociais a que a língua inglesa é posta na contemporaneidade (Jordão, 2014). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982014000100002>. Acesso em: 14 maio 2022.

5 Sempre no plural, como sugere Moita Lopes (2001), são sempre múltiplas e fragmentadas.

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

Fundamentação teórica

As identidades são alvo de uma gama de pesquisadores, esclarecemos, entretanto, que entendemos o conceito “identidades” em consonância com Shotter e Gergen (1989), Moita Lopes (2001), Rajagopalan (2002), Bauman (2005), Hall (2005), Lemke (2008), Vivian Cook (2002).

O termo identidades tem sido cada vez mais utilizado em diversas áreas, tais como educação, aprendizagem, desenvolvimento e a relação entre o individual e o social (Lemke, 2008, p. 17). As identidades possuem alguns traços característicos, tais como serem fluídas, múltiplas e fragmentadas (Machado, 2016, p. 21), que estão intrinsecamente ligadas ao desejo dos indivíduos por reconhecimento, afiliação, seguridade e segurança (Barcelos, 2015, p. 305).

Segundo Shotter e Gergen (1989, *apud* Moita Lopes, 2001), as identidades são construídas em sociedade e por meio de uma afiliação a um discurso específico: “as pessoas têm suas identidades construídas de acordo com o modo através do qual se vinculam a um discurso – no seu próprio e nos discursos dos outros”.

Ao descrever as identidades, Bauman (2005), filósofo e sociólogo, as aloca juntamente ao pertencimento. Para o autor, “o ‘pertencimento’ e as ‘identidades’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis. Assim sendo, em comunhão com o autor, podemos perceber que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age, e, por conseguinte, a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para as ‘identidades’ (Bauman, 2005, p. 17). Ademais, ainda nos alerta Bauman (2005, p. 19), que as “identidades” flutuam no ar e algumas são as que queremos projetar e são as que projetamos, porém há outras que pelos outros nos são rotuladas. Alinhados ao autor, podemos perceber que esse é um dos fatores que ocasiona a negociação e renegociação das identidades.

Rajagopalan (2002, p. 40) argumenta que conceber a questão das identidades no mundo atual como algo total e estável já se tornou ultrapassado, uma vez que o mundo vive uma mesclagem entre várias esferas, tais como religiosa, étnica e cultural. Além disso, o autor aponta que:

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela

depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas (Rajagolapan, 2002, p. 41-42).

Consoante a asserção do autor supracitado, é possível observar o caráter fluido das identidades, que são caracterizadas como algo atuante na língua e através da língua e que, por sua vez, significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo.

Como já indicamos em nossa introdução, Cook (2002, p. 275) relata que as pessoas não são somente mulheres ou pais ou heterossexuais, mas mulheres e advogadas e pais e heterossexuais e todos os outros papéis que elas desempenham todos os dias; elas são simultaneamente membros de muitos grupos. O uso da linguagem diária significa uma pessoa combinando várias funções e, simultaneamente, apresenta aspectos relevantes de cada uma⁶. Cook (idem), ainda, aponta que tudo reflete a negociação do indivíduo com o ambiente social para criar as identidades sociais. Conforme salienta a autora: “a pessoa cria suas identidades ao mesmo tempo que é confinada por elas”⁷ (Cook, 2002, p. 276).

Alinhado à visão da autora citada, Stuart Hall (2005, p. 12) estabelece que o sujeito está se tornando fragmentado; composto de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Esse autor (idem) correlaciona identidades com o conceito de pós-modernidade, e, sob esse viés, as identidades são definidas historicamente. Hall, portanto, traça um *continuum* em que, da extremidade esquerda se tem o sujeito iluminista, no meio se tem o sujeito sociológico e na extrema direita se tem o sujeito pós-moderno. Na época do sujeito iluminista, o pensamento filosófico que vigorava era o de ser humano enquanto unidade, e, atualmente, o sujeito pós-moderno é composto de várias identidades. Lemke (2008), ao afirmar que inicialmente é possível imaginar identidades como algo unitário, atribui isso a uma herança do passado de noções como personalidade, sujeito e alma tidas como unidade. Elaborando ainda algumas formulações mais definidas para se pensar as identidades atualmente, o autor aponta:

- I. O conceito identidades é uma construção dinâmica e discursiva, especialmente considerando a concepção de pertencimento e a reflexão de traços de formação identitária (idem, p. 8);

6 No original: “People are not just women or lawyers or parents or heterosexuals, but women and lawyers and parents and heterosexuals... and all the other parts they play every day; they are simultaneously members of many groups. Everyday language use means one person combining many roles and simultaneously presenting relevant aspects of each;”.

7 No original: “A person creates his or her identities as well as being confined by them”.

• | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

- II. As identidades se desenvolvem e mudam, elas são no mínimo multifacetadas, se não forem na verdade plurais (idem, p. 19);
- III. Além disso, possuem um caráter conflituoso entre paradigmas psicológicos individuais e outros socioculturais, ou seja, há uma tensão entre a experiência que vivenciamos e as normas culturais (idem, p. 22);
- IV. Também são híbridas, como um acordo entre o indivíduo e as pressões e forças de múltiplas culturas e instituições (idem, p. 33);
- V. As identidades são múltiplas, porquanto podemos performar identidades um tanto diferentes em configurações de locais diferentes, desempenhando diferentes papéis com parceiros diferentes (idem, p. 37).

Posteriormente, Barcelos (2015, p. 305) retoma essas reformulações elaboradas por Lemke (2008) brevemente e as nomeia como “cinco perspectivas interessantes sobre identidades”.

Após termos discorrido sobre o conceito identidades à luz dos autores com os quais nos coadunamos, descrevemos, na próxima seção, os procedimentos metodológicos que adotamos nesta pesquisa de levantamento bibliográfico.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa, de natureza qualitativa (Gil, 2017), adota os procedimentos técnicos de levantamento – aqui bibliográfico, o qual é definido por Bastos (2015, p. 83) como um trabalho “cuja característica principal é a obtenção das informações consideradas relevantes pela interrogação direta”, ou seja, lançam-se perguntas objetivas e começam a se obter os dados a partir desses questionamentos que podem ser direcionados tanto a pessoas quanto para estudos, livros, dissertações, etc. Corroborando essa concepção, Gil (2017, p. 36) afirma que:

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Ademais, este trabalho também se configura como uma pesquisa bibliográfica, visto que “é elaborada com base em material já publicado” (Gil, 2017, p. 33). Atualmente, além

de contemplar “material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos” (idem, p. 33), há também a possibilidade de se obter as fontes de “o material disponibilizado pela internet” (idem, p. 33). Conforme o autor, “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2017, p. 33).

Segundo os dados expostos na página inicial da BDBTD, até o momento da realização desta pesquisa, esse banco era constituído por 127 instituições, 514.554 dissertações de mestrado, 195.329 teses de doutorado e, ao todo, 709.882 documentos.

Na fase inicial da pesquisa, realizamos uma busca com a seguinte expressão “identidade(s) do professor de inglês”, o mecanismo de busca nos ofereceu 251 resultados. Como a plataforma nos ofereceu teses de doutorado e dissertações de mestrado simultaneamente, os dois primeiros critérios de triagem foram desconsiderar as teses de doutorado, bem como as dissertações de mestrado cujo título e resumo não incluíssem as palavras “identidade(s)” e “do professor de inglês”.

Ademais, após a leitura dos resumos das dissertações, decidimos alocar “construção identitária” como expressão válida para inclusão da dissertação como parte desta investigação porque consideramos tal expressão sinônima à “construção da identidade”. Da mesma forma, consideramos “docentes de língua inglesa” e “professores de língua inglesa” como expressões alternativas a “professores de inglês”.

Na última etapa de triagem, optamos por desconsiderar todos os trabalhos anteriores a 2016, a fim de que pudéssemos delimitar nosso estudo no quinquênio 2016-2020⁸. Procedemos similarmente para com aqueles que foram publicados posteriormente ao ano de 2020. Após a aplicação de todas as etapas de escolha, nove dissertações de mestrado restaram para a análise e discussão.

Após a etapa do levantamento bibliográfico da pesquisa, compilamos os resumos e os capítulos que objetivaram definir o conceito de identidades e reunimos os resultados, que estão dispostos no Quadro 1 e no Quadro 2, que são apresentados na próxima seção. No primeiro, enumeramos as dissertações ao lado dos seus respectivos autores, títulos e procedimentos metodológicos. No segundo quadro, dividimos os conteúdos levando em consideração os números dos estudos, as teorias de identidades, as teorias sobre identidades do professor de inglês, as perguntas de pesquisa, e os resultados presentes nas

8 O levantamento ocorreu durante o período pandêmico e pós-pandêmico, dessa forma, optamos por analisar os trabalhos que ocorreram nos últimos cinco anos pré-pandêmicos.

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

dissertações. Após essa etapa, lemos os trabalhos de forma mais individualizada traçando um panorama geral da pesquisa para a discussão acerca dos dados, que passamos a apresentar.

Discussão

Após as três etapas metodológicas, descritas na seção anterior, obtivemos as seguintes amostras de dissertações que se enquadram nos critérios adotados nesta pesquisa, sendo: Sousa (2017), Bahury (2017), Teixeira (2017), Martins (2017), Dantas (2018), Silva (2018), Borges (2018), Castagnara (2019) e Aires (2019). Após a leitura dos materiais, elaboramos dois quadros, o primeiro, que conta com a enumeração dos estudos, com os autores, os títulos e os procedimentos metodológicos, enquanto o segundo trata da fundamentação teórica sobre os estudos de identidades, os aportes teóricos sobre identidades do professor de inglês, as perguntas de pesquisa, bem como os resultados apresentados pelos autores. Após a apresentação dos quadros, discorreremos sobre as leituras.

Quadro 1. Número do estudo, Autor(a), Título e Procedimentos Metodológicos

Nº	Autor(a)	Título	Procedimentos Metodológicos
1	SOUSA (2017)	Aspectos que delinham a identidade docente de oito professores de inglês: um estudo com base no sistema de avaliatividade	Análise do discurso por meio de <i>corpora</i> textuais que foram gerados a partir de entrevistas semiestruturadas e transcritas.
2	BAHURY (2017)	O discurso do futuro professor de inglês na contemporaneidade: marcas e implicações em sua construção identitária	Entrevistas semiestruturadas.
3	SILVA (2018)	Vozes apaixonadas pelo ensino de inglês: a construção da identidade de professores em formação inicial	Uma narrativa escrita, uma narrativa visual e duas entrevistas.
4	TEIXEIRA (2017)	A identidade do professor de inglês: discursos, narrativas e crenças sobre ensinar inglês no Tocantins	Análise do discurso em linha francesa dos insumos presentes nas narrativas autobiográficas e questionários.
5	CASTAGNARA (2019)	Representações identitárias de professores de língua inglesa em textos autobiográficos	Análise dos dados com base no Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 2006, 2008, 2012), especialmente na identificação e interpretação dos mecanismos enunciativos, que possuem como categorias o índice de pessoa, vozes e modalizações.

6	BORGES (2018)	A construção identitária profissional das professoras negras de língua inglesa de escolas públicas da Paripe	Pesquisa de natureza qualitativa e interpretativista, com uma perspectiva social e que também se enquadra na Antropologia Cultural. Instrumentos: questionário, entrevista dialogada, observação de aulas e registro fotográfico.
7	AIRES (2019)	Os efeitos da constituição identitária de um sujeito-professor de língua inglesa nos seus dizeres e modos de fazer em uma escola indígena Pataxó	Pesquisa etnográfica com análise de <i>corpus</i> composto de entrevistas semiestruturadas gravadas e transcritas; diário de bordo, diário clínico e fotografias que não exponham pessoas.
8	MARTINS (2017)	O impacto do PDPI nas emoções-identidades do professor de inglês	Pesquisa qualitativa em duas fases: na primeira, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados as narrativas autobiográficas e os resultados da primeira entrevista semiestruturada. Na segunda, foram utilizadas as colagens descritivas (Aragão, 2014) e os resultados da segunda entrevista semiestruturada (realizada para discussão das colagens).
9	DANTAS (2018)	Os memes na construção identitária do professor de língua inglesa: um ressoar de vozes no Facebook	A pesquisa, de natureza qualitativa e interpretativista, insere-se na área da Linguística Aplicada, o que nos permite transitar, no campo teórico, por entre a tríade Facebook/identidade/linguagem. O <i>corpus</i> é constituído por 5 memes compartilhados por 4 professores de língua inglesa em 4 <i>fanpages</i> do Facebook: Profissão Professor, Professor Sofredor, Professora Sincera e Professora Indelicada.

Fonte: Elaboração própria (2022)

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

Quadro 2. Número do estudo, Teorias de identidades e do professor de inglês, Perguntas de Pesquisa e Resultados

#	Teoria Identidades	Teorias de identidades e do professor de inglês	Perguntas de Pesquisa	Resultados
1	Abbagnano (2007) Alves (2007) Bauman (2005) Castells (2010) Ilari (2013) Moita Lopes (2003) Ortiz (2012) Paiva (2016) Penna (2016) Hall (2005) Rajagopalan (2013) Silva (2000) Woodward (2000)	Meksenas (2003) Nóvoa (<i>apud</i> Soares, 2010) Dubar (2005) Taylor (2017) Cortella (2014) Kuhn (2011)	Levando em consideração oito professores, quais argumentos justificam a escolha pela profissão e a atuação em sala de aula?	Os aspectos identitários desses professores estão de acordo com a atual configuração da sociedade, ou seja, é uma identidade descentrada, fragmentada, contraditória etc.
2	Hall (1992)	Celani (2010) González (2014)	Quais efeitos de sentido refletidos no discurso produzidos pelos alunos do curso de Letras - Inglês na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) <i>campus</i> Dom Delgado, sobre a relação entre teoria e prática e como isso se reflete na construção de suas identidades?	As identidades dos professores são construídas por uma preparação ainda carente de exposição à língua estrangeira e o fato de os pesquisadores participarem de projetos/ programas de extensão como professores proporciona a eles um espaço formativo do saber-fazer docente

3	<p>Beijaar <i>et al.</i> (2011)</p> <p>Moita Lopes (2002)</p> <p>Rajagopalan (1998)</p> <p>Bauman (1999, 2003, 2004)</p>	<p>Quevedo-Camargo e Ramos (2008)</p> <p>El Kadri (2010)</p> <p>Souza (2013)</p> <p>Palmer (1998)</p> <p>Tilckle, 2000;</p> <p>Reis <i>et al.</i> (2011)</p> <p>Fernandes (2006)</p> <p>Souza (2013)</p> <p>Feiman-Nemser (2001)</p> <p>Oliari <i>et al.</i> (2012)</p> <p>Bohn (2005)</p> <p>Rossi (2004)</p> <p>Paiva (1997)</p> <p>Marzari (2014)</p> <p>Falcão (2005)</p> <p>Ticks (2007)</p>	<p>Como se constitui a paixão pelo ensino e as identidades profissionais de um grupo de professores de inglês em formação inicial?</p>	<p>Os participantes têm paixão pelo ensino ao manifestarem desejo de ensinar; emoções positivas pelo ensino, como satisfação e amor; gosto pelo inglês; e comprometimento ao se engajarem em práticas docentes. Suas identidades como professores de inglês foram construídas por meio da experiência de ensino no CELIN, das metodologias e estratégias de ensino aprendidas no curso de Letras e da oportunidade de praticá-las ainda na graduação.</p>
4	<p>Bauman (2005)</p> <p>Hall (2006)</p> <p>Eckert-Hoff (2008)</p> <p>Nóvoa (1992)</p> <p>Norton (1997, 2000)</p> <p>Moreira e Cunha (2011)</p> <p>Rajagopalan (2002, 2003)</p> <p>Burns e Richards (2009)</p> <p>Mastrella (2010)</p> <p>Barbosa (2015)</p> <p>Tavares (2011)</p>	<p>Barbosa e Bedran (2016)</p> <p>Johnson (2009)</p> <p>Vieira-Abrahão (2010)</p> <p>Cunha (2010)</p> <p>Leffa (2001, 2008, 2012)</p> <p>Pimenta (1997)</p> <p>Alvarez (2010)</p> <p>Morin (2006)</p> <p>Rajagopalan (2015)</p>	<p>Como identidades de professoras são baseadas em suas narrativas sobre ensinar inglês?</p>	<p>As professoras formaram e ainda formam sua identidade profissional baseada em suas experiências negativas e positivas, em suas experiências em sala de aula e fora dela, mescladas com suas perspectivas de um ensino de inglês significativo para o aluno. As crenças que as professoras carregam em si sobre o ensino da língua inglesa foram sendo formadas e moldadas ao longo de suas vidas enquanto professoras e, a partir delas, transformando suas abordagens de ensino. São estas crenças, pertencentes a um todo identitário do ser professor, que vão moldando as suas práxis e por elas estas professoras vão também se transformando.</p>

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

5	Stuart Hall (2003) Rajagopalan (2003)	Beijaard, Meijer e Verloop (2004) El Kadri e Ramos (2011) Quevedo-Camargo; El Kadri; Ramos, (2011) Benardi; Souza Machado; Camilotti (2017)	Quais são os conflitos/desafios experienciados pelos professores de LI participantes da pesquisa, representados em seus textos autobiográficos? Quais são as realizações/conquistas e expectativas futuras dos professores de LI participantes da pesquisa representados em seus textos autobiográficos?	As representações identitárias dos professores participantes da pesquisa se mostraram ser provenientes não somente de sua prática pedagógica, mas também da experiência enquanto alunos, do incentivo da família para os estudos e aprendizagem de uma segunda língua, e da avaliação que eles mesmos fazem de como é ser professor em nosso país.
6	Bauman (2005 [2004], p. 56-58 <i>apud</i> Coracini, 2014, p. 401-402) Moita Lopes (2004 [1995]) Hall (1992), Baptista (2015, p. 131) Nóvoa (2000, p. 34) Melucci (2004 <i>apud</i> Silva, 2009, p. 47)	Amarante (1998, p. 13 <i>apud</i> Mastrella, 2010, p. 102-117), Jupiassu (1992, p. 89 <i>apud</i> Moita Lopes, 2004/1995, p. 117)	Quais são os caminhos da [redes] construção identitária profissional das professoras negras de língua inglesa de escolas públicas de Paripe a partir do olhar de si mesmas, com vistas a perceber seu papel enquanto protagonistas na formação de sua identidade profissional	Contribuiu para o fortalecimento desses lugares, sobretudo Paripe e escola pública, reafirmando a escuta e visibilidade dos sujeitos e, sobretudo, ratificou-se o posicionamento social, político e ideológico das professoras negras de língua inglesa.
7	Hall, 2014 Lacan (1998a) Souza (2012) Bauman (1999) Castro (2009) Freud ([1921] 2011) Plon e Roudinesco (1998)	Rajagopalan (2015) Kumaravadivel (2006) Canagarajah (2013) Hall (2014)	Quais são os dizeres e os modos de fazer de uma professora de língua inglesa da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, levando em consideração o contexto sociocultural em que professora e estudantes estão inseridos e também questões relacionadas à linguagem e às identidades?	Perceber que, refletindo um contexto de hibridização cultural, acentua-se que há algo de estranho-familiar (<i>das Unheimliche</i>) tanto na língua inglesa quanto na língua patxohã, ainda que, na ordem afetiva e mnemônica-identitária, tais línguas ocupem posições diferentes quando ensinadas conjuntamente durante a aula de língua inglesa.

8	Hall (2009) Rajagopalan (1998) Bhabha (1994) Norton (1997, 2000, 2010) Wenger (1998) Norton (2010) Connelly e Clandinin (2000) Barcelos (2013)	Falcão (2005) Mateus (2005)	Qual é o impacto da experiência no PDPI nas emoções-identidades docentes?	O maior impacto da experiência no PDPI nas emoções-identidades docentes foi em relação à confiança para falar em inglês. A maior parte construiu identidades seguras e confiantes de falantes de LI. No entanto, a experiência no PDPI também trouxe impactos negativos para as emoções-identidades dos participantes. A experiência pode ter contribuído para o sentimento de inferioridade, presente em muitos participantes, resultado das influências provenientes desde os tempos da colonização. A maior parte deles só se sentiu completamente segura em relação às suas habilidades após viajar para um país cuja língua inglesa era falada e terem sido capazes de interagir com os donos da mesma.
9	Hall (2015) Beijaard <i>et al.</i> (2004) Rajagopalan (1998) Moita Lopes (2002) Woodward (2014) Bauman (2005)	Celani e Magalhães (2002) Rajagopalan (2001, 2003) Oliveira (2006) Rosa e Santos (2013)	Quais são as identidades culturais de professores de língua inglesa que são construídas a partir de seus posicionamentos em memes compartilhados no <i>Facebook</i> ?	Os enunciados mostram que neste processo de negociação de identidades culturais no Facebook, o professor de língua inglesa compartilha com a representação da sua imagem como tendo sido “destronada” e “profanada” pela sociedade atual, com a de um sujeito que ganha pouco em relação a outras profissões, que não tem prestígio, que é oprimido pela classe dominante e, por isso é mal compreendido pelos alunos e pela própria sociedade. Como aquilo que é socialmente compartilhado passa a exercer grande força e a ganhar <i>status</i> de verdade, há a necessidade de evitarmos reforçar esses discursos de desatualização e de desprestígio social para que possamos alterar os frutos de um longo processo histórico e cultural.

Fonte: Elaboração própria (2022)

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

A partir da seleção dos autores e dos elementos citados nos tópicos, seguiremos com os comentários de cada autor na ordem em que aparecem nos quadros. Em relação à primeira dissertação analisada, Sousa (2017) é bem minuciosa ao retratar as identidades. A autora utiliza um vasto arcabouço teórico e estabelece seis subtópicos em que trata de “Perspectivas gerais sobre o conceito de identidade”, “A configuração da identidade na modernidade atual”, “Identidade *versus* papéis sociais”, “Identidade linguística”, “Ensino de línguas estrangeiras: assunto de natureza política” e “Identidade docente”.

A autora se baseia no *Dicionário de Filosofia* de Abbagnano (2007), no terceiro significado, que é “identidade como convenção”. Para completar e corroborar essa definição, também cita Castells (2010), Woodward (2000), Bauman (2005), Hall (2005) para mencionar, respectivamente, que a identidade fortalece a resistência político-cultural, que a alteridade mostra identidades e diferenças são construídas simultaneamente gerando uma “heterogeneidade da identidade”, e que há uma “comunidade fundida por ideias”.

Ao tratar de identidade linguística, Souza menciona Ilari (2013), Hall (2016), Hjelmslev (1975) e Fiorin (2015); para argumentar que a questão de identidades linguísticas está relacionada à política, a autora evoca Calvet (2007), Bourdieu (1999), Kumaravadivelu (2001), Rajagopalan (2013) e para delinear identidade docente, recorre a Meksenas (2003), Nóvoa (*apud* Soares, 2010), Dubar (2005), Taylor, (2017), Cortella (2014) e Kuhn (2011).

Ao tecer suas considerações finais, Souza (2017, p. 109) afirma que “a identidade é um fenômeno complexo, multifacetado e dinâmico e coincidentemente, a linguagem também apresenta essas mesmas características”.

Ao relacionar os motivos que levaram os professores a escolherem as suas profissões e como eles avaliam seu fazer profissional com o arcabouço teórico de identidades, a autora supracitada salienta que estão inseridos em conformidade com a dinâmica sociocultural da modernidade atual com identidades culturais múltiplas, instáveis, contraditórias e descentradas.

Já Bahury (2017) traça um caminho diferente, elaborando um panorama da “identidade do sujeito professor de língua inglesa em formação: uma questão de incompletude” perpassando “o *status* de língua inglesa como internacional”, “a legitimação do lugar da formação do professor de línguas no Brasil”, “a legitimação do lugar da formação do professor de línguas no município de São Luís” e “entre o querer e o tornar-se professor”.

Michelle de Sousa Bahury (*idem*) lança mão dos autores Pennycook (1994), Graddol (2000), Bauman (1999), Ortiz (2006), Jenkins (2000), Seidlhofer (2004) e Block (2004) para apresentar panoramas de modernidade e globalização de uma forma crítica, repensando

intenções da língua inglesa como língua do colonizador e refletindo sobre a falta de centro na modernidade contemporânea.

Ao refletir acerca da identidade do professor de línguas, a autora (*idem*) ressalta a posição entre lugar da profissão e recorre a González (2014) para mostrar uma realidade em que não havia definição do que era ser filólogo, linguista ou linguista aplicado nos anos sessenta e que isso contribuiu para a complexidade de definição ontológica do professor de línguas. Além disso, a autora recorre à Celani (2010) em seu referencial teórico para problematizar a formação em pré-serviço, a educação reflexiva sobre o ensinar, o ensinar línguas estrangeiras e o ensinar em situações adversas.

Ao tecer “algumas considerações”, Bahury (2017, p. 120) observou que vivendo em um mundo líquido “é na crise identitária que muitos sujeitos professores em formação têm a chance de fixarem-se momentaneamente a uma identidade” (p. 120). Outra constatação é que os professores escolheram o curso de Letras-Inglês por uma questão de afinidade com a língua, e não por motivação de seguir a carreira docente (Bahury, 2017, p. 120) e outra questão de afirmação da identidade é o fato de os estudantes na universidade já estarem atuando na profissão (p. 120). Ao analisar as identidades, a autora considera que o enunciado cartesiano “sei falar inglês, logo posso ministrar aulas” não é mais válido, visto que “as rupturas discursivas irrompem um novo começar a todo o momento, e exigem um professor que saiba além de falar uma língua estrangeira” (*idem*, p. 122).

Silva (2018) estuda também os professores em formação inicial. Ao conceituar identidades, a autora recorre a Beijaar *et al.* (2011), Moita Lopes (2002), Rajagopalan (1998) e reconhece esse conceito como uma condição volátil, como algo que depende da interação com o outro e como um processo de se interpretar em determinado contexto, reiterando, assim, a importância das identidades como construídas na língua e através da língua.

Silva (2018) disserta sobre muitas características relacionadas à identidade docente, afirmando que ela é “multifacetada, instável, provisória, discursiva, dinâmica e dependente do contexto sócio-histórico” (Quevedo-Camargo; Ramos, 2008 *apud* Silva, 2018). Além de abordar Kadri (2010) para corroborar esta conceptualização, a autora cita Souza (2013), Palmer (1998), Tickle (2000), Reis *et al.* (2011), Fernandes (2006), Feiman-Nemser (2001) e Bohn (2005). Esses autores apontam para um processo contínuo, subjetivo e que se submete ao percurso individual, a importância de se conhecer para ensinar bem. Todos destacam que as identidades são construídas em práticas discursivas, que são uma combinação do passado com o presente, podendo ser conflituosas. Além disso, segundo os autores supracitados, as identidades são construídas polifonicamente,

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

uma vez que dependem dos professores universitários, dos autores lidos, da instituição em que trabalham, das autoridades governamentais, etc.

Em contrapartida, a autora destaca os autores Souza (2013), Rossi (2004) e Paiva (1997) para estabelecer que as identidades são um processo “dinâmico social e cultural” (p. 22), o profissional “se depara com inseguranças em relação às suas habilidades e competências linguísticas” (p. 22) e que os docentes precisam saber o idioma (oral e escrito) e que muitas das vezes é fruto apenas de esforço próprio.

Segundo o estudo de Silva (2018), os professores têm paixão pelo ensino de língua inglesa e demonstram que essa condição se dá por conta do “desejo de ser professor, pelo gosto pela LI, pelas emoções positivas e pelo comprometimento e cuidado na interação com seus alunos” (idem, p. 79). As indicações de construção identitária dos professores participantes no referido estudo foram apontadas principalmente por ambientes em que podem colocar seus saberes em prática, no caso, o CELIN, bem como em treinamentos, *workshops*, orientações pedagógicas, técnicas e estratégias de ensino. Sobretudo, para Silva (ibidem), as identidades também são perpassadas por conhecimentos linguísticos e as habilidades comunicativas – competências em contínuo desenvolvimento, pois, cada vez mais, os professores se sentem preparados para ensinar a língua inglesa e, em especial, a praticar a habilidade oral”.

A quarta autora, Teixeira (2017), alinha-se a vários autores tanto na perspectiva das identidades quanto na perspectiva do professor de inglês. Como principais autores sobre identidades, Teixeira (2017) destaca Bauman (2005) e Hall (2006). O primeiro autor faz referência à modernidade líquida em que o desejo por uma identidade vem de uma insegurança; o segundo traz os conceitos apontados na nossa fundamentação teórica, de sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

Segundo Teixeira (2017), respaldada por Barbosa (2015) e Tavares (2011), a identidade do professor é um componente crucial para o ensino e aprendizagem, além disso, a constituição identitária refere-se a uma construção imaginária multifacetada, heterogênea, em constante reformulação. Citando Barbosa e Bedran (2016), Teixeira (idem) secciona a formação de professores em “formação tradicional por conteúdos”, “formação por competências” e “formação reflexiva, crítica e sociocultural”, respectivamente, o professor é um transmissor de conhecimentos, em seguida começa a ter influência de saberes científicos e torna-se um educador mais crítico e reflexivo. A autora ainda recorre a Leffa (2001) para apontar que o professor de inglês precisa ter conhecimento de várias áreas além do domínio da língua que ensina como conhecimentos de ações pedagógicas, metodologias. Por conseguinte, Teixeira (2017) descreve que todos esses conhecimentos constituem continuamente a identidade do docente.

Teixeira (idem) relata que as informações fornecidas pelas participantes evidenciam a heterogeneidade pela qual são formadas. A autora informa, ainda, que percebeu sua própria compreensão e necessidade de confirmar a grande implicação e contribuição emocional das crenças nos relatos e que elas também formam as identidades fragmentadas e líquidas das professoras, consciente ou inconscientemente. Ademais, essas identidades estão em constante transformação, e os processos de construção e transformação identitária do professor são formados a partir de sua práxis.

Castagnara (2019) desdobra identidades em duas subseções, a primeira é “identidade e seus desdobramentos: poder, representação, diferença e alteridade” e a segunda é denominada “identidade docente”. Na primeira, ela seleciona preponderantemente as obras de Stuart Hall (2003) e Rajagopalan (2003). A respeito do primeiro, a autora destaca as três concepções de sujeito mencionadas por Hall (2003) e inclui Rajagopalan (2003) para corroborar a ideia de identidades múltiplas e em constante mudança e progressão, sendo constantemente reconstruídas e adaptadas.

Para discutir a identidade docente, utilizou-se Beijaard, Meijer e Verloop (2004), El Kadri e Ramos (2011); Quevedo-Camargo, El Kadri, Ramos (2011) e Enardi, Souza Machado e Camilotti (2017). No primeiro, Castagnara (2019) chama a atenção para a importância de se entender melhor a identidade docente; na segunda, a autora expôs as correlações de identidade propostas por Quevedo-Camargo, El Kadri e Ramos (2011); e na última, a autora reforça a identidade docente como um processo contínuo, dialógico e formado também a partir do desenvolvimento do próprio sujeito.

Castagnara (idem) ressalta a resignificação na prática docente dos professores que participaram da pesquisa e relata algumas questões como um dos alunos que começou a se imaginar lecionando no ensino público, a mudança da percepção de si em uma participante que achava ruim que os alunos a caracterizassem identitariamente de “boazinha”, dentre outras menções.

A sexta autora, Borges (2018), ancora-se em Bauman (2005), Moita Lopes (2002; 2003), Hall (1992; 2003), Baptista (2015, p. 131) e Nóvoa (2000, p. 34), para descrever identidades, e para reforçar a questão de modernidade líquida, de resignificação e mudança social e de gênero. Além disso, baseia-se em Mastrella (2010) para falar de como a perplexidade da pós-modernidade desafia os professores e faz menção a Moita Lopes (2004) para dissertar sobre o interdisciplinar e por uma pedagogia crítica.

Borges (2018) menciona a identidade profissional das professoras principalmente pelo conhecimento acadêmico, experiências educacionais, sociais, culturais e seus percursos de vida. A partir da reflexão das identidades, algumas se conscientizaram

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

mais dessa construção, outras já tinham ciência, o que mostra, segundo a autora, uma maturidade identitária e profissional. Constatou-se que essas profissionais têm atitudes pedagógicas libertadoras e autônomas e no fim a pesquisa contribuiu para corroborar as posições ideológicas, sociais e políticas das professoras negras de língua inglesa.

A sétima autora, Aires (2019), apoia-se em Hall (2014), Lacan (1998a), Souza (2012), Castro (2009), Freud (2011 [1921]) e Plon e Roudinesco (1998) para compor o arcabouço teórico de identidades e expor a ideia de multiplicidade de identidades. Aires (idem) recorre a Rajagopalan (2015), Kumaravadivelu (2006) e Canagarajah (2013), porém, com ressalvas, uma vez que:

Parece-nos mais plausível, neste contexto, pensar no que tem sido feito de uma situação de contato que já foi estabelecida, em que tanto uma completa resistência ao que vem de fora como um total abandono da busca por manter viva a memória ancestral poderia representar riscos à existência de tal povo. (Aires, 2019, p. 36).

No que tange à busca por manter viva a memória ancestral, Aires traz à baila as questões sobre ensino e aprendizagem de língua inglesa, relação entre a língua inglesa e a patxohã, a professora demonstra optar por um letramento decolonial. Mesmo que a língua inglesa e a língua patxohã “ocupem posições diferentes”, há algo de “estranho-familiar” em ambas, a professora utiliza “uma prática translíngua para a sala de aula como estratégia de resistência” (p. 102) mesmo que inconscientemente. A autora apresenta, na seção “à guisa de conclusão”, Hall (2014) para pensar identidades como uma construção, não fixa e em movimento, e, principalmente, não como um retorno às raízes, mas sim, “como uma negociação com as próprias rotas” (Aires, 2019, p. 103).

Já Martins (2017) utiliza como referencial teórico Hall (2009), Rajagopalan (1998), Bhabha (1994), Norton (1997, 2000, 2010), Wenger (1998) e Connelly e Clandinin (2000), em seu aporte teórico, afirmando que as identidades são construídas no processo de relação entre os indivíduos, não sendo um fenômeno fixo, estável e único, mas múltiplo, instável, em mudança e conflitual (Martins, 2017, p. 29). A autora refere-se a Barcelos (2013), para estabelecer que emoções e identidades estão intrinsecamente ligadas. Martins inclui Falcão (2005) e Mateus (2005) para pontuar que as “práticas discursivas que fazem parte do contexto de desenvolvimento” e que é pela linguagem e nos convívios com seus semelhantes que as identidades são construídas, inclusive as profissionais.

Martins (2017, p. 105) constatou que a “maneira como muitos participantes se sentiam sobre sua habilidade dependia de como ela era vista em relação aos professores ou colegas

com os quais eles interagem”. A autora verificou também uma mistura tanto de impactos positivos quanto negativos, por exemplo, respectivamente, o aumento das identidades seguras e confiantes de falantes de língua inglesa e o sentimento de inferioridade como a necessidade de legitimação dos falantes nativos para serem reconhecidos como falantes e proficientes.

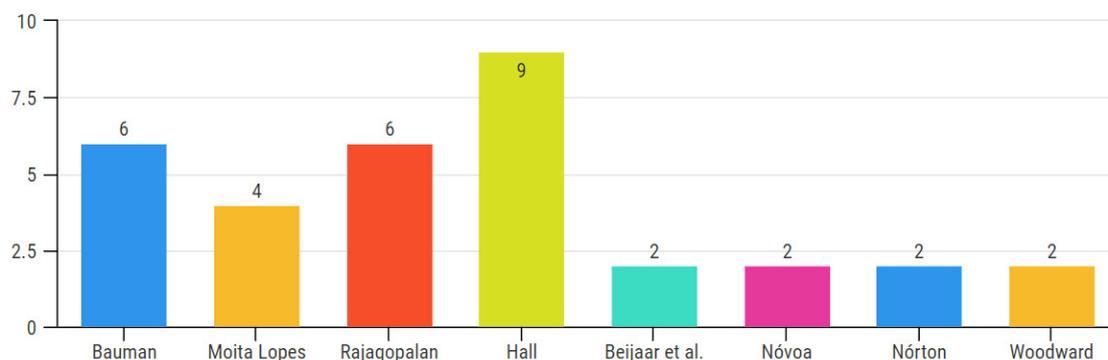
A última dissertação é de Dantas (2018), que expõe em seu trabalho que as identidades são construídas pela interação com o outro e que assim como a língua está em evolução, as identidades das pessoas também possuem o mesmo estado. Para isso a autora se ancora em Hall (2015), Beijaard *et al.* (2004), Rajagopalan (1998), Moita Lopes (2002), Woodward (2014) e Bauman (2005). Para discutir a identidade docente, cita Celani e Magalhães (2002), Rajagopalan (2001, 2003), Oliveira (2006) e Rosa e Santos (2013) para estabelecer as implicações de construção de identidade, tais como: “o conhecimento, a competência, as habilidades, as atitudes e os valores”. Segundo os estudiosos apontados por Dantas (*idem*), essas identidades são constituídas em determinados contextos de inserção que perpassam questões sociais, históricas, políticas, ideológicas e teóricas, bem como que a identidade do professor é formada pela sua prática durante sua formação e não é fixa, nem imutável.

Ao analisar cinco *memes* para fazer um panorama da percepção identitária cultural do docente de língua inglesa que paira no imaginário popular, Dantas (2018, p. 116) percebeu que “esse profissional está imerso em conflitos, cujos posicionamentos procuram, sobretudo, subverter a realidade atual”. Assim, a autora estabelece que esse profissional está envolto por uma visão de subalternidade, dizeres depreciativos referentes ao salário, sem reconhecimento social e sem proficiência oral em Língua Inglesa e ainda alerta que o que é “socialmente compartilhado e replicado passa a exercer grande força e ganha *status* de verdade” (*idem*, p. 116).

Como resultado da leitura e explanação dos trabalhos selecionados para esse estudo, primeiramente, observamos que, em unanimidade, as mulheres são autoras de todas as dissertações sobre identidades analisadas neste artigo. Ao analisarmos a análise quantitativa (ver Quadro 3) sobre os estudos de identidades, é categórica a menção ao autor Stuart Hall nas dissertações. Já os autores Rajagopalan e Bauman são mencionados em seis dos nove estudos e Moita Lopes apareceu em quatro dos nove trabalhos. Os autores Beijaard *et al.*, Nóvoa e Nórton são mencionados duas vezes e os demais autores têm apenas uma menção nos capítulos destinados somente às identidades. Desconsiderando-se os autores que apareceram apenas uma vez, podemos observar a quantidade de cada um dos autores mais referenciados (ver Gráfico 1 e Quadro 3).

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

Gráfico 1. Autores que foram citados mais de uma vez nos trabalhos sobre teorias de identidades



Fonte: Elaboração própria

Quadro 3. Ocorrência dos autores conforme os estudos de identidades

Autor/Estudos	#1	#2	#3	#4	#5	#6	#7	#8	#9
Abbagnano	X								
Alves	X								
Barbosa				X					
Barcelos								X	
Baptista						X			
Bauman	X		X	X		X	X		X
Bhabha								X	
Burns e Richards				X					
Castells	X								
Castro							X		
Connelly e Clandinin								X	
Eckert-Hoff				X					
Freud							X		
Hall	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ilari	X								
Jeijaar <i>et al.</i>			X						X
Lacan							X		
Mastrella				X					
Moita Lopes	X		X			X			X
Moreira e Cunha				X					
Nóvoa				X		X			
Nórtton				X				X	
Ortiz	X								
Paova	X								

Penna	X								
Plon e Roudinesco							X		
Silva (Tomas)						X			
Silva (J.)	X								
Rajagopalan	X		X	X	X			X	X
Souza							X		
Tavares				X					
Wenger								X	
Woodward	X								X

Fonte: Elaboração própria (2022)

Hall aparece nas nove dissertações, Bauman e Rajagopalan em seis delas, Moita Lopes em quatro delas. Quanto a Beijaar *et al.*, Nóvoa, Norton e Woodward, seus nomes são citados em apenas duas das nove dissertações. Acreditamos que a incidência de Hall em todas as dissertações possa ser atribuída a três aspectos. O primeiro deles pelo fato de que os estudos de Hall sobre as identidades destaquem o grau de importância assumido pela cultura na interpretação da realidade e dos comportamentos. O segundo refere-se à questão de as identidades estarem associadas ao caráter de mudança na modernidade tardia, especialmente à globalização e a seu impacto sobre a identidade cultural. O último deles reside no momento histórico do lançamento do livro *A identidade cultural da pós-modernidade*, em 1992, devido à presença de um texto introdutório para fomentar debates sobre os estudos culturais. Com sua obra pioneira, Hall contextualizou historicamente debates acerca de temas como “sujeitos”, “identidades” e “multiculturalismo”.

No que tange à ocorrência nos capítulos que retratavam as teorias de identidade(s) do professor de língua inglesa, o autor que apresentou maior representatividade foi Rajagopalan com incidências nos trabalhos de Aires (2019), Dantas (2018) e Soares (2017), conforme Quadro 4.

Quadro 4. Ocorrência dos autores conforme os estudos de professor de inglês

Autor/Estudos	#1	#2	#3	#4	#5	#6	#7	#8	#9
Alvarez				X					
Barbosa e Bedran				X					
Beijaard, Meijer e Verloop					X				
Benardi, Souza Machado e Camilotti					X				
Bohn			X						
Canagarajah							X		

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

Celani		X						
Celani e Magalhães								X
Cortella	X							
Cunha				X				
Dubar	X							
El Kadri			X					
El Kadri e Ramos					X			
Falcão			X				X	
Feiman-Nemser			X					
Fernandes			X					
González		X						
Hall						X		
Johnson				X				
Kumaravadivelu						X		
Kuhn	X							
Leffa				X				
Marzari			X					
Mastrella						X		
Mateus							X	
Meksenas	X							
Moita Lopes						X		
Morin				X				
Oliari <i>et al.</i>			X					
Oliveira								X
Paiva			X					
Palmer			X					
Pimenta				X				
Quevedo-Camargo e Ramos			X					
Quevedo Camargo, El Kadri e Ramos					X			
Rajagopalan				X		X		X
Rosa e Santis								X
Rossi			X					
Soares	X							
Souza			X		X			
Taylor	X							
Tickle e Reis <i>et al.</i>			X					
Ticks			X					
Vieira-Abrahão				X				

Fonte: Elaboração própria (2022)

No âmbito geral de nosso levantamento, percebemos que não há uma centralização nas origens (nacionalidades e áreas de concentração de estudo) dos autores do conceito de identidades referenciados no material analisado. Tal fato nos conduz ao entendimento de que o conceito de identidades se tornou, desde a iniciativa de Hall, um tema de amplo interesse linguístico e, simultaneamente, social, que abrange relevantes discussões na área de Linguística Aplicada. Ademais, no material ao qual lançamos nosso olhar investigativo, encontramos pesquisas desenvolvidas em condições interdisciplinares do campo de investigação científica. Salientamos que tais pesquisas se voltam para um universo de relações socioculturais, historicamente situadas e mediadas pela linguagem. Além disso, destacamos que as escolhas teórico-metodológicas realizadas pelos(as) autores(as) das dissertações analisadas estão em consonância para promover a difusão e o incentivo à pesquisa sobre o conceito.

Considerações finais

Neste texto, buscamos investigar como o conceito identidades (do professor de inglês) vinha sendo retratado em trabalhos acadêmicos de dissertação para a obtenção do Grau de Mestrado no Brasil no quinquênio de 2016 a 2020. A partir desse levantamento nos trabalhos observados, percebemos inicialmente que todos os teóricos citados nas dissertações que compunham o *corpus* deste trabalho concebem identidades como sendo múltiplas, fragmentadas ou negociadas. Todavia, observamos que, não obstante estarem alinhados a determinados teóricos apresentados na discussão, alguns autores das dissertações ainda utilizaram o termo no singular, contrapondo-se à perspectiva dos teóricos que estabelecem que o conceito deve ser usado no plural haja vista a multiplicidade de sentidos que evoca.

Isso posto, considerando as teorias de identidades, pudemos identificar maior incidência na adoção da visão do sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall; do sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman; do linguista aplicado indiano, naturalizado brasileiro, Kanavillil Rajagopalan; e de um dos principais nomes da Linguística Aplicada no Brasil, Luiz Paulo da Moita Lopes, nos capítulos que retratavam as identidades. Por conseguinte, percebemos uma inclinação à adoção da concepção sociológica e filosófica dentro da perspectiva da Linguística Aplicada. Notamos, com isso, que nos estudos, mesmo sendo utilizados para diversos fins envolvendo as identidades do professor de inglês em diversos contextos, os autores, em geral, não apresentaram aportes teóricos conflitantes.

As implicações do conceito de identidades perpassam várias esferas da vida das pessoas. No caso de um professor de uma língua considerada por muito tempo

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

estrangeira, a língua do outro, optar, neste momento de políticas linguísticas, por manter características identitárias pode ter um significado positivo. Isso foi perceptível no relato de Oliveira (2015, p. 140-141) acerca de Rod Bolitho, um britânico que estudava alemão e, certa vez, ao visitar a Alemanha, recebeu um elogio dizendo que soava como um nativo do alemão. Para o professor, no entanto, aquelas palavras lhe causaram um incômodo, pois seu objetivo era de soar como um britânico, uma vez que, para ele, os traços identitários eram mais importantes do que a semelhança com o falante nativo. Para um professor de inglês que tenha consciência acerca do uso de uma língua que pertença a todos e a ninguém ao mesmo tempo é um relevante passo para a decolonialidade no ensino de línguas. Afinal, essa ideia do traço identitário é ratificada ao entendermos que continuar com sotaque pode se referir a uma forma de preservação de sua identidade cultural. Destacamos que, como professores de inglês e linguistas aplicados, alinhamo-nos com os teóricos que advogam que os aprendizes não são obrigados a ter um sotaque estrangeiro, deixando a critério do aluno a mudança ou permanência do sotaque, bem como valorizamos a postura decolonial como caracterização identitária.

Por último, nossa expectativa é que, a partir da leitura deste artigo, outros trabalhos possam surgir para promover uma mais abrangente difusão do tema e que este texto contribua para a promoção e incentivo à pesquisa sobre identidades.

Referências

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia** / Nicola Abbagnano. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos: Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AIRES, A. C. C. R. **Os efeitos da constituição identitária de um sujeito-professor de língua inglesa nos seus dizeres e modos de fazer em uma escola indígena Pataxó**. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

ALVAREZ, M. L. O. O papel dos cursos de Letras na formação dos professores de línguas: ontem, hoje e sempre. *In*: SILVA, K. A. (org.). **Ensinar e Aprender Línguas na Contemporaneidade**: linhas e entrelinhas. Campinas: Pontes Editores, 2010.

ALVES, C. da S. *et al.* Identidade profissional de professores: um referencial para pesquisa. **Educação & Linguagem**, ano 10, n. 15, p. 269-283, jan./jun. 2007.

BAHURY, M. de S. **O discurso do futuro professor de inglês na contemporaneidade: marcas e implicações em sua construção identitária.** 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

BAPTISTA, L. M. T. R. **Construção identitária e crenças em torno na profissionalização docente por parte de futuros professores de espanhol: uma incursão inicial.** Campinas: Pontes, 2015.

BARBOSA, S. M. A. D. A formação inicial de professores de inglês como espaço para a (re)construção de identidades. *In: CAMARGO, F. P.; VIEIRA, M. M. C.; FONSECA, V. N. S. (org.).* **Perspectivas críticas e epistemológicas para o ensino de língua adicional e materna na contemporaneidade.** São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

BARBOSA, S. M. A. D; BEDRAN, P. F. Perspectiva sociocultural e questões identitárias: breves considerações no âmbito da formação de professores. **Revista The Specialist,** São Paulo, 2016.

BARCELOS, A. Desvelando a relação entre crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas, emoções e identidades. *In: GERHARDT, A. F. L. M.; AMORIN, M. A.; CARVALHO, A. M. (org.).* **Linguística Aplicada e Ensino: Língua e Literatura.** Campinas: Pontes, 2013. p. 153-186.

BARCELOS, A. M. F. Unveiling the relationship between language learning beliefs, emotions, and identities. **Studies in Second Language Learning and Teaching,** v. 5, p. 301-325, 2015.

BASTOS, M. C. P. **Metodologia científica.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2015.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas.** Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEIJAARD, D.; MEIJER, P. C.; VERLOOP, N. Reconsidering research on teachers' professional identity. **Teaching and Teacher Education**, v. 20, p. 107-128, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/14227324/Reconsidering_research_on_teachers_professional_identity. Acesso em 06 jun. 2023.

BEIJAAR, D.; MEIJER, P. C.; VERLOOP, N. Reconsiderando a pesquisa sobre a identidade profissional de professores. *In*: VEEN, K. V. (org.). **Identidades de professores de línguas**. Londrina: EdUEL, 2011. p. 1- 46.

BHABHA, H. **The Location of Culture**. London: Routledge, 1994.

BOHN, H. I. A formação do professor de línguas: a construção de uma identidade profissional. **Investigações: Linguística Aplicada e Teoria Literária**, Recife, v. 17, n. 2, p. 97-113, 2005.

BORGES, C. B. S. **A construção identitária profissional das professoras negras de língua inglesa de escolas públicas de Paripe**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BURNS, A.; RICHARDS, J. C. (ed.). **Second language teacher education**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CANAGARAJAH, A. Suresh. **Translingual practice: global Englishes and cosmopolitan relations**. Abingdon: Routledge, 2013.

CASTAGNARA, M. H. **Representações identitárias de professores de língua inglesa em contextos autobiográficos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-Graduação em Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2019.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 7. reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTRO, E. V. de. "Não podemos infligir uma segunda derrota a eles". *In*: MIRAS, J. T. *et al.* (org.). **Makunaima grita: Terra Indígena Raposa do Sol e os direitos constitucionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Azougue, 2009.

CELANI, M. A. A.; MAGALHÃES, M. C. C. Representações de professores de inglês como língua estrangeira sobre suas identidades profissionais: uma proposta de reconstrução. *In*: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (org.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado das Letras, 2002. p. 319-329.

CELANI, M. A. A. (org.). **Professores e formadores em mudança**: relato de um processo de reflexão e transformação da prática docente. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

COOK, V. Introduction to Chapter 11: poststructuralist Approaches to the Study of Social Factors in Second Language Learning and Use, Aretha Pavlenko. *In*: COOK, V. (org.). **Portraits of the L2 user**. Clevedon: Multilingual Matters, 2002. p. 277-278.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. **Teachers as curriculum planners**: narratives of experience. New York: Teachers College Press, 2000.

CORACINI, M. J. R. F. Entre a modernidade e a pós-modernidade: discurso e ensino. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 3, p. 400-411, set./dez. 2014.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, M. I. Lugares de formação: tensões entre a academia e o trabalho docente. *In*: DALBEN, A. I. L. F. *et al.* (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DANTAS, A. M. de A. **Os memes na construção identitária do professor de língua inglesa**: um ressoar de vozes no Facebook. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

DENARDI, D. A. C.; SOUZA MACHADO, E. H. de; CAMILOTTI, C. P. A (re)construção da identidade do professor de língua inglesa sob a ótica de pesquisadores paranaenses. **VI Congresso Latino-americano de formação de professores de línguas**, v. 2, n. 2, p. 241-253, 2017. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/a-reconstruo-da-identidade-do-professor-de-lingua-inglesa-sob-a-tica-de-pesquisadores-paranaenses-25479>. Acesso em: 06 jun. 2023.

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERNANDES, C. S. **Representações e construção da identidade do professor de inglês**. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ECKERT-HOFF, B. M. **Escrituras de si e identidade** – o sujeito-professor em formação. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

EL KADRI, M. S. Atualização de estudo sobre a identidade profissional dos professores de língua inglesa no contexto brasileiro. **Revista X**: volume 1, 2010.

FALCÃO, E. S. **My teacher... He is a mirror to me**: a construção da identidade profissional de um aluno tornando-se professor. 2005. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FEIMAN-NEMSER, S. Helping novices learn to teach: lessons from an exemplary support teacher. **Journal of teacher education**, v. 52, n. 1, p. 17-30, 2001.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu**. Tradução P. Souza. In: FREUD, S. Sigmund Freud: obras completas (Vol. 15, p. 13-113), 2011. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONZÁLEZ, V. A. Resenha “linguística aplicada ao ensino de inglês”: um momento histórico de suporte científico ao ensino de línguas no Brasil. **História do Ensino e Línguas do Brasil**, Brasília, DF, ano 8, n. 8, 2014. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-8-no-8-12014/224-resenha-linguistica-aplicada-ao-ensino-de-ingles-um-momento-historico-de-suporte-cientifico-ao-ensino-de-linguas-no-brasil>. Acesso em: 6 jun. 2023.

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. dp&a. 1992. p. 07-97.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracida Lopes Louro. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPA, 2005.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

HALL, S. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

ILARI, R. Reflexões sobre língua e identidade. *In*: BORBA, L. do R.; LEITE, C. M. B. (org.). **Diálogos entre língua, cultura e sociedade**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 17-50.

JOHNSON, K. E. **Second Language Teacher Education: A Sociocultural Perspective**. 1. ed. New York: Routledge, 2009.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LEFFA, V. J. Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras. *In*: LEFFA, V. J. (org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas: EDUCAT, 2001.

LEFFA, V. J. **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas: EDUCAT, 2008.

LEFFA, V. J. Identidade e aprendizagem de línguas. *In*: SILVA, K. A.; DANIEL, F. G.; KANEKO MARQUES, S. M.; SALOMAO, A. C. B. (org.). **A Formação de Professores de Línguas - Novos Olhares**. vol. 2. São Paulo: Pontes, 2012a.

LEFFA, V. J. Ensino de línguas: passado, presente e futuro. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 389-411, jul./dez. 2012b.

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

LEMKE, J. L. Identity, Development and Desire: Critical Questions. *In*: CALDAS-COULTHARD, C. R.; IEDEMA, R. (ed.). **Identity Trouble: Critical Discourse and Contested Identities**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

MACHADO, R. de F. S. **Você é a estrela do show: um estudo sobre os processos identitários e crenças de uma professora de inglês para crianças**. 2016. (Mestrado em Letras) – Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2016.

MARTINS, S. T. de A. **O impacto do PDPI nas emoções-identidades do professor de inglês**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2017.

MARZARI, C. K. **Quem me ensinou o inglês que eu ensino? A influência das tecnologias digitais na constituição da identidade do professor de línguas do século XXI**. 2014. 228 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/370/1/TESE%20GABRIELA%20MARZARI.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MASTRELLA, M. R. Pós-modernidade e ensino de línguas estrangeiras. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 9, n. 1, 2010.

MATEUS, E. **Atividade de aprendizagem colaborativa e inovadora de professores: resignificando as fronteiras dos mundos universidade-escola**. 2005. 327 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MEKSENAS, P. Existe uma origem da *crise de identidade* do professor? **Espaço Acadêmico**, n. 31, dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59064/751375152152>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MOITA LOPES, L. P. da. Afinal, o que é linguística aplicada. *In*: MOITA LOPES, L. P. da. **Oficina de linguística aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOITA LOPES, L. C. da. **Discursos de identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

MOITA LOPES, L. C. da. A transdisciplinaridade é possível em linguística aplicada. *In*: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, C. (org.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

MOREIRA, A. F. B.; CUNHA, R.C.O. Identidades em construção: o processo de uma escola de ensino fundamental do Rio de Janeiro. *In*: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (org.). **Estudos de Identidade** – entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1992.

NOVOA, A. **Diz-me como ensinas, Dir-te-ei quem és vice-versa**. Congresso da Associação de Professores de Matemática. Portugal. 1991.

NORTON, B. Language, identity and the ownership of English. **TESOL Quarterly**, v. 31, p. 409-430, 1997.

NORTON, B. **Identity and Language Learning**: Gender, Ethnicity and Educational Change. Harlow, England: Pearson Education, 2000.

NORTON, B. Language and Identity. *In*: HORNBERGER, N., McKAY, S. (org.). **Sociolinguistics and Language Education**. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 2010. p. 349-369.

OLIARI, F. A. S. *et al.* Refletindo sobre a identidade e a formação do professor da educação superior. **Revista eletrônica Educação e Foco**, p. 1-6, 2012.
Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/1refletindo_sobre_identidade.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

OLIVEIRA, L. A. O ensino da fala. *In*: OLIVEIRA, L. A. (autor). **Aula de inglês**: do planejamento à avaliação. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

OLIVEIRA, M. B. F. de. Alteridade e construção de identidades pedagógicas: (re)visitando teorias dialógicas. *In*: MAGALHÃES, I.; GRIGOLETTO, M.; CORACINI, M. J. (org.). **Práticas identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 27-44.

ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. ed. 14. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LACAN, J. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada: um novo sofisma. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b. p. 197-213.

KUMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. *In*: KUMARAVADIVELU, B. **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 129-148.

LIMA, J. R. Correção de pronúncia e a identidade do aluno de Letras. *In*: LIMA, D. C. de (org.). **Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversa com especialistas**. São Paulo: Parábola editorial, 2009. p. 69-78.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2006.

PAIVA, V. L. M. A identidade do professor de inglês: **APLIENGE**: ensino e pesquisa. Uberlândia: APLIENGE/FAPEMIG, n. 1, p. 9-17, 1997. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/2818/1785>. Acesso em: 07 jun. 2023.

PAIVA, V. L. M. de O. e. A identidade do professor de inglês. **APLIENGE**: Ensino e pesquisa. Uberlândia: APLIENGE/FAPEMIG, n. 1, p. 9-17, 1997. Disponível em: <http://www.veramenezes.com/identidade.htm>. Acesso em: 05 jun. 2023.

PALMER, P. J. The courage to teach: Exploring the inner landscape of a teacher's life. *In*: DAY, C. **A passion for teaching**. London: Routledge Falmer, 1998.

PENNA, M. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2016. p. 89-112.

PIMENTA, S. A didática como mediação na construção da identidade do professor: uma experiência de ensino e pesquisa na licenciatura. *In*: OLIVEIRA, M. R.; ANDRÉ, M. (org.) **Alternativas ao ensino de didática**. Campinas: Papirus, 1997.

QUEVEDO-CAMARGO, G.; RAMOS, S. M. Reconsiderando pesquisas sobre a identidade profissional do professor de língua inglesa no contexto brasileiro. **Acta Scientiarum: Language and Culture**, Maringá, v. 30, n. 2, p. 189-196, 2008.

QUEVEDO-CAMARGO, G. P.; EL KADRI, M. S.; RAMOS, S. M. Identidade do professor de língua inglesa: um levantamento eletrônico das pesquisas no Brasil. *In*: REIS, S.; VEEN, K. van; GIMENEZ, T. (org.). **Identidades de professores de línguas**. Londrina : EdUEL, 2011. p. 48-82.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora de uma reconsideração radical? *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Lingua(gem) e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras; Fapesp, 1998.

RAJAGOPALAN, K. ELT classroom as an arena for identity clashes. *In*: GARMAGNANI, A. M. G.; GRIGOLETTO, M. **Inglês como língua estrangeira**: identidade, práticas textualidade. São Paulo: USP, Humanitas, 2001. p. 70-90.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma consideração radical? *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Lingua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAJAGOPALAN, K. Política de ensino de línguas no Brasil: história e reflexões prospectivas. *In*: MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **Linguística aplicada na modernidade recente**: *festschrift* para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013. p. 143-162.

RAJAGOPALAN, K. On the challenge of teaching english in Latin America with special emphasis on Brazil. *In*: RIVERS, D. **Resistance to the known**: counterconduct in language education. UK: Palgrave, 2015a.

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

RAJAGOPALAN, K. Políticas públicas, línguas estrangeiras e globalização: a universidade brasileira em foco. *In*: BRAGA, D. B.; CALDAS, R.; ROCHA, C. H. **Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente**: desafios em tempos de globalização e internacionalização. Campinas: Pontes Editores, 2015b. p. 15-27.

REIS, S.; VAN VEEN, K.; GIMENEZ, T. (org.). **Identidades de professores de línguas**. Londrina: EdUEL, 2011.

ROSA, G. A. M.; SANTOS, B. R. dos. **O Facebook e as nossas identidades virtuais**. Brasília: Thesaurus, 2013.

ROSSI, E. C. S. **A construção do conhecimento e da identidade do professor de inglês**. 2004. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Ingles/rossi.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Tradução Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SHOTTER, J. e GERGEN, K. **Texts of identity**. Londres: Sage, 1989.

SILVA, J. B. M. **Vozes apaixonadas pelo ensino de inglês**: a construção da identidade de professores em formação inicial. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

SILVA, M.; VALDEMARIN, V. T. **Pesquisa em educação**: métodos e modos de fazer [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVA, T. T. da. A produção social da idade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2000. p. 73-102.

SOARES, J. C. **A identidade do professor de creche**. 8ª mostra acadêmica UNIMEP, 26 a 28/10 de 2010. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/8mostra/4/431.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2017.

SOUZA, A. B. B. de. **Arte e identidade:** adornos corporais pataxó. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos do Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia, 2012.

SOUZA, J. A. O papel da reflexão na construção da identidade profissional do professor de língua inglesa. *In*: CALVO, L. C. S.; EL KADRI, M. S.; ORTENZI, D. I. B. G.; SILVA, E. K. A. (org.). **Reflexões sobre ensino de línguas e formação de professores no Brasil.** Campinas: Pontes, 2013. p. 83-119.

SOUZA, H. B. S. **Aspectos que delinham a identidade docente de oito professores de inglês:** um estudo com base no sistema de avaliatividade. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

TAVARES, C. N. V. Traços derradeiros de sedução na constituição do professor de língua estrangeira. *In*: CORACINI, M. J.; GHIRALDELO, C. M. (org.). **Nas malhas do discurso:** memória, imaginário e subjetividade – formação de professores (línguas maternas e estrangeiras), leitura e escrita. Campinas: Pontes Editores, 2011.

TAYLOR, C. **As fontes do self:** a construção da identidade moderna. 4. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

TEIXEIRA, P. L. de F. **A identidade do professor de inglês:** discursos, narrativas e crenças sobre ensinar inglês no Tocantins. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras – Ensino de Língua e Literatura, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2017.

TICKLE, L. **Teacher induction:** The way ahead. Buckingham: Open University Press, 2000.

TICKS, L. K. O perfil identitário do professor de inglês pré-serviço subjacente a narrativas de história de vida. *In*: Simpósio internacional de estudos de gêneros textuais. **Anais**, v. 1, p. 1273-1286, 2007.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. A formação de professores de línguas: passado, presente e futuro. *In*: SILVA, K. A. (org.). **Ensinar e Aprender Línguas na Contemporaneidade:** Linhas e Entrelinhas. Campinas: Pontes Editores, 2010.

- | Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam?

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning, and identity**. Cambridge University Press, 1998.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. da. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2000. p. 7-72.

WOODWARD. K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA. T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: COLOMBO GOMES, Gysele da Silva; NOGUEIRA, João Paulo da Mata. Identidades de professores de inglês: o que as dissertações entre os anos de 2016 e 2020 nos revelam? **Revista do GEL**, v. 20, n. 1, p. 99-134, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 07/06/2022 | Aceito em: 08/06/2023.

FERNÃO MENDES PINTO NA GRAMÁTICA HISTÓRICA DE SAID ALI

César Nardelli CAMBRAIA¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i1.3493>

Resumo: O presente estudo discute os critérios de inclusão de abonações da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto na *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* de Said Ali. Do ponto de vista teórico, o estudo se baseou fundamentalmente no conceito de gramatização de Sylvain Auroux. Foram coletadas e analisadas todas as abonações identificadas. Testou-se a hipótese de que o papel dessas abonações teria sido o de evidenciar padrões sintáticos que passaram por mudança do séc. XVI para o séc. XX. Os dados coletados revelaram que essa hipótese não procede totalmente, tendo sido os critérios de inclusão múltiplos: sustentar uma interpretação da história da língua portuguesa como processo dual, ou seja, integrando tanto ruptura (inovação) quanto continuidade (conservação); apresentar particularidade linguística do autor; atestar padrões linguísticos coletivos (uma norma), mais do que individuais; e dar continuidade a uma tradição de valorização do autor em função da existência de nítidos vínculos linguísticos entre o português quinhentista e o português do Brasil de então.

Palavras-chave: Historiografia. Gramatização. Gramática. Linguística Histórica.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; nardelli@ufmg.br; <https://orcid.org/0000-0002-2403-3021>

FERNÃO MENDES PINTO IN SAID ALI'S HISTORICAL GRAMMAR

Abstract: The present study discusses the criteria for the inclusion of quotes from the *Peregrinação* by Fernão Mendes Pinto in the *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* by Said Ali. From a theoretical point of view, the study was based fundamentally on Sylvain Auroux's concept of grammatization. All identified quotes were collected and analyzed. It was tested the hypothesis that the role of these quotes would have been to highlight syntactic patterns that underwent a change from the 16th to the 20th century. The collected data revealed that this hypothesis is not entirely correct, being the criteria for the inclusion multiple: to sustain an interpretation of the history of the Portuguese language as a dual process, that is, integrating both rupture (innovation) and continuity (conservation); presenting linguistic particularity of the author; attesting collective linguistic patterns (a norm), rather than individual ones; and continuing a tradition of valuing the author due to the existence of clear linguistic links between 16th century Portuguese and Brazilian Portuguese at that time.

Keywords: Historiography. Grammatization. Grammar. Historical Linguistics.

Introdução²

Gramáticas históricas, entendidas de forma ampla, são obras em que se descreve o percurso histórico de uma dada língua. Uma das diferenças que se percebem entre as obras desse teor está relacionada à apresentação, em maior ou menor grau, de atestações para cada fato abordado. Essas atestações, tradicionalmente chamadas de *abonações*, variam sensivelmente de uma obra desse tipo para outra: tanto em termos numéricos quanto em termos de diversidade. Tendo em vista essa variação, apresenta-se como ponto de interesse para discussões sobre esse tipo de obra compreender o que leva aquele que elabora uma gramática histórica a incluir abonações de um dado autor. No presente estudo, pretende-se abordar essa questão restringindo-se a análise a dois componentes principais: a obra *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, de Said Ali, e as abonações nela presentes extraídas da obra *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. Dito de forma mais direta, o que levou Said Ali a incluir abonações de Fernão Mendes Pinto na sua gramática histórica?

² Pesquisa realizada no quadro do projeto "Para uma gramática do português clássico: o sintagma nominal e suas funções na *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto", com bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Fernão Mendes Pinto e Manoel Said Ali Ida: os personagens

Para melhor compreender o significado da presença de Fernão Mendes Pinto na gramática histórica de Said Ali, convém recuperar alguns dados básicos da biografia de cada um deles.

De acordo com Garcia (1995, p. 8-9), a vida de Fernão Mendes Pinto pode ser segmentada em três fases: 1ª fase (ca. 1510 a 1537), infância e juventude em Portugal; 2ª fase (1537-1558), vida no Oriente; e 3ª fase (1558 a 1583), vida de novo em Portugal. Pinto nasceu em Montemor-o-Velho; mudou-se para Lisboa em 13 de dezembro de 1521 (com a idade de 10 ou 12 anos); viveu em seguida em Setúbal até 11 de março de 1537, quando partiu para o Oriente; retornou a Lisboa em 22 de setembro de 1558, instalando-se em Almada, localidade em que faleceu em 8 de julho de 1583. Segundo Garcia (1995, p. 11), a sua famosa obra *Peregrinação* teria sido redigida principalmente na década entre 1568 e 1578. Essa obra se constitui de uma longa narrativa composta de 226 capítulos, cuja primeira edição ocorreu apenas em 1614, tendo desfrutado posteriormente de uma ampla difusão não só em função de reedições (integrais, abreviadas, adaptadas) como também de tradução para outras línguas (Faria, 1992). Essa narrativa foi também objeto de uma ampla gama de estudos segundo diferentes perspectivas, sobretudo histórica, geográfica, literária e linguística (Faria, 1992). Sua obra é considerada uma das mais típicas representantes da literatura de viagens do renascimento português.

Manoel Said Ali Ida nasceu em 21 de outubro de 1861 em Petrópolis e faleceu na Cidade do Rio de Janeiro em 27 de maio de 1953. Segundo apurado por Carvalho e Silva (1993, p. 48), atuou como professor de alemão, francês, inglês e geografia, tendo feito parte do corpo docente do Colégio Pedro II e da Escola Preparatória e de Tática do Realengo (hoje, Escola do Estado Maior do Exército). Publicou uma ampla gama de trabalhos, com artigos em revistas e jornais, traduções de obras didáticas, estudos prévios de edições de escritores brasileiros, estudos sobre a renovação da ortografia portuguesa, miscelâneas de estudos publicadas em livros, estudos de versificação e, o que mais importa para o presente estudo, tentativas de sistematização, à luz das novas doutrinas, dos estudos de linguística sincrônica e diacrônica do português (Carvalho e Silva, 1993, p. 53-54). Na visão de Carvalho e Silva (1993, p. 55), as principais contribuições de Said Ali à linguística foram:

[...] a capacidade de distinguir o lado positivo da contribuição dos grandes mestres do século XIX, como os neogramáticos, pondo de lado os seus excessos e a visão unilateral dos fatos da evolução linguística; a percepção dos dois planos dos estudos – o sincrônico e o diacrônico [...]; a noção de como se

estabelecem cientificamente as normas do uso culto da língua, fazendo-se o registro fiel dos fatos da língua padrão e observando-se os hábitos de pronúncia da mesma época [...]; as luminosas considerações [...] sobre a característica de mutabilidade das línguas como expressões de culturas que se intercomunicam, e sobre os empréstimos lingüísticos como fatos inelutáveis; a compreensão da existência de outros fatores, como o psicológico, nas alterações de linguagem; a distinção que faz, em diferentes oportunidades [...] entre os usos gramatical e estilístico dos recursos de comunicação e expressão da língua; o exato conceito de idiotismo ou idiomatismo, que ele não caracteriza como fato exclusivo de uma determinada língua; a valorização, na justa medida, da questão ortográfica, que o fez pugnar pela simplificação e uniformização das grafias do português sem no entanto admitir rigidez de soluções para todos os casos [...]; a boa utilização do método estatístico para comprovar afirmações referentes a problemas da língua portuguesa; uma permanente preocupação de não sobrecarregar a nomenclatura com denominações novas e desnecessárias, e de evitar “a terminologia abstrusa e inútil”.

Dentre as suas obras, destacam-se a *Lexeologia do Português Histórico*, de 1921, e a *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*, de 1923, as quais foram reunidas na *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, em 1931. Segundo dados coletados por Martins (1996), Penha (1997) e López Viñas e Caetano (2010), é possível considerar que o conjunto das duas obras de Said Ali acima referidas constitui cronologicamente a 13ª obra de gramática histórica da língua portuguesa.

O processo de gramatização e as gramáticas históricas do português

Segundo Aurox (1992, p. 65, grifo do autor), a gramatização constitui “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. Para esse estudioso, uma gramática compõe-se, pelo menos, “de *uma categorização das unidades, de exemplos e de regras mais ou menos explícitas para construir enunciados*” (Aurox, 1992, p. 66, grifo próprio). Especificamente em relação aos exemplos, aspecto que está diretamente relacionado à questão das abonações do presente estudo, o referido autor esclarece que:

Os exemplos se beneficiam de uma espantosa estabilidade no tempo; nós os reencontramos, por um procedimento de tradução, de língua a língua. A constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização. De um lado, ele é evidentemente o núcleo da língua

normatizada. Do outro, sendo construtos teóricos (mesmo quando, ao invés de serem fabricados, eles provêm de citações ou de excertos de um *corpus*), os exemplos testemunham sempre uma certa realidade linguística. Eles podem não somente disfarçar a ausência de certas regras (ou a impossibilidade na qual se encontra o gramático de formulá-las [...]) como, quando necessário, podem ser invocados contra as regras e a descrição morfológica, ou ainda servir posteriormente para justificar outras descrições e outras regras (Auroux, 1992, p. 67).

No que tange à gramatização dos vernáculos europeus, Auroux (1992, p. 68) lembra que os primeiros gramáticos trabalhavam em espaços de oralidade, nos quais se fazia evidente a variação linguística. Tomando como parâmetro a estabilidade literária do latim, os gramáticos teriam enquadrado a questão da variação na discussão do “bom uso”, levando assim a uma redução da variação entre os sécs. XVI e XVII. Em função disso, Auroux (1992, p. 69) considera que uma gramática é também um *instrumento linguístico*, na medida em que não é “uma simples descrição da linguagem natural”, pois “prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor”.

A questão das abonações nas descrições gramaticais é bastante complexa, porque envolve a articulação de diferentes aspectos: tanto a seleção da língua em sua modalidade escrita, quanto a opção pelo texto de natureza literária. Cavalieri (2012), debatendo essa questão, chama a atenção para dois fatos referentes à escolha do *corpus* para a descrição linguística (e, conseqüentemente, das abonações que são apresentadas nela): primeiramente, o apoio da descrição no *corpus* literário seria uma questão de método, já que se considerava que fosse esse o mais adequado para o ensino de língua escrita, mas, além disso, porque, retomando a interpretação de Coseriu (1993, p. 39), é no texto literário que se encontra “a plena funcionalidade da linguagem ou a realização de suas possibilidades, de suas virtualidades”. Refletindo sobre o desenvolvimento da tradição gramatical, Cavalieri (2012, p. 227-228) apresenta a seguinte síntese:

Na verdade, o que se percebe na abordagem historiográfica do saber linguístico é que a tradição gramatical, ou se quisermos, a tradição dos estudos sobre a língua nasceu espontaneamente da análise do texto escrito. A rigor, a necessidade de refletir sobre o funcionamento da língua adveio da escritura, no sentido de que para ler, por exemplo, textos escritos em língua estrangeira, os gramáticos tiveram de compreender preliminarmente a gramática dessas línguas. Essa alteridade proporcionada pelo contato com a língua escrita e a necessidade de

descrevê-la para, então, entendê-la promoveu uma ‘revolução tecnológica’ sem par na história do saber científico. Em síntese, a tradição escolástica no âmbito do desenvolvimento do saber linguístico, que confere à língua escrita o caráter de *corpus* primacial, está vinculada ao próprio surgimento da reflexão sobre o fenômeno linguístico.

Embora sejam raros estudos que tenham contemplado especificamente a análise de abonações em gramáticas de língua portuguesa, foi possível identificar quatro estudos (Henriques, 1998, 2003, 2004; Francischini, 2021), dos quais dois são especialmente interessantes para a presente discussão e são referidos a seguir.

Em seu primeiro estudo sobre o tema, Henriques (1998) se dedica à análise do cânone linguístico-literário na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, publicada originalmente em 1961, mas com sucessivas reedições. Segundo esclarece Henriques (1998), a canonização linguístico-literária consiste no seguinte processo referente à gramática normativa:

[...] quando é preciso abonar uma estrutura sintática ou um determinado emprego vocabular, reconhecemos que o trecho escolhido de um autor serve não apenas para comprovar a regra ou a exposição gramatical, mas também para atribuir ao autor selecionado um nível de excelência diante do eventual leitor da obra teórica (Henriques, 1998, p. 26).

Considerando a obra de Bechara já mencionada, Henriques (1998) verificou que, nela, se retrata um padrão linguístico-literário de características variadas: das 722 abonações, 76,3% pertencem a apenas cinco autores (Marquês de Maricá, 191; Alexandre Herculano, 155; Machado de Assis, 121; Camilo Castelo Branco, 60; Luís de Camões, 24), sendo estes três portugueses e dois brasileiros, um do séc. XVI, um do séc. XVIII e três do séc. XIX. No total, a obra havia contemplado abonações de 54 autores, todos do sexo masculino (25 portugueses e 29 brasileiros). Considerando que o Marquês de Maricá foi contemplado com 26,4% de todas as abonações, Henrique (1998, p. 34) interpreta que isso se deu pelo fato de a obra se prestar “com justeza aos objetivos didáticos do gramático, que viu nesse tipo de construção, além da correção da frase, a completitude da ideia e o ensinamento moral”. Trata-se de uma interpretação interessante, porque evidencia que as abonações podem ultrapassar a simples função de atestação de um fato linguístico.

Em outro estudo, mas de maior fôlego em função da extensão do *corpus*, Henriques (2004) se ocupou de três gramáticas de Celso Cunha: *Gramática do Português Contemporâneo* (doravante, *GPC*), de 1970; *Gramática da Língua Portuguesa* (doravante

GLP), de 1972; e *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (doravante *NGPC*), em coautoria com Lindley Cintra, de 1985. De acordo o referido pesquisador, cada uma dessas gramáticas tinha um perfil canonizador diferente pelos seguintes motivos:

[...] a *GPC* pela intenção inovadora de utilizar autores que confirmassem a validade do adjetivo “contemporâneo” utilizado no título da obra; a *GLP* pela decisão editorial de restringir a exemplificação a autores falecidos; e a *NGPC* pelo critério autoral de elaborar uma obra de referência para toda a comunidade de língua portuguesa (Henriques, 2004, p. 119).

Contabilizando as abonações, Henriques (2004, p.154-155) registra 1.200, distribuídas entre 166 autores diferentes, na *GPC* (ed. de 1970); 1.874, entre 116 autores, na *GLP* (ed. de 1990); e 2.394, entre 205 autores, na *NGPC* (ed. de 1990). Segundo Henriques (2004, p.158), as abonações selecionadas por Celso Cunha inovaram na prática da gramaticografia de língua portuguesa, na medida em que o gramático “pretendeu equilibrar os conceitos de norma e de correção idiomática com um princípio inerente a todo sistema de língua, a variação”, tendo sua forma de apresentar a norma admitido a variação do ponto de vista diatópico, diastrático ou diafásico.

As discussões conduzidas por Cavalieri (2012) e Henriques (1998, 2004), embora tenham tomado como referência primordialmente as gramáticas voltadas para descrição linguística sem orientação marcadamente histórica, são de grande importância para enquadrar, em um contexto mais amplo, a questão das abonações. Mas essa questão também se faz presente em descrições linguísticas com orientação marcadamente histórica, ou seja, em gramáticas históricas.

No curso do desenvolvimento dos estudos linguísticos, ganhou vulto, na segunda metade do séc. XVIII, a abordagem comparatista, que, incorporando a perspectiva cronologicamente seriada na análise dos dados, permitiu a consolidação do método histórico-comparado em princípios do séc. XVIII. A partir dessa época, muitas gramáticas históricas passaram a ser produzidas.

Na concepção de Malkiel (1968, p. 72, tradução própria),

[u]ma gramática histórica pode ser definida como um arranjo formal de dados estritamente linguísticos pertencentes mais à estrutura do que ao léxico e vistos em uma perspectiva diacrônica, isto é, pressupõem-se pelo menos dois conjuntos paralelos de formas separadas por um período de tempo suficientemente extenso para que contrastes nitidamente marcados entre as formas correspondentes tenham se cristalizado, se não em todos os casos, pelo menos em uma escala considerável.

Tendo em vista essa definição, Martins (1996) fez uma avaliação das gramáticas históricas do português até então existentes, contemplando, dentre outras, a gramática histórica de Said Ali. Segundo Martins (1996, p. 63-65), essa gramática pode ser interpretada como “modernista”, nos termos de Malkiel (1968), que aplica esse atributo aos casos em que se superam abordagens antiquadas com adoção de novos critérios para organização de dados. Martins (1996, p. 64, grifo do autor), assinala que

[...]na gramática de Said Ali o primado do factual cede lugar a um posicionamento mais especulativo visando a interpretação dos factos em vez da sua simples organização e exposição. Não quer isto dizer que Said Ali atenda menos às fontes e aos dados que elas disponibilizam. Na verdade, [...] Said Ali fá-lo, a cada passo citando, nas suas palavras, *provas* e *exemplos* retirados dos *muitos e diferentes textos* que *leu* e *cotejou*. O trabalho directo com as fontes é aliás uma opção explicitamente assumida por Said Ali, com resultados gratificantes.

Martins (1996, p. 64) esclarece ainda que a gramática histórica de Said Ali foi inovadora em dois aspectos: (a) a preferência do autor pela sintaxe frente à fonética e à fonologia, mantendo o destaque para a morfologia flexional e (b) o deslocamento do interesse pelas mudanças ocorridas entre o latim e o português para as ocorridas dentro do português. Por causa dessas duas opções, “Said Ali dá grande atenção ao português clássico e pós-clássico, contrariamente aos restantes gramáticos que se ocupam particularmente, dentro do português, do período medieval” (Martins, 1996, p. 64-65). Segundo postula Martins (1996, p. 65), enquanto as principais mudanças fonético-fonológicas ocorreram na história do português até o séc. XVI, já as sintáticas se deram a partir desse século.

Hipótese de trabalho

Como visto na seção precedente, Martins (1996) considera que o olhar de Said Ali teria se voltado para o português clássico e pós-clássico em função de sua opção por privilegiar a análise da sintaxe ao abordar a história da língua portuguesa, já que as mudanças sintáticas teriam se manifestado essencialmente a partir do séc. XVI. Tomando essa afirmação de Martins (1996) como ponto de partida, é possível propor aqui a hipótese de que *o papel das abonações extraídas da obra de Fernão Mendes Pinto teria sido o de evidenciar padrões sintáticos que passaram por mudança do séc. XVI para o séc. XX*. Sendo assim, a hipótese será confirmada se os padrões sintáticos exemplificados com abonações de Fernão Mendes Pinto na gramática histórica de Said Ali forem diferentes dos do séc. XX; caso sejam semelhantes aos do séc. XX, então a hipótese não terá sido confirmada.

Metodologia

Adotou-se como *corpus* principal para o presente estudo a edição de 1964 da *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, preparada por Maximiano de Carvalho e Silva (Said Ali, 1964). Elegeu-se essa edição, porque ela apresenta, ao final, um “Índice Bibliográfico” (p. 368-373) com a indicação de todos os parágrafos em que cada autor é referido, além de ter sido realizada de forma crítica pelo editor.

No referido índice, há 203 entradas, sendo 57 de autores de língua portuguesa, 7 de autores latinos e italianos, 32 de estudiosos da linguagem e 14 de interreferência: analisaram-se apenas os dados de autores de língua portuguesa.

Foram excluídos da contagem os dados referentes aos parágrafos 1 a 31, pois, nesta parte inicial, de natureza geral, não há abonações. Três dos 57 autores (D. João I, Frei Vicente do Salvador e Sousa de Macedo) foram mencionados apenas nessa seção inicial, logo não fizeram parte da análise quantitativa.

Os dados foram calculados não apenas conjuntamente, mas também em relação às duas unidades que deram origem à obra (“Lexeologia do Português Histórico”, §§ 32-1125; “Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico”, §§ 213-1125) e às duas subunidades de cada uma delas (respectivamente, “Os Sons do Português e sua Representação”, §§ 32-212; “Os vocábulos”, §§ 213-1125; “Formação de Palavras”, §§ 1126-1329; e “Sintaxe”, §§ 1330-1701).

Os autores citados tiveram suas datas de nascimento e de morte identificadas e foram classificados por século (em caso de tempo de vida acima da idade de 21 anos entre dois séculos, utilizou-se categoria composta, como séc. XVI-XVII³).

Os valores apurados foram apresentados em números absolutos (n) e relativos (%). O ranqueamento (#) referente a cada grupo de dados relativos é apresentado após ele.

É importante assinalar que a quantificação considera número de parágrafos, e não número de abonações, já que em um mesmo parágrafo pode ocorrer mais de uma abonação do mesmo autor. Entretanto, esses casos de mais de uma abonação em um mesmo parágrafo não são tão comuns, por isso o critério de parágrafos é viável.

A forma dos nomes dos autores segue a apresentada no referido índice. Uma tabela completa com os dados encontra-se na seção Anexo deste estudo.

³ Assume-se aqui que as obras dos autores contemplados foram produzidas já na sua vida adulta, ou seja, aprox. a partir do segundo decênio de vida.

Apresentação e discussão dos dados

Uma primeira análise quantitativa dos autores contemplados com abonações na gramática histórica de Said Ali permite perceber que não houve uma distribuição equânime por época, como se vê pela Tabela 1 a seguir:

Tabela 1. Autores e parágrafos com abonações por século

Século	Autores	Parágrafos	Média de parágrafos por autor
XV	3	156	52
XV-XVI	3	71	23,7
XVI	24	647	27
XVI-XVII	4	92	23
XVII	5	321	64,2
XVII-XVIII	1	105	105
XVIII	5	43	8,6
XVIII-XIX	1	24	24
XIX	8	192	24
Total	54	1651	52

Fonte: Elaboração própria.

Esses dados são compatíveis com a constatação de Martins (1996) de que Said Ali *contemplou mais o português clássico e pós-clássico do que o português medieval*: há apenas três autores (D. Duarte, Zurara e Fernão Lopes) do séc. XV e, portanto, tipicamente medievais. Interpretando-se aqui como *clássicos* os autores dos sécs. XVI a XVII e como *pós-clássicos* os dos sécs. XVIII a XIX, vê-se ainda que houve *grande ênfase nos clássicos*: há 33 autores dos sécs. XVI, XVI-XVII e XVII, com 1060 §§ com abonações suas, contra apenas 15 dos sécs. XVIII, XVIII-XIX e XIX, com 259 §§ com abonações.

Os dados da tabela 1 podem ser ainda melhor entendidos levando em conta a tabela 2 no Anexo, em que se apresenta a quantificação por autor: os cinco autores com maior número de parágrafos com abonação são, nesta ordem: Padre Antônio Vieira, séc. XVII, 268 §§; Luís de Camões, séc. XVI, 171 §§; João de Barros, séc. XVI, 129 §§; Alexandre Herculano, séc. XIX, 125 §§; e Padre Manuel Bernardes, séc. XVII-XVIII, 105 §§. Com exceção de Vieira, que, apesar de português de nascimento, passou quase toda sua vida em terras brasileiras, os demais são propriamente portugueses. Se, para os séculos mais pretéritos, não há tantos autores nascidos no Brasil para serem eleitos como fonte de descrição, já para o séc. XVIII em diante não faltam e ainda assim foram poucos considerados na obra de Said Ali. Os autores nascidos no Brasil com abonação presente na gramática histórica de Said Ali são apenas: Antônio José (da Silva), séc. XVIII, 9 §§; Frei Santa Rita Durão,

séc. XVIII, 3 §§; e Gonçalves Dias, séc. XIX, 2 §§. Vê-se, assim, que Said Ali *contemplou predominantemente autores portugueses*.

Segundo os dados do índice bibliográfico da edição de 1964 da gramática histórica de Said Ali, há 25 parágrafos com abonações da obra de Fernão Mendes Pinto e são os seguintes (itálicos do próprio Said Ali):

(1) Gênero dos substantivos, § 316, p. 68: “Porque se não ha de imaginar que he ella [cidade de Pequim] *hũa Roma, hũa Constantinopla, hũa Veneza, hum Paris, hum Londres, hũa Sevilha, hũa Lisboa, (ib. 2, 80⁴)*”.

(2) Gênero dos substantivos, § 340, p. 73: “Trouxerão mais outras muitas peças, como forão pratos grandes, saleiros e *copos* tambem de ouro, com que a vista se deleitava muito (Fernão Mendes Pinto 1, 278) – Hum envoltorio em que vinhão muytos *copos* e jarros de prata (*ib. 2, 275*)”.

(3) Adjetivos: formação do plural, § 356, p. 76: “*habiles* (Fernão Mendes Pinto 2, 114)”.

(4) Adjetivos: superlativo intensivo, § 400, p. 83: “*pobríssimo* ([...] Fernão Mendes Pinto, 1, 50; 1, 90 [...])”.

(5) Adjetivos: superlativo intensivo, § 404, p. 83: “*Grandíssimo* [...] ([...] Fernão Mendes Pinto 1, 55; 1, 90 [...])”.

(6) Numerais cardinais e multiplicativos, § 418, p. 87: “*concorre a ella tarda gente, que se affirma que passa de tres contos de pessoas* (Fernão Mendes Pinto 289)”.

(7) Pronomes demonstrativos, § 503, p. 105: “Rogo-te... que me perdoes *isso* que dizes que to fiz (Fernão Mendes Pinto 3, 1.76) – Confronte com: E como tu *disto* que eu digo não podes ser o juiz... ey por escusado responder por mim (*ib. 3, 170*)”.

(8) Pronomes relativos, § 517, p. 108: “E lhe disserão que sem falta nenhũa seu filho morreria aquella noite, *pelo que* lhe seria melhor a elle mandarme cortar a cabeça (Fernão Mendes Pinto 2, 221) – Elrey lhes respondeo que bem via quanta razão tinhão..., *pelo que* lhes rogava que lhe aconselhassem o que então devia de fazer (*ib. 2, 222*)”.

4 A localização dos excertos por Said Ali segue a edição rollandiana da *Peregrinação*, de 1829 (Pinto, 1829), indicando-se tomo e página. Nesta primeira abonação, o uso de *ib.* foi um lapso, pois não há referência à mesma obra logo antes.

(9) Pronomes relativos, § 518, p. 108: “A *que* elle replicou (Fernão Mendes Pinto 2, 235) – Qual foy a causa por que as vossas gentes... mataram os nossos tanto sem piedade...? A *que* respondemos que seria pelo successo de guerra (*ib.* 2, 236)”.

(10) Pronomes interrogativos, § 531, p. 111: “Ó filhinhos, filhinhos meus, gerados agora de novo no interior de minha alma, *quem* fora tão bemaventurada que pudera remir vossas vidas ...? (Fernão Mendes Pinto 2, 304)”.

(11) Verbos: presente do indicativo, § 657, p. 135: “Nas quaes [embarcações] se vendião todas as cousas quantas a terra *produze* (Fernão Mendes Pinto, 2, 333)”.

(12) Verbos: particípio do pretérito, § 735, p. 147: “Pubricada esta sentença, *foi aceita* de ambas as partes com grande contentamento (Fernão Mendes Pinto 3, 165)”.

(13) Verbos: verbos transitivos e intransitivos, § 862, p. 170: “Por onde se diga que não *cumpres com o que juraste* (Fernão Mendes Pinto 3, 92) – Não deixeis de *cumprir co que deveis* (*ib.* 1, 75) – Queria *cumprir* inteiramente *com a obrigação* do officio (*ib.* 1, 81) – Hade ser forçado *cumprir eu co que devo* (*ib.* 2, 234)”.

(14) Verbos: verbos transitivos e intransitivos, § 865, p. 171: “Tirou a espingarda... e a poz no rosto e *apontou para* hũa lorangeyra que estava defronte, e pondo-lhe fogo... arrebentou por tres partes (Fernão Mendes Pinto 2, 217)”.

(15) Verbos: verbos transitivos e intransitivos, § 872, p. 173: “E fazendo oração... *lhe ouviram dizer* com hũ grande suspiro: ó Jesu Christo, amores de my anima, põe, Senhor meu, os olhos em ti (Fernão Mendes Pinto 3, 208)”.

(16) Verbos: vozes ativa, passiva e medial, § 903, p. 182: “Comtudo *lhe pediram que se lembrasse* do que os soldados daqui pretendiam (Fernão Mendes Pinto 3, 160)”.

(17) Advérbios: a negação, § 991, p. 199: “Na feitoria *não* avia *nem hum* só prego..., *nem* outra cousa *nenhũa* das que erão necessarias (Fernão Mendes Pinto 3, 203) – *Não* tinham cousa *nenhũa* pera comerem (*ib.* 3, 214) – *Não* aparecia cousa *nenhũa* (*ib.* 3, 276) – *Não* falou mais palavra *nenhũa* (*ib.* 7, 277)”.⁵

(18) Advérbios: a negação, § 996, p. 200: “E *lhes disse* que elle tinha feito voto solenne e jurado... de não deixar aquelle cerco *até não* pôr a cidade por terra (Fernão Mendes Pinto 3, 59) – Tentou logo tornar a proseguir seu intento e effectuar o que tinha determinado, que era não levantar aquelle cerco *até não* ser senhor da cidade (*ib.* 3, 119)”.

⁵ Lapso tipográfico: trata-se de “3, 277” e não “7, 277”.

(19) Advérbios: a negação, § 998, p. 200: “Foy o melhor gentio que *nunca* ouve naquella terra (Fernão Mendes Pinto 3, 91)”.

(20) Sintaxe: casos particulares de concordância, § 1409, p. 285: “*Eu com outros 26 companheiros nos fomos* para Malaca (Fernão Mendes Pinto 3, 182)”.

(21) Sintaxe: funções dos tempos verbais: imperfeito e perfeito, § 1522, p. 313: “E continuando nossa viagem assi destroçados como *hiamos* mais tres dias, nos deu hum temporal do vento esgarrão (Fernão Mendes Pinto 2, 198) – Os ventos nordestes nos *eram* ponteyros, e as agoas *corriam* muyto contra nós (*ib.* 2, 199). [...] Acudindo-lhe com agoa quando *esmoreciam* que era muytas vezes (Fernão Mendes Pinto 2, 293)”.

(22) Sintaxe: emprego do infinitivo: infinitivo pessoal, § 1653, p. 344: “Mandou-lhes que *trabalhassem por tomarem* algũs homens naturaes da cidade (Fernão Mendes Pinto 1, 247)”.

(23) Sintaxe: emprego do infinitivo: infinitivo pessoal, § 1661, p. 347: “*Pasmas-te de me veres* a mim, ou *de te veres* a ty em tamanha honra? (Fernão Mendes Pinto 3, 169) – Nós todos estavamos como *pasmados de vermos* o modo com que attribuião suas cousas á causa principal de todos os beês (*ib.* 2, 66)”.

(24) Sintaxe: emprego do infinitivo: infinitivo pessoal, § 1664, p. 348: “[Os presos] tem logo *esperança certa de serem* livres (Fernão Mendes Pinto 2, 88)”.

(25) Sintaxe: emprego do infinitivo: infinitivo pessoal, § 1667, p. 349: “Tanto que o primeiro tocar o buzio, todos os outros que o ouvirem *são obrigados a tocarem* logo os seus so pena de morte (Fernão Mendes Pinto 3, 190)”.

Os dados relativos aos fatos linguísticos abonados com excertos da obra de Fernão Mendes Pinto (doravante, FMP) mostram, em primeiro lugar, que *a parte de morfologia* (itens 1 a 19) *foi mais contemplada do que a de sintaxe* (itens 20 a 25). Martins (1996) já havia de fato assinalado que o destaque na obra de Said Ali (doravante, SA) era realmente a morfologia, tendo sido a atenção para a sintaxe da inovação. Os dados da tabela 2 no Anexo também confirmam a predominância do tema da morfologia: a seção de vocábulos referentes à parte de lexeologia compreende 913 §§ (54,7%) dos 1670 §§ considerados. Sendo assim, a predominância da morfologia nas abonações da obra de FMP pode ser interpretada como reflexo dessa tendência geral.

Considerando, em segundo lugar, a questão dos padrões linguísticos exemplificados com as abonações da obra de FMP, que é o cerne da hipótese de trabalho deste estudo, verifica-se que apenas em 9 itens há padrões diferentes⁶ do português moderno.

São padrões julgados por SA como diferentes do português moderno⁷:

a) o uso de artigo masculino com os topônimos *Paris* e *Londres* (item 1) — cf. “*Londres* e *Paris* são nomes masculinos para Fernão Mendes Pinto” (p. 68);

b) a forma de plural *habiles* (item 3) — cf. “ocorrem alguns [adjetivos paroxítonos terminados em *-il*] com o plural regular em linguagem antiga” (p. 76);

c) o emprego da forma de superlativo *pobríssimo* (item 4) — cf. “*pobríssimo* [...] é usado na literatura de preferência a *paupérrimo*, hoje mais em voga” (p. 83);

d) o emprego da forma de superlativo *grandíssimo* (item 5) — cf. “*Grandíssimo* [...] ocorre freqüentemente em quinhentistas e seiscentistas [...] desprezando-se, por plebéia e irregular, a forma *grandessíssimo* [...] cujo emprêgo perdura na linguagem familiar” (p. 83);

e) o emprego de *conto* no sentido de “milhão” (item 6) — cf. “Em português antigo a unidade de ordem superior às centenas de milhares chamava-se *conto*” (p. 87)⁸;

f) a forma *produze* de presente (item 11) — cf. “Regular era naquele tempo [de D. Duarte] o uso terminal de *-e* nos verbos em *-uzir*” (p. 135);

g) o emprego da forma de particípio passado *aceitado* (item 12) — cf. “Particípio de *aceitar* é *aceitado* conforme a linguagem de quinhentistas e seiscentistas, que os empregavam junto a *ter*, junto a *ser*, nas construções de particípio absoluto e também como adjetivo” (p. 147);

h) o emprego da expressão *até não* no sentido de “enquanto não” (item 18) — cf. “Desusada no falar culto de hoje é a expressão negativa *até não*” (p. 200); e

i) o emprego de *nunca* para qualidade ainda não superada até um dado momento (item 19) — cf. “Escritores antigos assim como quinhentistas e seiscentistas [...]

6 Tomou-se como referência para o julgamento de que um dado padrão não pertence ou é incomum em relação ao português moderno aquilo que é explicitado pelo próprio SA.

7 Após cada item, apresenta-se o excerto do texto de SA que expressa seu julgamento de que se trata de padrão diferente do português moderno (com indicação da página na sua gramática histórica).

8 SA chama a atenção, nesse caso, da permanência da forma com esse sentido apenas na expressão “contos de réis” daquela época.

empregavam para o mesmo fim [o de produzir a impressão de alguma qualidade ainda não excedida até o momento atual] a palavra *nunca*” (p. 200).

Diante desses dados, deve-se considerar, então, que a hipótese de que o papel das abonações extraídas da obra de FMP teria sido o de evidenciar padrões sintáticos que passaram por mudança do séc. XVI para o séc. XX *não procede totalmente*, já que apenas uma parcela minoritária dos dados — 9 (36%) de 25 itens — se refere a fatos diferentes do português moderno e eles se circunscrevem mais à morfologia do que à sintaxe, logo não desempenham o papel hipotetizado. Chama ainda a atenção o fato de que são aqueles itens vinculados justamente ao nível da sintaxe (itens 20 a 25) que não são apresentados explicitamente por SA como padrões diferentes do português moderno, ou seja, pelo menos especificamente em relação às abonações de FMP referentes à sintaxe, não se pode considerar que servissem para exemplificar mudanças linguísticas que ocorreram a partir do séc. XVI na história do português, segundo o julgamento de SA.

Em relação aos itens restantes, há dois tipos de posicionamento de SA: (a) indicação explícita de que se trata de padrão linguístico ainda presente no português moderno — 5 (20%) de 25 — ou (b) ausência de informação que ateste claramente seu julgamento sobre o padrão linguístico — 11 (44%) de 25.

São padrões julgados como presentes no português moderno:

a) o emprego da forma de masculino *copos* (item 2) — cf. “Em linguagem hodierna servimo-nos geralmente da forma masculina para designar o vaso de beber” (p. 72);

b) o emprego do pronome relativo *que* por oposição a *qual* (item 8) — cf. “Os escritores da Renascença poucas vezes usaram *a qual cousa, da qual cousa etc.* e adotaram *o quê, do quê, no quê, pelo quê*, maneira de exprimir mais simples, mais elegantes e que continuou a usar-se até os nossos dias” (p. 107);

c) o emprego do verbo *cumprir* regendo a preposição *com* (item 13) — cf. “Data de longe a dição *cumprir com*” (p. 170);

d) o emprego da forma medial *lembrar-se* para sujeito não pessoal (item 16) — cf. “*Lembrar* (a alguém alguma coisa) é verbo causativo. [...] Nem sempre a causa determinante é [...] pessoal; a memória também pode ser despertada por uma coisa, um fato qualquer. [...] Para todos estes casos costuma os escritores portugueses, sobretudo os modernos, utilizar-se do verbo *lembrar* na forma ativa, reservando o medial *lembrar-se* de preferência para o despertar de idéias resultante do esforço próprio de meditar e em harmonia com êle. No Brasil não é uso distinguir tanto.” (p. 181); e

e) o emprego em uma mesma oração de mais de um termo negativo (item 17) — cf. “Para o povo, o acúmulo de negativas indica reforço. Entende a gente de letras, pelo contrário, que negar o negado equivale a afirmar; mas abre exceção [...] desde que o nêvo têrmo negativo não anteceda o advérbio *não*. Segundo essa doutrina, aceita na linguagem literária do português moderno, é lícito dizer: [*seguem as abonações*]” (p. 198-199);

Não receberam julgamento por SA quanto ao pertencimento a uma fase específica do português os seguintes fatos:

- a) o emprego de *isso* para aludir ao que acaba de ser dito pelo indivíduo com quem se fala (item 7);
- b) o emprego de *o quê, no quê, pelo quê*, com o determinativo *o*, referindo-se ao fato que se acabou de enunciar (item 9);
- c) o emprego de *quem* como pronome absoluto e invariável para pessoa desconhecida ou indeterminada (item 10);
- d) o emprego do verbo *apontar* regendo a preposição *para* (item 14);
- e) o emprego de objeto indireto para agente em estrutura com verbo *ouvir* combinado com infinitivo transitivo direto (item 15);
- f) o emprego de verbo no plural para sujeito no singular ligado a sujeito no plural através da preposição *com* (item 20);
- g) o emprego do pretérito perfeito denotando ação durativa ou frequentativa (item 21);
- h) o emprego de infinitivo pessoal com verbos que denotam esforço ou tentativa (item 22);
- i) o emprego de infinitivo pessoal regido por *de* exprimindo a causa determinante de um sentimento (item 23);
- j) o emprego de infinitivo pessoal regido por *de* exprimindo esperança (item 24); e
- k) o emprego de infinitivo pessoal dependente de *obrigar a*, exprimindo efeito produzido ou almejado por ato de coerção ou constrangimento (item 25).

Os dados sem julgamento explícito de SA quanto à fase de pertencimento do português são claramente a maioria (44%) no conjunto das abonações de obra de FMP. Além disso, nenhum dos de sintaxe recebeu esse julgamento. Isso evidencia que, pelo

menos no que diz respeito à obra *Peregrinação*, suas abonações não tinham como objetivo principal evidenciar *padrões sintáticos que passaram por mudança do séc. XVI para o séc. XX*. Se esses dados tivessem esse objetivo, seria de esperar que SA adjungisse expressões que tornassem isso bem claro, como as já constatadas “em linguagem antiga”, “em quinhentistas e seiscentistas”, “em português antigo”, etc.

É necessário, portanto, aprofundar a discussão sobre as motivações para a presença de abonações de FMP na gramática histórica de SA.

Impõe-se reconhecer, primeiramente, que o português clássico, que é a fase a que pertence a obra de FMP, foi enfatizado por SA não apenas para atestar *ruptura* entre passado e presente, mas também *continuidade*.

Essa interpretação da história do português em termos de ruptura e continuidade tem sido modernamente contemplada, em especial, no quadro dos estudos sobre as especificidades do português do Brasil. Para a presente discussão, é de grande interesse o trabalho de Cunha (1985), que, opondo-se à interpretação de unidade e de arcaicidade do português do Brasil defendida por Melo (1981) e Elia (1979), apresenta uma proposta de interpretação das características dessa variedade em termos de *conservação* e *inovação*. Cunha (1985) vincula os fatos linguísticos conservadores do português do Brasil ao português do séc. XVI, por contraste a Melo (1981) que os situou no séc. XV. Não cabe aqui retomar cada um dos fatos conservadores elencados por Cunha (1985), já que, em sua maioria, são fonético-fonológicos (9 tidos como certos e 6 como prováveis), por oposição aos poucos morfossintáticos que lista (apenas 3), e a gramática histórica de SA, como já mencionado, se concentra na morfologia e na sintaxe. A menção ao trabalho de Cunha (1985) tem como objetivo chamar a atenção para a existência de uma interpretação da história da língua portuguesa (incluindo-se a questão do português do Brasil) como um *processo dual*, equilibrando-se entre conservação e inovação, e, pelo presente estudo, percebe-se que essa interpretação já podia ser percebida bem antes, na gramática histórica de SA. Sendo assim, considera-se que a grande atenção dada por SA ao séc. XVI, o século com maior número de autores contemplados e com o maior número de parágrafos com abonações em sua obra, estaria relacionada à sua interpretação da história como *processo dual*: os dados do séc. XVI foram incluídos para mostrar que houve tanto ruptura (inovação) quanto continuidade (conservação).

Considerando os dados referentes às abonações de FMP, fica bem evidente essa interpretação como processo dual na gramática de SA: 9 itens contemplam padrões linguísticos diferentes do português moderno (casos relacionados a inovação, portanto) e 5 itens exemplificam padrões presentes no português moderno (logo, conservação).

Apesar de elucidado o fato de que o recurso a autores do séc. XVI tinha como objetivo evidenciar a interpretação da história da língua como processo dual, ainda resta a dúvida sobre o porquê especificamente de FMP, já que vários outros autores do séc. XVI também comparecem nas abonações.

Pode-se aventar inicialmente que sua presença estivesse vinculada à *existência de particularidades*, ou seja, fatos presentes apenas na obra de FMP. Essa interpretação não é capaz de dar conta de todos os dados, pois, em apenas 1 dos 25 itens com abonações desse autor, ele é o único da abonação (trata-se do item 1).

Dado o grande número de autores do séc. XVI contemplados com abonações, é possível imaginar que o objetivo de SA tenha sido principalmente o de enquadrar os fatos linguísticos analisados menos no terreno da estilística (no âmbito individual) e mais no campo da língua como norma (no âmbito coletivo). Sendo assim, a presença de FMP na gramática histórica de SA teria como função contribuir para a *atestação de padrões linguísticos coletivos*, mais do que individuais.

Como muitos foram os autores do séc. XVI que deixaram produção escrita, houve certamente uma priorização de SA na seleção daqueles que foram contemplados com abonações. FMP não foi aquele ao que mais se recorreu, mas também não foi totalmente acidental: ele é o sétimo dentre os 24 desse século com mais abonações na obra de SA, sendo o primeiro, inevitavelmente, Camões (este com 171 §§ frente aos 25 §§ daquele).

A inclusão de FMP como fonte de abonações em gramáticas históricas do português apresenta ainda duas especificidades. Primeiramente, antes da publicação da obra de SA ainda como partes separadas entre 1921 e 1923, essa inclusão já havia sido inaugurada com a obra *Noções de Grammatica Portugueza* (1887), de Manuel Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade⁹ e também se fez presente na *Grammatica Historica* (1916), de Eduardo Carlos Pereira¹⁰. Esses dados demonstram que a valorização de FMP como testemunho linguístico do séc. XVI já estava em desenvolvimento quando da publicação da obra de SA em partes separadas entre 1921 e 1923. Em segundo lugar, nota-se que foi na produção de gramáticas históricas por estudiosos brasileiros que FMP adentrou nesse espaço. Embora nem todas as gramáticas históricas anteriores à obra de SA tenham se preocupado de incluir

9 Cf. Pacheco Jr. e Andrade (1887, p. 194, 222, 411, 466 [= 222], 468, 472 [2x], 475 [= 411], 478 e 532) = 10 ocorrências de abonação, mas apenas 8 são diferentes entre si. Na obra anterior e individual, que constitui mais propriamente uma introdução, Pacheco Jr. (1878, p. 54) menciona apenas o nome de Fernão Mendes Pinto, sem apresentar transcrição de qualquer parte de sua obra.

10 Cf. Pereira (1916 [1919, p. 257, 283, 326, 330, 332, 352, 356, 358 [2x], 367 [2x], 374 [5x], 405, 414 [2x], 415 [2x], 421, 423, 428 [3x], 431, 433, 472, 475, 513, 514, 515 [6x], 541 e 543]) = 40 abonações ocorrências de abonação, todas diferentes entre si.

abonações extraídas de obras de cada época, mesmo as que o fizeram não contemplaram esse autor quinhentista (cf., p. ex., a *Grammatica Portuguesa Elementar* (1876), de Teófilo Braga), apesar de já haver condições materiais para tal, em função da publicação da edição rollandiana¹¹ da *Peregrinação* em 1829.

Diante desses dados, surge imediatamente uma questão: por que, no Brasil, se teria dado importância a FMP como testemunho linguístico do séc. XVI, importância esta evidenciada por sua inclusão com abonações nas gramáticas históricas?

Uma possível explicação pode estar na interpretação apresentada por Cunha (1985), de que *o português do Brasil tem nítidos vínculos com o português quinhentista*. Embora o trabalho de Cunha (1985) date de quase um século após a gramática de Pacheco Jr. e Andrade (1887), que foi a inauguradora da prática de inclusão de abonações de FMP, é possível imaginar que a leitura da obra de FMP causasse um sentimento de familiaridade em pesquisadores brasileiros em função de semelhanças linguísticas entre essas duas variedades: a quinhentista de FMP e a oitocentista de gramáticos brasileiros. Embora as abonações de FMP na obra de Pacheco Jr. e Andrade (1887) tenham sido apresentadas essencialmente para mostrar o que é diferente entre as duas sincronias, tal é, de fato, a principal expectativa em gramáticas históricas: mostrar mudanças. A opção de Pacheco Jr. e Andrade (1887) por contemplar FMP não parece aleatória, já que mudanças poderiam ser evidenciadas com abonações de vários outros autores. Por um lado, deve-se considerar que esses autores terão sido influenciados pela obra de Leoni (1858), que, embora não se enquadre no perfil de gramática histórica científica, apresentava abundantemente dados de natureza histórica e com diversas abonações de FMP¹². Por outro lado, o estilo de FMP, interpretado como “simples” por Pacheco Jr. e Andrade (1887), é reflexo muito provavelmente de um maior grau de oralidade em sua obra, tal como defendeu Monteiro (1952, v. 1, p. 8): “ele partiu da língua falada [...]. Ele escreve como teria falado”. Em função disso, o sentimento de familiaridade entre o quinhentista lusitano e os oitocentistas brasileiros deve ter-se feito mais nítido do que em relação a outros autores do séc. XVI,

¹¹ Uma análise detida da edição evidenciou que foi preparada com grande rigor, tendo sido feitas algumas regularizações gráficas como as referentes a diacríticos e ao uso de letras ramistas (*u/v, i/j*), além de algumas poucas conjecturas retificando erros de impressão da edição *princeps* de 1614.

¹² Na obra de Leoni, há 77 abonações de FMP e 8 das 10 presentes em Pacheco Jr. e Andrade (1887) já constavam desse texto (Leoni, 1858, t. 1, p. 236 [2x]; t. 2, p. 109 [2x], 185, 20, 43 e 165). Pacheco Jr. e Andrade não indicam o trabalho de Leoni como fonte dessas abonações, mas citam a obra dele em diversas passagens, mostrando assim que a consultaram. Leoni (1858) também foi consultado por Pereira (1916), que assim o indica em uma dada passagem (Pereira, 1916 [1919, p. 558]), mas as abonações deste são muito diferentes das de Leoni, o que indica coleta original sobre a obra de FMP neste caso. Os casos de abonação reaproveitada de obras gramaticais anteriores lembram claramente a estabilidade dos exemplos no tempo em gramáticas assinalada por Auroux (1992, p. 67).

cuja produção escrita apresentaria menor grau de oralidade. Em síntese, *Pacheco Jr. e Andrade (1887) teriam valorizado FMP em função do vínculo linguístico existente entre o português quinhentista e o português do Brasil*, vínculo este mais nítido em função de uma maior oralidade na linguagem da obra de FMP.

SA, em sua gramática histórica, teria continuado essa tradição de referência a FMP, provavelmente também inspirado por esse autorreconhecimento linguístico. Mas, na gramática de SA, a consciência do vínculo linguístico já não fica mais pressuposta como na obra de Pacheco Jr. e Andrade (1887), pois SA apresenta diversas abonações de FMP para demonstrar que, tal como era no séc. XVI, assim também o era no então séc. XX: cf. o comentário anterior sobre padrões julgados como presentes no português moderno por SA, com referência aos itens 2, 8, 13, 16 e 17 das abonações de FMP.

Considerações finais

O presente estudo teve como principal objetivo discutir os critérios de inclusão de abonações da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto na *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* de Said Ali. Testou-se a hipótese de que o papel das abonações extraídas da obra de Fernão Mendes Pinto teria sido o de evidenciar padrões sintáticos que passaram por mudança do séc. XVI para o séc. XX. Os dados coletados revelaram que essa hipótese não procede totalmente, já que apenas uma parcela minoritária das abonações poderia estar desempenhando esse papel. Os dados permitiram considerar que essas abonações teriam, sobretudo, a função de sustentar uma interpretação da história da língua portuguesa como *processo dual*, ou seja, comportando tanto *ruptura* (inovação) quanto *continuidade* (conservação). Além disso, pode-se também considerar que, em pelo menos um caso, o recurso a uma abonação de FMP se deveria a uma particularidade linguística presente em sua obra. Também justificaria a presença de abonações de FMP a intenção de atestação de padrões linguísticos coletivos (uma norma), mais do que padrões individuais. Por fim, considerou-se ainda que a valorização de FMP como testemunho linguístico do séc. XVI, através do recurso a abonações suas, continuava uma tradição iniciada por Pacheco Jr. e Andrade (1887), motivada pela percepção de nítidos vínculos linguísticos entre o português quinhentista e o português do Brasil de então.

Como já assinalado, segundo Auroux (1992, p. 65), a gramatização constitui “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua”. Como instrumento linguístico, uma obra gramatical constitui mais do que apenas uma descrição linguística, uma vez que ela tem a possibilidade de interferir nos usos linguísticos de uma dada comunidade. Embora a gramática histórica de Said Ali não fosse diretamente voltada

para o ensino da norma culta nas escolas, certamente seria lida e influenciaria aqueles que desempenhavam essa função. Dada a presença de autores quinhentistas, como Fernão Mendes Pinto, nessa gramática, estar-se-ia indiretamente legitimando variantes linguísticas presentes no português do Brasil como parte da norma culta que seria ensinada nas escolas, já que o português quinhentista e o brasileiro têm fortes vínculos. Se essas variantes já existiam no português quinhentista, então não era necessário que também existissem no português lusitano moderno para poderem fazer parte da norma culta: abria-se, assim, caminho para a integração dos padrões linguísticos do português do Brasil à norma culta ensinada, que até então era fortemente vinculada à lusitana¹³.

Referências

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Pontes, 1992.
- BARBOSA, R. **Réplica**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953a. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. XXIX, 1902, t. II). Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/183>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BARBOSA, R. **Réplica**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953b. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. XXIX, 1902, t. III). Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/201>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BRAGA, T. **Grammatica portugueza elementar fundada sobre o methodo historico-comparativo**. Porto; Rio de Janeiro: Livraria Portuguesa e Estrangeira, 1876. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=0iQ1AQAAAJ>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- CARVALHO E SILVA, M. de. Fontes para o estudo da vida e obra de Manuel Said Ali. **Confluência**: Revista do Instituto de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, v. 5, p. 48-59, 1993. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/740>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- CAVALIERE, R. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. **Limite**, Cáceres, v. 6, p. 217-236, 2012. Disponível em: <https://publicaciones.unex.es/index.php/limite/article/view/1469>. Acesso em : 5 abr. 2023.
- COSERIU, E. Do sentido do ensino da língua literária. **Confluência**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 37-50, 1993. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/951>. Acesso em: 15 abr. 2023.

¹³ O próprio Rui Barbosa, em sua réplica para defender os padrões linguísticos presentes no projeto do então novo Código Civil Brasileiro, apresenta abonações da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto como forma de discutir suas escolhas (Barbosa, 1953a, t. 2, p. 136, 324 e 381; 1953b, t. 3, 169, 171, 288 e 368).

- | Fernão Mendes Pinto na gramática histórica de Said Ali

CUNHA, C. Conservação e inovação no português do Brasil. **O Eixo e a Roda**, Belo Horizonte, v. 5, p. 199-230, 1985. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/4218. Acesso em: 15 abr. 2023.

ELIA, S. **A unidade linguística do Brasil** (condicionamentos geoeconômicos). Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FRANCISCHINI, A. W. de F. Estudo sobre o uso do cânone linguístico-literário na *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, de Adriano da Gama Kury. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 37, p. 111-136, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/59325>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FARIA, F. L. de. **As muitas edições da “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1992. (Subsídios para a História Portuguesa, 24).

GARCIA, J. M. Apresentação. *In*: PINTO, F. M. **Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto**. Edição fac-similada. Maia: Castoliva, 1995. p. 7-18.

HENRIQUES, C. C. O cânone lingüístico-literário na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara. **Idioma**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 25-36, 1998.

HENRIQUES, C. C. O cânone lingüístico-literário, segundo a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima. **Revista da Academia Brasileira de Filologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 44-52, 2003. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/rabf/2/044.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

HENRIQUES, C. C. O cânone linguístico-literário das gramáticas de Celso Cunha. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 6, p. 115-159, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i6p115-159>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LEONI, F. E. **Genio da lingua portugueza**. Lisboa: Typographia do Panorama, 1858. 2. v. Disponível em: <https://purl.pt/143>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LÓPEZ VIÑAS, X.; CAETANO, M. do C. Os prefixos de negação nas gramáticas históricas do português e do galego. *In*: MORENO, A. (org.). **Cadernos WGT: Negação**. Lisboa: Nova FCSH, 2010. Disponível em: <https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/X.-Vinas-M.-C.-Caetano.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MALKIEL, Y. A tentative typology of Romance historical grammars. **Lingua**, v. 9, n. 4, p. 321-416, 1961. [Rep.: **Essays in Linguistic Themes**. Oxford/Blackwell, 1968. p. 71-164]

MARTINS, A. M. Gramáticas históricas do português. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, XI, Lisboa, 1995. **Actas...** Lisboa: APL, 1996. vol. III, p. 53-71. Disponível em: <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/1995-7-2.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MELO, G. C. de M. **A língua do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

MONTEIRO, A. C. Prefácio. In: PINTO, F. M. **Peregrinaçam = Peregrinação**. Lisboa; Rio de Janeiro: Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileiro; Casa do Estudante do Brasil, 1952-1953. 2 v. Disponível em: <http://purl.pt/26736>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PENHA, J. A. P. P. Nossas gramáticas históricas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, XII, Braga-Guimarães, 1996. **Actas...** Lisboa: APL, 1997. V. II, p. 521-524. Disponível em: <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/1996-41.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PEREIRA, E. C. **Grammatica historica**. [São Paulo]: Seção de Obras d'“O Estado de São Paulo”, 1916. [4. ed., 1919] Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26058>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PINTO, F. M. **Peregrinação de Fernão Mendez Pinto**: nova edição conforme á primeira de 1614. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1829. 2 t. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=cxBFAQAAMAAJ>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SAID ALI, M. **Grammatica historica da lingua portugueza**. São Paulo: Melhoramentos, 1931. [Reed.: **Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa**. Ed. rev. e atual. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964. (Biblioteca Básica Brasileira, 1)].

SILVA JUNIOR, M. P. da. **Grammatica historica da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: D. M. Hazlett, 1878.

SILVA JUNIOR, M. P. da; ANDRADE, L. de. **Noções de grammatica portugueza de accordo com o programma official para os exames geraes preparatorios do corrente anno**. Rio de Janeiro: J. G. Azevedo, 1887. Disponível em: <https://archive.org/details/noesdegramma00pachuoft>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ANEXO

Tabela 2. Parágrafos com abonação por autor

Autor	Vida	Séc.	Completo §§ 32-1701			Lexecologia §§ 32-1125						Formação e Sintaxe §§ 1126-1701					
						Sons §§ 32-212			Vocábulo §§ 213-1125			Formação §§ 1126-1329			Sintaxe §§ 1330-1701		
			n	%	#	n	%	#	n	%	#	n	%	#	n	%	#
Dom Duarte	1391 — 1438	XV	24	1,5	18	6	7,4	5	13	1,4	19	2	11,1	3	3	0,5	28
Zurara, Gomes Eanes de	1410 — 1474	XV	36	2,2	12	—	—	—	29	3,0	11	—	—	—	7	1,2	23
Fernão Lopes	1418 — 1459	XV	96	5,8	6	11	13,6	2	72	7,5	4	2	11,1	3	11	1,9	15
Rui de Pina	1440 — 1522	XV-XVI	6	0,4	33	—	—	—	3	0,3	30	—	—	—	3	0,5	28
Duarte Galvão	1446 — 1517	XV-XVI	3	0,2	40	—	—	—	2	0,2	34	—	—	—	1	0,2	32
Gil Vicente	c.1465 — c. 1536	XV-XVI	62	3,8	9	3	3,7	9	36	3,8	9	3	16,7	2	20	3,4	9
Sá de Miranda	1481 — 1558	XVI	23	1,4	20	4	4,9	6	18	1,9	16	—	—	—	1	0,2	32
Samuel de Usque	1490 — 15??	XVI	3	0,2	40	—	—	—	2	0,2	34	—	—	—	1	0,2	32
Gaspar Correia	1492 — c. 1561	XVI	1	0,1	49	—	—	—	1	0,1	41	—	—	—	—	—	—
João de Barros	1496 — 1570	XVI	129	7,8	3	2	2,5	12	75	7,8	3	1	5,6	6	51	8,6	4
Antônio Prestes	15??	XVI	5	0,3	36	—	—	—	3	0,3	30	1	5,6	6	1	0,2	32
Jerônimo Ribeiro	15??	XVI	1	0,1	49	—	—	—	1	0,1	41	—	—	—	—	—	—
Castanheda, Fernão Lopes de	1500 — 1559	XVI	66	4,0	8	3	3,7	9	42	4,4	7	1	5,6	6	20	3,4	9
Francisco de Moraes	1500? — 1572	XVI	27	1,6	15	—	—	—	1	0,1	41	—	—	—	26	4,4	6
Damião de Góis	1502 — 1574	XVI	17	1,0	21	1	1,2	16	7	0,7	23	—	—	—	9	1,5	19
Bernardo da Cruz, Frei	1505 — 1565	XVI	4	0,2	39	—	—	—	4	0,4	27	—	—	—	—	—	—
Fernão d'Oliveira	1507 — 1581	XVI	9	0,5	28	—	—	—	9	0,9	22	—	—	—	—	—	—
Fernão Mendes Pinto	c. 1510 — 1583	XVI	25	1,5	17	—	—	—	19	2,0	13	—	—	—	6	1,0	25
Jorge Ferreira (de Vasconcelos)	1515/25? — 1585	XVI	7	0,4	31	1	1,2	16	2	0,2	34	—	—	—	4	0,7	26
Chiado, Antônio Ribeiro	1520 — 1591	XVI	1	0,1	49	—	—	—	—	—	—	1	5,6	6	—	—	—
Camões, Luís de	1524 — 1579/80	XVI	171	10,4	2	10	12,3	3	105	10,9	2	—	—	—	56	9,5	3
Antônio Ferreira	1528 — 1569	XVI	14	0,8	24	2	2,5	12	11	1,1	20	—	—	—	1	0,2	32
Heitor Pinto, Frei	1528 — 1584	XVI	67	4,1	7	7	8,6	4	39	4,1	8	—	—	—	21	3,5	8
Tomé de Jesus, Frei	1529 — 1582/83	XVI	6	0,4	33	—	—	—	2	0,2	34	—	—	—	4	0,7	26
Diogo Bernardes	1530 — c. 1594	XVI	1	0,1	49	—	—	—	1	0,1	41	—	—	—	—	—	—
Arrais, Frei Amador	1530 — 1600	XVI	54	3,3	10	4	4,9	6	31	3,2	10	—	—	—	19	3,2	11
Gandavo, Magalhães de	c. 1540 — c. 1580	XVI	1	0,1	49	—	—	—	1	0,1	41	—	—	—	—	—	—
Gabriel Soares de Sousa	1540 — 1591	XVI	2	0,1	45	—	—	—	1	0,1	41	1	5,6	6	—	—	—
Jerônimo de Mendonça	1548 — 1607	XVI	7	0,4	31	—	—	—	7	0,7	23	—	—	—	—	—	—
Lucena, João de	1549 — 1600	XVI	6	0,4	33	—	—	—	6	0,6	26	—	—	—	—	—	—
Diogo de Couto	c. 1542 — 1616	XVI-XVII	30	1,8	13	—	—	—	19	2,0	13	—	—	—	11	1,9	15
Sousa, Frei Luís de	1555 — 1632	XVI-XVII	54	3,3	10	2	2,5	12	24	2,5	12	2	11,1	3	26	4,4	6
João dos Santos, Frei	1570? — 1625?	XVI-XVII	3	0,2	40	—	—	—	2	0,2	34	—	—	—	1	0,2	32
Gabriel Pereira de Castro	1571 — 1632	XVI-XVII	5	0,3	36	—	—	—	4	0,4	27	—	—	—	1	0,2	32
Rodrigues Lôbo	1580 — 1622	XVII	14	0,8	24	—	—	—	1	0,1	41	—	—	—	13	2,2	12
Faria e Sousa (Manuel de)	1590 — 1649	XVII	1	0,1	49	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	0,2	32
Freire de Andrade, Jacinto	1597 — 1657	XVII	9	0,5	28	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	1,5	19
Francisco Manuel de Melo, Dom	1608 — 1666	XVII	29	1,8	14	1	1,2	16	19	2,0	13	—	—	—	9	1,5	19
Vieira, Padre Antônio	1608 — 1697	XVII	268	16,2	1	14	17,3	1	158	16,5	1	4	22,2	1	92	15,5	1
Bernardes, Padre Manuel	1644 — 1710	XVII-XVIII	105	6,4	5	4	4,9	6	69	7,2	5	—	—	—	32	5,4	5
Antônio José (da Silva)	1705 — 1739	XVIII	9	0,5	28	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	1,5	19
M(atias) Aires	1705 — 1763	XVIII	15	0,9	23	—	—	—	3	0,3	30	—	—	—	12	2,0	13
Freire, F(rancisco) J(osé)	1719 — 1773	XVIII	14	0,8	24	—	—	—	2	0,2	34	—	—	—	12	2,0	13
Durão, Frei Santa Rita	1722 — 1784	XVIII	3	0,2	40	—	—	—	3	0,3	30	—	—	—	—	—	—
Figueiredo, A(ntônio) P(ereira) de	1725 — 1797	XVIII	2	0,1	45	—	—	—	1	0,1	41	—	—	—	1	0,2	32
Filinto Elísio	1734 — 1819	XVIII-XIX	24	1,5	18	2	2,5	12	15	1,6	18	—	—	—	7	1,2	23
Simão de Vasconcelos	1788 — 1832	XIX	3	0,2	40	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	0,5	28
Garrett, Almeida	1799 — 1854	XIX	17	1,0	21	—	—	—	7	0,7	23	—	—	—	10	1,7	17
Castilho, Antônio Feliciano de	1800 — 1875	XIX	27	1,6	15	1	1,2	16	16	1,7	17	—	—	—	10	1,7	17
Herculano, Alexandre	1810 — 1877	XIX	125	7,6	4	3	3,7	9	58	6,0	6	—	—	—	64	10,8	2
Gonçalves Dias	1823 — 1864	XIX	2	0,1	45	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	0,3	31
Camilo (Castelo Branco)	1825 — 1890	XIX	2	0,1	45	—	—	—	2	0,2	34	—	—	—	—	—	—
Julio Dinis	1839 — 1871	XIX	11	0,7	27	—	—	—	10	1,0	21	—	—	—	1	0,2	32
Eça de Queirós	1845 — 1900	XIX	5	0,3	36	—	—	—	4	0,4	27	—	—	—	1	0,2	32
Total			1651	100	—	81	100	—	960	100	—	18	100	—	592	100	—

Fonte: Elaboração própria

COMO CITAR ESTE ARTIGO: CAMBRAIA, César Nardelli. Fernão Mendes Pinto na gramática histórica de Said Ali. **Revista do GEL**, v. 20, n. 1, p. 135-159, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 16/01/2023 | Aceito em: 15/04/2023.

A EMERGÊNCIA DA PONTUAÇÃO NA ESCRITA DE CRIANÇAS BRASILEIRAS

Andressa Porto GOMES¹

Geovana SONCIN²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i1.3515>

Resumo: Este estudo objetiva caracterizar a emergência dos sinais de pontuação na escrita de crianças durante os cinco anos escolares que compõem o primeiro ciclo do atual Ensino Fundamental Brasileiro. Nessa caracterização, são descritas, num primeiro momento, tendências sobre os tipos de sinais de pontuação que emergem na escrita infantil, relacionando-os com os momentos em que emergem na etapa escolar considerada, levando em conta sua frequência de manifestação e a função que exercem; num segundo momento, são descritos os movimentos identificados nos textos infantis em direção a uma escrita convencionalizada no que diz respeito à pontuação. Os textos que compõem a amostra analisada foram produzidos durante oficinas de produção textual em uma escola pública do interior paulista. A análise é conduzida de modo a conceber as marcas de pontuação na escrita infantil como indícios que denunciam tanto a relação do sujeito com a linguagem em seu modo de enunciação escrito quanto às mudanças de posição do sujeito em relação à própria escrita.

Palavras-chave: Letramento. Escrita Infantil. Aquisição da Escrita. Pontuação.

1 Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil; andressa.p.gomes@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0001-6561-903X>

2 Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil; geovanasoncin@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-4903-1919>

- | A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras

THE EMERGENCE OF PUNCTUATION IN BRAZILIAN CHILDREN'S WRITING

Abstract: This study aims to characterize the emergence of punctuation marks in texts written by children during the five school years that make up the first stage of Brazilian Elementary School. In this characterization, we describe, at first, types of punctuation marks that emerge in children's writing, relating them to the moments in which they emerge in the considered school stage, taking into account their frequency of manifestation and the function they perform; in a second moment, we identify movements in children's texts towards a conventionalized writing with regard to punctuation. The texts that make up the sample were produced during workshops of textual production in a public school in the São Paulo countryside. The analysis is conducted in order to conceive punctuation marks in children's writing as indications that denounce both the relationship of the subject with language in his written way of enunciation mode and the changes in the position of the subject in relation to the writing itself.

Keywords: Literacy. Children's Writing. Writing Acquisition. Punctuation.

Introdução

Este trabalho busca contribuir com a produção de conhecimentos sobre a escrita infantil no que diz respeito à emergência da pontuação na escrita escolar nos primeiros anos que compõem o primeiro ciclo do Ensino Fundamental (doravante, EFI). Embora não numerosos, estudos já realizados sobre pontuação apresentaram contribuições que nos permitem compreender tanto aspectos linguísticos quanto aspectos pedagógicos relacionados à pontuação, bem como o funcionamento da pontuação na escrita infantil, seja em textos produzidos em ambiente escolar, seja em textos produzidos fora do contexto escolar. Esses estudos, no entanto, foram realizados, em geral, a partir de amostras transversais ou que contemplem número restrito de textos. Faltam, assim, estudos que tenham mapeado a emergência da pontuação em textos produzidos ao longo dos anos do EFI.

Trabalhos que privilegiaram a análise de aspectos linguísticos relacionados à pontuação mostraram, tanto com base na análise de afirmações de gramáticos e estudiosos da pontuação quanto com base na análise de textos de escreventes ordinários, nuances sobre a complexidade linguística que permeia a pontuação. As publicações de Chacon (1997, 1998), por exemplo, defendem que o ritmo da escrita é marcado pelos sinais de pontuação. Da perspectiva desenvolvida pelo autor, o ritmo da escrita não se trata de um

ritmo que espelha a fala, mas que se caracteriza pela atuação dos sinais de pontuação em diversas dimensões da linguagem (Chacon, 1997, 1998); são elas as dimensões fônica, sintática, textual e enunciativa. Desse modo, embora não desassociado do ritmo da fala, o ritmo da escrita se define como um ritmo próprio cujos padrões não se caracterizam por aspectos similares àqueles de ordem fônica, mas também contam aspectos de natureza outra que se definem pela multidimensionalidade que subjaz à escrita, dada sua natureza heterogênea e seus usos múltiplos.

Por sua vez, em Dahlet (2002), encontra-se a proposta que considera a pontuação como um sistema de sinais vi-lisíveis que atuam no espaço gráfico bidimensional da escrita, ou seja, com funções a desempenhar tanto na dimensão horizontal e, portanto, linear da escrita, quanto na dimensão vertical e, assim, hierarquizante. Essa proposta se assenta em dois pilares principais: naquele que se impõe pela necessidade de distanciamento de um fonografismo, nas palavras da autora, comumente associado à pontuação; e naquele que emerge pela busca de um método a partir do qual se rompa com a repetição de listas enumerativas de regras prescritivas de modo tal que, assim, se instaure a investigação da função global da pontuação, ao mesmo tempo em que se identificam os níveis afetados por ela.

Em caminho congruente, Dahlet (2006) defende que, enquanto conjunto sistêmico, a pontuação teria dois eixos como princípios reguladores para a ocorrência dos sinais: o da amplitude e o da combinação. Não obstante, a autora descreve que esses eixos organizariam a pontuação em três níveis: palavra, frase e texto, definindo quais sinais (de qual amplitude) podem aparecer nesses níveis e como eles podem ser combinados em cada um desses níveis. No que diz respeito aos níveis da palavra e do texto, a pontuação pode ser classificada em duas grandes funções: de sequência e de enunciação. Enquanto os sinais de sequência são entendidos como marcas que segmentam o *continuum* escritural e, assim, delimitam e hierarquizam a natureza da relação entre as unidades segmentadas, os sinais enunciativos organizam a referência do sujeito escrevente (o eu) construída na escrita, em relação a outros participantes que podem estar ou não manifestados na situação intradiscursiva. Assim, a autora ainda divide os sinais enunciativos em sinais que atuam em contexto monologal e contexto dialgal, em que os primeiros dizem respeito à “pontuação de enunciação [que] manifesta o *scriptor* em sua atividade de enunciação” (Dahlet, 2006, p. 173, grifos da autora) e os segundos dizem respeito à pontuação enunciativa que “coloca em copresença pelo menos dois discursos de proveniência diferente” (Dahlet, 2006, p. 213), por exemplo, quando há citação no discurso fonte ou quando o discurso fonte insere uma representação de diálogo.

- | A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras

No âmbito dos estudos que contemplaram aspectos pedagógicos relacionados à pontuação, Ferreiro e Teberosky (1985) e Ferreiro (1986) destacam que a apropriação da escrita alfabética é condição para a aprendizagem da pontuação. Por sua vez, em estudo realizado com professores de séries iniciais, Ferraz e Guimarães (2002) concluíram que, prioritariamente, na atuação de professores em sala de aula, a pontuação é trabalhada em sentenças isoladas, não sendo evidenciada sua função como recurso coesivo nos textos, o que proporcionaria reflexão sobre o uso da pontuação durante a prática pedagógica.

Já no que diz respeito ao funcionamento da pontuação na escrita infantil, sem compromisso com uma abordagem pedagógica, Bernardes (2002) analisa qualitativamente uma amostra de textos espontâneos não produzidos em ambiente escolar, mas sim em contexto familiar espontâneo. A partir dessa análise, a autora propõe que a pontuação na escrita produzida por crianças rompe com a expectativa da regularidade do adulto, cabendo ao pesquisador analisá-la a partir do funcionamento da língua que não está recortado pela regra. Assim, a autora defende que a regra, ou seja, a convenção que normatiza o uso dos sinais de pontuação não seja um elemento limitador para a interpretação dos usos que a criança faz da pontuação.

Por sua vez, Saleh (2016) analisa qualitativa e quantitativamente a pontuação enunciativa observada em um conjunto de textos de diferentes gêneros produzidos por uma mesma criança dos seis aos dez anos. Os resultados mostraram que as semelhanças observadas na pontuação empregada em três gêneros (notícias, relato de experiência e contos) estão associadas à emergência do estilo da escrevente, enquanto as diferenças no modo de pontuar esses gêneros estão associadas ao estilo de cada gênero que está também a emergir, haja vista o processo de aquisição da escrita. Especificamente, a autora observa que, embora ao longo do tempo (dos seis aos dez anos) tenha ocorrido aumento e maior diversidade no uso de sinais de pontuação, o modo de pontuar os três gêneros se diferenciou no que diz respeito à ordem de aparecimento e à intensidade dos sinais, bem como aos sinais mais empregados. A autora discute os resultados afirmando que, se por um lado, os resultados da análise da pontuação mostram a emergência de um processo de subjetivação e a constituição do sujeito pela escrita, na medida em que se observa tanto um estilo emergente da escrevente quanto um estilo emergente da especificidade dos gêneros, por outro, não se pode assumir que os usos da pontuação enunciativa atendem aos usos prescritivos da gramática e à convencionalidade do uso dos gêneros em seus espaços institucionalizados de circulação.

Interessados também no funcionamento da pontuação usada por crianças, outros estudos desenvolveram análises da pontuação infantil em textos produzidos em ambiente escolar na busca por uma compreensão sobre o uso da pontuação pelas crianças em fase

inicial escolar. É o caso dos trabalhos de Rocha (1996), Silva e Brandão (1999), Chacon (2003), Silva e Moraes (2007) e Silva (2010).

Rocha (1996) analisou a produção da escrita da 1ª a 3ª série do antigo EFI e mostrou que a pontuação externa – entendida como organização global do texto ou macro textual – antecede a pontuação interna – entendida como organização de planos de discurso na dimensão micro textual. A autora ainda afirma que organização gráfica e pontuação desenvolvem-se paralelamente.

Silva e Brandão (1999) analisaram dados da antiga 3ª série e identificaram uma evolução gradativa dos sinais de pontuação, indicando a passagem da ausência de sinais de pontuação para a percepção da necessidade de emprego dos sinais. Já Silva e Moraes (2007) e Silva (2010) mostraram que a pontuação usada nas produções escolares tem relação com os gêneros textuais produzidos; assim, problematiza-se nesses trabalhos o ensino orientado por normas, em geral, descontextualizadas.

Por fim, Chacon (2003) trabalhou com textos de três sujeitos da antiga 1ª série e apresentou uma análise que valoriza a relação sujeito/linguagem no processo de aquisição da escrita. Os resultados encontrados ancoram a conclusão do autor de que a escrita infantil denuncia o trânsito dos sujeitos por práticas de oralidade e letramento, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, que os modos singulares de pontuar observados nos textos infantis são indícios da relação que os sujeitos estabelecem com a língua em seu modo de manifestação escrito, criando com ela uma relação outra, distinta daquela que a vê como mero objeto de conteúdo escolar.

Os trabalhos ora reportados, com seus objetivos distintos, quando contemplaram textos infantis produzidos na escola, tiveram em comum o fato de terem contemplado recortes temporais no EFI, priorizando, assim, um único ano ou parte dos anos escolares que compõem esse ciclo. Dessa observação, identificou-se na literatura uma lacuna de trabalhos sobre pontuação na escrita infantil realizados com amostras que contemplem todos os anos escolares da primeira etapa do EF. Especialmente, essa lacuna foi particularmente considerável e relevante para a proposta do presente estudo, pois faltam na literatura trabalhos sobre pontuação realizados com textos de alunos do atual formato

- | A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras

de cinco anos do EFI³. Os trabalhos que se tem à disposição são referentes ao formato anterior, quando o primeiro ciclo do EF era formado por quatro séries e não pelos atuais cinco anos.

Nesse contexto de produção de conhecimento sobre a pontuação na escrita infantil, indagamo-nos sobre quais são e quando emergem as marcas de pontuação no atual EFI, além de como são empregadas nos diferentes anos escolares. Assim, definimos como objetivo geral descrever a emergência dos sinais de pontuação na escrita infantil produzida em contexto escolar durante a primeira etapa do EFI. A fim de responder às indagações postas, esse objetivo geral se desdobra em três objetivos específicos, a saber: a) descrever quais sinais de pontuação emergem e quando emergem ao longo dos anos do EFI; b) descrever as frequências de manifestação, bem como avaliar a função desempenhada pelas marcas de pontuação que primeiramente emergem; c) descrever os movimentos observados na escrita infantil em direção ao uso convencional da pontuação ao longo dos anos do EFI.

Para atingir tais objetivos, a pesquisa desenvolveu-se à luz de uma perspectiva teórica que, ao invés de tratar o desenvolvimento da pontuação no EFI como progressão ou evolução, concebeu o uso das marcas de pontuação ao longo dos anos como indícios do trânsito do escrevente por práticas de letramento e de oralidade (Corrêa, 2004) bem como de mudanças da relação do sujeito com a linguagem e com (sua) própria escrita, conforme proposto por Chacon (2003).

Concepções de escrita: propostas que permitem ver o seu processo de constituição

Neste trabalho, a análise da pontuação na escrita escolar produzida por crianças está ancorada em dois pilares: por um lado, na perspectiva que concebe a escrita como modo de enunciação constitutivamente heterogêneo (Corrêa, 2004) e, por outro lado, na proposta que considera a escrita infantil como espaço privilegiado para observar o atravessamento da criança pelos planos do dito e do dizer (Chacon, a sair).

3 Em maio de 2005, foi aprovado o Projeto de lei nº 144/2005 pelo Senado Federal, que estabelece a obrigatoriedade da matrícula das crianças com seis anos de idade no ensino fundamental. Em fevereiro de 2006, a lei nº 11.274 estabelece duração mínima de nove anos para o Ensino Fundamental. Essa mudança acabou por acrescentar um ano a mais na formação dessa etapa do ensino brasileiro. Antigamente, a fase do fundamental era compreendida em 8 anos de ensino, da 1ª série até a 8ª série. Porém, com a nova lei o sistema mudou, agora o ensino fundamental vai do primeiro ao nono ano. Os objetivos da implementação das leis visam assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, mais oportunidades de aprender e um ensino de qualidade. Para maior detalhamento deste projeto, conferir o conteúdo no portal do Ministério da Educação.

A partir da concepção de escrita como modo de enunciação, proposta em Corrêa (2004), entendemos que a escrita é um dos modos pelo qual um sujeito constitutivamente histórico produz sentido pelo uso da língua em diversas práticas sociais. Esse sujeito que está, portanto, presente na escrita e, inevitavelmente, a constitui é um sujeito que transita por diferentes práticas sociais de linguagem, sejam elas manifestadas, privilegiadamente, pela escrita (chamadas práticas letradas) ou pela fala (chamadas práticas orais). Assim, ao assumirmos tal concepção de escrita, a entendemos, com Corrêa (2004), como um dos modos pelo qual o sujeito se insere na linguagem ao atualizar um arsenal de práticas sociais de uso da língua que ele traz consigo. Como consequência dessa visão, assumimos não somente que o sujeito constitui (sua) escrita, mas também, em sentido oposto, que o sujeito é constituído pela língua em seu modo de manifestação escrito, haja vista que a escrita se produz em práticas sociais, que só existem pela presença de sujeito(s).

Cabe, porém, explicitar o ponto alto da proposta do autor, que lança luz ao fato de que o mesmo sujeito que escreve um texto e, necessariamente, está inserido em práticas letradas é também um sujeito que fala, assim, está inserido em práticas orais. Dessa consideração, o autor formula que esse trânsito por práticas orais e letradas (orais/faladas e letradas/escritas, segundo sua conceituação) condiciona e, portanto, constitui toda produção de linguagem desses sujeitos, de modo tal que, no que tange à produção escrita, ela não será homogênea no sentido de ser autônoma em relação à produção de fala, mas, ao contrário, será constituída também por ela, o que o permite formular que a escrita, enquanto modo de enunciação⁴, é constitutivamente heterogênea⁵.

Como já afirmamos, para além da assunção da escrita como modo de enunciação, ancoramo-nos ainda na abordagem proposta por Chacon (a sair) para a escrita infantil. Segundo o olhar linguístico-discursivo assumido pelo autor, “a escrita é, simultaneamente, um produto e um processo de linguagem, ou seja, ao mesmo tempo, uma organização linguística e uma prática que promove essa organização” (p. 2). Tal afirmação do autor se

4 Assumir a escrita como modo de enunciação implica rejeitar a visão da escrita como sistema, como código ou como modalidade de língua. Em todas essas perspectivas, apesar das diferenciações possíveis entre elas, um aspecto é comum: o foco dado ao formal e ao produto linguístico. Distanciando-se desse olhar, a perspectiva que a vê como modo de enunciação, conforme assumimos, observa o processo de produção de sentido que se marca no produto final escrito. Para maior detalhamento dessa proposta teórica, conferir Corrêa (2004).

5 Em termos metodológicos, Corrêa (2004) mostra que a heterogeneidade da escrita – entendida como resultante do trânsito do escrevente por práticas orais/faladas e letradas/escritas – é identificada nos textos escritos por meio da observação de três diferentes eixos de representação da escrita: (i) o eixo da representação da gênese da escrita, (ii) o eixo da representação do código escrito institucionalizado, (iii) o eixo da dialogia com o já falado/escrito. Por não perseguirmos esses eixos em nosso material de análise, já que foge aos objetivos definidos para esse artigo, não explanamos cada um desses eixos. Porém, aos interessados, conferir Corrêa (2001, 2004).

- | A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras

fundamenta nas observações de que, por um lado, a escrita é regulada pela manifestação de mecanismos linguísticos que se reconhecem nos planos de análise da língua como fonológico, morfológico, sintático e semântico; e, por outro lado, a escrita é também regulada por condições de produção que emergem das relações intersubjetivas, das características contextuais e das determinações discursivas, ou seja, dos planos enunciativo, pragmático e discursivo, respectivamente.

Dessa construção teórica, segundo a qual a escrita pode ser metodologicamente analisada sob o plano do dito (faceta que mostra o produto de linguagem) e sob o plano do dizer (faceta que mostra o processo de constituição do qual resulta o produto), assumimos com o autor sua postulação de que a escrita infantil mostra o atravessamento da criança por ambos os planos: o do dito e o do dizer. Nas palavras do autor, a escrita da criança “dá mostras de seu atravessamento pelo *funcionamento da língua*, pelo modo como suas características fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas compõem nessa escrita” (Chacon, a sair, p. 13, grifos do autor) e, simultaneamente, “dá mostras de seu atravessamento pelas *condições de produção do ato de dizer por escrito*, das mais específicas às mais amplas, pelo modo como suas características enunciativas, pragmáticas e discursivas sustentam a organização de todos os aspectos linguísticos do enunciado” (Chacon, a sair, 2013, grifos do autor).

A partir, portanto, desses dois pilares, tecemos uma trama teórica entre essas duas propostas para a análise da pontuação na escrita infantil. Nesse tecido, assumimos, em primeira instância, baseando-nos em Corrêa (2004), que o trânsito do(s) sujeito(s) por práticas de oralidade e letramento resultará na produção de textos escritos constitutivamente heterogêneos e, assim, trarão marcas (inclusive de pontuação!) de um processo de produção de linguagem não unívoco, mas multifacetado. Nosso tecido teórico, porém, vai além na medida em que entendemos que a inserção e o trânsito do sujeito por práticas sociais resultarão também na abertura de um processo para a construção de uma relação do sujeito com os planos do dito e do dizer na escrita. Tal construção é, na escrita infantil, não linear e, muitas vezes, instável, embora organizada do ponto de vista do funcionamento da linguagem, pois os escreventes (crianças) estão em um processo de aquisição mais amplo: o de linguagem. Assim, em segunda instância, concebemos tais planos, conforme proposta de Chacon (a sair), como aqueles em que, na escrita infantil, dão mostras no material escrito do atravessamento da criança pelos fatos de língua bem como por suas condições de produção.

Material e Metodologia

Material

O estudo teve como material de análise textos escritos pertencentes ao Banco de Dados de Ortografia do Ensino Fundamental I. O banco de dados foi organizado pelo Grupo de Pesquisa “Estudos sobre a linguagem” (GPEL/CNPq) e pertence ao Laboratório de Análise Articulatoria e Acústica da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Os textos que compõem o banco foram produzidos por crianças de faixa etária entre seis e onze anos em escola pública do município de Marília, São Paulo, durante oficinas de produção textual propostas pelos pesquisadores do GPEL no ano de 2016.

A constituição do Banco de Dados foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - UNESP/SJRP sob o número 1.681.183. Os responsáveis pelas crianças que participaram das oficinas, realizadas para fins de pesquisa, autorizaram sua participação por meio de assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Textos de crianças que participaram das oficinas, mas não apresentaram o TCLE assinado por seus responsáveis foram excluídos da constituição do Banco. Foram excluídos ainda textos de crianças que apresentaram queixas relacionadas à aprendizagem.

Ao longo do ano de 2016, para a composição do referido banco, foram realizadas quatro oficinas de produção textual para cada um dos anos do EFI. Assim, compõem o banco de dados produções textuais de crianças do primeiro ao quinto ano. Nas oficinas de produção textual, as crianças foram expostas oralmente a uma história e, posteriormente, foram convidadas a recontá-la por escrito.

A seguir, apresentam-se as histórias a partir das quais as oficinas foram realizadas, bem como o período de realização.

Quadro 1. Oficinas de produção textual

Oficina	Narrativa	Período de realização
1	“A verdadeira história dos três porquinhos”, de Jon Scieska, traduzida por Pedro Maia Soares.	Agosto de 2016
2	“Marcelo, Marmelo e Martelo”, de Ruth Rocha.	Setembro de 2016
3	“Saci Pererê”, de Monteiro Lobato.	Outubro de 2016
4	“A festa no céu”, de Ângela Lago.	Novembro de 2016

Fonte: Elaboração própria.

- | A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras

Amostra

Do conjunto total disponível no banco de dados, constituiu a amostra da pesquisa um conjunto de textos organizado em função de três critérios: (i) ano escolar; (ii) oficina de produção textual; e (iii) quantidade de textos por ano escolar.

No que diz respeito ao critério “Ano Escolar”, a amostra foi formada transversalmente por textos dos cinco anos do EFI. Portanto, a pesquisa trabalhou com textos de todos os anos contemplados no Banco de Dados (1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos). Esse critério adotado se justifica em função dos objetivos da pesquisa, a partir dos quais se visou descrever quando e quais sinais de pontuação emergem ao longo dos anos iniciais do EF, além de observar um possível movimento em direção à convenção nesse ciclo escolar. Desse modo, a identificação do ano escolar para os sinais emergentes permitiu caracterizar um eixo temporal para a emergência dos sinais de pontuação pela comparação entre os anos escolares.

No que diz respeito ao critério referente à “oficina de produção textual”, a amostra foi constituída por textos produzidos em uma das quatro oficinas realizadas para a formação do Banco de Dados. Trata-se da oficina que propôs a recontagem da narrativa “Marcelo, Marmelo e Martelo”, de Ruth Rocha. Justifica-se a seleção dessa oficina pela observação feita, após uma análise exploratória dos textos produzidos em todas as oficinas, de que os textos produzidos nessa oficina se caracterizaram por explorar, de modo privilegiado, as falas e a expressividade de diferentes personagens na construção da narrativa recontada, aspectos esses que poderiam favorecer o uso de pontuação.

Por fim, no que diz respeito ao critério “quantidade de textos por ano escolar”, a fim de se obter uma amostra formada com número igualitário de textos por ano, foram aleatoriamente selecionados catorze textos produzidos na oficina selecionada (“Marcelo, Marmelo, Martelo”) dentre aqueles disponíveis no banco por ano escolar. Especificamente, a seleção aleatória aconteceu para os textos disponíveis do segundo ao quinto ano, uma vez que o total de textos do primeiro ano era igual a catorze, fator que justificou a decisão por essa quantidade. Considerando, portanto, o critério referente à quantidade de textos, a amostra analisada foi constituída por 70 textos, produzidos por 70 sujeitos (14 textos da oficina selecionada produzidos por diferentes sujeitos x 5 anos escolares = 70).

Forma de análise dos resultados

A descrição da forma como a análise dos dados foi conduzida é apresentada considerando os três objetivos específicos da pesquisa.

A fim de se atender ao primeiro objetivo (*Descrever quais sinais de pontuação emergem e quando emergem ao longo dos anos do Ensino Fundamental I*), foi realizada uma análise estatística descritiva a partir da qual se identificou (a) quais sinais de pontuação foram empregadas nos textos e (b) em quais anos escolares esses sinais aparecem. Foram quantificados os sinais que emergem em cada um dos anos escolares em número absoluto e em percentuais, a fim de descrevermos tendências de uso relativas aos sinais de pontuação em cada ano e, comparativamente, entre os anos. Nesse levantamento, não foram consideradas questões relativas ao atendimento da convenção gramatical que orienta o emprego dos sinais de pontuação, pois se buscou identificar quais sinais são mobilizados pelos sujeitos escreventes nos diferentes anos escolares como marcas de pontuação relevantes para (sua) produção escrita independentemente do crivo da convenção gramatical.

Em relação ao segundo objetivo (*Descrever as frequências de manifestação, bem como avaliar a função desempenhada pelas marcas de pontuação que primeiramente emergem*), foi realizada uma análise estatística descritiva e inferencial dos dados. Para tanto, foram consideradas as marcas de pontuação empregadas nos três primeiros anos escolares, uma vez que, no conjunto da amostra, foram esses os anos escolares em que diferentes tipos de sinais de pontuação emergiram primeiramente. As marcas empregadas nesses anos foram, então, classificadas em duas categorias de acordo com a função desempenhada por elas: (1) marcas de pontuação empregadas com função dialogal; e (2) marcas de pontuação empregadas sem função dialogal (outras funções).

No que diz respeito a essa categorização, vale explicitar que, ao longo do trabalho de análise das marcas de pontuação, para que fosse possível categorizá-las, observou-se qualitativamente o uso da pontuação, por meio de diferentes marcas (travessão, dois pontos, exclamação, entre outras), e interpretou-se se essas marcas desempenhariam ou não função dialogal, independentemente se o uso estava ou não de acordo com a prescrição da convenção gramatical. Ou seja, interpretou-se se os usos tinham como função marcar graficamente a inserção, manutenção ou finalização de diálogo no discurso fonte (cf. Dahlet, 2006) com o objetivo de organizar os planos de discurso da narrativa. Nesses casos, as marcas de pontuação foram contabilizadas como pertencentes à categoria (1). Marcas que desempenhassem funções outras, não identificáveis como dialogais foram contabilizadas como pertencentes à categoria (2). Tal categorização foi realizada a fim de testar por meio de estatística inferencial uma hipótese formulada: a hipótese de que as marcas que primeiro emergem na escrita infantil desempenhariam função dialogal. Para tanto, a partir dos dados de frequência de uso de pontuação em ambas as categorias de análise, aplicamos um Teste T pareado, considerando o tipo de

- | A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras

função como variável independente e a frequência de uso como variável dependente. Adotou-se o nível de significância $\alpha = 5\%$ e o intervalo de confiança de 95%). Utilizou-se o *software* IBM SPSS Statistics.

Por fim, no que diz respeito ao terceiro objetivo (*Descrever os movimentos observados na escrita infantil em direção ao uso convencional da pontuação ao longo dos anos do EFI*), o levantamento de dados foi realizado pela comparação entre a pontuação conforme foi empregada efetivamente nos textos e a pontuação que seria esperada convencionalmente para aqueles textos. Para tanto, como procedimento metodológico, cada texto foi pontuado pelas autoras⁶ de acordo com as normas de emprego dos sinais de pontuação conforme apresentado na *Nova gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2001). A pontuação resultante de cada texto foi, posteriormente, comparada com a pontuação empregada nos textos pelos alunos a fim de identificar (i) sinais empregados que atenderam a convenção (acerto); (ii) sinais empregados que não atenderam a convenção (erro pela presença indevida); (iii) sinais empregados não convencionalmente que substituíram outros sinais (erro por troca de sinal); (iv) sinais não empregados em posições onde eram requeridos pela convenção (erro por ausência).

A partir do levantamento de dados que considerou essas categorias, foi realizada uma análise estatística descritiva a fim descrever possíveis movimentos nos textos infantis em direção a uma escrita convencionalizada no que diz respeito à pontuação ao longo do EFI, ou seja, a fim de descrever se haveria mudanças no uso da pontuação que indicassem uma tendência ao aumento do acerto ao longo do EF em detrimento de uma diminuição dos erros. Para essa análise, o atendimento ou não da convenção de acordo com as categorias acima descritas foi quantificado em termos percentuais para cada ano escolar. Também foi realizada uma análise estatística inferencial a fim de testar a hipótese que formulamos de que os textos produzidos nos anos escolares finais apresentariam de maneira mais convencionalizada o uso das marcas de pontuação. Aplicou-se o teste Kruskal-Wallis, considerando o ano escolar como variável independente e a frequência de dados nas categorias de uso como variável dependente. Novamente, adotou-se o nível de significância $\alpha = 5\%$ e o intervalo de confiança de 95%). Utilizou-se o *software* IBM SPSS Statistics. Essa análise permitiu identificar movimentos em relação à convencionalização da pontuação no EFI, conforme previsto para o atendimento do terceiro objetivo específico.

⁶ A pontuação dos textos foi executada da seguinte forma: inicialmente, a primeira autora pontuou cada texto, seguindo a prescrição da gramática selecionada; concluída a primeira etapa, a segunda autora realizou uma revisão, nessa oportunidade, os casos de dúvida foram discutidos por ambas as autoras, que tomaram uma decisão comum.

Vale explicitar, porém, que devido ao alto número de dados no total da amostra (1700 dados quando contabilizados apenas os sinais efetivamente empregados pelos alunos, conforme se verá na seção de resultados), foi necessário a realização de um recorte amostral para a execução dessa análise, ou seja, a amostra foi recortada para um conjunto menor de textos por ano. Assim, dos catorze textos por ano escolar que compuseram a amostra geral, foram aleatoriamente selecionados 8 textos de cada ano para tal análise. Portanto, a análise referente ao terceiro objetivo contou com uma amostra composta por 40 textos (8 textos x 5 anos escolares).

Hipóteses

No que diz respeito ao primeiro objetivo, referente à caracterização da emergência dos sinais de pontuação na escrita infantil, considerando que pontuação é conceito introduzido nos dois primeiros anos do EFI (1º e 2º anos) e aprofundado/consolidado nos anos posteriores (3º, 4º e 5º anos; cf. documento oficial Brasil, 2012), assumiu-se a hipótese de que o conjunto de sinais de pontuação emergentes seria mais amplo, em tipo e em quantidade de sinais, nos textos representativos dos anos finais do que nos textos representativos dos anos iniciais do EFI.

Referente à função desempenhada pelos sinais de pontuação que primeiro emergem, a hipótese levantada foi a de que os sinais emergentes desempenhariam função dialogal nos textos. Levantou-se essa hipótese, considerando, por um lado, que os textos narrativos são privilegiados como alvo de leitura e escrita nessa etapa escolar e, também, por outro lado, que as marcas de pontuação atendem ao funcionamento dos gêneros produzidos na escrita (cf. Silva; Moraes, 2007; Silva, 2010). Tal ancoragem nos levou a formular que a existência de representação de diálogo no discurso fonte (do narrador), comumente observada em textos narrativos, poderia ser o eixo organizador que favoreceria a emergência da pontuação na escrita infantil produzida em contexto escolar, haja vista que a pontuação enunciativa, segundo Dahlet (2006), atua em contexto dialogal.

No que diz respeito ao terceiro objetivo, referente ao movimento em direção a uma escrita com pontuação convencionalizada, considerando que a construção de uma escrita convencionalizada foi um dos eixos norteadores da proposta pedagógica do EF, pois o conhecimento sobre o funcionamento convencional da escrita é “condição para a constituição da autonomia leitora, escritora e também intelectual do sujeito escrevente” (cf. Parâmetros Curriculares Nacionais – Brasil, 1997), assumiu-se a seguinte hipótese: comparativamente, os percentuais das categorias de análise apresentariam aumento

- | A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras

proporcional de acertos em detrimento de diminuição proporcional de erros nos anos finais do EFI, mostrando haver movimento na escrita infantil em direção à convenção dos sinais de pontuação ao longo dos anos desse ciclo escolar.

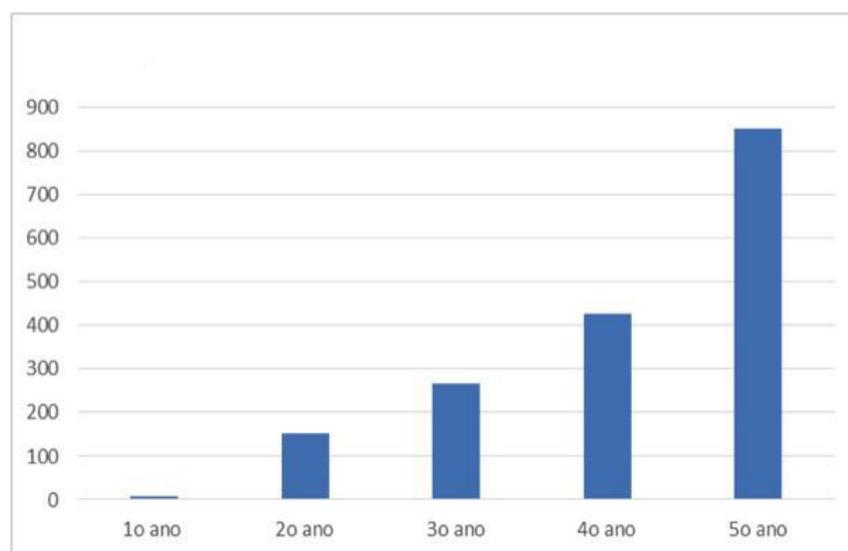
Resultados e discussão

Nesta seção, são apresentados os resultados obtidos pela pesquisa e discute-se as suas implicações para os estudos sobre pontuação na escrita infantil. Para fins de organização da apresentação, os resultados são descritos em função dos objetivos específicos da pesquisa. Assim, respectivamente, apresentam-se os resultados referentes ao primeiro, segundo e terceiro objetivo específico.

Como já apresentado, o primeiro objetivo da pesquisa visou “*descrever quais sinais de pontuação emergem e quando emergem ao longo dos anos do Ensino Fundamental I*”. No que diz respeito a esse objetivo, o gráfico 1 e o gráfico 2 apresentam os resultados obtidos.

Ao todo, 1700 marcas de pontuação foram analisadas. O gráfico 1 apresenta a distribuição dessas marcas nos cinco anos do EFI.

Gráfico 1. Total de sinais de pontuação por ano escolar



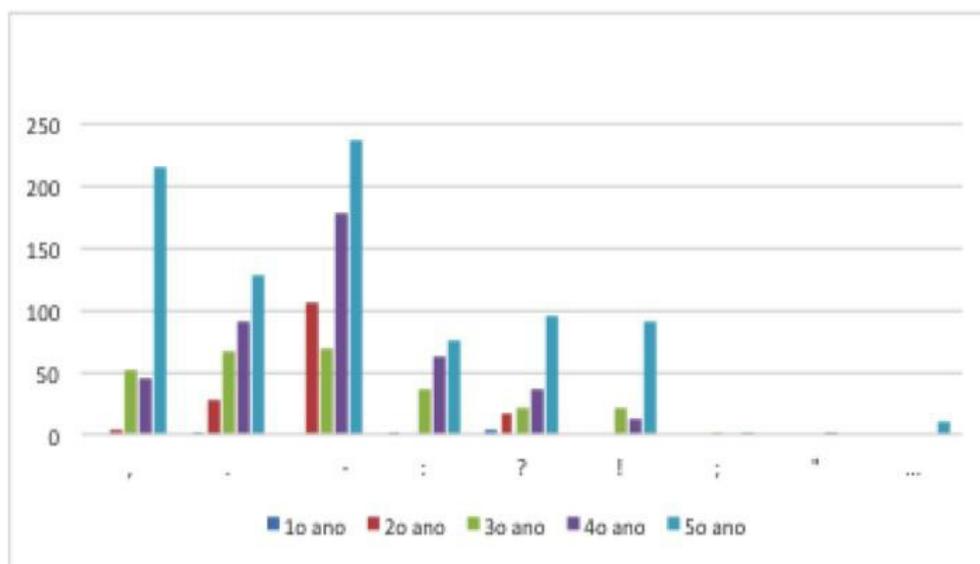
Fonte: Elaboração própria

Como mostrado no Gráfico 1, observou-se em nossa amostra aumento de frequência do uso de sinais de pontuação conforme o avanço dos anos escolares, de tal modo que, nos anos subsequentes, a frequência de uso se mostrou maior em relação ao ano imediatamente anterior. No entanto, para além de se constatar o aumento geral da

frequência de uso, a pesquisa mapeou os tipos de sinais empregados por ano de modo a identificar quais sinais primeiro emergem bem como se o aumento da frequência de uso ao longo dos anos foi acompanhado do aumento da variabilidade dos tipos de sinais empregados.

O gráfico 2 mostra os resultados referentes aos tipos de sinais empregados nos diferentes anos do EFI.

Gráfico 2. Tipo de sinais pontuação empregados por ano escolar



Fonte: Elaboração própria

No início do EFI, embora haja grande aumento da frequência de sinais no 2º ano em relação ao 1º ano, o gráfico 2 ilustra que o conjunto de sinais empregados se mantém o mesmo em ambos os anos. Foram empregados nesses anos ponto de interrogação, ponto final e travessão (houve, ainda, um uso isolado de vírgula no 2º ano). Ou seja, a diferença entre eles reside no aumento da frequência de uso dos sinais de pontuação: enquanto o 1º ano contou com 7 dados, o 2º ano apresentou 152 dados de emprego da pontuação.

Por sua vez, comparando-se o 2º ano com o 3º ano, o gráfico ilustra aumento tanto na frequência de uso (265 dados) como na variedade de sinais de pontuação, pois, no 3º ano, ampliou-se o conjunto dos sinais de pontuação empregados: novos sinais emergiram, são eles: vírgula, dois pontos, ponto de exclamação e o ponto e vírgula, ainda que de maneira restrita (1 dado).

Comparando-se ainda o uso de sinais do 4º e do 5º ano em relação ao 3º, embora tenha ocorrido aumento da frequência de uso (425 dados no 4º ano e 851 no 5º ano), ocorreu manutenção da variedade de sinais de pontuação, uma vez que os usos de sinais

- | A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras

empregados permaneceram os mesmos para os três anos, salvo casos isolados como emergência do uso de aspas no 4º ano (2 dados) e emergência do uso de reticências no 5º ano (11 dados).

Considerada essa descrição do que observamos em termos de frequência e variabilidade de sinais na amostra e a fim de responder ao primeiro objetivo, identificamos que (i) os sinais de pontuação que primeiro emergem são ponto de interrogação, travessão e o ponto final; e (ii) as primeiras manifestações dos sinais de pontuação emergiram no 1º ano para alguns alunos e, no 2º ano, para o conjunto geral de alunos. Para além desses achados, os resultados mostraram que, nos anos finais do EFI, além de ocorrer aumento da frequência de uso de sinais de pontuação, ocorreu o aumento da variedade de tipos de sinais de pontuação, quando comparados aos anos iniciais do EFI. Vale ressaltar, porém, que a comparação entre o 3º, 4º e 5º anos mostrou que a variedade de sinais de pontuação não se altera significativamente.

Em relação a tais resultados, destacamos, em primeiro lugar, que a primeira hipótese levantada pelo presente trabalho foi confirmada: aquela de que o conjunto de sinais de pontuação emergentes seria mais amplo, em tipo e quantidade de sinais, nos textos representativos dos anos finais do que nos textos representativos dos anos iniciais do EFI. Destacamos, ainda, que, na amostra analisada, os sinais de pontuação emergiram antes mesmo que a pontuação seja adotada como objeto de conteúdo escolar. Tal afirmação baseia-se no fato de que, de acordo com os PCNs, a pontuação é prevista para ser trabalhada de forma explícita a partir do 3º ano do EFI, no entanto, os resultados mostraram que sinais de pontuação emergiram no 1º e no 2º ano. Em consonância com a orientação dos documentos oficiais, lembramos que, de acordo com Ferreiro e Teberosky (1985) e Ferreiro (1986), a apropriação da escrita alfabética é considerada como condição para a aprendizagem da pontuação; pois, na perspectiva das autoras, o foco central de trabalho com a escrita nos dois primeiros anos é a alfabetização. Nessa visão, a pontuação seria parte de uma etapa posterior, uma vez que, primeiramente, uma etapa básica precisaria ser edificada.

Os resultados que apresentamos, no entanto, mostram que mesmo enquanto o foco de conteúdo escolar é a alfabetização e a pontuação não tenha sido explicitada enquanto objeto a ser aprendido, o trânsito das crianças por práticas de oralidade e letramento faz emergir marcas de pontuação. Assim, esses resultados podem ser explicados com base nas considerações de Corrêa (2004) de que a escrita denuncia o trânsito dos sujeitos por práticas de oralidade e letramento, ao mesmo tempo em que podemos considerar que, como índice da inserção dos sujeitos nessas práticas, as marcas de pontuação empregadas registram a relação que está a se construir entre a criança e os planos do dito e do dizer

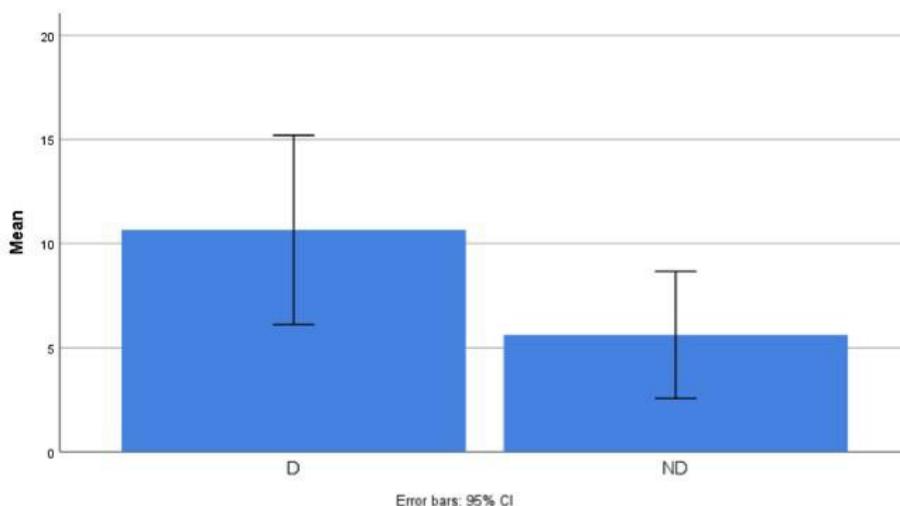
na escrita infantil, conforme propõe Chacon (a sair), relação outra que foge daquela que a vê como restrita a um objeto de conteúdo escolar, bem como que pode ser distinta do que orienta a convenção gramatical e nesse ponto nos remetemos às considerações de Bernardes (2003) e Saleh (2016).

Passemos, pois, aos resultados referentes ao segundo objetivo da pesquisa, que visou *descrever as frequências de manifestação, bem como avaliar a função desempenhada pelas marcas de pontuação que primeiramente emergem*.

Na análise estatística inferencial, o Teste T indicou que há diferença nas médias de emprego dos sinais de pontuação quando empregados com função dialogal em relação a quando são empregados com função não-dialogal ($t(25) = 3,415$; $p = 0,002$), sendo a média de emprego dos sinais de pontuação com função dialogal maior em relação à média de sinais empregados com funções não dialogais (Com função dialogal: Média = 10,65 / Desvio Padrão = 11,257; Funções não dialogais: Média = 5,62 / Desvio Padrão = 7,548).

O Gráfico 3 abaixo ilustra a média dos sinais empregados com função dialogal e com função não dialogal.

Gráfico 3. Frequência de uso da pontuação por tipo de função



Fonte: Elaboração própria. Resultado do Teste T Pareado no IBM SPSS Statistics.

O resultado da análise inferencial nos permite afirmar que os sinais de pontuação que primeiramente emergem na escrita infantil desempenham função dialogal nos textos à medida que sinalizam a organização de planos discursivos da narrativa. Tais resultados confirmam a segunda hipótese levantada. Essa emergência pode ser explicada pelo fato

- | A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras

de que os textos narrativos são mais trabalhados durante este período escolar, o que pode demandar o uso da pontuação enunciativa. Consideremos que, de acordo com Dahlet (2006), a pontuação enunciativa pode desempenhar a função de colocar em co-presença discursos de proveniências diferentes, por exemplo, inserindo no discurso fonte uma representação de diálogo. Esse é o funcionamento observado na pontuação que primeiramente emergiu na amostra analisada.

Sob o olhar dos planos do dito e do dizer, proposto por Chacon (a sair), podemos interpretar que esse funcionamento mostra o atravessamento das crianças pelo plano do dito na medida em que as marcas de pontuação delimitam e, assim, organizam unidades linguísticas no plano semântico, ao separar a voz do narrador da(s) voz(es) das personagens; mostra ainda o atravessamento das crianças pelo plano do dizer se considerarmos que tais marcas de pontuação emergentes: (i) aparecem em textos narrativos – contexto genérico de produção; (ii) são mobilizadas, pois o escrevente assume a posição de narrador e a partir desse lugar estabelece relação intersubjetiva com os outros que compõem seu dizer; e se considerarmos, ainda, que (iii) os textos produzidos nos quais tal pontuação emerge é resposta a uma determinação dada na proposta de texto solicitada na escola em função do conteúdo escolar institucionalizado nos documentos oficiais, que normatiza a produção e a leitura de textos narrativos no EFI privilegiadamente.

Os exemplos (1) e (2) mostram sinais de pontuação empregados com função dialogal e os exemplos (3) e (4) mostram sinais de pontuação empregados com funções distintas que não se classificam como dialogal.

(1) O pai de marcelo disse para ele: (3° ano)

(2) – Vovó porque o cachorro tem 4 patas? (2° ano)

(3) Martelo costumava a perguntar coisas para os seus pais e vizinhos, um dia macelo e seu pai foram jogar futebol. (3° ano)

(4) Um dua alguém jogol uma ponta de sigarro. E a moradeira de latiudo pegol fogo. (2° ano).

Por fim, apresentam-se os resultados referentes ao terceiro objetivo específico, que visou *descrever os movimentos observados na escrita infantil em direção ao uso convencional da pontuação ao longo dos anos do EFI*.

Conforme descrito na sessão metodológica, para análise dos movimentos observados no uso da pontuação ao longo dos anos, considerou-se uma amostra de 40 textos, 8 por ano escolar. Nesse conjunto de textos, foram analisados 2294 dados, os quais foram classificados em quatro categorias. A distribuição dos dados por categoria de uso nos diferentes anos é apresentada na Tabela 1 e no Gráfico 3. Na tabela, são apresentados

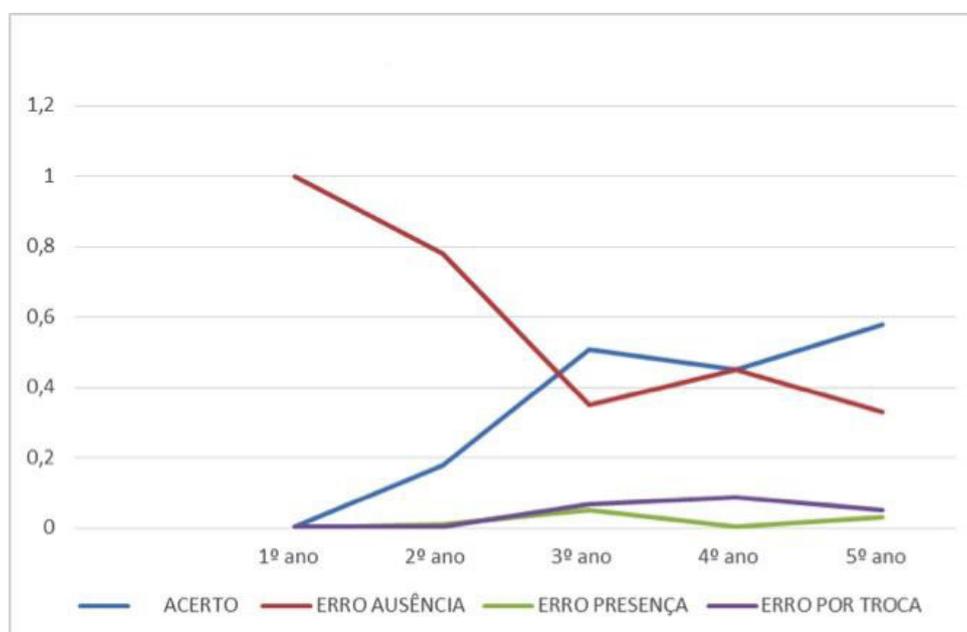
os dados em valor absoluto e, no gráfico, os dados são apresentados percentualmente, ou seja, apresentam-se as frequências relativas de cada categoria nos diferentes anos.

Tabela 1. Frequência das categorias de uso por ano escolar

Categoria de uso	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Acerto	1	129	123	266	311
Erro por ausência	257	537	84	264	180
Erro por presença	0	12	14	3	18
Erro por troca	1	4	17	56	27
TOTAL	259	682	238	579	536

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4. Frequência das categorias de uso de pontuação ao longo dos anos do EFI



Fonte: Elaboração própria

Os dados (5), (6), (7) e (8) exemplificam usos de pontuação que se caracterizam, respectivamente, como *acerto*, *erro por ausência*, *erro por presença* e *erro por troca de sinais*.

(5) Mamãe por que eu chamo marcelo? (2º ano)

(6) Ø Mamãe Ø por que eu chamo marcelo? (2º ano)

(7) – Por que, a bola, se chama bola? (3º ano)

(8) – Mamãe, por que eu chamo Marcelo: (4º ano)

Sobre esses dados, conforme descrito na sessão de metodologia, aplicou-se o teste estatístico Kruskal-Wallis para verificarmos se haveria diferença estatisticamente

- | A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras

significativa na frequência de uso de pontuação nas quatro categorias de uso nos diferentes anos escolares. O resultado do teste Kruskal-Wallis é apresentado na tabela 2.

Tabela 2. Análise inferencial da frequência de uso de pontuação ao longo dos anos escolares

Categoria de Uso	H	Valor de p	Pairwise
Acerto	22,906	0,000	1º < 2º, 3º, 4º e 5º (p < 0,05 para todos) 2º = 3º, 4º e 5º; 3º = 4º e 5º; 4º = 5º (p > 0,05 para todos)
Erro por ausência	13,781	0,008	1º > 2º (p < 0,05); 2º > 3º, 4º e 5º (p < 0,05 para todos) 3º = 4º e 5º; 4º = 5º (p > 0,05 para todos)
Erro por troca	13,629	0,009	1º < 2º e 3º (p < 0,05 para todos) 3º < 4º (p < 0,05) 1º = 4º e 5º; 4º = 5º; 2º = 3º e 4º (p > 0,05 para todos)
Erro por presença	22,105	0,000	1º e 2º < 3º, 4º e 5º (p < 0,05 para todos) 1º = 2º; 3º = 4º e 5º; 4º = 5º (p > 0,05 para todos)

Fonte: Elaboração própria. Teste de Kruskal-Wallis e comparação *pairwise* com correção de Bonferroni.

No que diz respeito aos movimentos do sujeito em relação ao uso da pontuação, os resultados obtidos na análise estatística inferencial, que são apresentados na Tabela 2, e na análise estatística descritiva, que podem ser visualizados no Gráfico 3, nos permitem afirmar que há (i) aumento de usos convencionais (acertos) dos sinais de pontuação e (ii) diminuição de usos não-convencionais (erros) por ausência, comparando-se a primeira metade do EFI (aqui entendida como 1º e 2º ano) e a segunda metade (3º, 4º e 5º anos), sendo o 3º ano um marco no processo de apropriação da pontuação nessa etapa escolar. Esses resultados são ilustrados no Gráfico 2, com base nos valores numéricos, pelo aumento progressivo de acertos e pela queda progressiva de erros por ausência ao longo dos anos, por um lado, e são ainda mostrados na tabela 2 quando se indica que, na categoria de acerto, houve aumento estatisticamente significativo na comparação *pairwise* entre o 1º ano e todos os anos subsequentes (p < 0,05) e que, na categoria de erro por ausência, houve diminuição estatisticamente significativa na comparação *pairwise* entre o 1º e o 2º ano e entre o 2º e o 3º ano (p < 0,05).

Tais resultados corroboram nossa hipótese de que os textos representativos dos anos finais do EFI apresentariam aumento proporcional de acertos e diminuição proporcional de erros, mostrando haver movimentos na escrita infantil em direção à convenção dos sinais de pontuação ao longo dos anos desse ciclo escolar. Da perspectiva que considera a escrita a partir do trânsito do sujeito por práticas de uso da linguagem, esse movimento

pode ser visto como efeito do aumento do tempo de permanência no espaço escolar, uma vez que esse tempo favorece uma inserção mais diversificada e qualitativamente diferente em práticas letradas, resultando numa escrita cada vez mais próxima daquela representativa da convenção. O movimento em direção à convencionalização observado na pontuação explica-se ainda pela ótica do atravessamento da criança (i) pelo plano do dito, na medida em que as unidades linguísticas delimitadas pela pontuação passam a ser aqueles que “devem” ser delimitadas segundo a convenção gramatical; e (ii) pelo plano do dizer, na medida em que a pontuação passa a ser mais congruente com aquela que é esperada não só para organizar a relação escrevente-leitor e o gênero discursivo, mas também para responder à demanda da instituição escolar.

No entanto, chamamos atenção para o fato de que a análise inferencial mostrou que o aumento de acertos e a diminuição de erros ao longo dos anos, embora ocorra numericamente, é estatisticamente significativa na comparação do grupo de anos iniciais (1º e 2º) com o grupo de anos finais (3º, 4º e 5º anos), o que indicia que, no interior do grupo dos anos finais, onde poderia se esperar movimento rumo à convencionalização de um ano para o outro, esse fato não ocorre com respaldo estatístico significativo.

Os resultados obtidos na análise estatística descritiva e inferencial mostraram ainda que a substituição e a presença não-convencional (respectivamente, erro por troca e erro por presença) se manifestam mais frequentemente nos anos da segunda metade do EFI e aumentam a partir do terceiro ano (cf. gráfico 3). Particularmente, o aumento é estatisticamente significativo, no caso do erro por troca, na comparação *pairwise* entre o 1º ano em relação ao 2º e ao 3º anos ($p < 0,05$), bem como na comparação entre 3º e 4º ano ($p < 0,05$); é também significativo, no caso do erro por presença, na comparação *pairwise* entre o 1º ano em relação ao 3º, 4º e 5º anos ($p < 0,05$), bem como entre o 2º ano em relação ao 3º, 4º e 5º anos ($p < 0,05$).

Esses resultados podem ser explicados considerando que, com o maior uso de pontuação na produção escrita ao longo dos anos, há maior probabilidade de ocorrência de erros, além de se considerar também que eles podem indicar tentativas de uso que, embora não convencionalmente aceitas, possam ser linguisticamente fundamentados no contexto do funcionamento da escrita infantil, que, conforme proposto por Bernardes (2002), tende a não ser recortado pela regra e se mostra orientada por um funcionamento próprio. Ressaltamos, porém, que o conjunto de usos das categorias *erro por troca* e *erro por presença* foi restrito na amostra, indicando que pode haver resultados mais esclarecedores e precisos em amostras nas quais ocorreram com maior frequência.

- | A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras

Conclusão

Sumariamente, os resultados do estudo indicam que os sinais de pontuação emergem antes mesmo de ser objeto de conteúdo escolar, surgindo, timidamente no 1º ano e consolidando-se no 2º ano. Mostram, ainda, que os sinais de pontuação que primeiramente emergem são: ponto de interrogação, travessão e ponto final. Os sinais primeiramente emergentes tendem a ser de natureza enunciativa e exercer função dialogal nos textos produzidos nessa etapa escolar, de modo a organizar os planos da narrativa no modo de enunciação escrito. Por fim, o estudo também indica mudanças no uso dessas marcas ao longo do EFI, as quais indicam um movimento em direção à convencionalização, sinalizando uma representação de escrita dos escreventes cada vez mais ancorada no código escrito institucionalizado, haja vista a convivência intensificada com práticas letradas, determinante no contexto escolar.

Os resultados mostram que a escrita infantil registra marcas do trânsito das crianças escreventes por práticas de oralidade e letramento (Corrêa, 2004), práticas essas que se ressignificam ao longo do percurso escolar e são marcadas na pontuação; não obstante, as marcas de pontuação na escrita infantil são, ainda, registros da relação estabelecida entre as crianças e os planos do dito e do dizer, na medida em que gravam funcionamentos da língua e das condições (enunciativa, pragmática e discursiva) de produção dos dizeres, das quais as crianças não escapam quando produzem um texto escrito, especialmente em contexto escolar. Ressaltamos que a relação estabelecida com os planos do dito e do dizer está em vias de se constituir, motivo que – deve-se considerar – permitirá que os usos da pontuação sejam, por vezes, distintos das regras normativas, mas – salientamos – não estarão fora do funcionamento da língua(gem).

Com os resultados obtidos, acreditamos que o trabalho ora apresentado possa contribuir nos âmbitos científico, pedagógico e, até mesmo, clínico. Como contribuições científicas, este trabalho pode contribuir com estudos posteriores sobre o tema que busquem compreender o funcionamento da pontuação na escrita infantil a partir de uma perspectiva linguística, o que não é comum para o estudo da pontuação nessa etapa escolar, uma vez que os trabalhos sobre a pontuação na escrita infantil são mais voltados a discussões de natureza pedagógica. Como possíveis contribuições pedagógicas, a pesquisa pode contribuir com os profissionais que atuam em sala de aula, oferecendo informações baseadas em análise linguística sobre aspectos da aquisição dos sinais de pontuação, podendo, assim, lidar com o tema de maneira menos transparente no ensino no EFI. Por fim, o trabalho pode ainda oferecer contribuições clínicas, uma vez que os resultados darão, em alguma medida, a possibilidade de profissionais que trabalham com

distúrbios de aprendizagem, como o fonoaudiólogo educacional, de acessar informações que permitam avaliar o que esperar dos usos de pontuação nos anos do EFI em crianças em condições de desenvolvimento típico de linguagem.

Antes de finalizar este texto, chamamos atenção para o fato de que os dados que compuseram a amostra analisada foram coletados em período anterior à pandemia da COVID-19. Assim, destacamos que uma possível avaliação em dados coletados em situação pós-pandemia seria um estudo relevante a ser empreendido a fim de realizar a comparação entre a emergência da pontuação em amostras escolares pré e pós-pandemia com o objetivo de aferir o impacto da pandemia e seus desdobramentos na escrita infantil produzida em contexto escolar.

Referências

BERNARDES, A. C. A. **Pontuando alguns intervalos da pontuação**. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ensino-fundamental-de-nove-anos>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CHACON, L. **Características linguístico-discursivas da escrita: um olhar para a escrita infantil**. (a sair)

CHACON, L. Oralidade e letramento na construção da pontuação. **Revista Letras**, Curitiba, v. 61, p. 97-122, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v61i0.2883>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/2883/2365>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CHACON, L. A pontuação e a demarcação de aspectos rítmicos da linguagem. **DELTA**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-16, 1997.

CORRÊA, M. L. G. Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino de português. *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Investigando a relação oral/escrita e as teorias do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 135-166.

- | A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DAHLET, V. A pontuação e sua metalinguagem gramatical. **Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 29-41, 2022.

DAHLET, V. **As (man)obras da pontuação: usos e significações**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FERRAZ, T.; GUIMARÃES, G. Por que é tão difícil ensinar a pontuar? **Revista Portuguesa da Educação**, v. 15, n. 1, p. 129-146, 2022.

FERREIRO, E. Os limites do discurso: pontuação e organização textual. *In*: FERREIRO, E. *et al.* **Chapeuzinho Vermelho aprende a escrever: estudos psicolinguísticos comparativos em três línguas**. São Paulo: Ática, 1996. p. 123-150.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

LEMOS, C. T. G. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 42, p. 41-96, 2002.

LIMA, M. B. de Q. **O uso e a compreensão das marcas de pontuação por crianças**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Cognitiva) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ROCHA, I. L. V. Pontuação e formato gráfico do texto: aquisições paralelas. **DELTA**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-34, 1996.

ROCHA, I. L. V. **Aquisição da pontuação na escrita infantil: usos e saberes de crianças na escrita de narrativas**. 1994. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SALEH, Pascoalina B. de O. A narrativa infantil e o ensino da pontuação. **Anais do CELSUL**, 2008. Departamento Letras Vernáculas – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: http://www.celsul.org.br/Encontros/08/narrativa_infantil.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

SALEH, P. B. de O. A pontuação enunciativa e as instâncias narrativas em textos infantis de diferentes gêneros. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 357-389, 2016.

SILVA, A. da. A Aprendizagem da pontuação por alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental: uma análise a partir da produção de diferentes gêneros textuais. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 35, p. 139-169, 2010.

SILVA, A.; MORAIS, A. G. Pontuação e gêneros textuais: uma análise das produções escritas de alunos da escola pública. **Língua escrita**, Belo Horizonte, n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: www.fae.ufmg.br/ceale. Acesso em: 22 set. 2023.

SILVA, C. S.; BRANDÃO, A. C. P. Reflexões sobre o ensino e a aprendizagem de pontuação. In: MORAIS, A. G. (org.). **O aprendizado da ortografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: GOMES, Andressa Porto; SONCIN, Geovana. A emergência da pontuação na escrita de crianças brasileiras. **Revista do GEL**, v. 20, n. 1, p. 160-184, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 10/01/2023 | Aceito em: 14/03/2023.

USOS DA CONSTRUÇÃO CAUSAL 'POR CONTA DE X' NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Ivo da Costa do ROSÁRIO¹

Bruno Araujo de OLIVEIRA²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i1.3514>

Resumo: Este trabalho tem como principal objetivo investigar as propriedades da construção causal *por conta de X* no português brasileiro, à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso (cf. Rosário, 2022b; Rosário; Oliveira, 2016; Rosário; Oliveira; Lopes, 2022). Para alcançar esse objetivo, examinou-se uma amostra de dados provenientes de textos publicados por portais de notícias no período entre 2012 e 2019. Analisaram-se aspectos relacionados à forma e ao significado. Os resultados da pesquisa evidenciaram a existência de duas microconstruções causais especificadas pelo conector *por conta de*: uma de natureza intraoracional (em que *por conta de* encabeça um sintagma preposicional causal) e outra de natureza interoracional (em que *por conta de* desempenha papel de conector oracional, sinalizador de relação causal entre orações). Ao longo do trabalho, também são tecidas algumas comparações entre o uso de *por conta de* e *por causa de*, tendo em vista que este último é comumente reconhecido como um conector mais prototípico no domínio da causalidade.

Palavras-chave: Construção causal. Conector causal. *Por conta de X*.

1 Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil; rosario.ivo3@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-1315-6787>

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; bruno.linguistica@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-4729-4558>

- | Usos da construção causal ‘por conta de X’ no português brasileiro

USES OF THE CAUSAL CONSTRUCTION ‘POR CONTA DE X’ IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Abstract: The main objective of this work is to investigate the properties of the causal construction *por conta de X* in Brazilian Portuguese, in the light of Usage-Based Functional Linguistics (cf. Rosário, 2022b; Rosário; Oliveira, 2016; Rosário; Oliveira; Lopes, 2022), in comparison to *por causa de X*, which is more commonly used in Portuguese. For this purpose, a sample of data was examined from texts published by news portals between 2012 and 2019. Aspects related to the form and meaning of the construction were analyzed. The research results showed the existence of two causal microconstructions specified by the connector *por conta de*: one of intra-sentential nature (in which *por conta de* heads a causal prepositional phrase) and one of inter-sentential nature (in which *por conta de* plays the role of a sentential connector, signaling a causal relationship between clauses). Throughout the work, some comparisons are also made between the use of *por conta de* and *por causa de*, considering that the latter is commonly recognized as a more prototypical connector in the domain of causality.

Keywords: Causal construction. Causal connective. *Por conta de X*.

Introdução

O presente estudo tem como objetivo principal investigar os usos e as propriedades da construção causal especificada pelo conector *por conta de* no português brasileiro atual, à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso (cf. Rosário, 2022b; Rosário; Oliveira, 2016; Rosário; Oliveira; Lopes, 2022). Ao longo da análise, haverá também o cotejo desse conector com *por causa de*, de uso mais frequente, em língua portuguesa, no domínio da causalidade.

A expressão *por conta de* pode desempenhar tanto papel de preposição complexa quanto de conector oracional, conforme ilustram, respectivamente, os excertos (1) e (2).

- 1) [...] *Chapolin ganhou o apelido há mais de 33 anos, **por conta da** paixão que criou pelo personagem de Roberto Bolaños*. Na época, ele havia acabado de conseguir comprar a primeira televisão e chamou um primo para assistir ao seriado mexicano “Chapolin Colorado” [...] (*Mídia News*, 30/6/2019 – Corpus do Português).
- 2) Após ter sido derrotado no jogo de estreia no Estadual para o Atlético Cearense, o Ferroviário já está de olho em outros desafios do Campeonato Cearense de 2019, já que *é um dos favoritos dessa primeira fase, **por conta de** ter sido campeão brasileiro da Série D* [...] (*Diário do Nordeste*, 8/1/2019 – Corpus do Português).

No enunciado (1), o segmento “*por conta da paixão que criou pelo personagem de Roberto Bolaños*” consiste em um sintagma preposicional (SPrep) de valor causal, vinculado ao segmento efeito³ “Chapolin ganhou o apelido há mais de 33 anos”. No enunciado (2), o segmento “*por conta de ter sido campeão brasileiro da Série D*” consiste em uma oração não finita introduzida pelo conector *por conta de*, que sinaliza a relação de causalidade estabelecida com a oração efeito “[*ele*] *é um dos favoritos dessa primeira fase*”.

Apesar de ambos os usos serem tradicionalmente abrigados sob o rótulo comum de “preposição complexa”, como se pode observar, existem dois padrões de uso distintos licenciados pela construção causal com *por conta de*, a saber: *por conta de* SN – conectado à rede dos SPrep causais do esquema [*por* SN₁ *de* SN₂]_{SP} (cf. Oliveira, 2016, 2020) – e *por conta de* SV – que se liga à rede dos conectores oracionais do esquema [X *de*]_{CONNECT} (cf. Rosário, 2022a).

Na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso, a língua é entendida como uma complexa e dinâmica rede de construções gramaticais, interligadas por *links* de natureza diversa, que se encontra em constante transformação em função dos eventos de uso (instâncias de produção e compreensão) e da ação de processos cognitivos de domínio geral (cf. Tomasello, 1998, 2003; Bybee, 2006, 2010, 2012, 2013, 2015; Boyland, 2009; Traugott; Trousdale, 2013; Cezario; Furtado da Cunha, 2013; Oliveira; Rosário, 2015; Diessel, 2017; Rosário, 2022b).

Considerando a delimitação do objeto de estudo e o quadro teórico adotado, busca-se elucidar as propriedades que caracterizam o uso da construção causal com “*por conta de X*” no português, mais especificamente em sua modalidade escrita em registro formal, bem como descrever sua representação na rede linguística. Para tanto, examina-se uma amostra de dados provenientes de notícias publicadas em portais *on-line*, no período entre 2012 e 2019, obtida a partir do *Corpus do Português*⁴.

Uma questão inicial, bastante relevante, diz respeito ao próprio item *conta*, que faz parte de uma série de construções com significados diversos no português brasileiro, como se pode averiguar em uma busca pelo verbete em alguns dicionários. O quadro 1 mostra parte desse verbete, tal como apresentado no *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*.

3 Nas construções linguísticas, em uma relação de causalidade, atestam-se os valores de causa e efeito. Os autores deste trabalho optam pelo uso dos termos “segmento efeito” e “oração efeito” justamente por conta de o valor de efeito nem sempre ser veiculado de forma única e exclusiva por meio de uma “oração”, no sentido adotado pela Gramática Tradicional.

4 Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/>

- | Usos da construção causal ‘por conta de X’ no português brasileiro

Quadro 1. Verbetes “conta” no Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (versão digital)

Conta

con·ta

sf.

1 Ato ou efeito de contar; cálculo, cômputo, operação aritmética.

2 Nota do que se deve (em restaurante, hotel, loja, mercados etc.); relação de despesas de compras.

3 Fatura de fornecimento de água, luz, telefone etc.

4 V prestação.

5 V crediário.

6 Cada uma das peças minúsculas de vidro, marfim, metal, madeira etc. perfuradas para ser enfiadas por linha, arame ou cordel, que se usam na confecção de rosários, terços, colares, bordados; bolinha, miçanga.

7 FIG Dívida moral que se tem para com outra pessoa ou para com a sociedade.

8 FIG Conceito de que alguém ou algo goza em um grupo; reputação: *Era tida em alta conta* (para melhor ou pior) *na organização*.

9 FIG Obrigação ou encargo de responder ou desincumbir-se de ações (próprias ou de outros); atribuição, responsabilidade: *Todo o relatório ficará por conta da secretária*.

10 FIG Atitude de dar satisfação a alguém sobre algo, seja por consideração, respeito, deferência, importância, peso da autoridade etc.: *Normalmente dava conta dos horários para não preocupar a mãe*.

11 FIG Informação de notícia; relato ou comunicação (a alguém): *Ao final do dia, dava conta ao chefe dos telefonemas mais importantes*.

12 CONT Escrituração de registro e confrontação das operações financeiras e patrimoniais de uma empresa por meio de fatos contábeis de mesma natureza (débito, crédito, receita, despesa etc.), classificados segundo os tipos, e que é aberta para encerrar os valores de realização passada, presente ou futuro, de forma a colocar em evidência os saldos a favor ou contra.

13 PUBL, MARK Contrato estabelecido entre uma empresa qualquer e uma agência de publicidade para que esta se encarregue de campanhas promocionais, serviços publicitários, do marketing etc. dessa empresa ou dos seus produtos e marca.

14 PUBL, MARK Cliente de uma agência de publicidade; anunciante de um veículo de propaganda.

15 INFORM Em uma rede ou sistema on-line, registro do nome, da senha e dos direitos de acesso de um usuário a essa rede ou sistema.

contas *sf. pl.* : V terço.

[...]

ETIMOLOGIA

Derivação regressiva de *contar*, como o espanhol *cuenta*.

Fonte: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/conta/>.

Acesso em: 12 jan. 2023.

Como se pode ver, a diversidade de acepções e de usos do item *conta* é notável. Além dessas acepções aqui transcritas, o verbete completo apresenta mais de 50 expressões em

que se emprega o item *conta*, como *prestar conta*, *ser da conta de*, *por conta de* etc. Ainda segundo esse dicionário, *conta* é uma palavra proveniente do verbo *contar*, formada a partir do processo morfológico de derivação regressiva, informação também fornecida pelo *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha. De acordo com Cunha (2010, p. 175), o verbo *contar*, documentado no português desde o século XIII, apresenta duas acepções: “relatar, narrar” e “calcular, computar”. Sua etimologia remete ao latim *cōmpūtāre* – que, como consta no *Dicionário do latim essencial*, de Rezende e Bianchet (2014), significa “calcular, contar, computar”. Por sua vez, o substantivo *conta* é derivado dessa segunda acepção, indicando, portanto, “ato ou efeito de contar”⁵.

A despeito de seu valor etimológico, deve-se destacar que a maioria das construções formadas com *conta* no português brasileiro não conserva esse significado original, o que reflete seu processo avançado de metaforização. Em uma busca pelo item *conta* na base de dados do *Corpus do Português*, considerando apenas as primeiras cem ocorrências arroladas, atestaram-se 17 dados da construção *por conta de* expressando causa. Em termos de frequência, houve apenas um único uso mais recorrente que esse, qual seja, o de verbo predicador com o sentido de relatar/narrar, que somou 36 ocorrências. Essa distribuição indica a vitalidade do valor causal veiculado pela expressão *por conta de*, bem como salienta a relevância de seu estudo.

Vale frisar que o vocábulo isolado *conta* não é capaz de expressar valor causal. Ao contrário, esse valor semântico só emerge quando o item aparece integrando determinadas construções, como é o caso de [PREP SN₁ de SN₂]_{SP} (*por conta de* SN, à *conta de* SN), ou quando constitui o conector causal *por conta de*, ligado ao esquema [X de]_{CONNECT}. Essa é uma das grandes diferenças entre *por conta de* e *por causa de*, uma vez que o item *causa*, no segundo conector, por si só, já veicula sempre, de modo muito transparente, a noção de causalidade.

Este artigo está organizado em cinco seções, sendo esta introdução a primeira delas. Na seção 2, apresentam-se os pressupostos teóricos centrais da Linguística Funcional Centrada no Uso. Na seção 3, descrevem-se os procedimentos metodológicos. A seção 4 é dedicada à discussão dos resultados obtidos com a análise dos dados. Na seção 5, apresentam-se as considerações finais e, por fim, seguem-se as referências das obras citadas ao longo do texto.

5 **contar** vb. ‘relatar, narrar’, ‘calcular, computar’ XIII. Do lat. *cōmpūtāre* | **conta** sf. ‘ato ou efeito de contar, na segunda acepção’ XIII (Cunha, 2010, p. 175).

- | Usos da construção causal ‘por conta de X’ no português brasileiro

Linguística Funcional Centrada no Uso

A *Linguística Funcional Centrada no Uso* – doravante LFCU – conjuga os princípios da Linguística Funcional norte-americana (denominada *Funcionalismo Clássico*) com um conjunto de pressupostos da Linguística Cognitiva, mais especificamente com os modelos que se combinam com a Gramática de Construções Baseada no Uso (cf. Tomasello, 1998, 2003; Bybee, 2006, 2010, 2012, 2013, 2015; Boyland, 2009; Bybee; Beckner, 2010; Traugott; Trousdale, 2013; Cezario; Furtado da Cunha, 2013; Diessel, 2017; Rosário; Oliveira, 2016; Rosário, 2022b). A associação entre essas correntes foi possível em razão dos pressupostos teórico-metodológicos que compartilham, dentre os quais se destacam:

[...] a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção estrita entre léxico e gramática, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação, o entendimento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural [...] (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2013, p. 14).

Na perspectiva da LFCU, adota-se uma abordagem construcional da gramática. Segundo essa perspectiva, o conhecimento linguístico do falante é entendido como uma complexa e dinâmica rede de construções, conectadas entre si por *links* de natureza diversa. Cada construção constitui, portanto, um nó da rede, denominada de “*constructicon*” (cf. Goldberg, 2003).

O conceito de construção apresentado por Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001) implica um pareamento convencionalizado entre forma (uma estrutura fonológica e morfossintática) e significado/função (informações semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais).

De acordo com Traugott e Trousdale (2013), as construções podem ser analisadas em termos de três dimensões gradientes: tamanho, especificidade fonológica e tipo de conceito. Em relação à *dimensão do tamanho*, uma construção pode ser atômica (monomorfêmica, como as desinências), complexa (sintagma ou palavra composta) ou intermediária (como as palavras derivadas por prefixação); em relação à *dimensão da especificidade fonológica*, uma construção pode ser substantiva (inteiramente especificada fonologicamente), esquemática (uma abstração) ou semiesquemática (apresenta parte substantiva e parte esquemática); em relação à *dimensão do tipo de conteúdo*, a construção pode ser conteudista (codifica significado mais lexical), procedural (exibe

função gramatical) ou intermediária. O quadro 2, retomado de Rosário e Oliveira (2016), exemplifica essas dimensões com construções do português brasileiro.

Quadro 2. Dimensões das construções

Tamanho	Atômica <i>café, -s (pl)</i>	Complexa <i>sei lá, por isso</i>	Intermediária <i>pós-graduação</i>
Especificidade fonológica	Substantiva <i>café, -eiro</i>	Esquemática SV, SPrep	Intermediária ADJ - <i>mente</i>
Conceptualização	Conteudista <i>café, SV</i>	Procedural <i>-s (pl), por isso</i>	Intermediária <i>poder (modal)</i>

Fonte: Rosário e Oliveira (2016, p. 240).

No caso da construção causal *por conta de X*, objeto de estudo deste trabalho, pode-se dizer que se trata de uma construção complexa (pois sua estrutura exhibe uma sequência de elementos), semiesquemática (em que “*por conta de*” é a parte substantiva e “*X*”, a parte esquemática) e portadora de conteúdo procedural, podendo representar um SPrep causal (acompanhado de segmento não oracional) ou um conector causal (responsável por introduzir um segmento oracional).

Traugott e Trousdale (2013) apontam ainda três fatores importantes na análise das construções: a esquematicidade, a produtividade e a composicionalidade. *Esquematicidade* diz respeito ao nível de abstração/especificidade de uma construção. Os autores admitem três níveis hierárquicos básicos: esquema, subesquema e microconstrução. A realização física de uma construção em um evento de uso específico consiste em um constructo, ou seja, uma instância de um padrão construcional atestada empiricamente. *Produtividade* diz respeito à capacidade de uma construção para sancionar outras construções menos esquemáticas que ela; portanto, refere-se à noção de extensibilidade, e associa-se ao que Bybee (2010) denomina de frequência de tipo. *Composicionalidade*, por sua vez, diz respeito ao grau de transparência entre o polo da forma e o polo do significado de uma construção.

As construções estão conectadas umas às outras por relações de herança, de modo que construções de níveis hierarquicamente mais baixos herdaram propriedades fonético-fonológicas, morfológicas, semânticas, pragmáticas ou discursivo-funcionais de construções de níveis mais altos.

A rede linguística é moldada pelas experiências que o falante tem com os diversos eventos de uso. Trata-se de um sistema adaptativo complexo, em que vários processos cognitivos estão envolvidos. Bybee (2010, 2013, 2015) aponta cinco processos cognitivos de domínio geral, ou seja, processos que atuam na cognição humana como um todo (e não

- | Usos da construção causal ‘por conta de X’ no português brasileiro

exclusivamente na linguagem verbal). São estes: categorização, *chunking*, enriquecimento de memória, analogia e associação transmodal.

A *categorização* é o processo cognitivo que permite identificar semelhanças entre elementos e interpretá-los como membros de uma mesma categoria. Esse processo, portanto, implica generalização das semelhanças. É por meio da categorização que emergem as categorias linguísticas, como nome, verbo e conector.

O *enriquecimento de memória* é o processo cognitivo que possibilita a estocagem mental de detalhes da experiência com instâncias de uso e o acesso a eles em eventos futuros. É o processo que permite a memorização de informações sobre o uso de construções linguísticas específicas – aspectos fonético-fonológicos, inferências semântico-pragmáticas mobilizadas, contextos de uso, características sociolinguísticas e frequência de uso. Esse processo interage diretamente com a categorização. Como explica Boyland (2009, p. 352, tradução própria):

Quando os falantes memorizam múltiplas instâncias de uso da língua em contextos particulares, desenvolvem uma base de conhecimento implícita cada vez mais rica a partir da qual podem, de uma forma cognitivamente realista, gerar generalizações cada vez mais sofisticadas sem necessariamente recorrer a regras gramaticais pré-existentes.⁶

O *chunking* (ou *encadeamento*) é o processo cognitivo responsável pela formação de *chunks* – unidades de organização da memória que emergem da experiência (cf. Diessel, 2019). Por meio desse processo, uma sequência de elementos que ocorrem com relativa frequência e com a mesma configuração pode ser interpretada como uma unidade, como é o caso da expressão *por conta de X*, interpretada como uma unidade linguística do português.

A *analogia* é o processo cognitivo que permite criar unidades a partir de padrões já estocados na mente. Linguisticamente, a analogia leva à formação de construções gramaticais recrutando itens que já estão armazenados no *constructicon*. O preenchimento de uma posição esquemática de uma construção por um novo item é conduzido por um processo analógico; nesse processo, o falante percebe semelhanças (semânticas e/ou formais) entre o novo item e os outros que já eram recrutados para essa posição. Assim, a analogia pode ser concebida como um processo que contribui para a produtividade

⁶No original: “When speakers record multiple instances of language use in particular contexts, they develop an increasingly rich implicit knowledge base from which they can, in a cognitively realistic way, generate increasingly sophisticated generalizations without necessary recourse to a priori grammatical rules”.

de esquemas. A formação da construção causal *por conta de X*, por exemplo, foi provavelmente um processo desencadeado por analogia, em que o item *conta* teria sido recrutado pela construção causal *por SN de X* para preencher a posição de SN (cf. Oliveira, 2020). A existência da construção *por causa de X* também serviu certamente como modelo analógico para *por conta de X*.

A *associação transmodal*, por sua vez, possibilita estabelecer relações simbólicas entre experiências contíguas; é o processo cognitivo responsável, por exemplo, por estabelecer o elo de correspondência simbólica entre forma e significado, formando, dessa maneira, as construções gramaticais de uma língua, como a construção causal *por conta de X* no português brasileiro: [[*por conta de X*] ↔ [causa]].

Na próxima seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos do estudo.

Metodologia

O objetivo deste trabalho é mapear os usos e as propriedades da construção causal *por conta de X* no português. Para tanto, examinou-se uma amostra com 100 (cem) dados obtidos a partir do *Corpus do Português*⁷, uma extensa base de dados organizada em três corpora, a saber: *corpus* Gênero/Histórico (século XIII – século XX); *corpus* Web/Dialetos (2013 – 2014) e *corpus* NOW (2012 – 2019). A amostra analisada neste estudo é proveniente do *corpus* NOW (*News on the Web* – em português, *Notícias na Rede*), que atualmente conta com mais de 1,1 bilhão de palavras de textos publicados em portais de notícias *on-line*, produzidos entre 2012 e 2019, em quatro países de língua portuguesa – Brasil, Portugal, Angola e Moçambique. Os dados examinados neste trabalho são ocorrências da expressão *por conta de* atestados em textos publicados em portais de notícias brasileiros.

Uma vez feito o levantamento dos dados, empreendeu-se a análise, em que foram consideradas as seguintes variáveis: 1 – tipo de relação causal, a fim de verificar se a construção causal com *por conta de X* exhibe especialização funcional em algum domínio da causalidade; 2 – forma de preenchimento do *slot X* da construção *por conta de X*, a fim de compreender a categoria dos elementos licenciados nessa posição esquemática; 3 – posição do SPrep causal *por conta de X* no enunciado, o que possibilita verificar se essa construção segue ou não a tendência geral das construções causais, qual seja segmento causal posposto ao segmento efeito (cf. Oliveira, 2020); 4 – estatuto informacional da

⁷ O *Corpus do Português* é um extenso *corpus on-line* constituído de textos em língua portuguesa, organizado pelo linguista norte-americano Mark Davies, com suporte financeiro proveniente da *National Endowment for the Humanities*. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/>.

- | Usos da construção causal ‘por conta de X’ no português brasileiro

construção causal *por conta de X*, que, associado à organização sintagmática da oração, pode revelar sua tendência de uso em termos discursivos; 5 – tipo de processo codificado na oração à qual *por conta de X* se associa, o que pode indicar a propensão dessa construção para alguma representação semântica específica; 6 – propriedades de tempo e modo verbais, que também possibilitam compreender seu contexto de uso prototípico; 7 – valor pragmático dos segmentos [causa] e [efeito] da construção *por conta de X*, de modo a elucidar sua estrutura pragmática e, dessa forma, seu papel na língua.

Em diversas seções deste trabalho, há um cotejo entre *por conta de* e *por causa de*, considerando, no domínio da causalidade, a prototipicidade deste último conector, sobre o qual, inclusive, já há muitos estudos publicados, como revelam as referências bibliográficas deste trabalho.

Para o tratamento estatístico dos dados, utilizou-se o programa *GoldVarb X*.

A construção causal ‘por conta de X’: forma e função

Esta seção tem como propósito apresentar e discutir os resultados da análise dos dados, elucidando, desse modo, os aspectos formais e funcionais que caracterizam o uso da construção causal *por conta de X* no português brasileiro, nos usos intra e interoracional.

Das cem ocorrências da expressão *por conta de* atestadas na amostra, noventa indicavam causalidade, como em (3), e dez expressavam responsabilidade/incumbência, como em (4):

- 3) O estado do Rio de Janeiro voltou a ficar em estágio de atenção ***por conta das*** chuvas (EBC, 23/12/2013 – *Corpus do Português*).
- 4) [...] Como a empresa também é responsável pela alimentação, as refeições deixaram de ser servidas para funcionários e acompanhantes, que precisam pedir quentinhas ou sair para comprar comida fora. Nesta segunda, ***a alimentação dos 120 pacientes ficou por conta de apenas três funcionárias***. Normalmente, 15 pessoas trabalham na cozinha do hospital (G1 Rio Grande do Norte, 17/4/2017 – *Corpus do Português*).

Em (3), constata-se uma relação de causalidade entre o segmento “O estado do Rio de Janeiro voltou a ficar em estágio de atenção” e o segmento introduzido pela locução prepositiva *por conta de*, que codifica a causa. Já em (4), o segmento encabeçado por *por conta de* codifica o responsável por realizar determinada tarefa/atividade; nesse caso, *por conta de* é sinônimo de *sob a responsabilidade de* ou *sob a incumbência de*, o que permite a constatação de que se trata de um uso mais concreto do termo *conta*, empregado em uma expressão de cunho mais composicional, fora do plano das relações lógicas, que são mais abstratas por natureza.

Considerando apenas os dados em que *por conta de* introduz segmento causal, verificou-se que 96,7% dos casos (87 dados) apresentaram o *slot X* preenchido por um sintagma nominal, formando o todo um sintagma preposicional (SPrep), como ilustrado em (5), ao passo que apenas 3,3% exibiram uma oração não finita ocupando essa posição, como em (6):

- 5) A travessia de lanchas entre Salvador e Mar Grande, na Ilha de Itaparica, foi suspensa às 7h desta terça-feira (19), ***por conta da maré baixa***, que impede o atracamento de embarcações na ilha. A previsão é de que o serviço seja retomado às 9h (*G1 Bahia*, 19/3/2019 – Corpus do Português).
- 6) [...] Um adolescente de 17 anos foi apreendido por volta das 23h, acusado pelo crime, que aconteceu na região do bairro Vale do Sol. Quando os policiais chegaram ao local, Souza já estava morto. Uma testemunha que estava com a vítima afirmou que o acusado pelo crime era morador do bairro e que teria começado a agressão contra o ajudante ***por conta dele ter se envolvido com sua namorada***. Segundo o pai de Souza, os dois já tinham tido problemas antes do crime [...] (*R7*, 14/9/2013 – Corpus do Português).

Esses dados evidenciam um processo de *expansão de contexto sintático* (cf. Himmelmann, 2004) da construção *por conta de X*, uma vez que, ao admitir uma oração na posição *X*, *por conta de* passa a desempenhar papel de conector oracional, função mais gramatical que a do sintagma preposicional⁸.

Conseqüentemente, também há *expansão da classe hospedeira*, considerando que a rede dos conectores causais responsáveis pela ligação de orações torna-se mais ampla, abrigando um novo elemento de natureza procedural.

A partir deste ponto, a discussão será concentrada nos resultados relativos à análise das instâncias em que *por conta de* encabeça SPrep causal, dada sua maior frequência de uso.

Preenchimento do *slot SN* da construção causal com *por conta de SN*

Considerando o padrão construcional *por conta de SN*, foram atestadas cinco possibilidades de preenchimento do *slot SN*, quais sejam: nome concreto não animado, nome animado, nome abstrato, nome deverbal (nominalização) e pronome anafórico.

⁸ Como indica Rosário (2022a, p. 370), muito autores funcionalistas clássicos, “sob o escopo dos estudos em gramaticalização, revelam que a recategorização de preposições em conectores oracionais faz parte de uma dinâmica natural nas línguas”, logo a conexão interoracional revela um grau mais avançado de gramaticalidade dos usos linguísticos, se comparada à conexão intraoracional, de escopo mais reduzido. É o que se verifica no uso oracional de *por conta de X*.

- | Usos da construção causal ‘por conta de X’ no português brasileiro

Os resultados referentes à análise dessa propriedade estão expostos na tabela 1.

Tabela 1. Forma de preenchimento do *slot* SN da construção causal *por conta de* SN

Preenchimento do <i>slot</i> SN da construção causal <i>por conta de</i> SN					
nome abstrato	nome deverbal (nominalização)	nome concreto não animado	nome animado	pronome anafórico	TOTAL
36 41,4%	35 40,2%	13 14,9%	2 2,3%	1 1,2%	87

Fonte: Elaboração própria.

Como mostra a tabela 1, a posição esquemática SN da construção *por conta de* SN é frequentemente preenchida por um nome abstrato (41,4%), um nome deverbal (40,2%) ou um nome concreto (não animado) (14,9%). O fato de mais de 80% dos casos envolverem nomes não concretos (abstratos + deverbais) compatibiliza-se com uma característica prototípica da causalidade, aferida nas relações lógicas. Os usos mais concretos, representados por nomes animados e pronomes anafóricos, por outro lado, propiciam a atribuição de responsabilidade por um estado de coisas a um agente específico, o que, por sua vez, está mais associado a sentidos mais composicionais de *por conta de* X.

Domínio da causalidade

No que diz respeito ao domínio da causalidade (cf. Sweetser, 1990)⁹, a análise revelou o uso de *por conta de* SN instanciando relação causal tanto no domínio do conteúdo (referencial), como em (7), quanto no domínio epistêmico, como em (8).

- 7) **Por conta da queda de árvores e galhos**, vários bairros de Rio Branco tiveram o fornecimento de energia elétrica suspenso (*De Olho No Tempo*, 6/10/2017 – Corpus do Português).
- 8) Os bombeiros acham muito estranho o fato da criança estar desaparecido por tanto tempo, já que o raio em que as buscas estão sendo feitas é muito extenso, e **por conta da pouca idade**, é provável que ele não tenha andado por muito tempo (*G1 Maranhão*, 11/3/2019 – Corpus do Português).

Em (7), “a queda de árvores e galhos” é apresentada como a causa real para o estado de coisas codificado no segmento “vários bairros de Rio Branco tiveram o fornecimento de energia elétrica suspenso”. Já em (8), a relação causal é mais subjetiva: a “pouca idade [da criança]” é apontada como uma explicação plausível para a hipótese de que “ele não tenha andado por muito tempo”.

⁹ Considerou-se, neste estudo, a proposta de análise semântico-pragmática de Sweetser (1990), que distingue três domínios da causalidade: domínio do conteúdo, domínio epistêmico e domínio dos atos de fala (interacional).

Instâncias da construção *por conta de* SN expressando causalidade no domínio interacional, embora não atestadas na amostra, também são possíveis, como ilustrado em título de um vídeo postado no YouTube¹⁰: “Não se desespere ***por conta das dívidas!***”. Nesse enunciado, a causalidade é estabelecida entre o SPrep causal “*por conta das dívidas*” e o ato de fala diretivo negativo “*Não se desespere*”, portanto, uma relação causal instanciada no domínio interacional.

Apesar de poder estabelecer esses diferentes tipos de causalidade, a construção causal *por conta de* SN exibe forte associação com o domínio do conteúdo, considerando 80 ocorrências (92% dos casos) contra somente 7 dados (8%) no domínio epistêmico. Esses resultados indicam um quadro de variação com a microconstrução causal *por causa de* SN, também de uso predominante nesse domínio, como constatado por Paiva (2001), Paiva e Braga (2006) e Oliveira (2016, 2020).

A variação construcional é um fenômeno natural das línguas e os falantes têm plena consciência disso. Como afirma Perek (2015, p. 154, tradução própria), “algumas construções são semanticamente similares e podem ser usadas como formas alternativas de codificar uma categoria particular de significados, sejam essas alternâncias modeladas como regras lexicais, como *links* de sinonímia ou como aloconstruções”¹¹.

Além da variação com *por causa de* SN, esses resultados apontam uma especialização funcional de *por conta de* SN no domínio referencial da causalidade, o que fortalece a hipótese de que as construções causais vinculadas ao esquema [*por* SN₁ *de* SN₂]_{SP} são especializadas em estabelecer relação causal menos subjetiva.

Organização sintagmática e estatuto informacional

Em relação à organização sintagmática do enunciado em que se instancia a construção causal com *por conta de* SN, três possibilidades de ordenação foram identificadas: segmento causal anteposto ao segmento efeito, exemplo (9); segmento causal posposto ao segmento efeito, exemplo (10); e segmento causal interposto no segmento efeito, exemplo (11).

¹⁰ VENDRAMINI, Gui. Não se desespere por conta das dívidas! *YouTube*, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VSaerXX4B9I>. Acesso em: 10 jul. 2022.

¹¹ No original: “some constructions are semantically similar and can be used as alternative ways to encode a particular category of meanings, whether these alternations are modeled as lexical rules (as in Pinker, 1989), as synonymy links (as in Goldberg, 1995), or as allostructions (as in Cappelle, 2006)”.

- | Usos da construção causal ‘por conta de X’ no português brasileiro

- 9) **Por conta do feriado de Nossa Senhora da Conceição**, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) desliga, a partir do meio-dia desta quinta-feira, as lombadas eletrônicas da PE-60, instalada no quilômetro 16,3 em Ipojuca, e da PE-35, nos quilômetros 7,3 e 7,9 em Itapissuma (*Diário de Pernambuco*, 6/12/2017 – Corpus do Português).
- 10) [...] No total, três caminhões auxiliaram no combate às chamas e foram utilizados 45 mil litros de água. Ainda não se sabe o que pode ter causado as chamas, *que se espalharam rapidamente por conta do material existente no local* (*G1 Bauru e Marília*, 4/12/2016 – Corpus do Português).
- 11) [...] Hoje com 83 anos de idade, Schmitt ainda se recorda da reação alérgica que sofreu depois de voltar à nave e entrar em contato com o material aderido à sua roupa espacial. O que ocorre com a poeira lunar é que *as partículas, por conta da estática, ficam “coladas” ao uniforme dos astronautas* e acabam sendo transportadas acidentalmente para o interior dos módulos. Além disso, como na Lua não há atmosfera – nem, portanto, vento, chuva e outros eventos meteorológicos –, os grãos de poeira não sofrem desgaste com o tempo, o que faz deles um material extremamente corrosivo (*Terra*, 30/6/2019 – Corpus do Português).

A análise revelou a tendência à posposição do segmento causal encabeçado por *por conta de* ao segmento efeito, como mostra a tabela 2.

Tabela 2. Distribuição de uso da construção causal *por conta de* SN quanto à sua posição no enunciado

Posição do SPrep causal <i>por conta de</i> SN no enunciado			
posposto	anteposto	interposto	TOTAL
65 74,7%	21 24,1%	1 1,2%	87

Fonte: Elaboração própria.

A preferência de *por conta de* SN pela posposição (74,7%) não é um fato surpreendente, uma vez que esse é o padrão de organização sintagmática prototípico das construções causais em português, conforme já apontaram diversos estudos, dentre os quais, Neves (1999), Paiva (2001), Paiva e Braga (2006), Braga e Paiva (2019), Oliveira (2016, 2020) e Oliveira e Paiva (2022).

De acordo com a previsão mais geral do princípio de distribuição de informação, espera-se que a posposição de um segmento causal ao segmento efeito reflita uma situação discursiva em que a informação contida no segmento causal seja nova, ou seja, apresentada pela primeira vez ao interlocutor. Já no caso da anteposição e da interposição, espera-se que o segmento causal veicule uma informação dada ou inferível do contexto (cf. Oliveira, 2020).

Para verificar se essas tendências se confirmam ou não no caso da microconstrução causal com *por conta de* SN, realizou-se um cruzamento dessas duas variáveis: a posição e o estatuto informacional do segmento causal introduzido por *por conta de*. Os resultados dessa análise estão expostos na tabela 3.

Tabela 3. Cruzamento das variáveis “posição” e “estatuto informacional”

	informação nova	informação dada	informação inferível	TOTAL
anteposição	1 4,7%	17 81%	3 14,3%	21
posposição	24 37%	26 40%	15 23%	65
interposição	----	1 100%	----	1

Fonte: Elaboração própria.

A partir desses resultados, verifica-se que a primeira tendência se confirma, ou seja, o segmento causal encabeçado por *por conta de*, quando anteposto ao segmento efeito, tende fortemente a codificar informação dada (81%), como exemplificado a seguir.

- 12) Na ficha disciplinar de Verônica, há oito faltas graves cometidas na prisão. Ela é acusada de xingar funcionárias, de incitar colegas de cela a colocar fogo em colchões e de bater em outras presas e em inspetoras. Por cada uma das faltas, Verônica teve que passar 30 dias em isolamento, sem contato com as demais presas. ***Por conta das punições, a detenta, que poderia já ter saído da cadeia, teve o benefício da progressão para o regime semiaberto adiado em dois anos (Extra, 4/12/2018 – Corpus do Português).***

Por outro lado, a segunda tendência não se confirma, pois, quando posposto ao segmento efeito, o segmento causal introduzido por *por conta de* tende a codificar informação dada (40%) ou inferível (23%), situações ilustradas, respectivamente, com os dados em (13) e (14).

- 13) [...] O ator Mark Ruffalo desmentiu que por causa da gravidez de Scarlett Johansson as filmagens do longa Os Vingadores 2: A Era de Ultron, que estreia em abril de 2015 no Brasil, se atrasaram. - Ruffalo, que interpreta o Incrível Hulk no longa, confirmou apenas que em muitas cenas do filme só veremos o rosto de Scarlett. A atriz de 29 anos precisou de três dublês de corpo para conseguir finalizar suas cenas ***por conta da gravidez (OFuxico, 23/8/2014 – Corpus do Português).***
- 14) Um acidente envolvendo dois carros foi registrado na noite deste domingo, 9, no km 22,5 da RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto), em São José do Imbassai. O acidente aconteceu por volta de 22h30 na pista sentido Niterói. Segundo informações, ***um carro freou por conta de um ressalto de uma obra de macrodrenagem da Prefeitura de Maricá e acabou sendo atingido na traseira por outro veículo (Lei Seca Maricá, 9/12/2018 – Corpus do Português).***

Esses resultados apontam uma tendência de especialização da construção *por conta de* SN na veiculação de informação dada/velha ou inferível do discurso, uma tendência diferente da apresentada pela construção *por causa de* SN, mais especializada na veiculação de informação nova, como observaram Paiva (2001), Paiva e Braga (2006) e Oliveira (2016). Essa distinção é bastante importante, pois reafirma um postulado básico da abordagem construcional da gramática, segundo a qual sempre há mínimas

- | Usos da construção causal ‘por conta de X’ no português brasileiro

diferenças entre usos distintos, conforme Goldberg (1995) assevera por meio do princípio da não sinonímia da forma gramatical. São aloconstruções (cf. Perek, 2015), já que são semanticamente similares, mas guardam especificidades.

Na próxima seção, são apresentados os resultados da análise do tipo de processo codificado no segmento efeito.

Tipo de processo

Para a análise da configuração da construção causal com *por conta de* SN segundo o tipo de processo codificado no segmento efeito, adotou-se a classificação proposta por Halliday e Matthiessen (2014), que concebem a transitividade como uma propriedade da oração como um todo. Os autores distinguem três tipos de processo principais (*material*, *mental* e *relacional*) e três tipos de processo secundários, que se encontram na fronteira entre os três tipos principais (*verbal*, *comportamental* e *existencial*).

Na amostra examinada, atestou-se o uso da construção causal com *por conta de* SN em enunciados que codificavam cinco desses seis tipos de processo:

- 15) PROCESSO MATERIAL
Três dias depois da incursão policial na Cracolândia, a limpeza nos prédios invadidos pelos viciados ainda não terminou. Caminhões repletos de lixo e entulho ainda são retirados. **Por conta do mau cheiro, funcionários da prefeitura atuam de máscaras** (Terra, 6/1/2012 – Corpus do Português).
- 16) PROCESSO MENTAL
[...] O socialista destacou que *muitos mato-grossenses nem ao menos conhecem a região, por conta da distância, superior a 500 quilômetros, que separa Barra da capital*. “A abertura de voos regulares entre essas duas cidades vai fomentar ainda mais o potencial turístico e pecuário do Araguaia e facilitar o acesso de quem vive na região e precisar vir a Cuiabá”, justificou (FolhaMax, 6/4/2016 – Corpus do Português).
- 17) PROCESSO RELACIONAL
[...] De acordo com informações dos militares, a vítima chegava em casa, na rua Ribeiro de Paiva, quando foi abordada pelos suspeitos, que estavam a pé. Os homens, um deles armado, exigiram as chaves do Fiat Strada Adventure prata e fugiram na direção do Anel Rodoviário, uma rota de fuga. Ainda segundo a PM, *o roubo de veículos na região é comum por conta de outras vias facilitadoras para o crime*, como a BR-040 e a Via Expressa [...] (O Tempo, 10/5/2013 – Corpus do Português).
- 18) PROCESSO COMPORTAMENTAL
[...] **Por conta da agressão, Flávio Almeida sofreu convulsão** e perdeu alguns dentes, tendo, inclusive, divulgado uma foto posteriormente, sem os incisivos. Em vídeo divulgado na internet no período da confusão, é possível ver Ralph disparando uma cotovelada no rosto de Flávio, enquanto os dois assistiam uma luta que acontecia no evento [...] (Terra, 28/6/2019 – Corpus do Português).

19) PROCESSO EXISTENCIAL

[...] Segundo a Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, a área colhida no estado já chega a 97%. A região sul é a mais adiantada, com 99%. Apesar da safra ter sido boa em relação ao ano passado, *no sul do estado houve perdas por conta da falta de chuva em momentos importantes para o desenvolvimento das lavouras* [...] (Agora MS, 20/3/2013 – Corpus do Português).

Além desses tipos de processo, foi considerada na análise a categoria de *verbo modal*, a fim de discriminar os casos em que o foco do predicado não está no verbo predicador em si, mas na modalização atribuída ao predicado, como no dado seguinte:

20) VERBO MODAL

Os indígenas bloquearam a linha férrea na tarde desta terça-feira (9). [...] *Passageiros que chegaram à estação ferroviária Pedro Nolasco, em Cariacica, Grande Vitória, na manhã desta quarta-feira (10), não conseguiram embarcar, por conta da interdição* (G1 Espírito Santo, 10/12/2014 – Corpus do Português).

Os resultados obtidos com a análise do tipo de processo estão expostos na tabela 4.

Tabela 4. Distribuição de uso da construção causal *por conta de* SN em relação ao tipo de processo

Tipo de processo							
material	relacional	modal*	existencial	mental	comportamental	verbal	TOTAL
36 41,4%	33 37,9%	8 9,2%	7 8%	2 2,3%	1 1,2%	----	87

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados expostos na tabela 4 apontam o uso predominante da microconstrução causal *por conta de* SN associado a processos do tipo material (41,4%) e relacional (37,9%), uma tendência também observada por Neves (1999), Paiva (2001) e Oliveira (2016, 2020) na análise do uso de outras construções causais. Esses resultados, de fato, são esperados, já que, como visto anteriormente, a construção *por conta de* SN tem forte ligação com o domínio do conteúdo, em que a causalidade é estabelecida entre estados de coisas.

A próxima subseção se concentra nos resultados referentes à análise das propriedades de tempo e modo verbais.

Tempo e modo verbais

A análise das propriedades de tempo e modo verbais da oração a que se liga a microconstrução causal *por conta de* SN revelou a mesma tendência verificada no uso de outras microconstruções conectivas causais, como o SPrep *por causa de* SN (cf., entre outros, Neves, 1999; 2000; Paiva, 2001; Amorim, 2016; Braga; Paiva, 2019; Oliveira, 2016, 2020; Paiva; Oliveira, 2020). A tabela seguinte apresenta os resultados dessa análise.

- | Usos da construção causal ‘por conta de X’ no português brasileiro

Tabela 5. Distribuição de uso da construção causal *por conta de* SN quanto a tempo e modo verbais

Propriedades de tempo e modo verbais	
pretérito perfeito do indicativo	43 = 49,4%
presente do indicativo	34 = 39%
futuro do presente do indicativo	3 = 3,4%
futuro do pretérito simples do indicativo	2 = 2,3%
pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo	2 = 2,3%
pretérito perfeito composto do indicativo	1 = 1,2%
futuro do pretérito composto do indicativo	1 = 1,2%
infinitivo	1 = 1,2%
TOTAL	87

Fonte: Elaboração própria.

De modo muito evidente, constata-se o uso categórico da microconstrução *por conta de* SN em sentenças com o modo indicativo. A respeito dessa categoria gramatical, Castilho (2010, p. 437-438, grifo próprio) explica o seguinte:

[...] uma sentença se compõe do *modus* e do *dictum*. Entende-se por *modus*, no português *modo*, a avaliação que o falante faz sobre o *dictum*, considerando-o real, irreal, possível ou necessário. [...] Cada *dictum* vem associado a um ato de fala. O *modus* evidencia de que ato de fala se trata: o dos “conteúdos que se realizam no mundo” (*indicativo*), o das “situações imaginárias que não precisam corresponder ao que acontece no mundo” (*subjuntivo*) e o da “ordem”, bem diferente da “asserção e da suposição” (*imperativo*).

O modo indicativo é compatível com a relação causal que se instancia no domínio do conteúdo, já que nesse tipo de causalidade são apresentados fatos do mundo real. Como explica Neves (2000, p. 818), “o indicativo é o modo voltado para expressar causa, já que a expressão de causa constitui uma proposição com certo grau de certeza”. Já a predominância do pretérito perfeito do indicativo e do presente do indicativo podem ser reflexos do gênero textual de que são provenientes os dados da amostra: notícia.

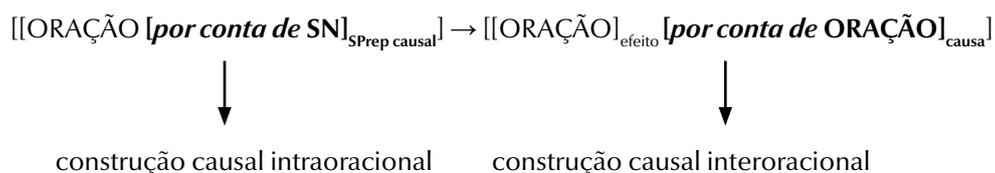
A partir dos resultados apresentados aqui, foi possível observar que a construção causal *por conta de* SN constitui um sintagma preposicional (SPrep) que codifica um segmento causal fortemente associado ao domínio do conteúdo (referencial), com maior tendência a veicular informação dada ou inferível do contexto, independentemente da posição que ocupa na sentença. Liga-se comumente a processos do tipo material ou relacional, categoricamente no modo indicativo.

A subseção seguinte apresenta a hipótese sobre a emergência da construção causal com o conector oracional ‘*por conta de*’ e sua relação com a rede [X *de*]_{CONNECT}.

O conector causal ‘*por conta de*’ e sua relação com o esquema [X *de*]_{CONNECT}

A emergência do conector oracional *por conta de* a partir do SPrep causal *por conta de* SN se deu provavelmente como resultado de um processo de expansão (cf. Himmelmann, 2004), em que a microconstrução causal intraoracional com *por conta de* SN passou a instanciar uma oração não finita em sua última posição, reconfigurando suas propriedades¹². Conforme explica Rosário (2022a, p. 368), “comumente a neoanálise é apresentada como um mecanismo formador de conectores, ao reorganizar a estrutura sintagmática dos elementos linguísticos. Envolve expansão contextual e extensão gradiente em micropassos, podendo ser de natureza sintática ou semântica”.

O esquema abaixo representa a mudança de *por conta de* SN para *por conta de* SV.

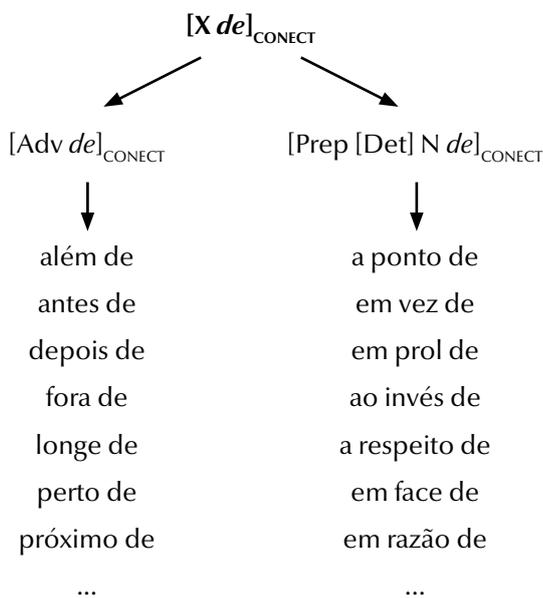


Essa expansão teria sido facilitada por analogia em relação às microconstruções conectivas vinculadas à rede [X *de*]_{CONNECT}, que, como descreve Rosário (2022a, p. 374), “é produtiva e cumpre um papel central na gramática do português, qual seja, a de introduzir orações não finitas com diferentes sentidos”. Uma representação dessa rede pode ser vista na figura 1, a seguir.

¹² Um dos pareceristas indicou que esse tipo de afirmação deveria vir acompanhado de evidências históricas empiricamente comprovadas. Os autores do texto concordam com a legitimidade da sugestão, mas é importante ressaltar que o amplo conjunto de pesquisas realizadas com base em dados de língua em uso permite a generalização de que, a partir da expansão derivada das relações intraoracionais, a conexão de orações enseja usos cada vez mais abstratos, dotados de maior gramaticalidade. Hopper e Traugott (2003, p. 178), Heine e Kuteva (2007, p. 221), Goethem (2017, p. 34) e outros pesquisadores atestam a validade dessa proposição.

- | Usos da construção causal ‘por conta de X’ no português brasileiro

Figura 1. Rede dos conectores [X de] em língua portuguesa



Fonte: Rosário (2022a, p. 371).

A partir da figura 1, verifica-se que o esquema [X de]_{CONNECT} sanciona dois subesquemas, a saber: [Adv de]_{CONNECT} e [Prep [det] N de]_{CONNECT}. Cada um desses subesquemas licencia uma série de conectores que integram construções interoracionais. O conector *por conta de* está associado ao segundo subesquema: [Prep N de]_{CONNECT}.

Ao mesmo tempo em que há uma neoanálise no plano sintagmático, o que faz com que os elementos *por + conta + de* se realinhem em termos semânticos e sintáticos, há também um processo de analogização, que faz com que *por conta de* se alinhe, no eixo paradigmático, ao esquema abstrato [X de]_{CONNECT}. A ação desses dois movimentos permite a criação de novos elementos de conexão na língua portuguesa. Hipotetizamos que, por coerção (cf. Traugott; Trousdale, 2013), o *slot* X se expande, de modo que não só sintagmas, mas também orações não finitas passam a integrá-lo, como já demonstrado em esquema anterior.

Em relação às três ocorrências de *por conta de* como conector causal atestadas na amostra, observaram-se algumas tendências semelhantes às apresentadas pelo SPrep causal *por conta de* SN, a saber: tendência a expressar causalidade no domínio do conteúdo, posposição do segmento causal ao segmento efeito e relação com processos do tipo relacional e material no modo indicativo. No entanto, a ínfima quantidade de dados não permite uma descrição aprofundada desse uso, sendo necessário, para tanto, analisar uma amostra com mais dados de uso. Esse é um dos objetivos dos próximos passos desta pesquisa.

Considerações finais

O presente estudo teve por objetivo investigar o uso da construção causal ‘*por conta de X*’ no português brasileiro à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso. Para tanto, analisou-se uma amostra de dados extraída do *Corpus do Português*, mais especificamente, do *corpus NOW (News on the Web)*, que reúne textos publicados em portais de notícias *on-line* entre 2012 e 2019. A análise levou em conta aspectos formais e funcionais.

Os resultados revelaram a existência de duas microconstruções causais especificadas com *por conta de*, quais sejam, a construção intraoracional *por conta de SN*, que desempenha papel de sintagma preposicional causal, e a construção interoracional associada ao esquema $[X \text{ de}]_{\text{CONNECT}}$, em que *por conta de* desempenha papel de conector oracional.

É muito provável que o uso interoracional tenha derivado, por expansão (cf. Himmelmann, 2004) do uso intraoracional, considerando que o preenchimento do *slot X* por orações (ainda que não finitas) indica um maior nível de gramaticalidade e, portanto, de maior abstração.

Como a quantidade de dados da construção conectiva causal interoracional foi irrisória (apenas 3 ocorrências atestadas), focalizou-se a análise na construção de natureza intraoracional, o que permitiu delinear melhor seu funcionamento. Verificou-se que *por conta de SN* apresentar diversas características em comum com *por causa de SN*, como a expressão da causalidade de modo quase categórico no domínio do conteúdo – indicando uma especialização funcional –, a tendência é apresentar o segmento causal posposto ao segmento efeito, a forte associação com processos do tipo material e relacional e o uso do modo indicativo. Por outro lado, a maior frequência de *por conta de SN* veiculando informação dada/velha ou inferível aponta uma tendência de uso diferente da apresentada por *por causa de SN*, o que sugere que essas construções causais estão cumprindo papéis distintos no uso da língua.

Devido à sua participação no mesmo domínio da causalidade, compartilhando diversas propriedades funcionais em comum, defende-se que os conectores *por conta de* e *por causa de* podem ser considerados como aloconstruções (cf. Perek, 2015), como foi indicado neste artigo. A forte semelhança em termos formais e funcionais entre ambos os conectores, contudo, não significa absoluta equivalência entre eles, visto que cada um revela diferentes particularidades no uso. Aliás, essas constatações endossam o princípio da não sinonímia da forma gramatical (cf. Goldberg, 1995).

- | Usos da construção causal 'por conta de X' no português brasileiro

Outros estudos, considerando diferentes gêneros textuais/discursivos, poderão ajudar a compreender melhor a variação entre essas construções, bem como as relações entre *por conta de SN* e *por conta de SV*. Para isso, é fundamental que haja uma coleta de mais dados, para que essas comparações possam ser feitas de modo mais amplo.

Sem dúvida, ainda há uma longa seara de estudos que demandam reflexões mais aprofundadas. Contudo, espera-se que o presente trabalho possa lançar algumas luzes sobre a rede de construções causais do português brasileiro, contribuindo, desse modo, em sentido mais amplo, com os estudos da gramática do português.

Referências

AMORIM, F. da S. **Gramaticalização de conectores causais na história do português**. 2016. 211 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2016.

BOYLAND, J. T. Usage-based models of language. *In*: EDDINGTON, D. (ed.). **Quantitative and experimental linguistics**. Muenchen: Lincom GmbH, 2009. p. 351-419. (LINCUM Handbooks in Linguistics, v. 23).

BRAGA, M. L.; PAIVA, M. da C. de. Orações de tempo, causa e condição ao longo dos séculos XVIII a XXI. *In*: CASTILHO, A. T. (coord.). **Mudança sintática das construções: perspectiva funcionalista**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 170-221. (História do Português Brasileiro, v. 5).

BYBEE, J. L.; BECKNER, C. Usage-based theory. *In*: HEINE, B.; NARROG, H. (ed.). **The Oxford Handbook of Linguistic Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 827-855. (Oxford Handbooks in Linguistics).

BYBEE, J. L. From usage to grammar: the mind's response to repetition. **Language**, v. 82, n. 4, p. 711-733, 2006.

BYBEE, J. L. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, J. L. Domain-general processes as the basis for grammar. *In*: TALLERMAN, M.; GIBSON, K. R. (ed.). **The Oxford Handbook of Language Evolution**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 528-536. (Oxford Handbooks in Linguistics).

BYBEE, J. L. Usage-based theory and exemplar representations of constructions. *In*: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (ed.). **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 49-69. (Oxford Handbooks in Linguistics).

BYBEE, J. L. **Language change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. (Cambridge Textbooks in Linguistics).

CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (org.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2013.

CONTA. *In*: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/conta/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CROFT, W. **Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective**. New York: Oxford University Press, 2001. (Oxford Linguistics).

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DIESSEL, H. Usage-Based Linguistics. *In*: ARONOFF, M. (ed.). **Oxford Research Encyclopedia of Linguistics**. New York: Oxford University Press, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199384655.013.363>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. *In*: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (org.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2013. p. 13-39.

GOETHEM, K. Lexical categories and processes of category change. Perspectives for a constructionist approach. **Zeitschrift für Wortbildung**/Journal of Word Formation, v. 1, n. 2, p. 31-61, 2017.

GOLDBERG, A. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1995. (Cognitive Theory of Language and Culture).

- | Usos da construção causal 'por conta de X' no português brasileiro

GOLDBERG, A. Constructions: a new theoretical approach to language. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 7, n. 5, p. 219-224, Elsevier, 2003.

GOLDBERG, A. **Constructions at work**: The nature of generalization in language. New York: Oxford University Press, 2006. (Oxford Linguistics).

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. 4th edition. London/New York: Routledge, 2014.

HEINE, B.; KUTEVA, T. **The genesis of grammar**: a reconstruction. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HIMMELMANN, N. Lexicalization and grammaticization: opposite or orthogonal? *In*: BISANG, W.; HIMMELMANN, N.; WIEMER, B. (ed.). **What makes grammaticalization?: a look from its fringes and its components**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 21-42.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

NEVES, M. H. de M. As construções causais. *In*: NEVES, M. H. de M. (org.). **Gramática do Português Falado**. Volume VII: Novos estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 461-496.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, B. A. **A trajetória da construção *por causa de*: uma análise centrada no uso**. 2016. 86 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, B. A. **A evolução da rede de construções causais no português**. 2020. 236 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA, B. A.; PAIVA, M. da C. A rede de construções causais na diacronia do português. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 843-870, 2022. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/18600>. Acesso em: 10 jul. 2022.

OLIVEIRA, M. R. de; ROSÁRIO, I. da C. (org.). **Linguística centrada no uso: teoria e método**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

PAIVA, M. da C. Gramaticalização de conectores no português do Brasil. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 35-46, 2001. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/11719>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PAIVA, M. da C.; BRAGA, M. L. Conjunções lexicais e gramaticais: o caso de “por causa de”. **Gragoatá**, Niterói, v. 11, n. 21, p. 73-86, 2006.

PEREK, F. **Argument Structure in Usage-Based Construction Grammar**. Experimental and corpus-based perspectives. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2015. (Constructional Approaches to Language, v. 17).

REZENDE, A. M. de; BIANCHET, S. B. **Dicionário do latim essencial**. 2. ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (Coleção Clássica).

ROSÁRIO, I. da C. Esquema [X de]_{connect} em língua portuguesa: uma análise funcional centrada no uso. **Matraga**, v. 29, n. 56, p. 362-378, maio/ago. 2022a.

ROSÁRIO, I. da C. (org.). **Introdução à Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação**. Niterói: EdUFF, 2022b. Disponível em: <https://www.eduff.com.br/produto/introducao-a-linguistica-funcional-centrada-no-uso-680>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ROSÁRIO, I. da C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. **Alfa: Revista de Linguística** (UNESP. Online), v. 60, p. 233-259, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v60n2/1981-5794-alfa-60-2-0233.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

ROSÁRIO, I. da C.; OLIVEIRA, M. R.; LOPES, M. G. Pesquisas em Linguística Funcional Centrada no Uso. *In*: ROSÁRIO, I. da C. do; SANCHEZ-MENDES, L. (org.). **Teoria e análise linguística**. Coleção Estudos de Linguagem. Niterói: EdUFF, 2022. p. 39-69. Disponível em: <https://www.eduff.com.br/produto/teoria-e-analise-linguistica-e-book-pdf-704>. Acesso em: 22 set. 2023.

- | Usos da construção causal 'por conta de X' no português brasileiro

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics: Metaphorical and cultural aspects of semantic structure.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990. (Cambridge Studies in Linguistics, v. 54).

TOMASELLO, M. Introduction: a cognitive-functional perspective on language structure. *In*: TOMASELLO, M. (ed.). **The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure.** New Jersey: LEA, 1998. p. vii-xxiii.

TOMASELLO, M. **Constructing a language: A usage-based theory of language acquisition.** Cambridge: Harvard University Press, 2003.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional changes.** Oxford: Oxford University Press, 2013. (Oxford Studies in Diachronic & Historical Linguistics).

VENDRAMINI, G. Não se desespere por conta das dívidas! **YouTube**, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VSaerXX4B9I>. Acesso em: 10 jul. 2022.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: ROSÁRIO, Ivo da Costa do; OLIVEIRA, Bruno Araujo de. Usos da construção causal 'por conta de X' no português brasileiro. **Revista do GEL**, v. 20, n. 1, p. 185-210, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 14/03/2023 | Aceito em: 19/04/2023.

HÉRCULES *MUSARUM*: POÉTICA E PATRONAGEM NO ENCERRAMENTO DOS *FASTOS* DE OVÍDIO

Lya SERIGNOLLI¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i1.3466>

Resumo: No encerramento dos *Fastos* (6.797-812), Ovídio descreve um encontro com Hércules e as Musas, deusas da poesia, às quais pede ajuda para encerrar sua obra sobre o calendário romano. A cena epifânica se passa no templo de Hércules das Musas (*aedes Herculis Musarum*), onde o poeta dialoga com uma das Musas, Clio, que se refere ao local como o monumento de Filipo (*monimenta Philippi*). No Período Augustano, Lúcio Márcio Filipo, parente próximo de Augusto, foi responsável pela restauração desse templo, dedicado por Marco Fúlvio Nobílior em 179 a.C.. A Musa dedica louvores a Filipo e sua família, empregando uma linguagem elaborada e alusiva, que gera ambiguidades e leva a questionamentos quanto à natureza desse encômio político. Como veremos, Hércules e as Musas raramente figuram juntos e essa associação incomum pode ser observada em conexão com questões de poética e patronagem em Roma. Este artigo investiga os papéis de Hércules e das Musas na articulação do programa poético dos *Fastos*, bem como na perpetuação da memória por meio da poesia, considerando-se as relações de patronagem poética entre Ovídio e o centro do poder em Roma.

Palavras-chave: Musas. Hércules. Memória. Poética. Patronagem.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; lya.serignolli@usp.br; <https://orcid.org/0000-0002-7668-255X>

- | Hércules *Musarum*: poética e patronagem no encerramento dos *Fastos* de Ovídio

HERCULES *MUSARUM*: POETICS AND PATRONAGE AT THE END OF OVID'S *FASTI*

Abstract: At the end of the *Fasti* (6.797-812), Ovid describes an encounter with Hercules and the Muses, goddesses of poetry, to whom he asks for help to finish his poem about the Roman calendar. The epiphanic scene takes place at the Temple of Hercules of the Muses (*aedes Herculis Musarum*), where the poet speaks to one of the Muses, Clio, who refers to the place as the monument of Phillipus (*monimenta Philippi*). In the Augustan Age, Lucius Marcius Phillipus, a close relative of Augustus, was responsible for the restoration of this temple, dedicated by Marcus Fulvius Nobilior in 179 B.C.. The Muse sings the praises of Phillipus and his family, using elaborate and allusive language, that leads to ambiguities and raises questions about the nature of this political encomium. As we shall see, Hercules and the Muses are hardly ever represented together and this unusual association can be observed in connection with issues of poetics and patronage in Rome. This paper investigates the roles of Hercules and the Muses in the articulation of the poetic program of the *Fasti* as well as in the perpetuation of memory through poetry, considering the relations of poetic patronage between Ovid and the centre of power in Rome.

Keywords: Muses. Hercules. Memory. Poetics. Patronage.

Introdução

No encerramento dos *Fastos*, Ovídio descreve um encontro com Hércules e as Musas, deusas da poesia, às quais pede ajuda para encerrar sua obra sobre o calendário romano. A cena epifânica se passa no templo de Hércules das Musas (*aedes Herculis Musarum*), onde o poeta dialoga com uma das Musas, Clio, que se refere ao local como o monumento de Filipo (*monimenta Philippi*). No Período Augustano, Lúcio Márcio Filipo, parente próximo de Augusto, foi responsável pela restauração desse templo, dedicado por Marco Fúlvio Nobílior, em 179 a.C.. A Musa dedica louvores a Filipo e sua família, empregando uma linguagem elaborada e alusiva, que gera ambiguidades e leva a questionamentos quanto à natureza desse encômio político.

Tempus luleis cras est natale Kalendis:
 Pierides, coeptis addite summa meis.
 dicite, Pierides, quis vos addixerit isti
 6.800
 cui dedit invitas victa noverca manus.
 sic ego. sic Clio: 'clari monimenta Philippi
 aspicias, unde trahit Marcia casta genus,
 Marcia, sacrificio deductum nomen ab Anco,
 in qua par facies nobilitate sua.
 6.805
 par animo quoque forma suo respondet; in
 illa
 et genus et facies ingeniumque simul.
 nec, quod laudamus formam, tu turpe
 putaris:
 laudamus magnas hac quoque parte deas.
 nupta fuit quondam matertera Caesaris illi:
 6.810
 o decus, o sacra femina digna domo!
 sic cecinit Clio, doctae adsensere sorores;
 adnuat Alcides increpuitque lyram.²
 (Ovídio, *Fastos* 6.797-812)

Amanhã é o dia das calendas de julho. Piérides,
 acrescentai um final à obra que eu comecei. Dizei,
 Piérides, quem vos consagrou a este,
 6.800
 para quem a madrasta vencida estendeu as mãos
 relutantes. Assim eu disse. Assim, Clio: "Vês o
 monumento do ilustre Filipo, de quem descende
 a casta Márcia. Márcia, que leva o nome de Anco,
 rei-sacerdote, e cuja beleza se iguala à sua nobreza.
 6.805
 Sua forma e alma também correspondem. Ela
 agrega origem, beleza e engenho. Não penses que
 seja torpe louvar a forma: louvamos também as
 grandes deusas por esse atributo. A tia materna de
 César um dia casou-se com ele:
 6.810
 ó glória, ó mulher digna da sagrada família!" Assim
 cantou Clio. As doudas irmãs concordaram. Alcides
 assentiu e tangeu a lira.³

Como veremos, Hércules e as Musas raramente figuram juntos e essa associação incomum pode ser observada em conexão com questões de poética e patronagem em Roma. Este artigo investiga os papéis de Hércules e das Musas na articulação do programa poético dos *Fastos*, bem como na perpetuação da memória por meio da poesia, considerando-se as relações de patronagem poética entre Ovídio e o centro do poder em Roma.

Hércules *Musarum*

Para investigar os papéis de Hércules e das Musas nos *Fastos* e nas relações de patronagem poética em Roma, é necessário considerar alguns aspectos pontuais da caracterização dessas divindades e de seu culto em comum em Roma. Nos poemas homéricos, as Musas têm como atribuição cantar – ou ajudar o poeta a lembrar – sobre os feitos e as glórias de heróis, como Aquiles e Odisseu.⁴ Hesíodo (700 a.C.), por sua vez, vai mais longe e não só invoca as Musas para que lhe concedam o canto, mas fornece detalhes sobre a caracterização dessas divindades, para as quais dedica os 115 versos iniciais da

2 Ov., *F.* 6.797-812.

3 Todas as traduções neste artigo são de minha autoria.

4 Para as Musa(s) em Homero, cf.: *Il.* 1.1 (Deusa); 2.484 e 491 (Musas); *Od.* 1.1 (Musa).

- | Hércules *Musarum*: poética e patronagem no encerramento dos Fastos de Ovídio

Teogonia. Nessa passagem, considerada como um hino às Musas, Hesíodo as descreve como as nove filhas concordes de Zeus e Mnemosine, uma titânide, atribuindo a cada uma delas um nome – Calíope, Clio, Érato, Euterpe, Melpômene, Polímnia, Tália, Terpsícore e Urânia –, cuja etimologia remete a determinadas funções, ligadas principalmente ao canto e à dança.⁵ Hesíodo associa as Musas a determinados locais, como a Piéria, onde teriam sido geradas; o Monte Olimpo, onde teriam nascido; e o Monte Hélicon, onde viveriam.⁶

As Musas assemelham-se às Ninfas em vários aspectos, principalmente em sua relação com a água, sendo frequentemente descritas banhando-se em rios, como o Permesse e o Olmio, ou em fontes, como Aganipe e Hipocrene (Fonte do Cavalo), no Monte Hélicon; além da fonte Pimpleia, no Monte Olimpo; e a Castália, próxima ao oráculo de Delfos, no Monte Parnaso, também sagrada a Apolo, líder das Musas.⁷ As Camenas, Ninfas itálicas das fontes e dos rios, assim como as Musas gregas, eram consideradas divindades da poesia e também possuíam uma fonte sagrada, localizada em um bosque próximo à Porta Capena, uma das principais entradas de Roma. Esse bosque é cenário de lendas sobre Egéria, uma das Ninfas proféticas itálicas, que foi assimilada às Camenas. Tito Lívio narra um encontro entre Egéria e Numa Pompílio (segundo rei de Roma) nesse local, dizendo que, depois de uma noite de amor com Egéria, Numa teria dedicado esse bosque às Camenas.⁸

A menção mais antiga às Camenas é de Lívio Andronico, que invoca essas divindades itálicas da poesia para celebrar o herói grego, Odisseu:⁹

uirum mihi Camena insece uersutum¹⁰ Canta para mim, Camena, o homem artificioso.

5 Para as Musas em Hesíodo, cf. *Teog.* 1-115, 915-917, 1021-1022. Para os diversos nomes, números e genealogias das Musas, cf.: Hes., *Teog.* 76-79, 915-917; Cícero, *N. D.* 3.54; Pseudo-Apolodoro, *Biblioteca* 1.3.1.

6 Decorrem dessas referências toponímicas os seguintes epítetos das Musas: Heliconíades (Hes., *Teog.* 1), Olimpíades (Hes., *Teog.* 25, 52, 966 e 1022) e Piérides, este último usado duas vezes em nossa passagem dos *Fastos* (6.798-799). Para a Piéria como local onde as Musas teriam sido geradas, cf. Hes., *Teog.* 53-54. Para Mnemosine como mãe das Musas, cf. Hes., *Teog.* 54, 915-916; para Mnemosine como uma titânide, cf. Pseudo-Apolodoro, *Biblioteca* 1.1.3.

7 Para os rios e as fontes das Musas, cf.: Caruso (2016, 40-43); Hes., *Teog.* 1-8. As fontes do Hélicon – Hipocrene e Aganipe – são associadas à lenda de Pégaso, cavalo alado, que teria feito brotar as nascentes ao bater com o casco na pedra, cf.: Ovídio, *F.* 5.7-8, Arato 216-223 e Pausânias 9.31.3.

8 Para Egéria como Musa, consorte ou conselheira de Numa, cf.: Pranger (2006, 86-89); Dionísio de Halicarnasso, *Ant. Rom.* 2.60.5; Liv., 1.19.5, 1.21.3; Virg., *Aen.* 7.763, 775; Plutarco, *Numa* 4.2; Ov., *Am.* 2.18; *F.* 3.154, 275-276.

9 Para as Camenas na poesia latina, ver também: Ênio, *Anais* 487 (cit. por Varrão, *L. L.* 7.25): *Musas quas memorant nosce nos esse Camenas* (Saiba que nós, a quem chamam Musas, somos as Camenas); epítáfio de Névio, *Fragmenta Poetarum Latinorum*, 64.1-2: *Inmortales mortales si foret fas flere,/ Flerent divae Camenae Naevium poetam* (Se fosse permitido aos imortais chorar pelos mortais, as divinas Camenas chorariam pelo poeta Névio).

10 Lívio Andronico, *Odisseia*, frag. 1.1.

Ênio, por sua vez, faz o inverso, invocando a Musa grega em seus *Anais* para celebrar a história e os feitos dos homens de valor romanos:

Musae, quae pedibus pulsatis magnum Musas, que com seus pés fazeis pulsar o magno
Olumpum¹¹ Olimpo.

O surgimento das Musas – fortemente associadas à capacidade do poeta de acessar a memória para narrar os fatos, como se nota em Virgílio (*Aen.* 1.1.8): *Musa, mihi causas memora* (Musa, recorda-me as causas) – se confunde com os primórdios da tradição oral da poesia grega. Essas célebres divindades da poesia eram cultuadas, pelo menos desde o período arcaico, na Piéria e no Monte Olimpo, de onde o culto teria sido levado para a Beócia, marcando forte presença no Monte Hélicon, próximo ao vilarejo de Ascra.¹² A variada tipologia de templos das Musas (*Mouseia*) na Grécia inclui locais exclusivamente dedicados ao culto ou também ligados à prática de atividades intelectuais. As Musas eram cultuadas em lugares como a Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles, principalmente devido à sua associação com a memória (são filhas de Mnemosine, personificação da memória), quesito considerado fundamental na educação. O culto das Musas também possuía importância moral, na medida em que o jovem aluno deveria conhecer e imitar as virtudes dos heróis do passado – celebrados pelas Musas – e, assim, moldar seu caráter.

No período helenístico, um dos principais e mais antigos templos dedicados às Musas, ao pé do Monte Hélicon – mesmo local em que Hesíodo, séculos antes, na *Teogonia* (23), situa seu encontro com essas divindades –, passou a celebrar festivais em honra às Musas (*Mouseia*) e recebeu melhorias que evidenciaram sua vocação para a preservação do conhecimento e da memória cultural, incluindo um teatro, frequentado por atores, poetas e músicos, que participavam de competições no local, e um pórtico para abrigar oferendas e os catálogos dos vencedores.¹³ O *Mouseion* do Monte Hélicon, como local de culto e polo cultural, serviu como modelo para outros templos das Musas que se multiplicaram pelo mundo grego. Atribui-se a Ptolomeu Sóter I, primeiro dos reis helenísticos a governar o Egito depois de Alexandre, a fundação do *Mouseion* de Alexandria, que era parte de um complexo que incluía salas de estudo e jardins, além da famosa biblioteca, com a qual contribuíram poetas e eruditos, como Demétrio, Calímaco e Apolônio de Rodes. Com o suporte da dinastia ptolomaica, o *Mouseion* de Alexandria constituiu-se como uma espécie de instituição de pesquisa para eruditos escolhidos, nas

¹¹ Ênio, *Anais* frag. 1.

¹² Sobre o culto das Musas na Grécia, cf.: Caruso (2016); Maslov (2016, 438-441); Rowell (1966, 78-82).

¹³ Para os *Mouseia* como locais de preservação de textos na Grécia, cf. Caruso (2016,19), (2014, 65-68).

mais diversas áreas, da matemática à medicina, incluindo a poesia, tornando-se, assim, o principal centro de preservação e difusão da cultura grega no Mediterrâneo.¹⁴

Em Roma, o culto das Musas, associado ao de Hércules, foi introduzido de maneira peculiar, no início do século II a.C., por Marco Fúlvio Nobílior, general romano, que dedicou o templo votado pela captura da Ambrácia, cidade grega ao norte do golfo de Ácio, da qual Hércules era considerado patrono. Esse templo, mais conhecido pelos autores antigos como *aedes Herculis Musarum* (templo de Hércules das Musas), nas palavras de Clío, em nossa passagem dos *Fastos*, é identificado como *monimenta Philippi* (monumento de Filipo, 6.801).¹⁵ Nobílior teria depositado nesse templo boa parte do espólio proveniente da conquista da Ambrácia – maior pilhagem romana da Grécia até então –, além de um calendário romano e uma pequena capela dedicada às Camenas, relíquia ligada a Numa Pompílio, transferida de outro templo para o local.¹⁶ Entre as obras, destacavam-se as estátuas das nove Musas (segundo Plínio, o Velho, trazidas da Ambrácia) e um raro exemplar de Hércules como citaredo (de origem desconhecida), que eram objeto de culto.¹⁷ Essas imagens formavam um grupo heterogêneo e parecem ter sido reunidas para serem destinadas a um culto sem precedentes.

Considerando-se as fontes textuais e materiais disponíveis, que resposta mais técnica e menos poética poderíamos dar à pergunta de Ovídio a Clío sobre quem associou as Musas a Hércules (*quis vos addixerit isti...*, 6.799-800)? A questão é problemática, uma vez que essa associação é incomum tanto nos textos antigos como na iconografia, e as evidências a seu respeito são escassas. Segundo a classificação elaborada por John Boardman, no LIMC, há apenas quatro testemunhos iconográficos dessa tipologia, dois gregos e dois

14 Sobre o *Museion* de Alexandria, cf.: Rawles (2019, 1-9); Caruso (2016, 280-298), (2014, 66-68); Rowell (1966, 80-81).

15 Sobre o templo de Hércules *Musarum* em Roma, cf.: Caruso (2016, 373-382); Stefano (2014, 401-431); Rupke (2011, 87-95); Gobbi (2009, 215-233); Hardie (2007, 560-570); Littlewood (2006, 229-231); Gray-Fow (1988, 184-199); Richardson (1977, 355-361). Sobre o templo das Musas nos *Fastos* de Ovídio, cf.: Heslin (2015, 210-211); Hardie (2007, 564-570); Newlands (1995, 131-136). Para os nomes usados em referência ao templo, cf.: Macróbio, *Sat.* 1.12.16, Eumênio, *Inst. Schol.* 9.7.3; Suetônio, *Aug.* 29.5.2-3: *aedes Herculis Musarum* (templo de Hércules das Musas); Sérvio, *In Verg. Aen.* 1.8.19: *aedes Herculis et Musarum* (templo de Hércules e das Musas); Plínio, o Velho, *H. N.* 34.19: *Camēnarum aedes* (templo das Camenas).

16 A capela (*aedicula*) das Camenas teria sido transferida do templo de Honra e Virtude (*aedes Honoris et Virtutis*) para o templo de Hércules *Musarum*, cf.: Serv., *Aen.* 1.8; Stefano (2014, 407).

17 Plínio, o Velho, *H. N.* 35.66: *fecit et figlina opera, quae sola in Ambracia relictas sunt, cum inde Musas Fulvius Nobilior Romam transferret* (Fez também obras em terracota, as únicas que foram deixadas na Ambrácia, quando Fúlvio Nobílior transferiu as Musas de lá para Roma). Plínio, o Velho (*H. N.* 34.19.2), menciona a presença de uma estátua do poeta Ácio (170-86 a.C.) no templo das Camenas: *notatum ab auctoribus et L. Accium poetam in Camēnarum aede maxima forma statuam sibi posuisse, cum brevis admodum fuisset*. (Os autores citam que o poeta Lúcio Ácio colocou no templo das Camenas uma estátua muito alta de si próprio, embora fosse um homem de baixíssima estatura).

romanos, datados entre os séculos III e I a.C.. Os dois exemplares gregos, relevos em mármore do século III a.C., originários da Icária e de Atenas, têm sido descartados desta tipologia em estudos mais recentes, segundo o entendimento de que a identificação das personagens femininas justapostas a Hércules como Musas parece um pouco forçada.¹⁸ Os dois exemplos romanos, do século I a.C. (uma série de moedas emitida em Roma por um magistrado, Quinto Pompônio Musa, em 66 a.C.; e vasos arretinos de fabricação atribuída a M. Perênio Tigrano, datados de 30 a.C.), portanto posteriores às imagens no templo de Nobílior, possuem inscrições que confirmam a relação entre Hércules e as Musas.

Os vasos arretinos trazem inscrições em grego identificando as personagens femininas pelo nome individual das Musas (nos fragmentos restaram apenas os nomes de Calíope, Érato, Polímnia e Tália, figuradas com atributos, como a cítara, o díptico e a máscara cômica) e um personagem masculino segurando uma clava como “Héracles das Musas” (ΗΡΑΚΛΗΣ ΜΟΣΩΝ; *Herakles Mouson*). Essa figura masculina possui uma máscara trágica sobre a testa, aproximando-se, assim, mais da figuração de um ator caracterizado como Héracles do que propriamente do herói grego divinizado.¹⁹

A série de moedas de Pompônio Musa, por sua vez, compõe-se de dez diferentes tipos de denários de prata, que variam, no reverso, entre imagens de Hércules e das nove Musas. Hércules tem como atributos uma pele de leão e uma cítara (fig. 1), sendo identificado por meio da inscrição em latim “Hércules das Musas” (HERCVLES MVSARVM).

18 Exemplares gregos: 1) Relevos em mármore da Icária, séc. III a.C. (Boardman, LIMC 1479; National Archaeological Museum, Athens, Inv. 3078). Descrição: Héracles, com a clava sobre uma rocha, acompanhado de cinco mulheres. Acesso *online*: <https://weblimc.org/page/monument/2097918>. 2) Relevos em mármore de Atenas, séc. III a.C. (Boardman, LIMC 1480; National Archaeological Museum, Athens, Inv. 1533). Descrição: Héracles usando uma pele de leão em uma cena de banquete, junto a oito figuras femininas, uma delas com uma lira. Ao fundo, Eros e árvores. Acesso *online*: <https://weblimc.org/page/monument/2099770>. Para um estudo aprofundado da figuração de Hércules *Musarum*, com referências completas e análises das imagens incluídas por Boardman nessa tipologia, cf. Gobbi (2009, 223-231).

19 Para os vasos arretinos (séc. I a.C.; Arezzo, Museo Archeologico, inv. 4933, 8769, 8777, 8784), cf. Marabini Moevs, M. T.. *Cosa. The Italian Sigilata*. Ann Harbor: Michigan University Press, 2006, p. 116-119. Ver também: Swinkels, L. In: Enckevort, L. H. (ed.). *Roman Material Culture. Studies in honour of Jan Thijssen*. Zwolle: SPA Editors, 2009. p. 103-114.

- | Hércules *Musarum*: poética e patronagem no encerramento dos Fastos de Ovídio

Figura 1. Hércules citaredo e Apolo (66 a.C.)²⁰



Fonte: The British Museum

As nove Musas não são identificadas por seus nomes individuais, como nos vasos arretinos, mas diferenciam-se por seus atributos, ligados a funções específicas. Junto a elas consta uma inscrição identificando o emissor das moedas, Quinto Pompônio Musa (MVSA Q·POMPONI), cujo *cognomen* – Musa – indica sua ligação com essas divindades da poesia. Em uma dessas moedas (fig. 2), Clío, Musa ligada à história e à celebração de glórias, segura um rolo (pergaminho ou papiro) com a mão direita.

Figura 2. Apolo e Clío (66 a.C.)²¹



Fonte: The British Museum

20 Tipo de objeto: moeda (denário). Descrição: moeda de prata. Anverso: busto de Apolo (direita), cabelos presos com uma bandana. Inscrição: Q·POMPONI M·VSA. Borda de pontos. Reverso: Hércules usando uma pele de leão e tocando a lira, com o bastão aos seus pés. Inscrição em latim: HERCVLES MVSARVM. Borda de pontos. Autoridade/Emissor: Quinto Pompônio Musa. Cultura/período: República Romana. Data: 66 a.C.. Cunhado em Roma. Material: prata. Peso: 3.87 g.. The British Museum, Department of Coins & Medals. Número de catálogo, C&M: RRI 442, 3604; RRC 401/1. Número de registro: 1867,0101.1365. Foto: The British Museum. Acesso *online*: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1867-0101-1365

21 Tipo de objeto: moeda (denário). Descrição: moeda de prata. Anverso: busto de Apolo laureado (direita); atrás: sandália. Borda de pontos. Reverso: Clío segurando um rolo com a mão direita e apoiando o cotovelo em uma coluna. Inscrição: M·VSA Q·POMPONI. Borda de pontos. Origem: República Romana. Autoridade/Emissor: Quinto Pompônio Musa. Cultura/período: República Romana. Data: 66 a.C.. Produzido em: Roma. Material: prata. Peso: 4.06 g.. Comentário do curador: esta moeda é um híbrido, com tipo RRC 410/9 no anverso e 410/3 no reverso. The British Museum, Department of Coins & Medals. Número de registro: 2002,0102.4050. Foto: The British Museum. Acesso *online*: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_2002-0102-4050

O busto de Apolo (figs. 1 e 2), no anverso das moedas dessa série, reforça o aspecto erudito e musical de Hércules, que assimila os atributos do deus como citaredo e líder das Musas. Segundo Alessandra Gobbi, as imagens nessas moedas podem fornecer indicações sobre as estátuas no templo de Nobílior, no entanto, provavelmente foram modeladas de acordo com outros protótipos, tardo-helenísticos, do século II a.C.. Tendo observado esses raros exemplos incluídos na tipologia de Hércules *Musarum*, concluímos que seu parâmetro distintivo deveria ser abrangente e flexível, ao reunir cenas tão distantes em conteúdo, contexto e forma sob a mesma designação.

Embora essas evidências não sejam suficientes para determinar precisamente as características do grupo estatuário no templo, elas fornecem referências sobre aspectos culturais, religiosos e políticos associados a essas figuras.²² O Hércules músico ou citaredo, como figura independente das Musas, está presente nas artes gregas desde o período arcaico, em objetos originários da Ática (séc. VI a.C.) e da Magna Grécia (séc. IV-II a.C.). Na Magna Grécia, no século II a.C., o Hércules citaredo havia se tornado símbolo da doutrina pitagórica, que identificava no culto das Musas a ligação entre harmonia e poder, bem como a obtenção da imortalidade por meio da preservação da memória.²³ A escolha das imagens do Hércules citaredo e das Musas por Quinto Pompônio Musa parece ter sido um modo de reforçar sua ligação com o lendário Numa Pompílio, figura associada ao pitagorismo, do qual sua *gens* clamava ascendência.²⁴

Assim, podemos dizer que a inusitada associação entre Hércules e as Musas não foi uma invenção de Nobílior, tampouco de Pompônio Musa ou de Filippo, mas uma revisitação romana de concepções gregas ligadas à doutrina pitagórica, que interessava a esses líderes devido à conotação política que se atribuía a tais figuras divinas. Devido à fragilidade das evidências, mantém-se a dúvida sobre quem primeiro teria associado as Musas a Hércules em um culto comum. A despeito da presença, mencionada por Pausânias (6.31.10), de uma estátua de Hércules junto às Musas em um templo de Asclépio em Messênia (séc. II a.C.), não foram encontrados indícios consistentes de um culto

22 Sobre as moedas de Pompônio Musa e sua relação com as imagens no templo de Nobílior, cf. Gobbi (2009, 226-228).

23 Sobre o Hércules citaredo, cf.: Hardie (2007, 562-563); Littlewood (2006, 230); Gobbi (2005, 227-228), que cita exemplos dessa figuração em: vasos áticos (530-490 a.C.), um relevo em terracota de Tarento (325-300 a.C.), um alabastro de figuras vermelhas da Apúlia (350-300 a.C.) e, em maior número, gemas do século II-I a.C., que possuem semelhança significativa com o Hércules citaredo nas moedas de Pompônio Musa. Para a associação entre o Hércules citaredo, as Musas e a doutrina pitagórica, cf.: Vio (2017, 282); Caruso (2016, 368-369); Stefano (2014, 405-406); Gobbi (2009, 227-228).

24 Para a associação entre Numa e Pitágoras, cf.: Vio (2017, 282); Caruso (2016, 227); Ov., *Met.* 15.1-60; Plutarco, *Numa* 8.4-10.

- | Hércules *Musarum*: poética e patronagem no encerramento dos Fastos de Ovídio

dedicado a essas divindades em conjunto na Grécia. Desse modo, o culto de Hércules com as Musas pode ter sido uma invenção romana.²⁵

Para Nobílior, a junção dessas imagens, além de seu caráter filosófico, cultural e religioso, possuía, acima de tudo, uma simbologia política ligada à conquista de um território específico, a Ambrácia; cidade da qual Héacles era considerado fundador, capital do reino de Pirro, embebida da cultura de Alexandria, da qual as Musas trazidas como espólio para o templo em Roma eram símbolo. A relação de mútua assistência estabelecida entre o herói divinizado e as deusas da poesia, orientada pelo mundo grego, tornou-se paradigmática da relação de patronagem entre Nobílior e o poeta Ênio, cuja presença na campanha militar na Etólia soou como uma novidade para os romanos.

Hércules, em posse da cítara, exercita seu dom menos conhecido, a arte musical que provém de Apolo e das Musas. A faceta celebrativa e pacífica do Hércules citaredo contrasta com sua caracterização mais comum com a clava (símbolo de poder civilizatório), no papel do herói sofredor, que realiza penosos e funestos trabalhos antes de ser divinizado. Hércules é odiado por Juno, que o instiga à loucura. Tomado de fúria, ele mata sua família. Depois, segue para Delfos a fim de consultar o oráculo, que determina que ele realize os doze trabalhos para se purificar. Hércules é um dos heróis deificados que eram modelos para homens considerados excelentes, benfeitores, para os quais eram dedicados louvores póstumos em Roma.²⁶

A lenda de Hércules na *Eneida*, narrada nas palavras de Evandro em um banquete para Eneias (Virg., *Aen.* 8.184-279), revela etiologia. A passagem é quase um episódio à parte e dá destaque ao embate entre Hércules e Caco, monstro que aterrorizava o Aventino. Hércules, ao retornar de um de seus trabalhos, na Hispânia, com o gado de Gerião, tem seu rebanho roubado por Caco. Ao descobrir a artimanha do monstro cuspidor de fogo, o herói grego o confronta e o mata, trazendo alívio para a população local. Desde então, Hércules passa a ser honrado no Lácio com um festival anual na Ara Máxima. É isso que Evandro explica: as origens, com a Ara Máxima – altar de Hércules – no *Forum Boarium*. Apesar de sua fúria descontrolada ao matar Caco (Virg., *Aen.* 8.256-261), Hércules é modelo de guerreiro, que destrói o monstro com a paixão e a força necessárias para vencer. Essa caracterização é importante para o embate entre Eneias e Turno no final do poema. Bem definida e econômica, essa narrativa etiológica de significado religioso explica as origens da cerimônia contemporânea a Virgílio dedicada a Hércules. Hércules

25 Sobre o culto de Hércules junto às Musas como uma invenção romana, cf.: Caruso (2016, 378-380); Stefano (2014, 405); Gobbi (2005, 228-230).

26 Para Hércules como paradigma para homens excelentes, cf.: Cic., *Nat. D.* 2.62; Hor., *C.* 1.12.25; 3.3.9-12.

é um paradigma para a tarefa heroica de Eneias (e de Augusto): livrar o mundo de forças barbáricas/caóticas e da violência desmedida. Ele mescla características do herói grego com o conceito romano de benfeitor, deificado após a morte por seus méritos, tal como Rômulo/Quirino, Líber e, futuramente, Augusto. Ao acessar o passado, Virgílio ilustra as qualidades que levam à deificação.

Hércules, as Musas e a patronagem poética em Roma

Ao serem cultuadas pela primeira vez em Roma junto a Hércules, as Musas gregas passaram a ser associadas ao modo romano de celebrar a *virtus* de políticos e aristocratas. O templo de Hércules *Musarum*, fundado por Marco Fúlvio Nobílior, pode ser visto como um monumento da onda de cultura helenística que ganhava corpo em Roma, em grande parte devido a conquistas militares na Grécia. Nobílior entrou no cenário político logo após a Segunda Guerra Púnica: foi edil em 196 a.C. e pretor em 193 a.C., distinguindo-se por sua atuação na Hispânia. Como cônsul, em 189 a.C., assumiu o comando da frente militar na Etólia e promoveu a captura da Ambrácia. Em 187 a.C., retornou a Roma e, com o espólio, realizou um triunfo. Por fim, em 179 a.C., dedicou o templo a Hércules e às Musas.²⁷

Nobílior é considerado um dos primeiros comandantes militares romanos a dar expressão ao desejo de emular a cultura grega, pilhando um volume considerável de objetos de arte e outras riquezas em suas conquistas. Por isso, foi alvo de críticas de senadores e pontífices. Esse talvez tenha sido um dos motivos pelo qual o templo levou cerca de uma década para ser dedicado. Nobílior também foi criticado por ter levado Ênio consigo para a Etólia.²⁸ Ênio registrou a conquista de Nobílior na Ambrácia em uma fábula pretextada intitulada *Ambracia* (188 a.C.), que foi apresentada nos Jogos Votivos de 186 a.C. e, possivelmente, na inauguração do templo das Musas em 179 a.C.. Além disso, Ênio teria concluído o livro 15 dos *Anais* com uma apologia à vitória de Nobílior, mencionando a transferência das Musas para o templo em Roma.²⁹

Macróbio menciona o calendário posto no templo por Fúlvio, em que constaria uma explicação sobre as origens dos nomes dos meses de maio e junho, nomeados por Rômulo, com base na divisão dos cidadãos entre anciões (*maiores*) e jovens (*iuniores*):

²⁷ Para o triunfo de Nobílior, cf. Liv. 39.5.

²⁸ Sobre a relação entre Nobílior e Ênio, cf.: Rupke (2011, 87-95); King (2006, 30-31); Gold (1987, 48-50).

²⁹ Sobre o encerramento dos *Anais* de Ênio em comparação com o final dos *Fastos* de Ovídio, cf. Barchiesi (1997a, 266-271).

- | Hércules *Musarum*: poética e patronagem no encerramento dos *Fastos* de Ovídio

Maium Romulus tertium posuit, de cuius nomine inter auctores lata dissensio est. Nam Fulvius Nobilior in fastis quos in aede Herculis Musarum posuit Romulum dicit, postquam populum in maiores iunioresque divisit, ut altera pars consilio altera armis rempublicam tueretur, in honorem utriusque partis hunc Maium sequentem Iunium mensem vocasse.³⁰

Rômulo colocou maio em terceiro lugar, e há divergência entre os autores quanto a esse nome. Pois Fúlvio Nobílior, no calendário que pôs no templo de Hércules das Musas, diz que Rômulo, depois de dividir o povo entre anciões e jovens, para proteger a república – os primeiros por meio do conselho, e os últimos pelas armas –, homenageou cada parte ao chamar este mês maio e o posterior junho.

Pouco podemos afirmar quanto ao conteúdo do calendário de Nobílior além do que foi citado por Macróbio.³¹ Tampouco há informações sobre o material de que teria sido feito ou sobre como teria sido posto no templo. Porém, a exemplo de outros *fasti* republicanos, é provável que fosse pintado em uma das paredes. Por analogia com outros exemplares da época, poderia incluir os nomes dos meses e explicações sobre sua origem, listas de magistrados, cônsules e censores, e datas de inauguração (*dies natalis*) de templos, com menção aos seus fundadores aristocratas. Ênio pode ter contribuído para sua elaboração, não só por sua proximidade com Nobílior, mas pelo conhecimento da matéria. Nos *Anais*, a história romana é narrada cronologicamente como uma série de feitos heroicos que decorrem da *virtus* dos indivíduos (homens excelentes). Assim, tanto o calendário de Fúlvio como a narrativa épico-histórica de Ênio enumeravam as conquistas romanas e a passagem do tempo, ano a ano, lembrando a narrativa linear das crônicas e registros do *pontifex maximus*, os *Annales Maximi*.

Autores augustanos, como Tito Lívio e Ovídio, partem do período lendário para traçar a origem e o desenvolvimento do calendário romano. O primeiro calendário é atribuído a Rômulo, que teria elaborado uma versão de dez meses (304 dias), baseada no ciclo lunar.³² Seu sucessor, Numa Pompílio, aconselhado pela Ninfa/Camena Egéria, teria realizado uma reforma, instituindo novos ritos e acrescentando dois meses ao calendário, adaptando-o, assim, ao ano solar.³³ Anco Márcio (quarto rei de Roma, que Ovídio aponta como ancestral de Márcia em nossa passagem dos *Fastos*, 6.803), por sua vez, teria sido o primeiro a ordenar a transcrição, em um *album* (quadro branco), de ritos públicos (*sacra publica*) extraídos dos comentários do rei (*commentariis regis*), com os nomes dos

³⁰ Macróbio, *Sat.* 1.12.16.

³¹ Sobre o calendário de Nobílior, cf.: Heslin (2015, 205); Rupke (2011, 93-105), (2006, 489-512); King (2006, 30-33). Sobre a possível participação de Ênio na composição do calendário de Nobílior, ver Rupke (2006, 489-512).

³² Para a instituição do calendário por Rômulo, cf. Ov., *F.* 1.27-36. Sobre o calendário romano no período lendário, cf. King (2006, 24-26).

³³ Para a reforma do calendário atribuída a Numa Pompílio, cf. Ov., *F.* 1.43-44; Liv. 1.19.4-7.

magistrados e dos festivais, para ser exibido em locais públicos. Tito Lívio refere-se ao uso do calendário como instrumento de governança, por meio do qual Anco Márcio teria legitimado sua sucessão, ao projetar a imagem de seu avô, Numa, como símbolo e modelo de hegemonia pacífica sobre o povo.³⁴

A maioria dos calendários romanos de que dispomos são posteriores à reforma de Júlio César, em 46 a.C.. O único exemplar pré-juliano que chegou até nós, os *Fasti Antiates Maiores* (60-50 a.C.), indica que o ano era dividido em doze meses e tinha duração de 355 dias, ao término do qual era acrescentado um período extra, intercalado com o ano seguinte (*interkalaris*). Com a reforma promovida por César, que sofreu pequenas alterações no Período Augustano, a duração do ano aumentou em dez dias, ajustando-se com maior precisão à orientação solar e ao calendário agrícola.³⁵

No Período Augustano, houve um aumento considerável da produção de calendários, a maioria deles erigida em locais públicos em comunidades itálicas. Augusto construiu, em Roma, no Campo de Marte, o *horologium Augusti* (12-8 a.C.), um calendário solar com texto em grego e latim, orientado por um obelisco trazido como espólio do Egito depois da vitória em Ácio (31 a.C.). Além de comemorar a suposta restauração da República por Augusto, o monumento sugeria apropriação do conhecimento grego-egípcio de astronomia (tempo e espaço), colocando a liderança de Augusto no centro da ordem cósmica.³⁶

Um importante calendário augustano, cujos moldes serviram de parâmetro para Ovídio, é conhecido como *Fastos Prenestinos* (*Fasti Praenestini*) (figura 3). Esse calendário, gravado em mármore, do qual sobraram fragmentos (atualmente no Palazzo Massimo, Roma), foi publicado por volta de 8 d.C. e situava-se no Fórum de Preneste (moderna Palestrina), em um hemicírculo, próximo a uma estátua de Marco Vérrio Flaco, responsável por sua elaboração.³⁷

34 Liv. 1.32.1-4.

35 *Fasti Antiates Maiores*: calendário originalmente pintado na parede de um prédio público em Âncio (*Antium*), no Lácio, atualmente em exibição no Museu Nacional, Palazzo Massimo, em Roma. Sobre os calendários republicanos, cf. Rupke (2011, 6-14).

36 Sobre Augusto, o calendário e as relações sociais, cf. King (2006, 34-40).

37 Sobre os *Fasti Praenestini* e como se associam aos *Fastos* de Ovídio, cf. King (2006, 36-40).

- | Hércules *Musarum*: poética e patronagem no encerramento dos *Fastos* de Ovídio

Figura 3. *Fastos* Prenestinos (c. 6-9 d.C.)³⁸



Fonte: Elaboração própria (2016)

Vérrio foi professor dos netos de Augusto (Caio e Lúcio) e subiu rapidamente em escala social em comparação com outros homens livres, rivalizando com proeminentes membros da elite. O calendário possuía anotações sobre a vida de Augusto e marcava a posição política de Vérrio, com menção ao seu papel como oficial local e inclusão na lista de magistrados. Assim, projeta uma identidade simbólica de Vérrio, mostrando sua passagem de escravo a liberto, sua relação com Preneste e com Augusto no centro do poder.³⁹

O uso político do calendário como meio de identificação da elite ganhou força no Período Augustano, articulando uma imagem cívica e negociando tensões e desejos conflitantes em uma unidade regular. De acordo com Richard King, o objetivo era projetar uma imagem de estabilidade governamental, com a organização das referências das atividades públicas do ano em uma sinopse religiosa, jurídica, política e comercial.⁴⁰ Para compor os *Fastos*, Ovídio se orienta pelo calendário determinado por Júlio César e

38 Tipo de objeto: calendário. Descrição: calendário romano, fragmentos. Autor: Marco Vérrio Flaco. Cultura/ período: Era Augustana. Data: 6-9 d.C. Produzido em: Praeneste (Palestrina). Material: mármore. Museo Nazionale Romano, Palazzo Massimo alle Terme, Roma. Foto: de minha autoria (2016).

39 Para Vérrio e seu calendário, cf. Suet., *Gram.* 17.

40 Sobre o uso político do calendário pelas elites romanas, cf. King (2006, 17-40).

regulado por Augusto como pontífice máximo, acrescentando digressões poéticas sobre as variantes dos rituais e lendas associadas às datas comemorativas.⁴¹

Em um regime político de rivalidade aristocrática, o discurso de louvor era um meio útil para legitimação do poder. Autores romanos como Catão, Varrão, Cícero, Valério Máximo e Horácio referem-se à suposta poesia de louvor aos antepassados (*carmina convivalia*), que teria circulado nos banquetes desde os tempos lendários de Numa até o século IV a.C..⁴² Não restaram exemplares dessa poesia romana arcaica, a despeito das diversas menções a ela. Cícero, em *Brutus*, cita Catão como fonte ao mencionar os *carmina* de louvor dedicados aos homens insígnies de gerações passadas, supostamente cantados nos banquetes:

atque utinam exstarent illa carmina, quae
multis saeculis ante suam aetatem in epulis esse
cantata a singulis convivis de clarorum virorum
laudibus in Originibus scriptum reliquit Cato.⁴³

Quem dera ainda existissem aqueles poemas
de louvor de homens insígnies, que, há muitos
séculos, eram cantados por cada conviva nos
banquetes, tal como Catão deixou escrito em
Origens.

De acordo com Cícero e outros autores romanos, essa poesia convivial arcaica parece ser a expressão de uma sabedoria aristocrática, em que era essencial o louvor aos antepassados (*laus maiorum*). Assim como nós, esses autores aparentemente não tiveram contato com essa poesia, que, de acordo com Cícero, pertencia ao passado e havia se perdido em sua época. Não sabemos se esses *carmina* – se é que existiram – versavam sobre os heróis, como em poemas gregos, ou se se limitavam à exaltação dos feitos de homens distintos (*laus facta*).⁴⁴ Nos textos, não há referências a autores desses *carmina*, cuja composição talvez ficasse a cargo de amadores, que poderiam ter outras carreiras e escrever poesia em louvor a pessoas distintas como atividade secundária.

Os autores que se referem a essa poesia parecem estar preocupados em estabelecer relações com poetas mais recentes, como Névio, Lucílio e Ênio. A associação entre essa poesia arcaica e poetas posteriores indica particularmente o interesse na questão do louvor de políticos e generais romanos. Cícero refere-se a Ênio como o poeta que cantou louvores a Marco Fúlvio Nobílior, a quem acompanhou em campanha militar na Etólia:

41 Para a estrutura dos *Fastos* de Ovídio, cf. Miller (2002, 167-196).

42 Cic., *Tusc.* 1.3.10-3; Val. Max. 2.1.10.1-4; Catão (*apud Gell.* 11.2.5; fr. 2.2 Jordan), *Carmen de Moribus*; Hor., *C.* 4.15.25-32.

43 Cic., *Brut.* 75.1-5.

44 Os *carmina saliares* podem ter raízes nesse período longínquo. Sobre os *carmina saliares*, cf.: Virg., *Aen.* 8.285-288; Hor., *C.* 1.37.2; 1.36.12; 4.1.28; *Epist.* 2.1.86.

- | Hércules *Musarum*: poética e patronagem no encerramento dos Fastos de Ovídio

honorem tamen huic generi non fuisse declarat oratio Catonis, in qua obiecit ut probrum M. Nobiliori, quod is in provinciam poëtas duxisset; duxerat autem consul ille in Aetoliam, ut scimus, Ennium.⁴⁵

Catão declara que esse gênero, no entanto, não gozava de grande prestígio, no discurso em que critica Marco Nobílior por ter levado poetas em campanha na província. Pois, como sabemos, quando cônsul, ele levou Ênio consigo à Etólia.

No mesmo contexto em que critica Nobílior por levar Ênio em sua campanha militar, Catão, segundo Cícero, afirma que as antigas canções de louvor não gozavam mais de grande apreciação. A citação de Catão por Cícero indica que este era um processo político, deixando evidente o clima de controvérsia quanto aos atos de Fúlvio. A despeito das críticas, o discurso de louvor visando legitimar os atos dos homenageados proliferava em Roma, pelo menos desde o século III a.C., em inscrições honoríficas tumulares, discursos fúnebres e comentários pontificiais.⁴⁶ Porém, quando Nobílior adotou uma prática das cortes helenísticas, de levar um poeta para uma campanha militar para registrar seus feitos em versos, promoveu uma transformação no modo romano de celebrar conquistas militares.

Apesar das críticas à conduta de Fúlvio em relação a Ênio, a profissão de poeta vinha se consolidando em Roma desde Lívio Andronico, sendo adotada no repertório de rivalidade aristocrática.⁴⁷ Para celebrar a vitória de Marco Lívio Salinador sobre Asdrúbal Barca na Batalha do Metauro, Lívio Andronico compôs um hino em honra a Juno, na forma de um partênio. A obra foi apresentada por um coro de 27 jovens no antigo templo de Júpiter Estátor, no Palatino, local que passou a sediar uma associação de poetas, posteriormente transferida para o templo de Hércules *Musarum*.⁴⁸ Com Névio e Plauto, a poesia ganha presença pública e política no palco. Obviamente, essas transformações não ocorreram isoladamente, mas fizeram parte de um processo de adaptação e integração da cultura helenística em Roma, decorrente da conquista do Mediterrâneo.⁴⁹

45 Cic., *Tusc.* 1.3.13-17; ver também Cic., *Arch.* 26-27.

46 Rupke (2011, 91) refere-se à legitimação de atos de homenageados em inscrições e textos, citando como exemplos mais antigos um discurso de Ápio Cláudio Cego (280 a.C.), cônsul; um comentário pontifical de Tibério Coruncânio (250 a.C.), juriconsulto e pontífice máximo; e uma oração funerária (*laudatio funebris*) dedicada a Lúcio Cecílio Metelo (221 a.C.), cônsul e pontífice máximo.

47 Sobre a patronagem poética em Roma, cf. Gold (1987, 39-67).

48 O templo de Júpiter Estátor localizava-se próximo à Porta Mugônia, entrada para o Palatino pela via Sacra. A construção é atribuída a Rômulo, no período lendário, mas historicamente foi dedicado em 294 a.C. por Marco Atílio Régulo, depois de uma batalha contra os samnitas; cf.: Liv. 10.36.11; Littlewood (2006, 228). Para Lívio Andronico no templo de Júpiter Estátor, cf.: Liv. 27.37; Newlands (1995, 135-136).

49 Sobre o processo de assimilação da cultura helenística em Roma e a associação entre política e poesia, cf. Rupke (2011, 91-92).

No Período Augustano, o templo de Hércules *Musarum*, vizinho ao Circo Flamínio, ficava no centro das preferências culturais da *gens Iulia*, sendo justaposto ao Pórtico de Otávia, construído em honra à irmã de Augusto, e próximo ao Teatro de Marcelo (*Theatrum Marcellum*), dedicado à memória do filho de Otávia (primeiro filho adotivo de Augusto). Não há indícios consistentes sobre a configuração arquitetônica original do templo, mas constam, na *Forma Urbis Romae*, referências seguras sobre sua planta após a reforma e ampliação realizada por Lúcio Márcio Filipo, concluída em 29 a.C..⁵⁰

Filipo (cônsul em 38 a.C.) era filho do padrasto de Augusto, também chamado Lúcio Márcio Filipo (cônsul em 56 a.C.), que se casou com Ácia, sobrinha de Júlio César e mãe de Augusto, em 57 a.C., logo depois que essa ficou viúva de Otávio.⁵¹ Os laços fraternais com Augusto estreitaram-se ainda mais depois que o jovem Filipo casou-se com Ácia Menor (irmã mais nova da mãe de Augusto, citada em nossa passagem como tia materna de Augusto, *matertera Caesaris*, 6.809), com quem gerou uma filha, Márcia, formando a família homenageada no encerramento dos *Fastos* (6.801-809). Segundo Suetônio, Filipo teria usado o espólio de sua campanha militar na Hispânia (33 a.C.) para reformar o templo, incluído no plano de reconstrução de Augusto.⁵² Na ampliação, construiu um pórtico, conhecido como Pórtico de Filipo, que adornou com estátuas e pinturas célebres, algumas delas citadas por Plínio, o Velho.⁵³ Ovídio situa a dedicação do templo em 30 de junho (6.797), que é possivelmente a data de sua reinauguração, reforçando a ênfase na ligação do local com Filipo.⁵⁴

O templo de Hércules *Musarum* – tal como o de Júpiter Estátor – sugere a fusão das artes gregas e romanas, assim como a relação entre arte e política.⁵⁵ Nobílior, como patrono, além de dar suporte a Ênio como poeta, promoveu jogos, com a presença de

50 Para a planta do templo de Hércules *Musarum*, cf. Heslin (2015, 198-201).

51 Para a relação de parentesco entre as famílias de Filipo e de Augusto, cf. Newlands (1995, 132-134); Gray-Fow (1988, 184-199).

52 Suet., *Div. Aug.* 29.5.

53 Sobre o Pórtico de Filipo, cf.: Heslin (2015, 197-254); Stefano (2014, 401-431). Plínio, o Velho, cita a presença de pinturas no pórtico, como uma Helena, de Zêuxis (Pl., *H. N.* 35.66), e uma série de painéis sobre a Guerra de Troia (Pl., *H. N.* 35.144).

54 Seguramente, 30 de junho não seria a data da fundação do templo (possivelmente seria 13 de junho, dia das Musas), uma vez que junho possuía apenas 29 dias antes da reforma do calendário romano, em 46 a.C.. Para as datas da dedicação e da reinauguração do templo, cf.: Heslin (2015, 211); Stefano (2011, 408-409); Gobbi (2009, 218-219). Para a restauração do templo por Filipo, ver Suet., *Aug.* 29.5.2-3.

55 Para os templos de Hércules *Musarum* e de Júpiter Estátor como representantes de uma fusão entre as artes gregas e romanas, cf. Newlands (1995, 135-136).

artistas gregos e competições atléticas em Roma.⁵⁶ A obra de Ênio, com sua Musa grega, por sua vez, impulsionou ainda mais a assimilação dos gêneros helenísticos em Roma. As relações entre Ênio e Nobílior nos levam a questionar como as imagens das Musas e de Hércules e o calendário no templo de Nobílior se associam ao modo romano de exercer a patronagem da poesia. Para entender essa relação, é necessário considerar o simbolismo do templo. Eumênio ressalta o mútuo benefício na relação entre Hércules e as Musas, sugerindo que, em troca da proteção de Hércules, as Musas emprestam a voz para os louvores desse herói adorado pelos romanos, proclamando sua *virtus* (e assim eternizando sua memória).⁵⁷ Essa relação simbólica entre protetor e protegido pode ser vista como análoga às relações de patronagem entre Nobílior e Ênio, em que o primeiro (patrono) garante ao segundo (poeta) condições – não necessariamente financeiras – para compor poesia que legitime suas vitórias militares.

Ênio é predecessor de Ovídio tanto nos interesses etiológicos como na fusão de práticas poéticas com temas políticos romanos. As Musas se destacam nos *Anais*: no primeiro livro, com a invocação às Musas; no sétimo, com a narrativa sobre a relação do poeta com essas divindades; e no final do décimo-quinto (originalmente o último), com as conquistas de Nobílior e seu templo de Hércules *Musarum*.⁵⁸ Nos *Fastos*, Clio, ao referir-se ao templo, omite seu fundador, Nobílior, para destacar Filippo (*monimenta Philippi*, 6.801), responsável por sua restauração. A audiência saberia que Clio está contando apenas parte da história, porém a brincadeira não faria sentido se a intervenção de Filippo não tivesse sido significativa. A palavra monumento (*monumentum*) – fundamental para entender como os romanos representavam seu passado e projetavam seu futuro – evoca a relação entre templo, Musas e memória. Ovídio associa um novo patrono ao templo, quase como um novo fundador, ligado à memória recente, da Era Augustana.

56 Sobre a contribuição de Ênio no processo de assimilação da cultura helenística, cf. Rupke (2011, 91-92). O templo de Hércules *Musarum* foi sede do *collegium poetarum*, uma espécie de associação que tratava de assuntos ligados às atividades dos poetas e que era palco de competições e recitações de poesia. Sobre o *collegium poetarum*, cf.: Heslin (2015, 230-237); Horsfall (1976, 79-95); Crowther (1973, 575-580); Sihler (1905, 1-21); Hor., *Sat.* 1.10.37-39; Pompônio Porfirião 1.10.38.1-2: *In aede Musarum, ubi poeta<e> carmina sua recitabant* (No templo das Musas, onde os poetas recitavam seus poemas).

57 Eum., *Inst. Schol.* 9.73: *Aedem Herculis Musarum in Circo Flaminio Fulvius ille Nobilior ... fecit, non id modo secutus quod ipse litteris et summi poetae amicitia duceretur, sed quod in Graecia cum esset imperator acceperat Heraclen Musagetem esse, id est comitem ducemque Musarum, idem primus nouem signa ... Camenarum ex Ambraciensi oppido translata sub tutela fortissimi numinis consecrauit, ut res est, quia mutuis opibus et praemiis iuuari ornarique deberent, Musarum quies defensione Herculis et uirtus Herculis uoce Musarum.* (Fúlvio Nobílior fez o templo de Hércules das Musas no Circo Flaminio. Ele foi levado a fazê-lo não só pelo interesse pela literatura e por sua amizade com o grande poeta, mas porque, quando foi comandante na Grécia, conheceu Hércules como *Musagetes*, isto é, companheiro e líder das Musas. Ele primeiro dedicou as estátuas das nove Camenas, transferidas da cidade da Ambrácia, sob a proteção da divindade mais valorosa, porque a verdade é que eles devem ser ajudados e adornados com recursos e benefícios mútuos, a paz das Musas com a proteção de Hércules e a virtude de Hércules com a voz das Musas).

58 Sobre a relação entre os *Anais* de Ênio e o calendário de Nobílior, cf. King (2006, 30-32).

Além disso, o interesse de Ovídio em calar sobre Fúlvio e falar sobre Filippo pode ter tido uma motivação poética. Como sugere Peter Heslin, é como se Ovídio, nos *Fastos*, rivalizasse com Ênio ao oferecer sua versão sobre a fundação do templo de Hércules *Musarum*, presente no final do décimo-quinco livro dos *Anais*.⁵⁹ Assim, a menção ao templo como o monumento de Filippo (6.801) desbancaria não só seu fundador, mas também o poema de Ênio.

Ao escolher como matéria o calendário cívico romano nos moldes de Júlio César e Augusto, Ovídio assumiu um tema de importância política central.⁶⁰ O engajamento entre os poetas se dava por meio de círculos, como os de Messala e de Mecenas, que intermediavam as relações com Augusto, que, por sua vez, participava à distância, mas tinha a palavra final por força de sua posição como *princeps*. Ovídio era de família nobre e não dependia de apoio financeiro de um patrono para compor poesia, embora provavelmente tenha frequentado o círculo de Messala a partir de 20 a.C. até no máximo 8 d.C. (ano da morte de Messala e do exílio de Ovídio). Sua independência financeira gerava menor compromisso com um tema de agrado de Messala, o louvor de patronos e do *princeps*.⁶¹ Com o decorrer do tempo, no entanto, principalmente no exílio, nota-se maior empenho de Ovídio no discurso de louvor, refletindo, em parte, o anseio de negociar seu retorno a Roma, embora já estivesse se dedicando a temas elevados desde antes do exílio, com as *Metamorfoses* e os *Fastos*.

A composição dos *Fastos* – em um longo intervalo de cerca de 19 anos (entre 2 a.C. e 17 d.C., a maior parte completa antes do exílio) – coincide com um período de endurecimento do poder de Augusto. O motivo do exílio de Ovídio permanece até hoje obscuro, a despeito das várias hipóteses, como a censura aos versos eróticos da *Ars Amatoria* e o conhecimento de informações secretas. É possível que o erro ao qual Ovídio (*Tristia* 2.207) se refere como uma das causas de seu banimento não tenha sido de extrema gravidade, pois sua punição, em alguns aspectos, foi atenuada. Ovídio foi submetido, tecnicamente, a uma *relegatio* (relegação, desterro).⁶² Na prática, isso significa que, embora tenha sido mandado sozinho para os limites do império, não perdeu suas propriedades, nem seus direitos legais. Seus livros foram retirados das bibliotecas de Roma, mas continuaram a circular em âmbito privado. Ovídio manteve também o direito

59 Para a relação entre o templo de Hércules *Musarum*, os *Fastos* de Ovídio e os *Anais* de Ênio, cf. Heslin (2015, 211).

60 Para a questão política nos *Fastos* de Ovídio, cf.: Feeney (2006, 464-488); Fantham (2002, 197-233). Sobre o modo como a relação de Ovídio com a política no exílio se reflete nos *Fastos*, ver Newlands (1995, 129-141).

61 Para a construção da imagem e da memória de Augusto, cf. Martins (2011).

62 Sobre o exílio de Ovídio como *relegatio*, cf. Boyle e Woodard (2000, xxv-xxvi).

de se corresponder com amigos em Roma e de publicar novas obras (nove ao todo), em que apela à benevolência de Augusto e de amigos na tentativa de reverter sua situação. Ovídio (*Tristia* 2.549-552) declara que o exílio que lhe foi imposto interrompeu (*rupit*) os *Fastos*. Dos doze livros que comporiam a obra só seis foram publicados, referentes aos meses de janeiro a junho, tornando o calendário de Augusto segundo Ovídio ainda mais breve do que o de Rômulo. É provável que Ovídio jamais tenha composto os demais livros, ou apenas os tenha esboçado. A ausência dos seis meses restantes quebra expectativas e suscita questionamentos. Considerando-se que os meses seguintes – julho e agosto – eram ligados a Júlio César e a Augusto, o silêncio de Ovídio torna-se ainda mais eloquente, deixando transparecer sua exaustão quanto à questão política.⁶³

Ovídio deixou Roma com os *Fastos* incompletos, tendo revisado e modificado algumas partes da obra em Tomis. Uma das principais alterações é a dedicação da obra, depois da morte de Augusto, destinatário original, em 14 d.C., para Germânico César, filho de Druso adotado por Tibério.⁶⁴ O louvor à *gens Iulia*, à *pax* augustana e à descendência de Augusto não é exclusividade de Ovídio, mas uma tendência de poemas augustanos tardios, que reflete o interesse de Augusto em questões de sucessão. Horácio, em seu quarto livro das *Odes*, publicado em 13 a.C., faz homenagens a Druso (4.4), a Tibério (4.14) e a aristocratas, como Paulo Fábio Máximo – casado com Márcia –, para quem dedica o primeiro poema do livro. Ovídio dá ênfase ao louvor à linhagem de Augusto nos *Fastos*, ao dedicar o poema a Germânico e encerrá-lo com Filipo (6.801), Márcia (802-806) e Ácia (*matertera Caesaris*, 809). Sem dúvida, interessava a Ovídio captar a benevolência do *princeps* com o louvor de seus familiares, sugerindo talvez uma esperança de que pudesse obter perdão e retornar a Roma. No entanto, a incompletude dos *Fastos* não deixa dúvidas quanto à frustração dessa expectativa.

A escolha de mulheres como objeto do discurso de louvor, tal como observamos no final dos *Fastos*, é comum na elegia erótica augustana, em que a mulher amada (*puella*), bela e sofisticada, é metáfora para a poesia. Porém, em um poema de pretensões cívicas, essa escolha parece estranha, pois normalmente homens – e não mulheres – são objeto de louvor em poemas de matéria grave.⁶⁵ No entanto, Márcia e Ácia são diferentes das

63 Sobre a exaustão de Ovídio com a política e a incompletude dos *Fastos*, cf.: King (2006, 1-2); Newlands (1995, 130, 138-140).

64 Para a dedicação dos *Fastos* a Germânico, cf.: Ov., *F.* 1.1.3; Fantham (2006, 373-414). Sobre o louvor à *gens Iulia* nos *Fastos*, ver Brown (2009, 120-139).

65 Sobre o elogio das mulheres da família de Augusto no encerramento dos *Fastos* de Ovídio, cf. Newlands (1995, 134-138). Ver também Barchiesi (1997b, 204-206), que demonstra como o elogio de Márcia, cujo marido, Paulo Máximo, se envolveu em uma intriga ligada a Tibério, repercute as tensões políticas ligadas à sucessão à época da composição e publicação dos *Fastos*.

mulheres da elegia erótica romana, pois o louvor incide não apenas sobre a beleza, mas também sobre a origem e a nobreza de caráter. Elogio semelhante pode ser encontrado no último poema do quarto livro de Propércio – um dos modelos de nossa passagem – em que Cornélia, enteada de Augusto, é apresentada como exemplo de esposa e mulher (4.11.13, 43). Como Propércio, Ovídio termina sua incursão em elegia etiológica louvando um novo tipo de mulher elegíaca: aristocrata e virtuosa, que incorpora as qualidades das matronas romanas.

O elogio de Ácia tem ênfase em suas relações familiares: casada com Filipo (*nupta illi*) e tia materna de Augusto (*matertera Caesaris*, 6.809), ela pertence à *gens* Márcia, de seu marido; e à *gens Iulia*, de Júlio César e Augusto, família sagrada (*sacra domo*, 810), que clamava ser descendente de Vênus por meio de Eneias e seu filho, Iulo/Ascânio. A palavra *matertera* (de *mater* + *altera*) indica uma relação de proximidade com Augusto, uma vez que, na sociedade romana, a tia materna era vista como uma segunda mãe, sendo próxima das crianças da família. Ácia é ainda qualificada como *decus* (810), que sugere a beleza, não só física – ela é um ornamento da família –, mas também de caráter, sugerindo honra, glória e dignidade.

Márcia (6.802-806), figura central no elogio, por sua vez, era amiga da mulher de Ovídio, Fábica. Seu marido, Paulo Fábio Máximo (pertencente à *gens* Fábica, que clamava ser descendente de Hércules), foi possivelmente um dos apoiadores do poeta no exílio.⁶⁶ Há uma estrutura retórica no elogio de Márcia, com menção às circunstâncias e aos atributos físicos e anímicos que compõem seu caráter como um modelo de matrona romana (*matrona optima*).⁶⁷ O uso repetido da palavra *genus* (802, 806) evidencia sua origem, mais especificamente sua ligação com Filipo (802), já falecido à época da publicação da obra; e com Anco Márcio, rei-sacerdote, de quem Márcia teria herdado o nome (803). Márcia possui *nobilitas* (804), palavra que sugere origem nobre, renome ou elevação de caráter; é casta (802), virtude da matrona romana, que compreendia fidelidade conjugal, honestidade e integridade moral; tem alma (*animus*, 805), um valor intelectual e moral; e engenho (*ingenium*, 806), isto é, inteligência e sagacidade. Márcia, assim como as mulheres da elegia erótica romana, tem destacada a beleza (*facies*, 804, 806) e a forma (*forma*, 805, 807). Clio, ao proferir o louvor a Márcia, sugere que não é torpe elogiar a forma (807), porque as deusas são louvadas por esse atributo. Essa afirmação remete ao

66 Ovídio, no exílio, endereça uma epístola ao amigo Paulo Fábio Máximo (Ov., *Ex Ponto* 3.3.1-2), em que o elogio, associando-o a Hércules (3.3.100).

67 Para a estrutura retórica do discurso de louvor, cf. *Retórica a Herênio* 3.13-14. Sobre o elogio de Márcia, cf. Vio (2017, 279-291).

- | Hércules *Musarum*: poética e patronagem no encerramento dos *Fastos* de Ovídio

juízo da beleza por Páris, uma das causas da ira de Juno, a quem Clio se refere como madrasta vencida (*victa noverca*, 800), expressão que evidencia sua ligação problemática com Hércules.

Hércules, as Musas e o gênero dos *Fastos*

Ovídio dá um tratamento peculiar às Musas nos *Fastos*, a começar por uma de suas características principais: a concórdia, sugerida em nossa passagem (*adsensere sorores*, 6.811). Esta qualidade é evidenciada tanto por Hesíodo, na *Teogonia* (60), como por Névio, que, em uma das passagens mais antigas da poesia latina sobre essas divindades, as caracteriza como irmãos concordes (*concordes sorores*).⁶⁸ Um importante modelo para Ovídio na construção da relação entre as Musas nos *Fastos* são os livros 1 e 2 dos *Áitia* de Calímaco, que se estruturam na forma de um diálogo entre o poeta e as Musas. Ovídio, nos *Fastos*, difere de seus predecessores ao estabelecer uma situação de discórdia entre as Musas, que aparecem tardiamente, no início do quinto e penúltimo livro da série (5.1-110).⁶⁹ Ovídio admite a confusão quanto à origem do mês de maio (5.1-8); e, para tentar esclarecer a dúvida, recorre às Musas Polímnia, Urânia e Calíope, que oferecem versões distintas a esse respeito, próximas de diferentes discursos e gêneros poéticos.⁷⁰

Polímnia (5.9-54) – que conta com a aprovação de Clio e Tália – oferece uma explicação etiológica para a origem do mês, nos moldes da *Teogonia* de Hesíodo. Ela dedica uma espécie de hino a *Maiestas*, personificação da majestade, inventada por Ovídio e anacronicamente situada em um cenário hesiódico. O discurso de Urânia (5.55-78), por sua vez, possui um viés didático, ao fornecer uma explicação sobre a origem do mês baseada na divisão da sociedade romana entre anciões (*maiores*) e jovens (*iuvenes*); os quais, por suas benfeitorias à pátria, teriam sido homenageados ao dar nome, respectivamente, aos meses de maio e junho. Essa versão, ligada às tradições romanas, é reiterada por Ovídio em outras passagens dos *Fastos* (1.41; 5.427-428) e confere com a de Macróbio (*Sat.* 1.12.16), citada anteriormente, que constaria no calendário de Nobílior. Por fim, a fala de Calíope (5.79-107) mescla elementos épicos e etiológicos ao evocar a origem de maio a partir de uma genealogia, que começa com Atlas, passa por Maia (uma das Plêiades, que teria dado o nome ao mês) e Mercúrio, até chegar em Evandro, um exilado

68 Para a concórdia como característica das Musas, cf.: Hes., *Teog.* 60: ἐννέα κούρα, ὁμόφρονες (nove moças concordes); Névio, B. P., frag. 1: *Novem Iovis concordēs filiae sorores* (nove irmãs concordes, filhas de Júpiter).

69 Sobre o diálogo entre o poeta e as Musas nos livros 1 e 2 dos *Áitia* de Calímaco, cf. Rawles (2019, 11-12). Sobre o diálogo das Musas nos *Áitia* como modelo para Ovídio nos *Fastos*, ver Barchiesi (1991, 11-12).

70 Sobre a discórdia entre as Musas no início do livro 6 e o gênero dos *Fastos* de Ovídio, cf.: Mazurek (2010, 128-145); Pranger (2006, 217-221); Barchiesi (1991, 1-17).

de Arcádia no Lácio. Assim, reitera, em versão reduzida (como em um brevíssimo epílio), um tema que aparece no primeiro livro dos *Fastos* (1.461-586). Ao final, Ovídio se exime de eleger a melhor versão, alegando um empate técnico entre as Musas (5.110). A dissonância entre os discursos das Musas somente se resolve no encerramento do poema, em que Clio, como porta-voz das Musas, é figura central. Clio também se destaca nos *Áitia* de Calímaco, junto a Calíope e Érato, embora pareça não haver o sentido de especialização, discórdia e dissonância entre seus discursos que se nota em Ovídio.⁷¹

A invocação tardia das Musas nos *Fastos* quase as exclui do programa poético. Ovídio articula diferentes programas poéticos sob a filiação de diversas divindades, deixando dúvidas quanto ao gênero da obra. A aspiração de compor poesia elevada, evidenciada no segundo livro (2.3), é conflitante com a promessa de lealdade a Vênus, deusa do amor, no quarto livro (4.8). No primeiro livro, Jano (1.178) – o deus dos começos, honrado em janeiro e associado à paz (tema essencial nos *Fastos*) – é candidato a substituto das Musas. Ele se diferencia de outras divindades da poesia, como o Apolo do prólogo dos *Áitia* de Calímaco (frag. 1.21-28 Pf.), pois não estabelece parâmetros para a composição poética. Sua natureza antiguerria (1.253) se harmoniza com o tema da *pax* augustana, que Ovídio se propõe a cantar: os altares e os dias sagrados de Augusto (1.13-14).⁷²

A adoção da métrica elegíaca, antes usada exaustivamente por Ovídio para escrever poesia erótica, nesse poema de temas cívicos, provoca estranhamento. No início do livro 6, Ovídio se apresenta como vate (*vates*) que irá cantar os temas sagrados (*sacra*, 6.8). As palavras de Juno endereçadas ao poeta nesse livro deixam claro o contraste entre a elevação do tema (*magna*) dos *Fastos* e a singeleza de sua métrica (*exiguos modos*, 6.22).⁷³ A tensão entre a métrica elegíaca e a matéria cívica gera ambiguidades. O caráter lúdico da obra, que mistura temas sérios com ironia e celebração, não obscurece seu teor político. Os *Fastos* são fruto de um momento de transformação política, que necessitava de ferramentas sutis e fluidas para negociar as barreiras com o *princeps*.⁷⁴

No final do livro 6, Ovídio invoca as Musas à maneira alusiva e erudita de Calímaco, ao pedir para que elas expliquem quem as associou a Hércules. Como notou Carole Newlands, Ovídio apresenta seu tema com um “gracioso jogo alexandrino de ‘quem é quem?’ e ‘o que é o quê?’”.⁷⁵ Nesse discurso douto e alusivo, os personagens são

71 Devido ao estado fragmentário do texto dos *Áitia*, não se sabe quantas Musas são citadas por Calímaco.

72 Sobre o papel de Jano como divindade da poesia nos *Fastos*, cf. Bachiesi (1991, 14-17).

73 Para Ovídio como vate, cf. Ov., *F.* 6.8. Para Juno e a singeleza da elegia, cf. Ov., *F.* 6.21-22.

74 Sobre a métrica elegíaca e a linguagem fluida dos *Fastos*, cf. Newlands (1995, 130).

75 Newlands (1995, 133-134).

- | Hércules *Musarum*: poética e patronagem no encerramento dos *Fastos* de Ovídio

identificados por meio de seus nomes gregos, ou por perífrases e descrições que com frequência evidenciam as relações de parentesco. Ovídio refere-se a Ácia não pelo nome, mas como tia de Augusto (*matertera Caesaris*) e esposa de Filipo (*nupta illi*, 6.809). Márcia, por sua vez, é apresentada como filha de Filipo e descendente de Anco Márcio, do qual herdou o nome (802-803). As Musas **são** chamadas Piérides (798-799) e caracterizadas como irmãs douradas (*doctae sorores*, 811-812). Hércules, do mesmo modo, é chamado pelo nome grego Alcides (812) e tem destacada sua ligação pouco harmônica com Juno como sua madrasta (*noverca*, 800).

As relações familiares entre Hércules e Juno – que incluem Júpiter e Hebe – são cercadas de conflito. A perseguição de Juno como obstáculo para a chegada de Eneias ao Lácio é tema central da *Eneida*. Embora imponha condições, ao final ela acaba cedendo aos desígnios de Júpiter, desfecho previsto desde o início da trama. Do mesmo modo, Juno é um obstáculo para Hércules, odiado por ser fruto do adultério de Júpiter com Alcmena. Hércules, após a deificação, casa-se com Hebe, filha de Juno. Assim, Juno, talvez a contragosto, tem que aceitá-lo como genro. A incorporação de Juno ao encerramento dos *Fastos* evoca o tema épico da concórdia, em que a deusa é obrigada a ceder, seja aos desígnios de Júpiter, seja a Hércules, herói deificado ligado às lendas da fundação de Roma.⁷⁶ Esse encerramento elaborado e alusivo abre lacunas para ambiguidades.

O poema de Ovídio sobre o calendário, com apenas seis meses, frustra a expectativa de continuidade que sugere. Nas linhas finais, Ovídio anuncia o início do próximo mês, *Iulius* – cujo nome evoca Júlio César e a *gens Iulia* –, mas, em seguida, surpreendentemente, pede para que as Musas acrescentem um final (*summa*, 798) à sua obra.⁷⁷ No último verso, a ação de Hércules de tanger a lira (*Alcides increpuitque lyram*, 812) reforça a ideia de um fim, dialogando com outros poemas augustanos de encerramento, em que outras divindades da poesia (Baco e Apolo) praticam a mesma ação.

Ovídio, na elegia 3.15 dos *Amores* (obra anterior aos *Fastos*), sugere algo semelhante, ao dizer que Baco bateu (*increpuit*) o tirso, fazendo-o considerar gêneros mais elevados:

76 Sobre o papel de Juno no encerramento dos *Fastos*, cf. Hardie (2007, 566-567).

77 Sobre o uso de *summa* (6.798) como ideia de finalização dos *Fastos*, cf.: Barchiesi (1997b, 203); Newlands (1995, 139).

corniger increpuit thyrso graviore Lyaeus:
pulsanda est magnis area maior equis.
inbelles elegi, genialis Musa, valete,
post mea mansurum fata superstes opus!⁷⁸

Lieu cornífero bateu o tirso com suma gravidade: cavalos potentes requisitam um território mais amplo. Elegias imbeles, Musa festiva – obra que há de sobreviver depois da minha partida –, adeus!

Horácio, por sua vez, na ode 4.15, diz que Apolo, tangeu (*increpuit*) a lira, impedindo-o de navegar por águas épicas com sua modesta nau (a poesia lírica); uma *recusatio* de temas bélicos, em favor do louvor à *pax* augustana, aos antepassados e à *gens Iulia*:

Phoebus volentem proelia me loqui
victas et urbis increpuit lyra,
ne parva Tyrrhenum per aequor
vela darem.⁷⁹

Eu desejava cantar as guerras e as cidades conquistadas, quando Febo tangeu a lira, impedindo-me de navegar pelo mar Tirreno em pequeno barco à vela.

Tanto Baco como Apolo, ao produzirem um som com seus instrumentos, advertem sobre a inadequação da matéria. Há um sentido de dissonância nessas passagens, que à primeira vista não corresponde ao que Ovídio parece sugerir no encerramento dos *Fastos*.

De acordo com Carole Newlands, o uso de *increpo* (6.812) como ação de Hércules aponta para uma conclusão tensa e mal resolvida quanto à autoridade poética de Ovídio para tratar de temas elevados.⁸⁰ A validação das palavras de Clio – a Musa que celebra glórias – por Hércules ao tanger a lira pode soar como um endosso parcial ao panegírico de Augusto e sua linhagem; diferentemente da ode 1.12 de Horácio, em que Clio é invocada como divindade tutelar de um poema que se desdobra em um catálogo de deuses, heróis (incluindo Alcides, 1.12.25) e benfeitores romanos, e culmina com Augusto como representante de Júpiter na Terra. Ovídio, em uma era de incerteza política, parece não conseguir assumir completamente a posição de herdeiro das tradições romanas de encômio político.

78 Ov., *Am.* 3.15.17-20. O tirso, bastão adornado de hera, cujo toque produz milagres, é o instrumento de Baco, usado pelo deus e pelas Bacantes como adereço em procissões dionisiacas ou como arma em momentos de confronto; cf.: Eur., *Ba.* 24-25, 113, 188, 308, 704, 724, 733, 763, 799, 1099. Poetas latinos, como Horácio e Lucrécio, associam o tirso ao furor poético, referindo-se ao seu poder de ferir, aterrorizar e levar a um estado além da razão; cf.: Hor., *C.* 2.19.8: *parce gravi metuende thyrso* (poupa-me, temível senhor do grave tirso); Lucr., *R. N.* 1.922-923: *acri percussit thyrso* (atingiu-me com o acre tirso). Em Ov., *Am.* 3.15.17, o verbo *increpo* (bater, fazer estrondo batendo, brandir, retumbar, fazer soar, tanger, estalar, golpear, aguilhoar, repreender, censurar) reforça o aspecto sonoro da ação e sugere censura. Baco, como deus da poesia, bate (no chão) – ou golpeia (o poeta?) – com seu instrumento de poder, sinalizando sua autoridade para advertir o poeta sobre os rumos de sua poesia.

79 Hor., *C.* 4.15.1-4. A lira é o instrumento de Apolo como deus da poesia. Nessa passagem, tal como em Ov., *Am.* 3.15.17, *increpo* sugere dois aspectos: produção de som e censura, associando-se à tutela divina. Assim, Apolo produz um acorde com seu instrumento, que soa como uma advertência ao poeta sobre os rumos de sua poesia; ver Apolo em: Cal., *Áitia* 1.21-28; Virg., *Ecl.* 6.3-5; Prop. 3.3.13-15; Hor., *C.* 4.6.25-44.

80 Sobre o uso de *increpo* em Ov., *F.* 6.812, cf.: Barchiesi (1997b, 205-206); Newlands (1995, 134-135, 140-141).

A descrição do templo de Hércules *Musarum* reflete a ambivalência de Ovídio quanto ao sistema político. A palavra monumento (*monimenta*, 6.801), usada em referência ao templo, evoca a relação entre Musas e memória. A imagem do templo como monumento da poesia pode ser comparada com versos de outros poetas augustanos. Virgílio, nas *Geórgicas*, refere-se a um templo imaginário em Mântua, sua cidade natal, com Augusto ao centro, para o qual o poeta será o primeiro (*princeps*) a conduzir as Musas gregas cativas em triunfo.⁸¹ Horácio, por sua vez, encerra o terceiro livro das *Odes* usando uma imagem semelhante, com o monumento e a Musa (Melpômene), porém dá um tratamento diverso ao motivo: as Musas não aparecem como espólio da conquista grega, nem Augusto está ao centro do templo, como em Virgílio. O poeta lírico é figura central: depois de anunciar a conclusão de um monumento perene, metáfora para sua lírica, Horácio clama ser o primeiro (*princeps*) a ter trazido o verso grego como espólio para a Itália e pede à Musa para ser coroado.⁸² Ovídio, nos *Fastos*, a despeito de mencionar o monumento e as Musas, não sugere relação de causalidade entre a poesia e sua imortalidade como poeta, tal como faz no final das *Metamorfoses*.⁸³ Com as Musas e o louvor da *gens Iulia*, Ovídio aproxima-se mais de Virgílio, nas *Geórgicas*, que coloca Augusto ao centro do templo, do que de Horácio, nas *Odes*, no papel de *princeps* coroado por Melpômene em seu monumento perene da poesia. O louvor nos *Fastos*, no entanto, soa menos convincente que em Virgílio, tendo em vista a deterioração da relação entre Ovídio e Augusto à época da composição dos *Fastos*.

Conclusão

A presença das Musas nos *Fastos* coloca em evidência a questão da concórdia e da discórdia, que pode ser vista sob uma perspectiva tanto poética como política. No livro 5, o debate entre as Musas, em função da discórdia (*dissensere deae*, 5.9) sobre a origem do mês, com cada uma delas privilegiando em seus discursos diferentes vertentes da poesia elevada, pode ser observado como um indicador da mescla genérica inerente

81 Virg., *G.* 3.10-16: *primus ego in patriam mecum, modo uita supersit, Aonio rediens deducam uertice Musas... in medio mihi Caesar erit templumque tenebit* (Se a vida durar o bastante, eu serei o primeiro a retornar à pátria conduzindo as Musas do topo do Hélicon... César estará ao centro para mim e ocupará o templo). Sobre o papel das Musas nas *Geórgicas* de Virgílio, cf. Hardie (2002, 175-208).

82 Hor., *C.* 3.30.1, 12-16: *Exegi monumentum aere perennius... princeps Aeolium carmen ad Italos deduxisse modos... et mihi Delphica lauro cinge volens, Melpomene, comam.* (Concluí um monumento mais perene que o bronze... o primeiro a trazer o verso eólio para os ritmos itálicos... Melpômene, de bom grado, cinge meus cabelos com o louro de Delfos).

83 Ov., *Met.* 15.871-879: *Iamque opus exegi... perque omnia saecula fama... vivam* (E agora concluí uma obra... e por todos os séculos, graças à fama... viverei).

à obra. Os discursos de outras divindades, como Juno, Vênus e Jano, acrescentam ainda outros elementos que autorizam a coexistência de aspectos de gêneros diversos em uma obra unificada pela métrica elegíaca. Por fim, no encerramento da obra, a concórdia entre as Musas (*adsensere sorores*, 6.811) – característica fundamental dessas divindades desde Hesíodo – é restabelecida na presença do Hércules citaredo, em uma ação articulada que converge para o louvor a membros da *gens Iulia*. O discurso de Clio, Musa ligada à história, atualiza o calendário de Nobílior para a Era Augustana, sintonizando-o assim aos interesses de Augusto em seu legado e sucessão, com o louvor aos seus familiares no monumento de Filipo. As novas *puellae* elegíacas – Ácia e Márcia – são elogiadas por Clio principalmente por seu caráter elevado, que as diferencia das típicas *puellae* da elegia erótica augustana. O Hércules citaredo, como líder das Musas – ou patrono da poesia –, pode remeter a Augusto, a Germânico, a Filipo ou até mesmo a Paulo Máximo (marido de Márcia), cuja benevolência interessaria Ovídio em situação de exílio. No entanto, a harmonia evocada pela concórdia das Musas sob o comando de Hércules não encontra ressonância na relação de Ovídio com o centro do poder em Roma à época da publicação dos *Fastos*. O louvor dos chamados benfeitores – dos quais Hércules é patrono e modelo de virtude – parece tarefa impossível para Ovídio como exilado, apartado dos monumentos e das instituições de Roma, cuja natureza e origem são matéria de seu poema. Assim, a ajuda das Musas torna-se necessária para a conclusão da obra, encerrada com a anuência de Hércules, que tange a lira, último movimento antes do silêncio eloquente, que interrompe e omite parte significativa do calendário, fazendo transparecer a exaustão e a resistência de Ovídio em legitimar as formas de poder vigentes em Roma.

Referências

BARCHIESI, A. **The Poet and the Prince**. London: University of California Press, 1997a.

BARCHIESI, A. Endgames: Ovid's *Metamorphoses* 15 and *Fasti* 6. In: **Reading the End in Greek and Latin Literature**. Edited by Deborah H. Roberts, Francis M. Dunn, and Don Fowler. Princeton: Princeton University Press, 1997b.

BARCHIESI, A. Discordant Muses. **Proceedings of the Cambridge Philological Society**, v. 37, p. 1-21, 1991.

BROWN, G. H. *Fasti*: The Poet, The Prince, and the Plebs. In: **A Companion to Ovid**. Edited by Peter E. KNOX. Malden: Blackwell, 2009. p. 120-139.

- | Hércules *Musarum*: poética e patronagem no encerramento dos Fastos de Ovídio

CARUSO, A. **Mouseia**. Tipologie, contesti, significati culturali di un'istituzione sacra (VII-I sec. a.C.). «L'ERMA» di BRETSCHNEIDER, 2016.

CARUSO, A. Le biblioteche come centri di cultura nel mondo greco. *In: La biblioteca infinita*. I luoghi del sapere nel mondo antico. Roma: *Electa*, 2014, p. 61-81.

FANTHAM, E. Ovid, Germanicus, and the Composition of the *Fasti*. *In: Oxford Readings in Ovid*. Edited by Peter E. KNOX. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 373-414.

FANTHAM, E. *Ovid's Fasti: Politics, History, and Religion*. *In: Brill's Companion to Ovid*. Edited by Barbara W. BOYD. Leiden: Brill, 2002. p. 197-233.

FEENEY, D. *Si licet et fas est: Ovid's Fasti and the Problem of Free Speech under the Principate*. *In: Oxford Readings in Ovid*. Edited by Peter E. KNOX. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 464-488.

GOBBI, A. Hercules Musarum. *In: Icone del mondo antico: un seminario di storia delle immagini*. Harari, M.; Paltineri, S.; Robino, M. T. A. (ed.). Roma: «L'ERMA» di BRETSCHNEIDER, 2009. p. 215-233.

GOLD, B. **Literary Patronage in Greece and Rome**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1987.

GRAY-FOW, M. J. G. A Stepfather's Gift: L. Marcius Philippus and Octavian. **Greece & Rome**, v. 35, Issue 02, p. 184-199, 1988.

HARDIE, A. Juno, Hercules, and the Muses at Rome. **The American Journal of Philology**, v. 128, n. 4, p. 551-592, 2007.

HARDIE, A. The *Georgics*, the Mysteries and the Muses at Rome. **Proceedings of the Cambridge Philological Society**, v. 48, p. 175-208, 2002.

HESLIN, P. **The Museum of Augustus**. The Temple of Pompeii, the Portico of Philippus in Rome, and Latin Poetry. Los Angeles: The Paul Getty Museum, 2015.

HORSFALL, N. The Collegium Poetarum. **Bulletin of the Institute of Classical Studies**, n. 23, p. 79-95, 1976.

- KING, R. J. **Desiring Rome: male subjectivity and reading Ovid's *Fasti***. Columbus: The Ohio State University Press, 2006.
- LITTLEWOOD, R. J. **A Commentary on Ovid: *Fasti* Book VI**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- MARTINS, P. **Imagem e poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto**. São Paulo: EdUSP, 2011.
- MASLOV, B. The Genealogy of the Muses: An Internal Reconstruction of Archaic Greek Metapoetics. **The American Journal of Philology**, v. 137, p. 411-446, 2016.
- MAZUREK, E. F. Debating Genre in Ovid's Proem to *Fasti* 6. **Phoenix**, v. 64, n. 1/2, p. 128-147, 2010.
- MILLER, J. F. The *Fasti*: Style, Structure, and Time. In: **Brill's Companion to Ovid**. Edited by Barbara W. BOYD. Leiden: Brill, 2002. p. 167-196.
- NEWLANDS, C. E. The Ideology of Closure: The Ending of Ovid's *Fasti*. In: **Roman Literature and Ideology**. Ramus Essays in Honour of J. P. Sullivan, p. 129-143, 1995.
- OVÍDIO. **Ovid. *Fasti***. Translated and edited with an introduction, notes and glossary by A. J. Boyle and R. D. Woodard. London: Penguin Books, 2000.
- PRANGER, M. P. **Founding the Year: Ovid's *Fasti* and the Poetics of the Roman Calendar**. Leiden: Brill, 2006.
- RAWLES, R. **Callimachus**. London: Bloomsbury Academic, 2019.
- RICHARDSON Jr., L. Hercules *Musarum* and the Porticus Philippi in Rome. In: **American Journal of Archaeology**, v. 81, n. 3, p. 355-361, 1977.
- ROWELL, H. T. A Home for the Muses. **Archaeology**, v. 19, n. 2, p. 76-83, 1966.
- RUPKE, J. **The Roman Calendar from Numa to Constantine. Time, History, and the *Fasti***. English translation by David M. B. Richardson. Malden: Wiley-Blackwell, 2011.

- | Hércules *Musarum*: poética e patronagem no encerramento dos Fastos de Ovídio

RUPKE, J. Ennius's *Fasti* in Fulvius's Temple: Greek Rationality and Roman Tradition. **Arethusa**, v. 39, n. 3, p. 489-512, 2006.

SIHLER, E. G. The Collegium Poetarum at Rome. **The American Journal of Philology**, v. 26, n. 1, p. 1-21, 1905.

STEFANO, F. Hercules Musarum in Circo Flaminio dalla Dedicca di Fulvio Nobiliore alla Porticus Philippi. **Archeologia Classica**, v. 65, 2, 4, p. 401-431, 2014.

VIO, F. R. Clari Monumenta Philippi. Poesia e politica nei *Fasti* di Ovídio. **Paideia: Revista di filologia, ermeneutica e critica letteraria**, LXXII, p. 279-291, 2017.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: SERIGNOLLI, Lya. Hércules *Musarum*: poética e patronagem no encerramento dos Fastos de Ovídio. **Revista do GEL**, v. 20, n. 1, p. 211-240, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 14/03/2023 | Aceito em: 15/05/2023.

TOPONÍMIA PARALELA NA CIDADE DE DOURADOS/MS: NOMEAÇÃO E MEMÓRIA

Marilze TAVARES¹
Marina de Souza SANTOS²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i1.3459>

Resumo: Este estudo se caracteriza como interdisciplinar envolvendo, especialmente, a Linguística, uma vez que o foco é uma parcela do léxico, e a História, já que requer a recuperação de aspectos históricos do local pesquisado. Teve como objetivo a análise de topônimos paralelos da área urbana de Dourados (MS). As reflexões teóricas apresentadas fundamentam-se em autores que estudam toponímia na perspectiva linguística – Dauzat (1945), Trapero (1995), Dick (1987,1996) – e em historiadores que discutem o tema memória – Thompson (1981), Samuel (1997), Ricoeur (2007). Para a constituição do *corpus*, foram elencados 11 topônimos que, posteriormente, foram submetidos à apreciação de 40 moradores. Dentre os resultados, citam-se os seguintes: há casos de relativo equilíbrio entre o uso do nome paralelo e o do oficial como Rua Bahia (paralelo) e Rua Hayel Bon Faker (oficial), e casos em que o paralelo prevalece como em Mão do Braz (paralelo) e Monumento ao Colono (oficial); os nomes paralelos analisados têm características distintas em relação aos oficiais: os primeiros, em geral, são mais descritivos e funcionais, possuem vínculos diretos com o espaço denominado e com a memória dos moradores; já os oficiais se prestam, frequentemente, à homenagem a homens considerados importantes para a história local, regional ou nacional.

Palavras-chave: Toponímia urbana. Topônimos paralelos. Memória. Dourados (MS).

1 Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil; marilzetavares@ufgd.edu.br; <https://orcid.org/0000-0002-5874-2635>

2 Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil; limasmarina@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0009-1901-2339>

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

Parallel toponymy in the city of Dourados/MS: naming and memory

Abstract: This study is characterized as interdisciplinary involving, especially, Linguistics, since the focus is a part of the lexicon, and History, since it requires the recovery of historical aspects of the researched place. Its objective was the analysis of parallel toponyms in the urban area of Dourados (MS). The theoretical reflections presented are based on authors who study toponymy from a linguistic perspective – Dauzat (1945), Trapero (1995), Dick (1987,1996) – and on historians who discuss the topic of memory – Thompson (1981), Samuel (1997), Ricoeur (2007). For the constitution of the *corpus*, 11 toponyms were listed, which were later submitted to the appreciation of 40 residents. Among the results, the following are mentioned: there are cases of relative balance between the use of the parallel and the official names, such as Rua Bahia (parallel) and Rua Hayel Bon Faker (official), and cases in which the parallel prevails, as in Mão do Braz (parallel) and Monumento ao Colono (official); the parallel names analyzed have different characteristics in relation to the official ones: the first ones, in general, are more descriptive and functional, they have direct links with the named space and with the residents' memory; the officials, on the other hand, often pay homage to men considered important for local, regional or national history.

Keywords: Urban toponymy. Parallel toponyms. Memory. Dourados (MS).

Introdução

De uso social, mas restrito a uma parte da população, ou em contextos de oralidade, os topônimos paralelos são enunciados de autoria coletiva e não identificada que podem caracterizar – ainda melhor que os designativos oficiais – a visão de mundo de uma comunidade.

Partindo desse pressuposto, o objetivo deste artigo é registrar e apresentar considerações acerca de um conjunto de nomes paralelos empregados para designar ruas, praças, igrejas e monumento da área urbana do município de Dourados/MS. Consideram-se paralelos os designativos geográficos não oficiais, surgidos espontaneamente, e também aqueles que foram oficiais em um momento da história da cidade, mas que, em determinado momento, foram substituídos por outros, e, ainda assim, continuam sendo utilizados pelos moradores da cidade.

As reflexões apresentadas neste artigo pretendem também contribuir para a discussão sobre como as pessoas se movimentam, pensam os espaços geográficos e se posicionam frente ao que é posto pelo poder público e aquilo que realmente faz sentido para suas vidas no espaço em que circulam.

Trata-se de um tema que se insere no campo dos estudos linguísticos, porque analisa os designativos como signos constituintes da língua, ou mais exatamente, uma parcela do léxico. A pesquisa apresentada, além disso, tem vínculo estreito com a História, porque se constitui como um estudo que necessita recuperar questões históricas locais, principalmente aquelas que, de alguma forma, relacionam-se com a memória e com a percepção da cidade por parte de seus moradores.

Como hipótese inicial, tomou-se o fato de que esse tipo de designativo, isto é, os paralelos, por motivos que serão expostos no texto, estaria ficando restrito às faixas etárias mais velhas e, dessa forma, em vias de desaparecimento. Por isso, a pesquisa teria especial relevância por colaborar para a documentação desse tipo de topônimo que têm valor histórico e cultural, diretamente vinculados à memória social e a aspectos da história da cidade.

Toponímia: nomeação e memória

Tendo em vista o recorte e o objetivo do estudo, apresenta-se, na sequência, alguns pressupostos básicos da Toponímia e uma breve discussão sobre a questão da memória construída por meio da experiência dos moradores na cidade, enfatizando-se a nomeação dos espaços.

Contextualizando os estudos toponímicos

Identificar pessoas e lugares com nomes próprios é um procedimento muito antigo. Amaral e Seide (2020, p. 32), por exemplo, lembram que, analisando a escrita antiga dos egípcios, há cinco ou seis mil anos, é possível observar que havia uma diferenciação entre o registro dos nomes comuns e o dos nomes próprios de reis e faraós. Na mesma direção, Dick (1987, p. 96) já havia registrado que, na Bíblia, nomes próprio de lugar aparecem com relativo destaque:

Nos versículos iniciais do Gênesis, por exemplo, despontam acidentes geográficos, nomes de rios, os primeiros conhecidos com suas nascentes no jardim que se chamou do Éden (do *hebraico*, “delícias, lugar de delícias), situado na banda do Oriente, e designados como Pisom, Giom, Tigres e Eufrates; destes, o terceiro “corre pelo oriente da Assíria”, diz a Bíblia, os dois primeiros circundando, respectivamente, as terras de Havilá e de Cuxe [...].

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

Os nomes atribuídos aos elementos geográficos são itens lexicais das línguas enriquecidos da função de nomear e são chamados de topônimos. Eles podem se referir a elementos geográficos físicos como rios, córregos, montanhas, morros, ou a espaços e edificações da área urbana como ruas, bairros, praças, monumentos. São objeto de estudo de uma área denominada Toponomástica³ – uma das subdivisões da Onomástica (ciência responsável pelo estudo dos nomes próprios em geral).

As pesquisas sobre toponímia, constantemente, requerem conhecimento de várias áreas do saber, mas estarão adequadamente acolhidas especialmente pela Linguística:

A Toponímia é uma disciplina cujos problemas têm sido compartilhados pela Linguística, Geografia, História, Botânica, Arqueologia, Antropologia... E todas elas reivindicando um “direito” de propriedade. Mas será preciso concordar que a Linguística tem mais (não estou dizendo exclusivo) “direito” do que qualquer outra, como perspectiva que tenta explicar uma parte do léxico de um lugar, de uma região, de uma língua”⁴ (Trapero, 1995, p. 21, tradução própria).

Para o desenvolvimento da pesquisa, que tem como foco topônimos paralelos da área urbana e cujos resultados se apresentam neste artigo, conforme mencionado, especialmente aspectos históricos precisaram ser considerados. Sobre essa questão, Dick (1996, p. 12) afirma:

[...] a toponímia é a disciplina que caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço de tempo preciso, procurando relacionar um nome ao outro [...].

A propósito, a necessidade de se recorrer aos aspectos históricos para melhor se compreender os nomes geográficos – ainda que por razões distintas – já foi atestada há várias décadas pelo linguista francês Dauzat (1945, p. 7), por exemplo, que afirma: “A toponímia combinada com a história indica ou especifica os movimentos ancestrais de

3 A tendência atual é pela utilização do termo Toponomástica para se referir à área, diferenciando-a de toponímia, objeto de estudo. Observar, no entanto, que nas citações utilizadas neste texto ainda não se observa o uso desse termo.

4 No original: “La Toponimia es una disciplina cuya problemática se la han repartido la Lingüística, la Geografía, la Historia, la Botánica, la Arqueología, la Antropología... Y todas ellas alegando un “derecho” de propiedad. Pero habrá que convenir que más (no digo exclusivo) “derecho” que ninguna tiene la lingüística, como perspectiva que trata de explicar una parcela del léxico de un lugar, de una región, de una lengua”.

povos, migrações, áreas de colonização, regiões onde um determinado grupo linguístico deixou seus traços” (tradução própria)⁵.

A análise do início da história do Brasil, por exemplo, pode explicar o porquê da grande incidência de topônimos indígenas em todo o território brasileiro. E vários estudos – ver, por exemplo, Sampaio (1987), Dick (1990) – já demonstraram que, nesse tipo de toponímia, são privilegiados, principalmente, aspectos descritivos. Dessa forma, elementos da natureza, como a vegetação, os animais, os recursos hídricos e as características do solo são motivadores mais recorrentes entre os topônimos de origem indígena.

Já no que se refere à nomeação de logradouros e demais elementos da área urbana, geralmente, outros motivadores prevalecem. Ou seja, os aspectos descritivos costumam dar lugar à tradição de homenagear, de registrar certas versões da história e certas ideologias, como demonstra, por exemplo, o estudo de Mori (2007). Assim, na toponímia urbana, os aspectos descritivos ou aqueles que facilitam a referência para a localização costumam ficar em segundo plano no momento de se atribuírem, oficialmente, nomes às ruas, às praças e a outros espaços.

Apesar disso, o hábito natural de fundar a nomeação na descrição e na referência acaba resistindo ou se impondo, ainda que ao lado dos nomes oficiais atribuídos pelos governos ou por aqueles que detêm o poder de escolher os nomes. Essa é uma das razões pelas quais permanecem ou surgem certos topônimos paralelos, ou não-oficiais.

Ao que consta, no Brasil, não há muitos trabalhos publicados cujo foco seja toponímia paralela. Dos que se tem conhecimento, convém citar o trabalho de Vieira (2000), que, ao realizar estudo onomástico sobre o município de Socorro (SP), inclui no *corpus* de sua pesquisa doze topônimos paralelos. Entre os nomes de ruas analisados pela autora, está Rua do Cemitério, que é

[...] topônimo transparente, portanto, indicativo do referencial presente, o cemitério da cidade. Enunciado completo, convive também, como em outros lugares, com a denominação oficial por ser indicativo preciso e claro a qualquer usuário do nome (Vieira, 2000, p. 143).

Como a questão do referencial tem especial relevância para a maioria dos designativos analisados neste estudo, transcrevem-se mais algumas palavras da pesquisadora citada em relação ao que foi constatado em sua pesquisa:

⁵ No original: “La toponymie, conjugué avec l’histoire, indique ou précise les mouvements anciens des peuples, les migrations, les aires de colonisation, les régions où tel ou tel groupe linguistique a laissé ses traces”.

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

A presença do referencial, e sua importância, são elementos decisivos à permanência da toponímia, visto que, sem registros, conta apenas com a memória popular. Esse fato é comprovado pela constatação da existência, por volta do início do século XX, da rua da caixa d'água, situada atrás da cadeia velha, portanto de uso paralelo ao topônimo (oficioso) rua Boa Vista. A rua aparece em alguns relatos de memórias antigos (livros e diários), e hoje, poucos sabem de sua existência e localização, visto que o referencial não está mais presente (Vieira, 2000, p. 143).

Como será possível observar na análise dos designativos focalizados neste estudo, a ênfase no referencial é muito recorrente na toponímia paralela urbana porque, desse modo, ela parece cumprir mais adequadamente suas funções. A esse respeito, Mori (2007, p. 316, tradução das autoras⁶), sobre a toponímia urbana, explica:

As designações urbanas têm a função de identificar e individualizar um determinado referente urbano: uma rua, uma passagem, uma avenida, uma praça e outros com precisão para permitir uma fácil orientação dentro do ambiente urbano.

Além dessa função básica de identificar e individualizar os referentes, essa mesma autora lembra que designações urbanas “[...] constituem um meio oficial de homenagem às pessoas que contribuíram com seus feitos, obras ou doações para o engrandecimento da cidade, do país ou do progresso universal.” (Mori, 2007, p. 316, tradução das autoras)⁷.

Quando os nomes oficiais que se prestam à homenagem, no entanto, não fazem sentido para os moradores de uma cidade ou não são entendidos como suficientemente funcionais para a identificação de determinado espaço, surgem, espontaneamente, os nomes paralelos.

Além disso, há casos em que o nome anterior, já aceito e cristalizado na memória dos moradores, é substituído, porém continua sendo utilizado paralelamente ao novo. Nesse caso, o que é paralelo em determinado momento já foi oficial em outro. Assim, para analisar os dois tipos de nomes paralelos, entende-se que é necessária uma reflexão sobre a questão da memória e daquilo que faz sentido para a vivência dos moradores na cidade.

6 No original: “Las designaciones urbanas tienen por función identificar e individualizar un cierto referente urbano: una calle, un pasaje, una avenida, una plaza y otros con precisión con el fin de permitir una fácil orientación dentro del ambiente urbano”.

7 No original: “Sin embargo, al mismo tiempo, constituyen un medio oficial para rendir homenaje a personas que han contribuido con sus hechos, obras o donaciones al engrandecimiento de la ciudad, del país o al progreso universal”.

Cidade, memória e nomeação dos espaços

Os locais por onde se circula em uma cidade e, por consequência, os nomes utilizados para fazer referência a esses locais estão intrinsecamente relacionados a aspectos históricos, sociais, culturais e vinculados às experiências vividas pelas pessoas. Por isso, para se discutirem essas questões, é preciso, antes, compreender que

[...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. (Thompson, 1981, p. 189).

Sendo assim, considera-se que as experiências vividas por moradores de Dourados, no seu processo de deslocamento na cidade, para trabalho, estudo ou lazer, são fatores relevantes na hora de atribuir nome a uma rua, a uma praça ou a um monumento, por exemplo. Essas experiências, bem como os sentidos elaborados na memória, naturalmente, vão se modificando à medida que a própria constituição do urbano vai sendo reelaborada.

Dessa forma, pensando na configuração da toponímia, é comum que um local tenha seu nome alterado conforme mudanças urbanas se estabeleçam. E, nesse sentido, convém recuperar a concepção de memória e experiência apresentada por Samuel (1997, p. 44).

A memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem, estampada, as paixões dominantes em seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual.

Assim, os moradores vão atribuindo sentido ao passado e ao presente e, para se compreender melhor essa questão, é preciso analisar também a busca do tempo da memória.

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

No que concerne particularmente ao tempo da memória, o “outrora” do passado rememorado inscreve-se doravante no interior do “antes que” do passado datado; simetricamente, o “mais tarde” da espera torna-se o “no momento em que”, marcando a coincidência de um acontecimento esperado com a grade das datas por vir. Todas as coincidências notáveis referem-se em última instância àquelas, no tempo crônico, entre um acontecimento social e uma configuração cósmica do tipo astral. Por sua vez, o tempo calendárico destaca-se numa sequência escalonada de representações do tempo que não se reduzem mais que ele próprio ao tempo vivido segundo a fenomenologia (Ricoeur, 2007, p. 159).

Conforme se verifica, no entanto, o que deve ser considerado não é o tempo cronológico datado e estipulado através de uma “lei” que vai nomear os espaços, mas o tempo da memória dos moradores que preferem continuar usando determinados topônimos paralelos que fazem mais sentido para sua vivência na cidade. Além do tempo, os espaços também são entendidos de formas diferentes. Ou seja, as pessoas se movimentam e pensam os espaços geográficos para além do mapa e da nomenclatura oficial. Nesse sentido, importa também o que afirma Ricoeur (2007, p. 159) sobre a cidade e o espaço habitado.

É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade comporta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que no edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximação e de distanciamento.

Dentre os espaços de deslocamento citados pelo autor, a rua tem especial relevância, conforme afirma também outra autora:

[...] uma rua para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, [...] está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve (Rolnik, 1992. p. 28).

Em outras palavras, uma rua não é apenas um espaço físico; ela está repleta de movimentos e de relações de pessoas que nela se encontram. Por essa razão, além de

discutir o uso de nomes paralelos, este artigo procura demonstrar a relação do sujeito com o espaço habitado e vivido nas suas experiências cotidianas do ir e vir pelas ruas e outros espaços da cidade.

Nesse raciocínio, é importante recuperar mais algumas reflexões de Rolnik (1992, p. 28) sobre o assunto: “As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais como ‘aqui lugar de morar’, ‘aqui lugar de trabalhar’, ‘aqui lugar de circular’”. A mesma autora lembra que um lugar habitado não é constituído previamente, ou seja, é formado ao longo das relações que nele se estabelecem e ganha sentido apenas pelas memórias produzidas pelos moradores que habitam a cidade.

É preciso considerar ainda que uma cidade é também um espaço de memórias constituídas inclusive pela imprensa e pelo poder público e que, nem sempre, essas memórias são coincidentes com as dos moradores comuns. Essa é uma das razões pelas quais a pesquisa apresentada procura verificar como os moradores comuns agem diante do que é posto pelo poder público (e pela imprensa a seu serviço) e aquilo que realmente faz sentido para suas vidas em relação à nomeação dos espaços. As palavras de Bresciani (1998, p. 237) ajudam a lançar um pouco de luz sobre essa questão.

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço. E mais, um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas.

Desse trecho, convém destacar especialmente o fato de que a cidade é “uma experiência visual”. Isso porque, além da memória, que faz com que o nome antigo resista mesmo após décadas do momento da alteração, o aspecto visual, ou seja, aquilo que mais se destaca aos olhos em alguns locais, acaba se tornando o motivador para os nomes paralelos, conforme se notará na análise dos dados.

O local da pesquisa: breves informações

A cidade de Dourados está localizada no centro sul de Mato Grosso do Sul, a 220 km da capital, Campo Grande. Classificada como uma cidade de porte médio, é a segunda maior do estado, com uma população de 227.990 habitantes, conforme estimativas do IBGE para 2021.

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

É considerada uma cidade de colonização recente, pois o início de sua história data do final do século XIX, com origem ligada à criação de gado por fazendeiros vindos principalmente de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Nas primeiras décadas do século XX, o que era apenas um povoado começa a ganhar contorno de cidade, com a construção das primeiras residências e comércios. O centro urbano vai se constituindo, de uma maneira organizada, com a abertura de ruas, avenidas largas e quadras com um traçado planejado, sendo o primeiro projeto urbano datado do ano de 1934. Dessa forma, o que, anteriormente, era um distrito se torna um município, emancipado em 20 de dezembro de 1935 por meio do Decreto nº 30, sancionado pelo governador do estado, na época, Mário Corrêa da Costa.

No final dos anos setenta – período de intenso êxodo rural no Brasil como um todo – muitos moradores deixam o campo, na região de Dourados – em direção à cidade. Nesse momento, muitos bairros novos surgem e a população urbana ultrapassa a da zona rural. Esse crescimento resulta na necessidade de ordenar melhor o espaço urbano e, assim, no ano de 1978, o então prefeito, José Elias Moreira, contrata o urbanista Jaime Lerner para elaborar um projeto urbanístico para planejar a cidade.

Novos bairros, avenidas e espaços de lazer vão surgindo a partir desse momento, e, conseqüentemente, surgiu também a necessidade de nomear esses espaços. As primeiras ruas do centro da cidade ganharam nomes de pessoas consideradas, na época, os “pioneiros”; nos entornos, algumas receberam nomes já atribuídos a cidades e estados do Brasil; nos bairros novos que iam se formando, muitas ruas foram nomeadas apenas por números ou letras.

Ainda na década de setenta, também são aprovadas algumas leis que regulamentam o uso do solo e do espaço urbano, bem como determinam regras para os nomes das ruas. Com isso, alguns topônimos – especialmente aqueles que também eram nomes de cidades e estados – foram substituídos por nomes de pessoas.

Nos anos noventa, ocorre nova estruturação da área urbana, principalmente com a criação de monumentos e reordenação da estrutura viária, como, por exemplo a construção de rotatórias. Já no começo dos anos dois mil, a cidade passa por nova alteração em seu planejamento, com destaque para a criação de ciclovias, abertura de novas ruas ligando os bairros já existentes e surgimento de bairros novos. No momento atual, a área urbana de Dourados continua em expansão acelerada com o surgimento de bairros populares e também de condomínios considerados de alto padrão em todo o seu entorno.

Aspectos metodológicos da pesquisa

No que se refere ao método de coleta de dados para constituição do *corpus* de uma pesquisa toponímica, é comum e aconselhável que o levantamento seja realizado a partir de mapas ou documentos considerados oficiais. Entretanto, a depender da natureza dos dados e dos objetivos da investigação, outros métodos de coleta podem ser necessários.

Desse modo, como os nomes paralelos, normalmente, não estão registrados em fontes oficiais, para este estudo, os dados foram, inicialmente, elencados a partir da observação das próprias autoras, que residem há várias décadas na cidade, e, na sequência, foi elaborado um questionário em um formulário digital para que os topônimos previamente levantados fossem apreciados por outros moradores.

Nesse formulário, após a parte inicial com algumas explicações sobre pesquisa e a identificação dos colaboradores, foram apresentados os nomes oficiais e o(s) nome(s) paralelo(s) de seis ruas, duas praças, duas igrejas e um monumento para que se assinalassem alternativas, como no exemplo da Figura 1:

Figura 1. Exemplo de questão do formulário utilizado

<p>1. <i>Rua Hayel Bon Faker – Rua Bahia</i>:</p> <p>() Conheço a rua pelos dois nomes.</p> <p>() Conheço apenas por <i>Rua Hayel Bon Faker</i>.</p> <p>() Conheço apenas por <i>Rua Bahia</i>.</p> <p>() Utilizo os dois nomes para a mesma rua.</p> <p>() Utilizo apenas <i>Rua Hayel Bon Faker</i>.</p> <p>() Utilizo apenas <i>Rua Bahia</i>.</p>

Fonte: Elaboração própria

Após cada questão objetiva, apresentou-se também uma questão aberta como: “Se você utiliza os dois nomes, qual utiliza com mais frequência e por quê? Se desejar, deixe um comentário sobre esses nomes”. Ao final do questionário, foi solicitado que o informante registrasse, caso se lembrasse, outros topônimos que considera não oficiais. Para devolução do formulário às pesquisadoras, apenas as questões objetivas eram obrigatórias; por isso nem todos os informantes deixaram comentários nas questões abertas.

O questionário foi aplicado a 40 moradores/moradoras da cidade com idades variadas entre 13 e 98 anos. Todos os colaboradores autorizaram, no próprio formulário, o uso dos dados para a pesquisa. Ainda assim, quando transcritos alguns de seus

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

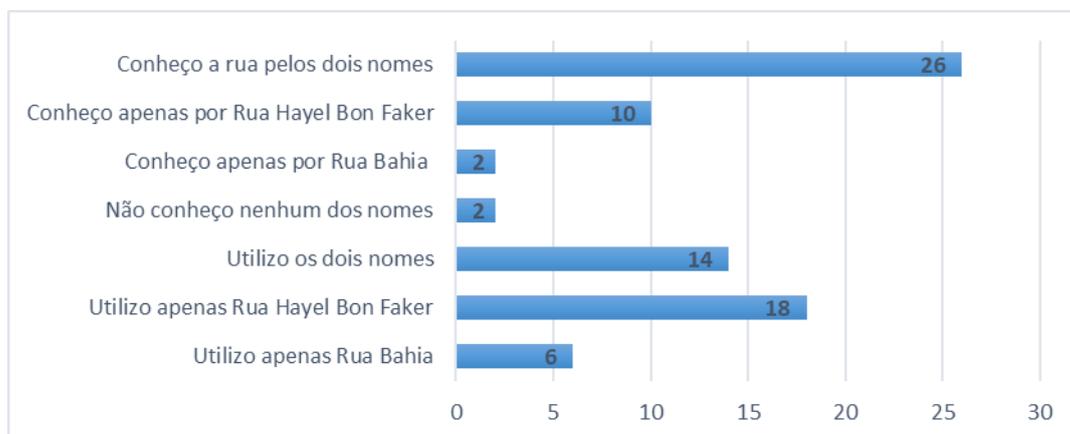
comentários, foram utilizadas apenas as iniciais dos nomes e a idade de modo a preservar a identidade de cada um. Convém esclarecer que, nas respostas, não foram observadas diferenças significativas que pudessem ser associadas ao gênero dos informantes. Por isso, essa variável não foi considerada na análise. As respostas foram contabilizadas e os resultados apresentados em gráficos juntamente com outras considerações sobre os topônimos.

Análise dos topônimos

Entre os topônimos paralelos discutidos nesta pesquisa, o exemplo mais emblemático, considerando os nomes de vias, é o da Rua Bahia, que passou a se chamar Hayel Bon Faker pela Lei nº 1053, de 14 de dezembro de 1975. Trata-se de uma das mais importantes ruas, que corta a cidade no sentido leste/oeste, e é uma via de comércio e também de moradias. No Gráfico 1, estão os resultados quantitativos obtidos por meio da aplicação do Questionário. Observa-se que as quatro primeiras afirmações dizem respeito apenas ao fato de se conhecerem os nomes (o oficial e o antigo no caso dessa rua), e as afirmações posteriores investigam a questão do uso dos nomes. Todos os demais gráficos, a propósito, têm a mesma estrutura.

É preciso lembrar, ainda, que as quantidades relacionadas às quatro primeiras questões do gráfico – referentes ao conhecimento dos topônimos – sempre somarão 40 (total de participantes da pesquisa). Já as três últimas questões – referentes à utilização dos nomes – poderão não somar 40. Isso porque, no Gráfico 1, por exemplo, duas pessoas responderam que não conhecem nenhum dos dois nomes; conseqüentemente não utilizam nenhum dos dois nomes. Ou seja, nesse caso, o total das três últimas será 38. O mesmo acontecerá nos gráficos 2, 3, 4, 6 e 9.

Gráfico 1. Rua Hayel Bon Faker – Rua Bahia



Fonte: Elaboração própria

Conforme se verifica no Gráfico 1, a maioria dos participantes da pesquisa respondeu que conhece a via pelos dois nomes; já em relação à utilização dos nomes, a maioria afirma que opta pelo nome oficial. Uma quantidade significativa, porém, utiliza, alternadamente, os dois nomes e há, ainda, o grupo que se refere à via apenas pelo nome paralelo. Entre as justificativas para a opção pelo nome anterior, estão a antiguidade, o fato de ser o mais conhecido, o mais fácil e o mais prático de se pronunciar, conforme se verifica em depoimentos como os seguintes: “Geralmente utilizo mais o nome Rua Bahia, acredito que por facilidade na compreensão e aparentemente por ser o nome mais popular/conhecido pelas pessoas” (W.S.C., 32 anos); “Rua Bahia. Porque é o nome mais antigo” (T.S.S, 71 anos); “Rua Bahia, porque é mais prático de pronunciar” (A.A. S.B., 31 anos). Entre os que utilizam o nome oficial, aparecem explicações como: “Rua Hayel Bon Faker, pela época que nasci já tinham trocado de nome” (S.P., 28 anos); “Hayel Bon Faker, porque é o nome que aparece no GPS”. (A.M. E.S, 30 anos).

Geralmente, ao se analisarem casos de mudanças em relação ao uso da língua de forma geral, aponta-se a faixa etária mais jovem como a que implementa a mudança⁸. No caso desses nomes, a julgar pelo que foi declarado, a mudança está ocorrendo gradualmente, mas o nome antigo ainda deve permanecer por um tempo razoável tendo em vista que, de modo geral, os informantes com até 30 anos de idade conhecem a rua pelos dois nomes e alguns, inclusive, também preferem o nome antigo.

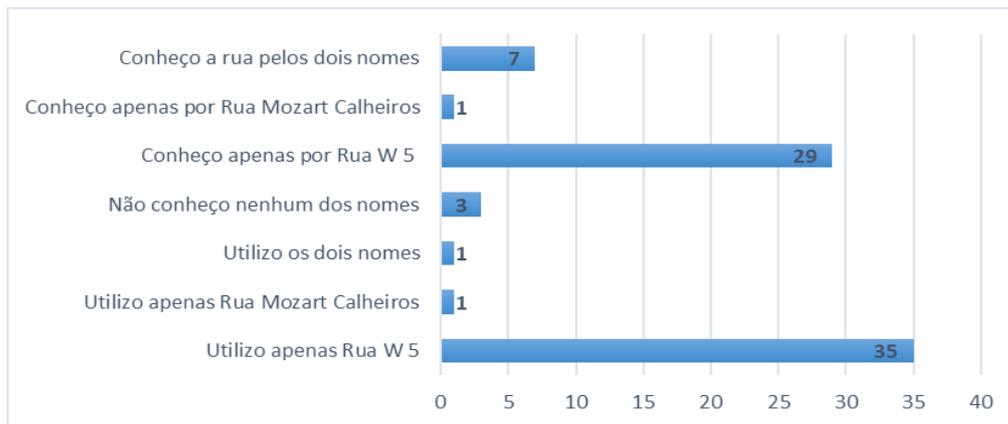
Várias ruas dos bairros Jardim Flórida e Jardim Água Boa nos anos setenta, quando esses bairros foram criados, e nas décadas seguintes, eram denominadas com letras e números. Ainda que esse tipo de nomeação seja considerado muito impessoal, o uso se consolida no cotidiano da comunidade e, quando o poder público decide alterar essa nomenclatura, o processo de mudança também não ocorre imediatamente, ou seja, é gradual. Nesse processo, há uma fase em que a população simplesmente ignora o nome atual, usando apenas o antigo, depois uma fase em que o atual é utilizado, mas ainda há a referência ao antigo no mesmo ato de enunciação. Esse é o caso, por exemplo, da Rua Mozart Calheiros, que também é referenciada como Rua W5 ou antiga W5⁹. No Gráfico 2, estão os resultados em relação ao que afirmam os moradores sobre os dois nomes.

⁸ Ver, por exemplo, resultados de pesquisadores da área de Sociolinguística, como Labov (2008).

⁹ Vale registrar que a enunciação do nome antigo costuma ocorrer também no primeiro exemplo: Rua Hayel Bon Faker, antiga Rua Bahia.

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

Gráfico 2. Rua Mozart Calheiros – Rua W 5

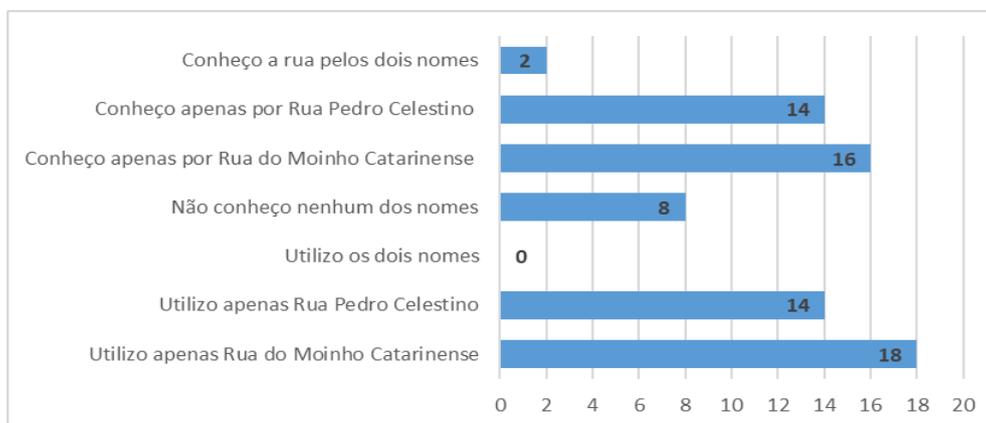


Fonte: Elaboração própria

Entre as razões para a utilização de Rua W 5, segundo os moradores, estão a antiguidade e a praticidade do nome – como no caso de Rua Bahia – e ainda a crença de que a localização acontece mais rapidamente: “W 5, é mais prático” (G.A.M, 58 anos); “W 5, porque é mais antigo. Me acostumei” (L. S., 76 anos); “Utilizo W 5, pois consigo me localizar mais facilmente” (A. L. S. S, 51 anos). Já entre os que utilizam o nome oficial, aparece a seguinte justificativa: “Mozart Calheiros, que é o nome que aparece no Waze” (M. A. F. , 51 anos).

É importante registrar que mais de um informante, não apenas em relação a essa última rua, alega se orientar pelos aplicativos de localização quando não conhece o endereço aonde precisam ir. Considerando que o uso desse tipo de recurso é cada vez mais frequente, especialmente, entre as novas gerações, é possível que os nomes paralelos de ruas caiam em desuso, uma vez que perdem a importância como referências facilitadoras de localização.

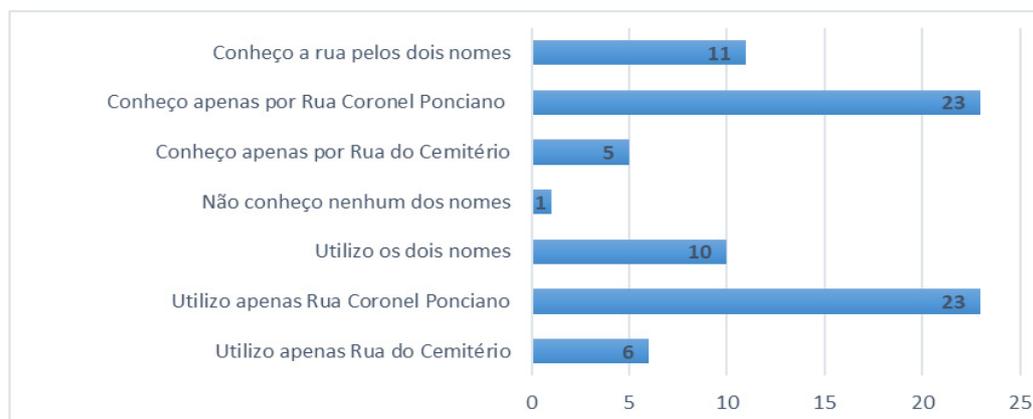
Em relação ao caso da Rua Pedro Celestino, também referenciada por Rua do Moinho Catarinense, o paralelo não é um nome anterior oficial, mas uma referência que remete a determinado estabelecimento muito conhecido da rua – o Moinho Catarinense. Como a via é um pouco mais afastada do centro da cidade, os moradores, ao que consta, sentem mais a necessidade de indicar um ponto de referência que facilitaria a localização, conforme se verifica pelas afirmações contabilizadas no Gráfico 3.

Gráfico 3. Rua Pedro Celestino – Rua do Moinho Catarinense

Fonte: Elaboração própria

Esse Gráfico mostra que não há diferença muito grande entre o número de pessoas que conhece e o que utiliza o nome oficial e o nome popular, entretanto sobressai o nome paralelo, que indica um ponto de referência. Um dos informantes inclusive registra: “Devia mudar para rua do Moinho” (W.C.R., 53 anos). Não houve muitos comentários dos participantes em relação a esses nomes e, em geral, justifica-se o nome oficial, apenas por ser oficial e atual: “Rua Pedro Celestino. Por ser o nome atual” (L.S., 76 anos).

A referência que facilita a localização também motiva o uso de Rua do Cemitério, topônimo paralelo do oficial Rua Coronel Ponciano. O cemitério em questão é o Cemitério Municipal Santo Antônio de Pádua e, apesar de se tratar de um local muito conhecido, o paralelo motivado por ele não é tão utilizado quanto Rua do Moinho Catarinense, por exemplo. O Gráfico 4 sintetiza os resultados obtidos em relação aos nomes em discussão.

Gráfico 4. Rua Coronel Ponciano – Rua do Cemitério

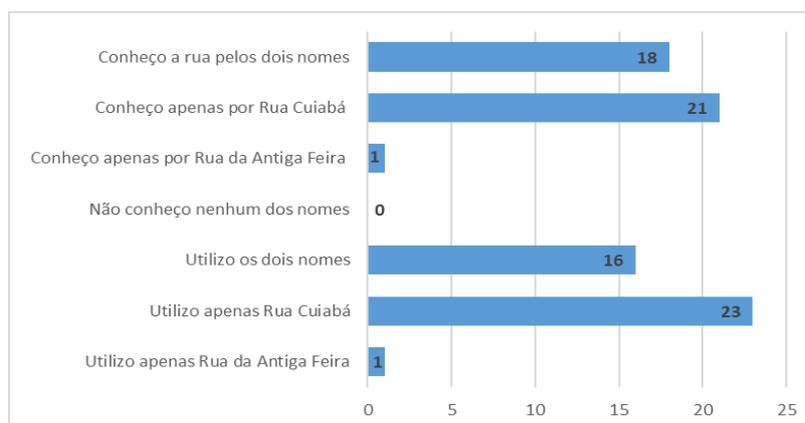
Fonte: Elaboração própria

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

De acordo com as respostas, nesse caso, o nome oficial – Rua Coronel Ponciano – prevalece, ainda que um grupo também utilize o nome paralelo – Rua do Cemitério. As falas seguintes ilustram as opções e os motivos: “Hoje, utilizo Rua Coronel Ponciano, por hábito! Mas já utilizei muito como Rua do Cemitério, que facilita a localização” (A. L. S. S, 51 anos); “Rua do Cemitério, por ser um ponto de referência” (M. P. S., 24 anos). Como se nota, diferentemente de Rua Bahia, nome paralelo muito usado pelos entrevistados, o designativo Rua do Cemitério é pouco usado. Ou seja, prevalece o topônimo oficial, Coronel Ponciano.

Por muitas décadas, na Rua Cuiabá, funcionou a maior feira livre de Dourados. Assim, a rua também era referenciada como Rua da Feira. Em novembro de 2016, entretanto, a feira mudou-se para a Rua Cafelândia. Diante disso, entendeu-se como relevante verificar a situação do nome paralelo alguns anos após essa mudança. Nesse caso específico, considerou-se que seria adequado colocar ao lado do nome oficial – Rua Cuiabá – o paralelo Rua da “Antiga” Feira. As respostas obtidas estão contabilizadas no Gráfico a seguir.

Gráfico 5. Rua Cuiabá – Rua da Antiga Feira



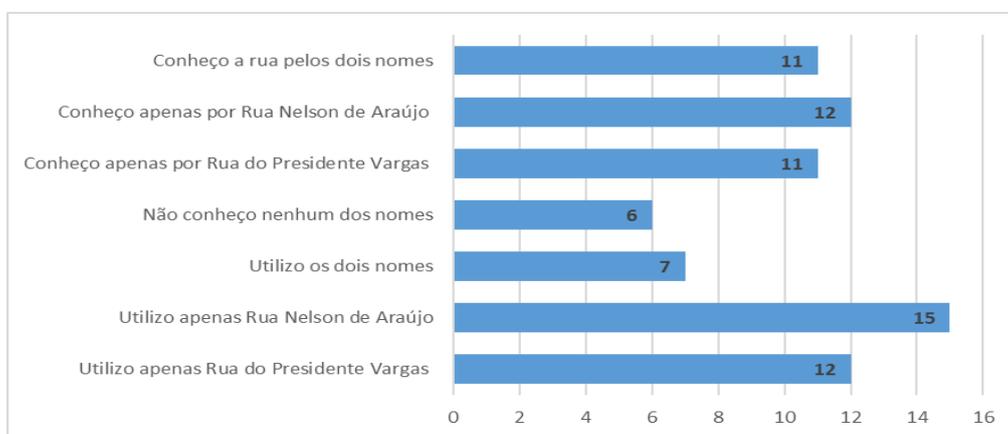
Fonte: Elaboração própria

O nome oficial – Rua Cuiabá – é o mais conhecido e o mais utilizado pelos participantes da pesquisa, entretanto o nome popular – Rua da Antiga Feira – ainda aparece mesmo após anos da mudança da feira. Algumas respostas ilustram os resultados obtidos: “Rua da Feira, porque abrigou a feira por muito tempo” (G.A.M, 58 anos); “Utilizo Rua Cuiabá, pois já me acostumei com o nome” (A. L. S. S, 51 anos). Entre as explicações para a utilização dos dois nomes está o seguinte comentário: “Uso com mais frequência Rua Cuiabá por ser o nome pelo qual conheci a rua, mas também uso Rua da Antiga Feira. Quando quero dar alguma referência de localização, digo que é perto da rua da antiga

feira” (M.P.S., 24 anos). Apesar de vários informantes afirmarem usar os dois nomes, apenas uma pessoa usa exclusivamente o nome paralelo. Esse resultado demonstra que, tendo a feira se deslocado para outro espaço, o referencial, obviamente não existe mais no local, e por isso essa forma de designação tende a desaparecer.

Já a Rua do Presidente Vargas¹⁰ não é uma homenagem direta a Getúlio Vargas, como poder-se-ia supor quem não conhece a história local. A menção é a uma escola estadual do mesmo nome que está localizada em um dos extremos dessa rua, no centro da cidade. O nome oficial da via é Rua Nelson de Araújo. Os resultados obtidos estão expressos no Gráfico 6.

Gráfico 6. Rua Nelson de Araújo – Rua do Presidente Vargas



Fonte: Elaboração própria

O topônimo oficial – Rua Nelson de Araújo – é o mais conhecido e o mais utilizado como se verifica no gráfico, no entanto o uso do nome popular também é frequente pelos motivos já expostos nos outros casos: “Falo com mais frequência Rua do Presidente Vargas, porque facilita pela referência” (R.O.C.C., 31 anos); “Rua do Presidente Vargas. Utilizo mais por questão de referência” (M. M. S., 22 anos). Vale acrescentar que um dos moradores lembrou que a mesma via “também é conhecida como Rua do Calçadão” (W.C.R., 53 anos). O calçadão a que o informante se refere foi construído no final dos anos oitenta, e permaneceu no local por mais de vinte anos, sendo destruído para, novamente, ceder mais espaço à rua em 2012. Assim, a referência, isto é, o calçadão, ficou marcada na memória, principalmente dos que eram jovens e estudantes da escola naquela época.

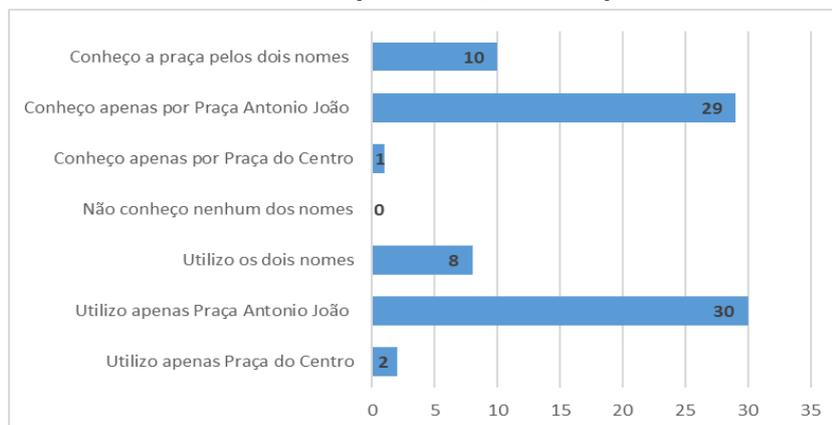
No que se refere às praças, dois casos, especialmente, podem ser citados. Primeiro, tem-se, oficialmente o nome Praça Antônio João – em homenagem ao “herói” da Guerra

¹⁰ Convém registrar que outra rua da cidade tem a denominação de Rua Presidente Vargas.

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

contra o Paraguai – que é referenciada também apenas como Praça do Centro (ou ainda apenas pelo genérico Praça). No Gráfico 7, estão os resultados em relação às duas formas de mencionar esse logradouro.

Gráfico 7. Praça Antônio João – Praça do Centro

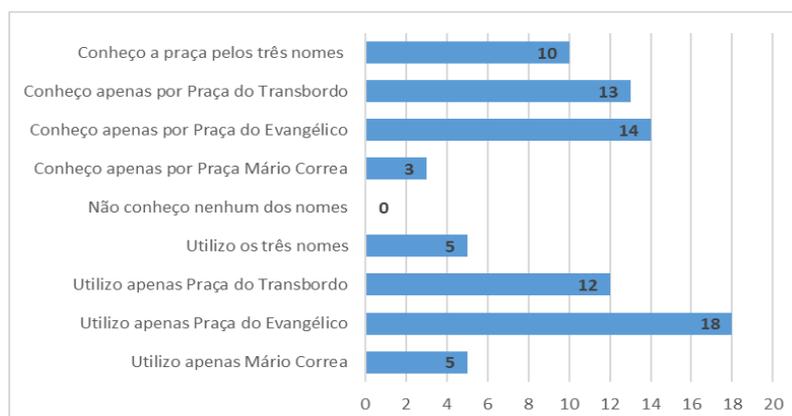


Fonte: Elaboração própria

Tendo em vista os dois designativos dados como opção aos moradores participantes da pesquisa, a maioria conhece e utiliza o nome oficial – Praça Antônio João. Entretanto, outras formas de nomear foram apontadas: “Eu uso mais Praça Antônio João. Mas falo Praça Central ou Praça da Matriz quando estou com alguém que é novo na cidade e não conhece por Praça Antônio João” (E.E., 28 anos); “Muita gente, e eu também, às vezes, prefiro falar Praça do Centro ou Praça da Igreja” (W.C.R., 53 anos). A “matriz” e a “igreja” que aparecem na fala dos moradores referem-se, na verdade, à Catedral Imaculada Conceição, localizada no centro da cidade.

O segundo exemplo de praça que recebe nomes paralelos é a Praça Mário Correa¹¹. Ao lado, localiza-se o Hospital Evangélico Dr. e Sra. Goldsby King. Por isso, também é comum ouvir Praça do Evangélico. No final dos anos noventa, foi instalado em um dos lados da praça o terminal de transbordo de ônibus circular do município. Essa construção motivou novo nome paralelo: Praça do Transbordo. Por sua vez, o nome oficial, que raramente era utilizado, foi mudado para Antônio Alves Duarte, em 12 de dezembro de 1983 pela Lei nº 1283. A pesquisa colocou os três nomes como opção aos informantes e os resultados estão no Gráfico seguinte:

¹¹ O nome oficial atual não foi utilizado na pesquisa, porque, pela percepção das autoras, a mudança não ficou conhecida pelos moradores e inclusive meios de comunicação precisam fazer referência ao nome oficial anterior. O jornal *Agora MS*, ao noticiar a reforma da praça, publica: “A praça Antônio Alves Duarte (antiga Mário Corrêa) passou por completa reforma e revitalização”. Disponível em: <https://www.agorams.com.br/sergio-nogueira-comemora-revitalizacao-da-praca-antonio-alves-duarte/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Gráfico 8. Praça Mário Correa – Praça do Transbordo – Praça do Evangélico

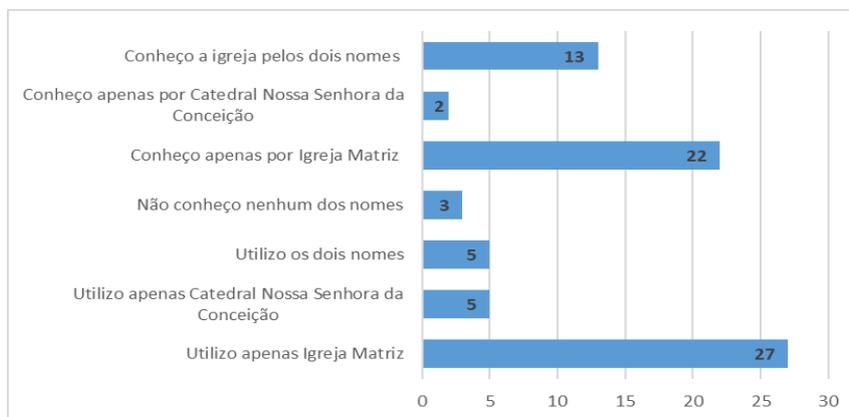
Fonte: Elaboração própria

Diferentemente do que ocorre em relação aos nomes analisados para a outra praça, neste caso, são os nomes paralelos que prevalecem, sobressaindo Praça do Evangélico. Os depoimentos transcritos exemplificam as afirmações dos moradores: “Eu trabalhava no Hospital Evangélico e me acostumei a falar Praça do Evangélico”. (L.F.A. S., 51 anos); “Sempre utilizo como Praça do Evangélico ou como Praça da Biblioteca” (A.L.S.S, 51 anos); “Praça do Transbordo, por causa do ponto dos ônibus” (M. A. L. S, 98 anos). Desses depoimentos, destaca-se um terceiro nome popular não previsto pelas autoras do trabalho: Praça da Biblioteca, nome motivado pela existência de uma biblioteca municipal na praça. Como se constata, o que ficou e ainda fica guardado na memória dos entrevistados são as referências do hospital, do terminal de transbordo e da antiga biblioteca, prevalecendo o primeiro, por ser um hospital antigo da cidade, para onde toda a população que precisava de atendimento se dirigia. Esse é mais um caso em que os nomes oficiais, instituídos também para homenagear pessoas, não fazem sentido aos moradores.

Já alguns templos religiosos também recebem denominações espontâneas. Exemplificam-se, neste estudo, dois casos. A Igreja Católica Nossa Senhora da Conceição foi, por muitas décadas, considerada a matriz. Por essa razão, ficou conhecida e denominada apenas como Igreja Matriz ou Matriz. Atualmente, o templo é considerado catedral. O nome oficial foi colocado ao lado do popular e os resultados foram os seguintes:

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

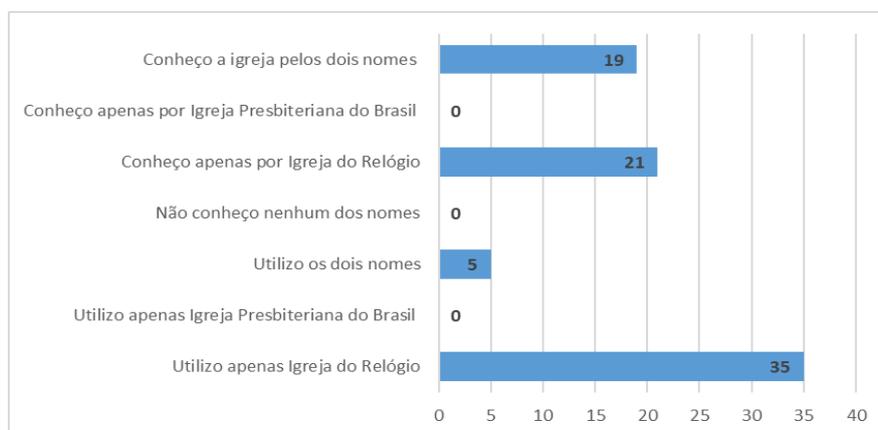
Gráfico 9. Catedral Nossa Senhora da Conceição – Igreja Matriz



Fonte: Elaboração própria.

Conforme as respostas obtidas, a preferência da maioria é por Igreja Matriz. Essa forma de se referir à igreja seria uma opção utilizada inclusive por quem sabe que atualmente não se trata mais de uma matriz e sim de uma catedral, provavelmente porque a questão de fazer o interlocutor compreender mais rapidamente de que local se fala é o mais importante. Sobre essas formas de referenciar, transcreve-se o comentário de uma das moradoras: “Às vezes, utilizo os dois, para facilitar a localização, porque agora a antiga matriz virou catedral” (G. A. M. 58 anos).

Ainda em relação às denominações espontâneas de igrejas, o exemplo mais conhecido, inclusive, por moradores de cidade vizinhas é o que ocorre com a Igreja Presbiteriana do Brasil/Dourados. Ao lado do templo, há uma torre relativamente alta, que pode ser vista à distância de alguns quarteirões, com um grande relógio em seu topo. Por esse motivo, a igreja é conhecida também como Igreja do Relógio, conforme comprovam os dados do gráfico.

Gráfico 10. Igreja Presbiteriana do Brasil – Igreja do Relógio

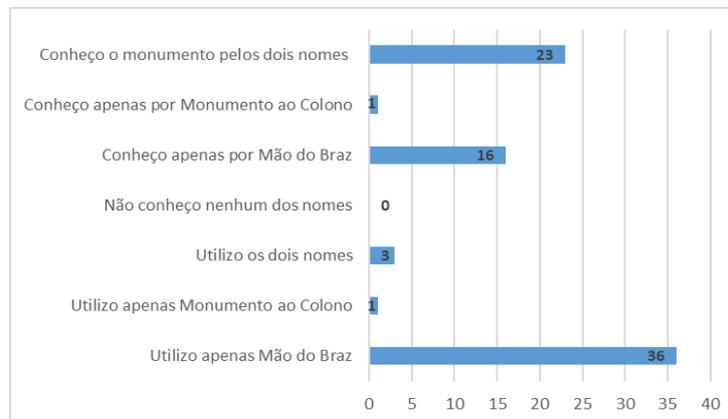
Fonte: Elaboração própria

A pesquisa mostra que é quase equilibrado o número de pessoas que afirma conhecer os dois nomes – Igreja Presbiteriana do Brasil e Igreja do Relógio – e o número que afirma conhecer apenas o paralelo. Entretanto, a grande maioria utiliza apenas o paralelo. Certos moradores acreditam que muitos outros não conhecem o nome oficial ou que, se utilizarem o paralelo, a identificação do local acontecerá mais rapidamente, conforme se verifica nas afirmações: “Só falo Igreja do Relógio mesmo. Porque se falar Presbiteriana o povo não conhece” (L. C. S., 56 anos); “Igreja do Relógio, porque as pessoas assimilam mais rápido qual o local” (W.C.R, 53 anos). Convém mencionar que a igreja está situada no centro da cidade na principal avenida, o que faz dela uma referência ainda mais utilizada.

Além de ruas, praças e igrejas, um monumento instalado em uma das entradas da cidade também recebeu da população uma nomeação paralela. Trata-se do Monumento ao Colono rebatizado pela população de Mão do Braz. O nome paralelo é uma alusão ao desenho de mãos, em relevo, que se pode observar na construção e ao antigo prefeito, Antônio Braz Melo, que administrava a cidade no ano em que o monumento foi construído, 1991. O resultado em relação ao conhecimento e à utilização dos dois nomes está no gráfico a seguir.

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

Gráfico 11. Monumento ao Colono – Mão do Braz



Fonte: Elaboração própria

Como se verifica, a maioria dos participantes da pesquisa afirma conhecer os dois nomes e, quanto à utilização, a preferência da maioria é pelo nome paralelo. Esse é mais um caso em que o nome não oficial funciona melhor que o oficial. Em geral, mesmo os que conhecem o nome oficial optam pelo paralelo por acreditar que o interlocutor compreenderá mais facilmente de que local se está falando. É o que se pressupõe pelas afirmações seguintes: “Imagino que seja mais conhecido quando estou falando com alguém” (A.C.L., 51 anos); “As pessoas em geral assimilam mais rápido” (W.C.R. 53 anos); “Eu uso Mão do Braz com maior frequência porque é nome mais popular entre os moradores” (W.M.S., 25 anos). Um dos moradores, inclusive, destaca que entende que se trata do “apelido” – “Falo Mão do Braz, porque todo mundo começou a usar e o apelido pegou” (L.S., 76 anos).

Diante da análise realizada, pode-se observar que os nomes de ruas, com exceção da Rua W5, quando alterado são, relativamente, bem aceitos pelos moradores, conforme demonstrado nos gráficos. Já os monumentos, praças e igrejas, na sua maioria, são referenciados, mais frequentemente, pelos nomes paralelos, sendo esses locais muito significativos para localização na cidade, como a “Igreja do Relógio”, que além de estar em uma região central, possui um ponto de ônibus/circular na sua frente e um ponto de ônibus e vans intermunicipais na sua lateral. Por essas razões, se constitui como uma referência importante para o deslocamento de passageiros de dentro e de fora da cidade. A “Mão do Braz” também se trata de um monumento na entrada da cidade que situa os viajantes que estão chegando, atravessando ou saindo da cidade, bem como é um referencial para acessar determinados bairros e comércios da cidade. A “Praça do Evangélico” ou “Praça do Transbordo” continua se constituindo em um importante referencial por ser o lugar onde passa boa parte das pessoas que dependem do transporte público urbano, e o hospital

ainda continua sendo um referencial em atendimento para os que vivem na cidade e para os que vêm de fora.

Conforme mencionado, além dos nomes previamente levantados pelas autoras do trabalho, outros nomes paralelos foram registrados na questão final do Formulário da Pesquisa: Parque do Lago, Leda, Jorjão e Casas Populares.

O Parque Antenor Martins, por exemplo, foi citado por vários informantes que lembram que o local é mais conhecido pelo topônimo paralelo Parque do Lago, motivado pela existência de um lago no meio do parque. O Estádio Napoleão Francisco de Souza, conhecido majoritariamente pelo paralelo Leda (Liga Esportiva Douradense de Amadores) também foi mencionado. Inaugurado em 29 de maio de 1952, trata-se de um local que, por muito tempo, funcionou como o estádio principal, e, ainda hoje, sedia vários eventos esportivos. Já o mais recente, Complexo Esportivo Jorge Antônio Salomão, também citado por alguns participantes da pesquisa, é designado apenas por Jorjão. Por fim, o conjunto habitacional, Antônio João, designado pelo nome paralelo Casas Populares foi mais um citado nas respostas dos participantes da pesquisa. Construído no ano de 1970, foi o primeiro conjunto habitacional destinado a pessoas de baixa renda, o que motivou o nome Casas Populares.

Considerações finais

Os nomes de logradouros e outros espaços da área urbana costumam ser entendidos como um repositório que registra a memória e certas ideologias de grupos diversos. Essa memória e essas ideologias podem ser aquelas pretendidas pelo poder público ou aquelas criadas e transmitidas naturalmente, geradas pela vivência e experiência das pessoas em suas relações com o espaço em que habitam.

Essa é uma das razões que fazem o estudo de um conjunto de topônimos urbanos importante para o conhecimento de uma comunidade, de uma região. Os nomes oficiais, ainda que sejam alterados, continuam registrados em documentos, atas, leis etc., mas os nomes paralelos, tão importantes quanto os oficiais, também podem ser alterados e esses, ao contrário dos primeiros, se perdem se não forem registrados em trabalhos como este. Por isso, o estudo apresentado pretendeu ser uma contribuição para o registro de aspectos históricos da cidade relacionados a um recorte de sua toponímia.

Conforme se observou, os topônimos paralelos podem surgir por mudança dos nomes oficiais – quando a comunidade, por força do hábito, continua a utilizar o nome anterior – ou porque os moradores, desde o início, não encontram sentido para o nome

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

oficial atribuído pelo poder público e, então, rebatizam o espaço, os monumentos, as edificações com nomes que consideram mais funcionais, mais práticos, conforme verificado em alguns depoimentos dos informantes.

Ainda sobre a alteração dos nomes oficiais, o processo costuma ser lento e gradual e pode se completar apenas com a vinda de novas gerações de pessoas que crescem já ouvindo o novo nome por parte das pessoas com quem convivem, da mídia, da imprensa. Em alguns casos, o nome antigo permanece mesmo após algumas gerações e pode coexistir com a nomenclatura nova oficial. É possível ocorrer, por exemplo, que o nome anterior continue a ser usado nas interações orais, porém na escrita prevaleça o oficial.

Os nomes paralelos criados espontaneamente mostram que, em geral, os aspectos descritivos e referenciais auxiliam na localização e, por isso, sobressaem no que se refere a sua motivação. Já nos nomes oficiais, a homenagem, sobretudo a personalidades consideradas importantes – pelo poder público – prevalece.

É preciso considerar ainda que o uso de referenciais nos nomes, apesar de ser uma estratégia muito funcional para auxiliar na localização, tende a desaparecer porque, como verificado nas respostas dadas ao questionário, alguns moradores afirmam que preferem utilizar aplicativos e outros recursos da internet (GPS, Google Maps, Waze etc.) como facilitadores de localização. Nesse raciocínio, os nomes paralelos, especialmente nomes de ruas, podem começar a perder a sua importância e até desaparecer, mais um argumento em favor da importância deste estudo.

Referências

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. **Nomes próprios de pessoa**. Introdução a antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher, 2020.

BRESCIANI, M. S. M. História e Historiografia das Cidades, um percurso. *In*: FREITAS, M. C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS. **Dourados**: Guia de Leis. 2000.

DOURADOS. Lei nº 1053, de 14 de dezembro de 1975. **Dourados**: Guia de Leis. 2000.

DOURADOS. Lei nº 1283, de 12 de dezembro de 1983. **Dourados**: Guia de Leis. 2000.

DAUZAT, A. **Le noms de lieux**. Origine et évolution. Paris: Librairie Delagrave, 1947.

DICK, M. V. de P. do A. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: Annablume, 1996.

DICK, M. V. de P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. Arquivo do Estado: São Paulo, 1990a.

DICK, M. V. de P. do A. Toponímia e Cultura. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, v. 27, p. 93-101, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados**. Dourados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/dourados.html>. Acesso em: 05 set. 2022.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

MORI, O. Aspectos teóricos relevantes de las designaciones urbanas. *In*: ILIESCU, M.; SILLER-RUNGGALDIER, H.; DANLER, P. **Actes du XXV Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes**. Innsbruck, 2007. p. 315-324.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: EdUnicamp, 2007.

ROLNIK, R. História urbana: história na cidade? *In*: **Anais Seminário de História da cidade e do urbanismo**, Salvador: UFBA, v. 2, n. 1, 1993.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987.

SAMUEL, R. Teatros da Memória. **Revista Projeto História**, PUC-SP, n. 14, p. 41-81, fev. 1997.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRAPERO, M. **Para una teoría lingüística de la toponimia**. (Estudios de toponimia canaria). Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1995.

VIERA, Z. P. **Estudo onomástico do município de Socorro**: reconstituição dos antropotopônimos e da memória da imigração. 2000. 193 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

- | Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória

COMO CITAR ESTE ARTIGO: TAVARES, Marilze; SANTOS, Marina de Souza. Toponímia paralela na cidade de Dourados/MS: nomeação e memória. **Revista do GEL**, v. 20, n. 1, p. 241-266, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 12/09/2022 | Aceito em: 18/06/2023.

CROFT, William. **Morphosyntax:** constructions of the world's languages. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2022. 726 páginas + glossário *on-line*.

Luana Lopes AMARAL¹

André Vinícius Lopes CONEGLIAN²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i1.3458>

Talvez o único fato linguístico amplamente aceito nas diferentes abordagens teóricas da Linguística é o de que as línguas variam e mudam, o que garante a enorme diversidade linguística verificada nas línguas do mundo. Apesar disso, os modelos de gramática propostos na Linguística moderna, sejam gerativistas, cognitivistas e até mesmo funcionalistas são, em geral, construídos com base em alguma abstração sobre uma variedade específica da língua inglesa ou alguma língua indo-europeia, usando outras línguas e variedades apenas para exemplificar fenômenos específicos. Em consequência disso, direta ou indiretamente, manuais para o ensino de morfossintaxe nos cursos de Letras e Linguística não costumam também fugir dessa visão monolítica da linguagem.

Reconhecendo a centralidade da variação, da mudança e da diversidade linguística, em *Morphosyntax*, livro que é objeto desta resenha, William Croft propõe um novo sistema para a construção de um modelo de gramática. Nessa obra, Croft reúne sua experiência de quase 40 anos como linguista e professor e apresenta um modelo de gramática fundamentado na diversidade linguística, no uso e nos processos cognitivos de construção do significado. A obra, assentada sobre mais de 60 anos de trabalhos em tipologia linguística, traz um modelo de análise translinguística e intralinguística que parte do princípio básico de que uma teoria de gramática deve ser capaz de abarcar a diversidade linguística. Justamente por trazer um modelo de gramática, *Morphosyntax* é

1 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; luanalopes@ufmg.br; <https://orcid.org/0000-0002-4290-1208>

2 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; coneglian@ufmg.br; <https://orcid.org/0000-0003-1726-8890>

- | *Morphosyntax: constructions of the world's languages* (resenha)

um livro-texto para o ensino de morfossintaxe na graduação e, especialmente, na pós-graduação e propõe um formato de ensino construcionista que parte das relações entre semântica, pragmática e morfossintaxe.

Do ponto de vista teórico, a obra se constrói sobre três assunções básicas, cada uma ligada a três campos diferentes dos estudos gramaticais. A primeira assunção é a de que a unidade básica de análise é a construção morfossintática, ligada ao modelo construcional de gramática. A segunda assunção é a de que a investigação das construções gramaticais deve necessariamente passar pelo modo como a forma morfossintática expressa uma função, ligada especialmente ao modelo funcionalista. E a terceira assunção é a de que se deve necessariamente examinar a variação morfossintática na expressão de uma determinada função entre as línguas do mundo, ligada à tipologia linguística.

A articulação entre propostas desses três campos tem sido uma das marcas dos trabalhos do autor, sendo possível observá-la desde suas primeiras obras, como se discute na próxima seção.

1 A figura do autor e sua proposta teórica, com vistas à configuração de um modelo funcional-tipológico de gramática de construções

A partir de sua tese de doutorado defendida na Universidade de Stanford (CA, EUA), em 1986, e orientada por Joseph Greenberg, William Croft inicia sua carreira de linguista e professor, partindo de dois grandes objetos de investigação: os processos gramaticais de construção do significado e a diversidade linguística, adotando uma perspectiva funcional-tipológica alinhada aos princípios da Linguística Cognitiva. Em sua visão, a construção do significado é um processo que, assim como a variação, é produto do uso da língua. Em uma abordagem construcional de gramática, o autor inclui o estudo da morfossintaxe na investigação de tais processos de construção do significado (e vice-versa).

Assim, em seu primeiro livro, *Typology and universals*, publicado em 1990 e com segunda edição de 2003, Croft desenvolve os temas teóricos centrais que garantem uma investigação balizada da diversidade de estruturas gramaticais das línguas do mundo. Em seu segundo livro, *Syntactic categories and grammatical relations* (1991), explora a estrutura das categorias e relações sintáticas. O terceiro livro do autor, *Explaining language change* (2000), explora os processos de mudança e reforça seu compromisso com uma teoria completa de gramática, que abarca os fatos da variação e mudança linguística. Em seu quarto livro, *Radical construction grammar* (2001), Croft propõe um modelo de gramática de construções baseado na ideia de que a forma das construções é específica de uma língua, mas suas funções são universais. O quinto livro do autor, *Cognitive Linguistics*

- | *Morphosyntax*: constructions of the world's languages (resenha)

(2004), escrito em coautoria com D. Alan Cruse, sistematiza os princípios básicos dos processos de construção do significado em Linguística Cognitiva e avança na proposição de uma abordagem cognitiva da estrutura gramatical. Por fim, o sexto livro do autor, *Verbs* (2012), faz um estudo aprofundado da estrutura de eventos e da expressão dos eventos em verbos e construções tempo-aspectuais e de estrutura argumental.

Em *Morphosyntax*, essa trajetória de pesquisa culmina em uma obra que traz uma visão construcional-tipológica geral da gramática das línguas naturais. O autor começa com uma discussão sobre as classes de palavras, sua organização e constituição, passa por uma descrição geral da estrutura dos sintagmas e das sentenças, e chega à operacionalização da estrutura das sentenças complexas; ele o faz trazendo pontos pertinentes sobre processos de gramaticalização que dão origem a diferentes estratégias morfossintáticas.

2 Um resumo da obra, com indicações a respeito do (re)enquadre teórico dos fatos tipológicos apresentados nela

Morphosyntax tem 19 capítulos, distribuídos em 4 partes: Parte I – *Introduction* (Introdução) é formada pelos capítulos 1 e 2; Parte II – *Argument phrase structure: reference and modification* (Estrutura de sintagmas argumentais: referência e modificação), pelos capítulos 3 a 5; Parte III – *Clause structure: predication and arguments* (Estrutura oracional: predicação e argumentos), pelos capítulos 6 a 14; Parte IV – *Complex sentences* (Sentenças complexas), pelos capítulos 15 a 19. Devido à limitação de espaço, esta seção centra-se na exposição de um resumo das propostas teóricas, desenvolvidas principalmente nos dois primeiros capítulos, e na recolha sumária de fatos descritivos apresentados nos capítulos 3 a 19.

O livro começa com um Prefácio, no qual o autor delimita a natureza da obra e seus objetivos, com a indicação geral de que ela traz uma sistematização funcional-tipológica das construções morfossintáticas das línguas do mundo.

Muito significativamente, Croft traz uma nota inicial a respeito do ensino de morfossintaxe. Nela, o autor discute a pertinência e adequação do material para turmas de morfossintaxe, iniciantes ou avançadas, apontando que idealmente o livro é pensado para um curso avançado com duração de dois semestres letivos, como é o que acontece na instituição à qual é afiliado.

Os dois primeiros capítulos são mais densos no que diz respeito à teoria, em comparação aos outros capítulos do livro. Isso provavelmente se explica pelo fato de que, a partir do Capítulo 3, são apresentados os fatos descritivos a respeito de construções

morfofossintáticas. No entanto, tais capítulos descritivos não são desprovidos de teoria, mas as discussões teóricas, quando feitas, envolvem a apresentação e a explicação de fatos morfofossintáticos. Além disso, grande parte de teoria linguística e gramatical geral é pressuposta, ficando a cargo do leitor preencher essas lacunas. A extensa lista de referências (que se prolonga por mais de quarenta páginas ao final do livro) revela que há uma enorme gama de conhecimentos teóricos que dão suporte à teoria apresentada e subjazem à proposta geral do livro apresentada nos primeiros capítulos.

O Capítulo 1, *Grammatical constructions, semantic classes and information packaging*, desenvolve-se pela discussão de cinco pontos centrais formulados como perguntas: “O que é morfofossintaxe?” (§1.1); “Por que construções?” (§1.2); “Por que empacotamento da informação?” (1.3); “Como comparamos construções dentro de uma língua e entre línguas?” (§1.4) e “Como analisamos a estrutura de sentenças em uma língua particular?” (§1.5). A resposta para essas cinco perguntas permite ao autor não só introduzir as categorias teóricas e analíticas textualmente, mas principalmente justificá-las, defendendo, assim, sua teoria construcional de morfofossintaxe em perspectiva tipológica, anteriormente explicitada em Croft (2001, 2004, 2012).

Merece particular destaque o que Croft desenvolve para as perguntas “Como comparamos construções dentro de uma língua e entre línguas?” (§1.4) e “Como analisamos a estrutura de sentenças em uma língua particular?” (§1.5), pois o autor delimita tanto as categorias de análise de um ponto de vista tipológico quanto o método para análise de construções em línguas específicas, respectivamente. Para isso, Croft invoca a noção de “conceito comparativo”, que tem sido adotada em algumas linhas de estudo da tipologia linguística (Haspelmath, 2010; Croft, 2014, 2016). A novidade, aqui, está no enquadre que o autor faz de construção gramatical como conceito comparativo, o que distancia radicalmente seu modelo dos outros modelos construcionistas encontrados na literatura, aproximando-o significativamente de modelos funcional-tipológicos. E é por meio desse enquadramento que Croft faz a distinção entre “construção” gramatical, qualquer pareamento de forma e função que expressa uma combinação de conteúdo semântico e empacotamento da informação, e “estratégia”, uma construção em uma língua específica que expressa uma combinação de conteúdo semântico e empacotamento da informação.

No Capítulo 2, *Propositional act constructions: the skeleton of a sentence*, o autor passa a discutir o que exatamente se entende por “forma” e “função”. Discute o que são exatamente “conteúdo semântico” e “empacotamento da informação”, os dois (sub)componentes funcionais de uma construção gramatical, por meio de uma análise de construções prototípicas e não prototípicas de classes de palavras, proposta já desenvolvida pelo autor em outras publicações (Croft, 1990, 2000, 2001).

O ponto alto desse capítulo é a proposição de três princípios gerais para o mapeamento entre forma e função. Esse é um tema clássico na literatura funcionalista, para o qual foram apresentadas diferentes propostas, a mais significativa delas talvez seja o princípio de iconicidade (Haiman, 1985; Givón, 1995).

Muito sumariamente, o primeiro princípio de Croft postula que “qualquer conteúdo semântico pode ser empacotado linguisticamente de qualquer maneira, desde que cumpra os objetivos conjuntos dos interlocutores no discurso”³ (Croft, 2022, p. 49, tradução própria). O segundo princípio diz que “a natureza da realidade, por exemplo, as características de classes semânticas, favorece (ou desfavorece) certas maneiras de empacotamento da informação”⁴ (p. 50, tradução própria). O terceiro princípio postula que “a relação entre forma e significado – o tipo de construção em que uma palavra com um significado particular pode ocorrer – é uma questão de convenção cultural – isto é, as convenções linguísticas de uma comunidade de fala”⁵ (p. 51, tradução própria).

Pode parecer que se trata de três princípios avulsos e teoricamente desconectados. Porém, o primeiro princípio é, na verdade, um postulado geral a respeito da natureza da significação linguística e da natureza simbólica dos sistemas linguísticos, ficando condicionado o empacotamento da informação aos objetivos compartilhados pelos interlocutores nos eventos comunicativos. Isso já revela um entendimento de que a construção do significado é um processo dinâmico que se efetiva nas práticas discursivas. O segundo princípio pode ser interpretado como uma restrição do primeiro. Ora, se o primeiro princípio diz respeito à amplitude de possibilidades de empacotamento linguístico do conteúdo semântico, o segundo princípio restringe essas possibilidades pela natureza da realidade, ficando implicada, assim, a motivação icônica na língua. O terceiro princípio geral restringe o segundo, reenquadrando, de um ponto de vista sociocognitivista, o princípio geral da arbitrariedade das unidades linguísticas. Por aí se vê, pois, o verdadeiro gênio de Croft em articular com precisão diferentes propostas de modo a configurar um quadro teórico e analítico coerente.

O capítulo 2 termina com a introdução de dois universais translinguísticos a respeito da complexidade dos mapeamentos entre forma e função. São eles a “codificação

3 No original: “any semantic content may be packaged in any way, in order to serve the joint goals of the interlocutors in discourse”.

4 No original: “the nature of reality, e.g. the semantic characteristics of semantic classes, favors (or disfavors) certain ways of packaging that information”.

5 No original: “the relationship between form and meaning – what sort of construction a word with a particular meaning occurs in – is a matter of cultural convention, that is, the linguistic conventions of the speech community”.

estrutural” e o “potencial de comportamento”, que são brevemente discutidos e ilustrados, mas que já foram extensivamente desenvolvidos em Croft (2003, cap. 4).

Nas Partes 2 a 4, Croft apresenta construções morfossintáticas de domínios funcionais específicos, cuja organização tem por base estratégias de empacotamento da informação.

A Parte 2 é constituída dos Capítulos 3 a 5, os quais, em conjunto, oferecem uma visão descritiva geral, e bastante completa, da gramática de expressões nominais. Mais especificamente, no Capítulo 3, o autor apresenta e discute referenciação e expressões referenciais, com atenção especial à estrutura e ao funcionamento do sintagma nominal. O Capítulo 4 traz os tipos semânticos e estratégias gramaticais na expressão da modificação nominal. O Capítulo 5 discorre sobre a estrutura e a origem de construções modificadoras.

A Parte 3 é a mais extensa do livro. Nela, incluem-se os capítulos 6 a 14, os quais, em conjunto, apresentam uma visão geral da estrutura interna das predicações (capítulos 6 a 10, 13 e 14), bem como da organização informacional dos enunciados (capítulos 11 a 12). O capítulo 6 concentra-se especificamente nas construções de estrutura argumental, trazendo uma descrição detalhada de construções prototípicas nesse domínio. O capítulo 7 continua o estudo da estrutura argumental, mas foca sua análise nas construções não prototípicas. Ainda no domínio da estrutura de eventos, os capítulos 8 e 9 apresentam um detalhamento das construções de voz: o capítulo 8 discute os fatores discursivos envolvidos na codificação dos argumentos em diferentes construções de voz e o capítulo 9 se dirige à saliência dos participantes expressos em construções de voz e a ocorrência do que o autor chama de “participantes periféricos”, recusando uma dicotomia entre argumentos e adjuntos. O capítulo 10 apresenta uma análise das predicações não prototípicas, ou seja, aquelas em que o elemento verbal não entra em cena, além de tratar de casos de orações não prototípicas, aquelas em que não há predicação. O capítulo 11 explora a estrutura informacional do enunciado, enquanto o capítulo 12 explora as construções de atos de fala. Os capítulos 13 e 14, por fim, abordam as predicações complexas, aquelas em que uma única função de predicação é exercida por dois elementos em conjunto. O capítulo 13 detalha a estrutura de construções de predicação complexa eventivas, e o capítulo 14 detalha a estrutura das construções de predicação complexa estativas.

Os capítulos da Parte 4 trazem uma descrição da estrutura e do funcionamento das sentenças complexas. O capítulo 15 discute construções de oração coordenada e de oração adverbial, com foco na zona semântica das relações temporal e causal. O capítulo 16 dedica-se aos mecanismos referenciais implicados em construções de oração coordenada e de oração adverbial. O capítulo 17, como continuidade do capítulo 15, discute as construções adverbiais das zonas semânticas da comparação, da condicionalidade e

- | *Morphosyntax*: constructions of the world's languages (resenha)

da concessividade. O capítulo 18 descreve construções de complementação oracional, enquadrando-as como eventos (semântica) que se realizam em posição argumental (morfofossintaxe). Por fim, o capítulo 19 apresenta as construções de oração relativa como eventos (semântica) que se realizam como modificadores (morfofossintaxe).

O Epílogo, com extensão singela de uma página (p. 616), merece destaque porque deixa bastante explicitada a tese central do livro: “Nossas maneiras de conceptualizar e verbalizar nossa experiência – aqui chamada de ‘empacotamento da informação’ – serve como meio para estruturar essa experiência e comunicá-la aos outros”⁶ (p. 616).

A obra traz, ainda, um glossário de termos técnicos, com 88 páginas, o qual pode ser visto como um pequeno dicionário linguístico e gramatical. O glossário pode ser acessado gratuitamente no *site*⁷ da Cambridge University Press.

De um modo geral, deve-se apontar que a seleção de temas relevantes de cada capítulo, a condução na sua apresentação e discussão, bem como o apontamento de lacunas ou de ausência de dados suficientes são sempre regulados pela concepção teórica delineada nos dois capítulos iniciais da obra, o que revela a forte concatenação da proposta desenvolvida pelo autor.

3 A inserção da obra no contexto da produção intelectual linguística, com o direcionamento a três campos particulares

Ao longo desta resenha, tem-se apontado a avaliação de que *Morphosyntax* traz uma proposta inovadora de teoria linguística e gramatical desenvolvida pelo autor desde 1985 e que já foi apresentada em obras e publicações ao longo dos anos. O livro contribui, simultaneamente, tanto para o avanço da teoria linguística e gramatical quanto para a instrumentalização da descrição gramatical de línguas, o que é absolutamente raro para um livro que se apresenta como um livro-texto destinado a alunos avançados de graduação e a alunos de pós-graduação.

Pode-se apontar a relevância e distinção desse livro se se considerá-lo no contexto da produção intelectual recente em três temas da Linguística: Gramática de construções, Manuais descritivos de gramática, Teoria linguística e gramatical.

6 No original: “Our ways to conceptualize and verbalize our experience – what is called ‘information packaging’ here – serve as a means to structure that experience and communicate it to others”.

7 Disponível em: <https://shorturl.at/fprF7>. Acesso em: 01 set. 2022.

No âmbito da gramática de construções, *Morphosyntax* é o primeiro livro que abrange o todo da gramática das línguas naturais, partindo da análise das classes de palavras, chegando à análise das sentenças complexas, por meio da apresentação de fatos gramaticais de centenas de línguas. Obras já publicadas dentro desse campo teórico geralmente centram-se em pontos específicos de morfologia, da sintaxe da estrutura argumental ou em construções de expressões idiomáticas, e são, em geral, obras de aplicação a fatos gramaticais da língua inglesa ou a uma outra língua particular (Goldberg, 1995, 2006; Booij, 2010; Hilpert, 2019; Hoffmann, 2022). Ainda, é notável a conceituação que o autor traz de construção como “qualquer pareamento de forma e função em uma língua (ou qualquer língua) usado para expressar uma combinação particular de conteúdo semântico e empacotamento da informação”⁸ (Croft, 2022, p. 17, tradução própria). Essa conceituação difere das conceituações que tradicionalmente se oferecem, possivelmente porque o modelo construcional de Croft tem aproximações com o modelo funcional-tipológico de estudo da língua (cf. Croft, 2001, §1.6).

Ademais, no campo dos manuais descritivos, a obra oferece um programa seguro e consistente para a descrição gramatical das línguas. Apesar do crescente interesse em documentação de línguas ainda não descritas ou pouco documentadas nos últimos sessenta anos, há poucos manuais descritivos que abrangem o todo da gramática, podendo-se apontar como obras de referência na área o manual tipológico de Payne (1997), os três volumes organizados por Shopen (1985, 2007), o manual em três volumes de Dixon (2010-2012) e o guia de trabalho de campo de Aikhenvald (2015). Apontem-se, também, as diretrizes para trabalho de campo do (extinto) Departamento de Linguística do Instituto Max Planck, em Leipzig, cujos questionários descritivos⁹ têm servido de base, nos últimos cinquenta anos, a um sem-número de obras gramaticais publicadas, em sua maioria, na coleção *Mouton Grammar Library*, da editora Mouton de Gruyter. Com relação a todos esses manuais disponíveis, a proposta de Croft em *Morphosyntax* é inovadora na medida em que parte de categorias semântico-pragmáticas universais (como referenciação, modificação, predicação etc.) para a descrição linguística e, assim, chegar à descrição das estratégias gramaticais específicas de cada língua.

Por fim, em relação à teoria linguística e gramatical, especificamente na tradição funcionalista e cognitivista, a obra de Croft passa a integrar um conjunto pequeno (e, diga-se, icônico) de obras que sistematizam e equacionam propostas teóricas de linguagem e de gramática. Citem-se a obra de Dik (1997), na linha da Gramática Funcional, a de Givón

8 No original: “any pairing of form and function in a language (or any language) used to express a particular combination of semantic content and information packaging.”

9 Disponível em: <https://www.eva.mpg.de/lingua/tools-at-lingboard/tools.php>. Acesso em: 01 set. 2022.

- | *Morphosyntax: constructions of the world's languages* (resenha)

(2001), na linha de uma tipologia discursivo-pragmática, a obra de Hengeveld e Mackenzie (2008), na linha da Gramática Discursivo-Funcional, e a do próprio Croft (2001), na linha da tipologia e da gramática de construções.

4 Avaliação final

Em linhas gerais, *Morphosyntax* é um forte candidato a se tornar um clássico contemporâneo na área de estudos linguísticos e gramaticais. No seu Prefácio, Croft assume que, mesmo que analistas de diferentes vertentes discordem de suas análises e sistematizações, o livro ainda é relevante na documentação que faz de fatos tipológicos sobre as línguas do mundo. Ora, se no livro o autor apresenta os resultados de 60 anos de desenvolvimento de teoria tipológica, ele o faz articulando-os dentro de um aparato teórico complexo, que lhe permite reinterpretar análises prévias, trazer à luz novas sistematizações e, assim, alcançar um quadro descritivo-explicativo coerente em todos os níveis de análise gramatical.

Considerando-se especificamente o contexto de circulação da linguística brasileira, a obra certamente traz contribuições valiosas à crescente comunidade construcionista e à já bem estabelecida comunidade funcionalista. Mas deve-se destacar, sobretudo, a contribuição que a obra pode oferecer aos linguistas que se dedicam à descrição e à documentação de línguas dos povos originários do território brasileiro. A obra oferece um modelo suficientemente aberto de modo a viabilizar a descrição e documentação de línguas ainda não documentadas ou descritas, conforme a sugestão que o próprio autor faz no Prefácio.

Registre-se, então, afinal, o apelo para que esse “manual” de morfossintaxe passe a fazer parte dos currículos de graduação de Letras, Linguística, Antropologia e outras ciências que se dedicam ao estudo da estrutura das línguas naturais.

Referências

AIKHENVALD, A. **The art of grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

BOOIJ, G. **Construction morphology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

CROFT, W. Comparative concepts and language-specific categories: theory and practice. **Linguistic Typology**, v. 20, p. 377-393, 2016.

- | *Morphosyntax*: constructions of the world's languages (resenha)

CROFT, W. Comparing categories and constructions crosslinguistically (again): the diversity of ditransitives. **Linguistic Typology**, v. 18, p. 533-551, 2014.

CROFT, W. **Verbs**: aspect and causal structure. Oxford: Oxford University Press, 2012.

CROFT, W. Logical and typological arguments for radical construction grammar. *In*: FRIED, M.; ÖHALA, J. (ed.). **Construction grammar(s)**: cognitive and cross-language dimensions. Amsterdã: John Benjamins, 2004. p. 273-314.

CROFT, W. **Typology and universals**. 2. ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

CROFT, W. **Radical construction grammar**: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROFT, W. Parts of speech as typological universals and as language particular categories. *In*: COMRIE, B.; VOGEL, P. (ed.). **Approaches to the typology of word classes**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 65-102.

CROFT, W. **Syntactic categories and grammatical relations**: the cognitive organization of information. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

CROFT, W. A conceptual framework for grammatical categories. **Journal of Semantics**, v. 7, p. 245-279, 1990.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. 2 volumes. 2. ed. rev. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

DIXON, R. W. **Basic linguistic theory**. 3 volumes. Oxford: Oxford University Press, 2010-2012.

GIVÓN, T. **Syntax**. 2 volumes. Amsterdã: John Benjamins, 2001.

GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdã: John Benjamins, 1995.

GOLDBERG, A. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

- | *Morphosyntax*: constructions of the world's languages (resenha)

GOLDBERG, A. **Constructions**: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HAIMAN, J. **Natural syntax**: iconicity and erosion. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1985.

HASPELMATH, M. Comparative concepts and descriptive categories in cross-linguistic studies. **Language**, v. 86, p. 663-687, 2010.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional discourse grammar**: a typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HILPERT, M. **Construction grammar and its application to English**. 2. ed. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2019.

HOFFMAN, T. **Construction grammar**: the structure of English. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2022.

PAYNE, T. **Describing morphosyntax**. A guide for field linguists. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997.

SHOPEN, T. (org.). **Language typology and syntactic description**. 3 volumes. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1985.

SHOPEN, T. (org.). **Language typology and syntactic description**. 3 volumes. 2. ed. revista e ampliada. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

COMO CITAR ESTA RESENHA: AMARAL, Luana Lopes; CONEGLIAN, André Vinícius Lopes. Resenha da obra de: CROFT, William. **Morphosyntax**: constructions of the world's languages. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2022. 726 páginas + glossário on-line. **Revista do GEL**, v. 20, n. 1, p. 267-277, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 05/12/2022 | Aceito em: 07/05/2023.

BOTELHO, José Mario. **História externa da língua portuguesa e a formação de seu léxico.** Rio de Janeiro: Autografia, 2022. 302 p.

Mario Cesar Newman de QUEIROZ¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i1.3519>

As abordagens de história externa da língua portuguesa tendem a se apresentar de dois modos. Ora, demasiadamente simplistas, sintéticas (como no clássico de Ismael Coutinho), em que a História Externa se mostra como uma rápida apresentação para logo tratar do que parece ali ser mais pertinente, a História Interna da língua. Ora, demasiadamente técnicas, não raro misturando História Externa e História Interna (como no de Paul Teyssier), em que se vê a clara intensão valorativa da História Externa, sua direta presença nas transformações da língua em sua História Interna, mas que perde a clareza de uma apresentação da História Externa como objeto. O que há no livro do Professor José Mario Botelho foge das duas dominantes. Concilia densidade de estudo, delineamento do objeto com fruição de leitura. Está-se diante de um texto que agrada aos estudiosos especialistas em LP, se mostra adequado, conforme supomos sua origem, às salas de aula, e pode também agradar ao leitor que busca enriquecimento cultural.

O livro é resultado de anos de docência da disciplina. As referências usadas são evidente trabalho de acúmulo erudito, daí excederem os 200 títulos sem que haja, contudo, colocação desnecessária, redundante ou forçosa de citações. Texto amadurecido, por isso também, texto tão claro, tão agradável de ler, apesar de toda a complexidade conceitual que encerra.

O ensino de disciplina de abordagem diacrônica do idioma traz uma dificuldade inerente: somam-se complexidade conceitual, em parte pela demanda de conhecimentos de diferentes áreas intercruzados, com uma riqueza de detalhes minuciosos. No capítulo de abertura de outra importante obra de história da língua portuguesa, Amini Boainain Hauy faz a indagação-chave que lança luz sobre a dimensão dessa dificuldade.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil; mcnqsofocles@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-4003-7150>

Como se explica que o latim vulgar, que, até o terceiro século da Era Cristã, conservara suas características fundamentais, se tenha diferenciado tanto, nas diversas regiões, a ponto de se transformar, a partir do século IX, nas línguas neolatinas: francês, italiano, espanhol, romeno, rético, dalmático, sardo, galego, e português? (Hauy, 2008, p. 27).

A introdução de algum elemento novo, de alguma reconsideração, alguma reconceituação, requer a mobilização de um amplo material que a simples apresentação da disciplina já demanda, dentro de uma tradição de reflexões de diferentes histórias nacionais, coloniais, imperiais, migratórias, gramaticais, linguísticas, que não pararam com a formação da língua identificável como portuguesa...

O estudo da origem da língua portuguesa tem sido intrigante para aqueles que com isto se preocupam, já que se trata de uma língua que, a par de ter a origem no latim vulgar – língua falada no vasto Império Romano por povos romanos e romanizados – especialmente o falado na Lusitânia, recebeu contribuições oriundas de diversas línguas, entre as quais se destacam o grego (via latim), o árabe, o espanhol e outras neolatinas, o tupi, o guarani, o quimbundo e outras de origens africanas e demais (Botelho, p. 19).

Vista assim, a disciplina se mostra mais afeita a partilhar tradições que as renovações abruptas. Sua maior característica é a enorme permeabilidade dos diferentes campos não sendo diferente na área das letras. Sua aparente fixidez se deve mais ao grande montante de material consultado, apresentado que à realidade. Em texto de 1987, Celso Cunha anotava a esse respeito: “a filologia (mesmo entendida no sentido restrito da crítica textual) sempre se beneficiou dos progressos da linguística, sendo de admitir a recíproca, principalmente no que se refere à linguística diacrônica” (Cunha, 2004, p. 349). Deslizamentos sistematicamente ocorrem, o latim bárbaro, datado de em torno do século VIII, nas escritas de tabeliões, incrustado de romance, medieval, não é visto como corrupto ou poluído e sim como variante altamente funcional e adaptada ao seu contexto de época. Bem como aqueles textos atendiam às expectativas de recepção do gênero que compunham aquela ambientação histórica.

Logo, não havia naqueles textos incorreções propriamente ditas, porquanto não seriam eles textos em latim propriamente dito. Eram, de fato, textos escritos numa linguagem variante do latim, mas que se mostravam comunicativa e pragmaticamente adequados ao contexto cultural e social da época; os escribas usavam um sistema de escrita tradicional conveniente, pois teriam eles sido

treinados com tal sistema, que atendia às expectativas da comunidade textual em que se inseriam e para a qual escreviam os seus textos (Botelho, 2022, p. 65).

A maturidade da reflexão sobre as fontes e a solução encontrada para questões fundamentais do desenvolvimento do nosso idioma estão presentes em toda a primeira parte do livro, a dedicada à história externa. Bom exemplo se mostra ao tratar da questão do que se convencionou chamar de latim bárbaro na escrita dos tabeliões, por volta do século VIII: ao invés de tomar por textos com incorreções, prefere pensá-los como não sendo textos em latim, mas de linguagem variante do latim.

[...] que se mostravam comunicativa e pragmaticamente adequados ao contexto cultural e social da época; os escribas usavam um sistema de escrita tradicional conveniente, pois teriam eles sido treinados com tal sistema, que atendia às expectativas da comunidade textual em que se inseriam e para a qual escreviam seus textos (Botelho, 2022, p. 65).

Contudo, os capítulos que, talvez, mais possam encantar o leitor são os IX, X e XI, dedicados à chegada e ao desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil. Do distanciamento inicial, pela pouca presença de ações concretas do império português na enormidade da terra para o mundo europeu descoberta, pode-se dizer:

Decerto a presença do homem branco, português, se encontra dissimulado naquela enorme massa de índios e negros africanos. A língua portuguesa, em desvantagem, concorria com a língua geral de base tupinambá, que era utilizada por todos, fazia-se necessária a mercadores em suas visitas, aos aventureiros em suas incursões, aos moradores das vilas em seu convívio com os silvícolas (Botelho, 2022, p. 153).

Mais de um século demoraria para que a língua portuguesa se fizesse importante na terra colonial, tal fato somente começa a se dar na medida que a terra é adentrada e preenchida de povos exógenos, ibéricos e africanos, por sobre a destruição da cultura e dos povos autóctones. “No final do século XVII, por conseguinte, a língua geral começa a perder espaço para o português do Brasil. O seu emprego passa a se limitar às povoações do interior do país e em comunidades de organização jesuítica” (Botelho, 2022, p. 155). Momento propício para dizer do enorme massacre sofrido pelas populações indígenas, os povos originários, desde os alvares da colonização, não havendo cessado nunca. “De fato, ainda hoje, em pleno século XXI, continuam a ocorrer tais ações de abusos e violência” (Botelho, 2022, p. 156).

A segunda parte do livro é dedicada à segunda parte do título, “a formação de seu léxico”, adentra, portanto, à gramática interna da língua. No entanto, ao atentarmos para o que diz Carlos Alberto Faraco sobre o estudo da formação do léxico, percebemos que a unidade do livro se mantém, pois é ainda da profunda relação entre os movimentos gerais da cultura com a formação do idioma de que trata.

Esse tipo de estudo no eixo do tempo se correlaciona normalmente com o estudo mais amplo da história cultural da(s) comunidade(s) linguística(s), na medida em que o léxico é um dos pontos em que mais claramente se percebe a intimidade das relações entre língua e cultura (Faraco, 2005, p. 42).

Essa segunda parte começa com um capítulo que aborda os fundamentos do vocalismo e do consonantismo, em seguida, trata dos metaplasmos, desse modo definidos pelo autor: “são as alterações fonético-ortográficas que sofreram as palavras durante a sua evolução, causadas pelos princípios, relativamente inconscientes, graduais e regulares, cujo conjunto constitui o Vocalismo e o Consonantismo, estudados no item anterior” (Botelho, 2022, p. 207). Conclui com um capítulo sobre os processos de formação, ampliação e renovação lexical: derivação, composição e formas divergentes e convergentes. A segunda parte do livro é, obviamente, menos autoral, no entanto, escrita com autenticidade e igual cuidado de apresentação didática.

Rosa Virgínia Mattos e Silva, em *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*, diz da relação de necessária dependência da linguística histórica para com a filologia, sem o trabalho com os textos das diversas épocas empreendido pelos filólogos.

A linguística histórica no sentido estrito depende, diretamente, da filologia, uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os *corpora* indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração (Mattos e Silva, 2008, p. 10).

Para a consulta a textos da diacronia do Português no Brasil, há ao menos duas ricas fontes, nenhuma delas de fácil consulta para a formação de graduandos, o PHPB (Para a História do Português Brasileiro). Reunindo esforços conjuntos de diversas universidades brasileiras, o projeto é composto por 13 equipes regionais: Alagoas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará-Oeste, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo; e o CTB (Corpus Tycho Brahe - Brasil), da Unicamp.

Assim, é, ainda dentro da preocupação didática, que o livro traz, após a extensa bibliografia, um anexo, com uma série bastante numerosa de textos exemplares de diversos estágios da língua e de exemplos de textos iguais em diferentes línguas, para uma perspectiva comparada de linhas de formação das línguas neolatinas.

Para concluir essa breve resenha, é importante apresentar alguns dados sobre o autor, professor José Mario Botelho. É professor titular na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, foi membro da Academia Brasileira de Filologia e atualmente preside o Círculo Fluminense de Estudos em Filologia e Linguística (CiFEFiL). Possui duas graduações em letras, mestrado e doutorado em linguagem pela PUC-Rio e mestrado e doutorado em letras clássicas – latim pela UFRJ. De igual modo, julgamos necessário dizer algo sobre a importância dos estudos históricos da língua. Estudar a língua em seus estágios passados é ainda pensá-la em sua atualidade e em seus devires: “pode-se sustentar que não há sincronia sem diacronia. Esta última está sempre subjacente num dado estado de língua, que seria a cada momento cheio do passado e do futuro, sem que se possa afirmar que a língua se tenha estacionado num momento” (Dubois *et al.*, 1977, p. 182). Entender sua história externa é acordar a percepção para as interrelações entre as diversas dimensões da vida humana.

Referências

BOTELHO, J. M. **História externa da língua portuguesa e a formação de seu léxico**. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

COUTINHO, I. de L. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.

CUNHA, C. **Sob a pele das palavras**. Organização, introdução e notas Cilene da Cunha Pereira. 3 reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Academia Brasileira de Letras, 2004.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de linguística**. Direção geral de tradução Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1978.

FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2005.

- | *História externa da língua portuguesa e a formação de seu léxico* (resenha)

GALVES, C.; ANDRADE, A. L. de; FARIA, P. **Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese**. 2017. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html>. Acesso em: 21 set. 2023.

HAUY, A. B. Séculos XII, XIII, XIV. In: SPINA, S. (org.). **História da Língua Portuguesa**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. p. 20-144.

PROJETO PARA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO (PHPB). 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home>. Acesso em: 21 set. 2023.

SILVA, R. V. M. e. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.

TEYSSIER, P. **História da Língua Portuguesa**. Tradução Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COMO CITAR ESTA RESENHA: QUEIROZ, Mario Cesar Newman de. Resenha da obra de BOTELHO, José Mario. **História externa da língua portuguesa e a formação de seu léxico**. Rio de Janeiro: Autografia, 2022. 302 p. **Revista do GEL**, v. 20, n. 1, p. 278-283, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 25/04/2023 | Aceito em: 20/08/2023.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Aquisição da Escrita	160
Aspecto	54
Chifrudo	9
Conector causal	185
Construção causal	185
Corno	9
Disfemizar	9
Dourados (MS)	241
Ensino e aprendizagem de línguas adicionais	33
Escrita Infantil	160
Estudos Bakhtinianos	81
Eufemizar	9
Funcionalismo	54
Gramática	135
Gramatização	135
Hércules	211
Historiografia	135
Identidades	99
Letramento	160
Linguística Histórica	135
Linguística latina	54
Memória	211, 241

Modo	54
Musas	211
Patronagem	211
Pesquisa bibliográfica	99
Poética	211
Pontuação	160
Por conta de X	185
Professor de inglês	99
Quizlet	33
Sala de aula invertida	33
Sexto Pompônio	54
Tabu	9
Tecnologias digitais	33
Tema e significação	81
Tempo	54
Toponímia urbana	241
Topônimos paralelos	241
Variação Linguística	9
Voz	81

SUBJECT INDEX

Aspect	54
Bakhtinian Studies	81
Bibliographic survey	99
Causal connective	185
Causal construction	185
Children's Writing	160
Desphemize	9
Digital technologies	33
English teacher	99
Euphemize	9
Flipped classroom	33
Functionalism	54
Grammar	135
Grammatization	135
Hercules	211
Historical Linguistics	135
Historiography	135
Identities	99
Latin linguistics	54
Linguistic Variation	9
Literacy	160
Memory	211, 241
Modality	54

Muses	211
Parallel toponyms	241
Patronage	211
Poetics	211
Punctuation	160
Quizlet	33
Sextus Pomponius	54
Taboo	9
Teaching and learning additional languages	33
Theme and meaning	81
Time	54
Urban toponymy	241
Voice	81
Writing Acquisition	160

ÍNDICE DE AUTORES

Aluiza Alves de ARAÚJO	9
André Vinícius Lopes CONEGLIAN	267
Andressa Porto GOMES	160
Bruno Araujo de OLIVEIRA	185
Cassio Murílio Alves de LAVOR	9
César Nardelli CAMBRAIA	135
Eduardo Henrik AUBERT	54
Geovana SONCIN	160
Gysele da Silva COLOMBO GOMES	99
Ivo da Costa do ROSÁRIO	185
João Paulo da Mata NOGUEIRA	99
Luana Lopes AMARAL	267
Lya SERIGNOLLI	211
Marceli Cherchiglia AQUINO	33
Marilze TAVARES	241
Marina de Souza SANTOS	241
Mario Cesar Newman de QUEIROZ	278
Nathan Bastos de SOUZA	81
Paulo Sampaio Xavier de OLIVEIRA	33
Rakel Beserra de Macêdo VIANA	9